

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FELIPE GUSMÃO CARIONI FERNANDES

**GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA DO MAR DO SUL DA CHINA: AS DISPUTAS
DO GIGANTE ASIÁTICO PELO DOMÍNIO DE ESPAÇOS MARÍTIMOS
ESTRATÉGICOS**

RIO DE JANEIRO

2018

Felipe Gusmão Carioni Fernandes

**GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA DO MAR DO SUL DA CHINA: AS DISPUTAS
DO GIGANTE ASIÁTICO PELO DOMÍNIO DE ESPAÇOS MARÍTIMOS
ESTRATÉGICOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Raphael Padula

Rio de Janeiro

2018

F363 Fernandes, Felipe Gusmão Carioni.
Geopolítica e Geoeconomia do Mar do Sul da China: as disputas do gigante asiático pelo domínio de espaços marítimos estratégicos / Felipe Gusmão Carioni Fernandes. – 2018.

165 p. ; 31 cm.

Orientador: Raphael Padula.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2016.

Bibliografia: f. 157-165.

1. Geopolítica. 2. Geoeconomia. 3. China I. Padula, Raphael, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 320.12

Felipe Gusmão Carioni Fernandes

Geopolítica e Geoeconomia do Mar do Sul da China: as disputas do gigante asiático pelo domínio de espaços marítimos estratégicos

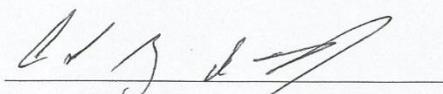
Rio de Janeiro, 02 de abril de 2018

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

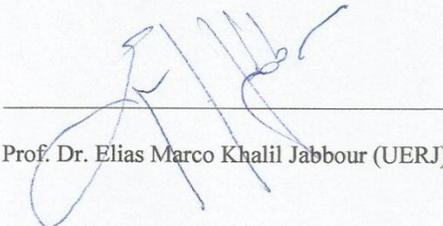
Aprovada em: 02/04/18



Prof. Dr. e Orientador Raphael Padula (UFRJ)



Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ)



Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour (UERJ)

À Clélia

RESUMO

FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. **Geopolítica e Geoeconomia do Mar do Sul da China**: as disputas do gigante asiático pelo domínio de espaços marítimos estratégicos. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esse trabalho tem como objetivo explicitar a importância estratégica do espaço marítimo do Mar do Sul da China (MSC), e como este se relaciona com os interesses geopolíticos e geoeconômicos do Estado chinês. O potencial econômico, político, e militar desta área é reconhecido na riqueza de suas águas, solos e subsolos marinhos; presença de ilhas transoceânicas, como o conjunto Paracel e Spratlys; e por essa região ser um dos maiores corredores de comércio marítimo do planeta. Ainda, o acesso e a saída deste espaço se dão por meio de estreitos de difícil e perigoso trânsito. Por fim, este espaço marítimo e seus recursos se encontram em disputa pelos Estados da região. Portanto, o domínio desta área significa para o Estado que assim o fizer um grande incremento em sua capacidade de projeção de poder através do Sudeste Asiático. Logo, observa-se que o MSC é um dos mais tensos tabuleiros geopolíticos da atualidade. Sendo assim e tendo em vista os objetivos de desenvolvimento da China, será do interesse do país assegurar o controle deste espaço. E, para tanto, este ator utilizará das mais diversas estratégias geopolíticas e geoeconômicas para alcançar tal objetivo. Consequentemente, procura-se através de uma perspectiva de Economia Política Internacional e da análise de dados geográficos, econômicos, militares e políticos ao longo do tempo. Além da análise de autores renomados no tema. Dessa forma, contribuir para o debate acerca da importância estratégica deste espaço para os objetivos de longo prazo da China.

Palavras-chave: Mar do Sul da China, Geopolítica, Geoeconomia, China, Sudeste Asiático.

ABSTRACT

FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. **Geopolítica e Geoeconomia do Mar do Sul da China**: as disputas do gigante asiático pelo domínio de espaços marítimos estratégicos. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This paper aims to explain the strategic importance of the South China Sea (SCS) maritime space, and how it relates to the geopolitical and geoeconomic interests of the Chinese State. The economic, political, and military potential of this area is recognized in the richness of its waters, soils and marine subsoils; presence of transoceanic islands, such as the Paracel and Spratlys; and for the large volumes of international trade that transits through the area. Still, access to and exit from this space occurs through narrow straits of difficult and dangerous traffic. Finally, this maritime space and its resources are being disputed by the States of the region. Therefore, the dominance of this area means a great increase in the power projection capabilities of any State along the Southeast Asian space. Therefore, it can be observed that the SCS is one of the tensest geopolitical boards of the present time. Accordingly, and in view of China's development objectives, it will be in the country's interest to ensure control of this area. To do so, this actor will use the most diverse geopolitical and geoeconomic strategies to achieve this goal. Consequently, through a perspective of International Political Economy, analysis of geographic, economic, military and political data over time. Besides the study of renowned authors in the theme. In this way, contribute to the debate about the strategic importance of this space for China's long-term goals.

Keywords: South China Sea, Geopolitics, Geoeconomics, China, Southeast Asia.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL COMO MÉTODO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES NO MAR DO SUL DA CHINA.....	15
1.1 A Separação dos Âmbitos de Análise.....	15
1.2 Teorias do Imperialismo e do Poder Global.....	20
CAPÍTULO 2 – A HISTÓRIA SOBRE A PERSPECTIVA NORTE-AMERICANA E CHINESA.....	26
2.1 Contexto Global sob a Unipolaridade Estadunidense.....	26
2.3 A Perspectiva Chinesa: política externa e desenvolvimento econômico.....	39
2.4 O Papel do Investimento Militar Chinês no Desenvolvimento Econômico do País.....	56
CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO MSC E A POSIÇÃO CHINESA NESTE TABULEIRO	63
3.1 Leste Asiático e seus Tabuleiros Geopolíticos.....	63
3.2 Geopolítica dos Oceanos e Águas Turbulentas.....	67
3.3 Mar do Sul da China: características e potencialidades.....	73
3.4 China: interesses, vulnerabilidades e estratégias.....	90
3.4.1 Interesses.....	90
3.4.2 Vulnerabilidades.....	92
3.4.3 Estratégias.....	100
3.4.3.1 Modernização e Expansão Militar Chinesa.....	102
CAPÍTULO 4 – GEOECONOMIA E O COLAR DE PÉROLAS CHINESAS.....	111
4.1 Geoeconomia.....	111
4.2 Geoeconomia Chinesa no MSC.....	122
4.3 Colar de Pérolas.....	126
CONCLUÇÕES E APONTAMENTOS FUTUROS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1970, quando a China iniciou um grande processo de reforma de sua economia e política, o país tem avançado a passos largos dentro da hierarquia do Sistema Internacional. O projeto encabeçado por Deng Xiaoping de modernizar o Estado e sociedade chinesa mesmo sofrendo com a oposição interna, que o via como um desvirtuamento dos princípios do comunismo maoísta, pode ser considerado um sucesso. Nunca na história da humanidade tantas pessoas foram retiradas da miséria em um período tão curto (NOGUEIRA, 2016). Porém, não só as mudanças internas do país contribuíram para o seu desenvolvimento, também um ambiente externo favorável foi decisivo para alçar o Estado chinês ao reencontro do crescimento e da grandeza que um dia foi sinônimo de seu nome. A China tirou grande proveito de sua posição frente a confrontação ideológica da Guerra Fria e com isso chegou ao Século XXI como a maior potência emergente do globo, logo, sendo hoje, impossível ignorar ou desconsiderar o peso chinês dentro da economia e política mundial.

A internalização do desenvolvimento econômico promovido por meio da articulação política eficiente entre economia e território, além de um contexto externo favorável, foi capaz de tornar o espaço e o Estado chinês mais coesos. O controle pleno do território pela unidade estatal, o qual tomou forma a partir dos anos 2000, incrementa o poder e as capacidades políticas da China. De maneira que o país ganha de volta o folego necessário para participar na determinação política e econômica de seu entorno estratégico. Áreas como a Ásia Central, o Himalaia, a Indochina, e a península Coreana, voltam a ser alvos da influência chinesa, agora, remodelada por novos interesses estratégicos, tais como a necessidade de alcançar novos mercados para seus produtos industriais e de obter fontes energéticas e de matérias primas (KAPLAN, 2013).

Dentro desse entorno estratégico ou perímetro de segurança chinês pode-se destacar o Mar da China Meridional ou Mar do Sul da China (MSC). O MSC é uma área marítima de aproximadamente 3 milhões de km², localizado no Sudeste Asiático, margeado por China, Taiwan, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Vietnã e Filipinas. Partes, ou até mesmo a integralidade, deste espaço são cobiçados por estes Estados dada a sua reconhecida importância estratégica. A mesma, por sua vez, reside no fato de que é sabido que o subsolo marinho é rico em recursos minerais e energéticos (petróleo e gás natural), apesar da incerteza quanto à quantidade exata dos mesmos. Além disso, a área possui grande diversidade de vida marinha e regiões pesqueiras. Logo, sendo de grande interesse para satisfazer a demanda crescente por

segurança alimentar dos países do Sudeste Asiático. Ademais, é uma das zonas de tráfego comercial marítimo mais movimentadas do planeta. Portanto, de importância econômica vital para a China e demais países da região. Consequentemente, também, para o comércio mundial como um todo. O acesso e saída deste espaço se dá por meio de uma geografia recortada por pontos de passagem caracterizados por sua estreiteza e pouca profundidade, tais como os estreitos de Malaca, Sunda, Lombok e Makassar. Anualmente, por estes gargalos passam mais de 50% da tonelagem da frota mercante mundial. Ainda, o interior do MSC é pontilhado por conjuntos de arquipélagos, recifes, bancos de areia, ilhas e rochedos que dificultam a navegação pela área e, que dada sua localização central, acabam sendo fonte de disputas territoriais entre os Estados da região. Assim, podem ser destacados os arquipélagos das Pratas, Paracel e Spratlys, além do recife de Scarborough.

Especificamente, para a China o MSC representa, não só, uma grande reserva de recursos estratégicos caros ao país, uma vez vista a indisposição natural de seu território para a extração dos mesmos. Como também, a posição geográfica deste Estado em relação ao Mar do Sul e vice-versa, deixa claro que o controle de tal área é essencial para garantir a segurança de sua fronteira marítima meridional. E consequentemente, da parte Sul de seu território, a qual é a região mais economicamente desenvolvida do país. Ao mesmo tempo, o domínio deste espaço funciona, de maneira similar, como uma plataforma para a projeção de seu poder marítimo em direção dos Oceanos Pacífico e Índico. Estas áreas se tornam cada vez mais estratégicas à medida que cresce a necessidade de buscar os recursos para o desenvolvimento em regiões distantes das fronteiras da China. Ainda, por meio da projeção de poder marítimo, proporcionada pelo controle do MSC, estaria superado o transtorno geopolítico representado pelo estreito de Malaca. Em 2014, a fatia do comércio mundial englobado pela China estava na casa dos 10%¹. Por sua vez, 90% deste volume chega ao país pela via marítima, e desta porcentagem, 80% passa pelo estreito de Malaca. Esses dados ilustram a vulnerabilidade que a passagem de Malaca, controlada pelos EUA e por Singapura, representa dentro do cálculo estratégico chinês. Na medida em que, a opção de passagem pelos demais estreitos do MSC não fornecem maiores garantias de segurança, ademais de encarecerem o frete devido a maior distância que deve ser navegada, Malaca, continua sendo a melhor escolha para se conectar o Sul com o Sudeste e Leste da Ásia.

¹ TREVISAN, Cláudia. China supera EUA e vira líder do comércio mundial. **Estadão**, 11/01/2014. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.china-supera-eua-e-vira-lider-do-comercio-mundial,175014e>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

Em vista disso, não surpreende que em anos recentes os avanços chineses neste espaço tenham se tornado mais intensos, de forma a gradualmente assegurar seu controle sobre a região. Entretanto, não apenas o Estado chinês reivindica a soberania desta área, como também seus vizinhos do Sudeste Asiático. Mais especificamente: Vietnã, Filipinas, Malásia, Taiwan e Brunei possuem, similarmente, demandas pelo domínio das diversas ilhas e formações rochosas presentes na área, além, do uso das águas e exploração do subsolo marinho. Para tanto, são alegadas razões que fazem referência desde o uso histórico do espaço, até diretrizes do direito internacional para justificar a posse destes locais. Sendo assim, desde os anos 70 podem ser registrados atritos entre a China e os Estados do SE asiático nas águas do Mar do Sul. Logo, como dito anteriormente, o aumento do poder político e econômico chinês tem se traduzido em uma maior presença deste país no cenário internacional e, como não poderia deixar de ser, também no regional. Isso, portanto, se reflete diretamente no MSC. Em consequente, para além das objeções concernentes aos avanços chineses nesta região, exprimidas pelos países do SE asiático. Os EUA também, cada vez mais, se opõem as políticas e ações chinesas no Mar Meridional. É do interesse de Washington que esta área se mantenha como um corredor de livre passagem, ou seja, uma área destituída de hegemonias regionais. Dessa forma, assegurando sua capacidade de bloqueio da região quando lhe convier.

Fica claro, então, que o MSC é um dos tabuleiros geopolíticos mais tensos da atualidade. A importância geopolítica deste espaço, tanto como, fonte de recursos estratégicos aos atores que ali se encontram, quanto, por sua localização geográfica como corredor entre os Oceanos Índico e Pacífico, logo, via de comunicação entre Estados com economias mais pujantes da atualidade e o restante do globo, coloca grande peso nas decisões políticas tomadas com relação a esta área. Ao mesmo tempo, estes fatores são permeados por disputas territoriais e pelo olhar incansável de potências externas que tem constante atenção aos desenvolvimentos que ali ocorrem. Dentro deste contexto, escolheu-se focar a análise na China, não apenas pelo tamanho bruto deste Estado frente à seus vizinhos do SE asiático, mas, principalmente, porque Pequim parece ser o pivô das principais mudanças no *status* político e econômico do MSC. Dentro deste jogo, a China tem papel de absoluto destaque. Daí, justifica-se a necessidade de se estudar esta região e as relações entre seus principais atores e desses com potências externas.

Assim, um trabalho que leve em consideração fatores geográficos, políticos e econômicos. E, que seja capaz de combinar com sucesso as perspectivas geopolítica e geoeconômica, sem, contudo, esquecer que estas são permeadas pela História, pode ser de grande valia para o avanço das pesquisas que tem como objetivo o entendimento dos espaços

asiáticos e das estratégias, ações e percepções chinesas destas áreas. Podendo até mesmo se tornar referência dentro dos campos da Economia Política Internacional (EPI) e das Relações Internacionais (RI) brasileiras. Especialmente, porque, no que tange o Brasil, os estudos sobre Ásia e, mais especificamente, China, ainda se constituem em um nicho acadêmico. De forma que no país, avança-se pouco e lentamente em assuntos relacionados por exemplo, à projeção do poder chinês em direção ao Sudeste Asiático e entorno estratégico geral, o qual deve ser um dos temas tratado por este trabalho.

Consequentemente, este trabalho pretende dissertar sobre os reflexos e consequências do aumento das capacidades econômicas e militares, portanto políticas da China no espaço do MSC. Principalmente, em relação aos Estados do Sudeste Asiático. Logo, o recorte temporal corresponderá ao período 2000-2016.

Para tanto, julga-se que a maneira ideal de se realizar tal é, primeiramente, através da construção de um prisma teórico que combine características da perspectiva Realista das RIs e da geopolítica, com as da Economia política e geoeconomia. Imediatamente, montando um arcabouço teórico-metodológico de EPI. Onde, fica estabelecido que dada a anarquia e o jogo de “soma zero” do Sistema Internacional, os Estados são impelidos a buscarem sempre margens relativas de poder superiores a seus pares como meio para garantir sua própria segurança. Na medida em que regimes e organizações internacionais não conseguem resolver de forma definitiva os problemas derivados da anarquia sistêmica, ademais, de geralmente se constituírem em instrumentos dos poderes estatais, os atores não têm a segurança necessária para abdicarem do uso da força. Similarmente, o jogo internacional da riqueza também seria marcado pela “soma zero”, dessa maneira subjugando os interesses econômicos as vontades políticas. Logo, é através deste prisma que aqui se enxergará e se interpretará as ações chineses no MSC e na relação com os Estados do SE asiático.

Dentro deste prisma teórico podem ser elaborados objetivos que servirão de guia para o desenvolvimento do trabalho. Logo, o objetivo principal da pesquisa será: **averiguar qual é a importância econômica, política e militar do MSC para a China e como este se encaixa dentro do projeto de desenvolvimento desta potência.**

A elaboração de tal objetivo geral mostra que existem dois aspectos diferentes a serem abordados neste trabalho. Ou seja, um geopolítico e outro geoeconômico. Logo, será proveitoso dividir este trabalho da seguinte maneira. O primeiro capítulo tratará da montagem do arcabouço teórico que embasará a pesquisa. A partir disto, o segundo capítulo versará

historicamente sobre as interações recentes dos EUA e da China, um com o outro e, destes com o Sistema Internacional até o período em que se escreve. Esta seção serve ao propósito de demonstrar o relacionamento político e econômico entre as duas potências, de forma a produzir uma brecha para se introduzir o tema: MSC. Posteriormente, o terceiro capítulo entrará na discussão acerca do Mar do Sul. Primeiro, se destrinchará suas características geográficas, assim como as potencialidades que este espaço oferece aos Estados que o rodeiam. Depois, será vista em detalhe a condição chinesa. Ou seja, seus interesses, vulnerabilidades e estratégias para alcançar o domínio deste espaço. Onde, deve ter destaque, principalmente, a expansão e modernização de suas forças armadas. Por último, o quarto capítulo se dedicará a análise geoeconômica. Assim, se iniciará fazendo um breve relato acerca deste campo de estudo e em seguida se jogará luz sobre de que forma a China utiliza instrumentos geoeconômicos para alcançar a supremacia no MSC. Finalizando a pesquisa deverá ser encontrada a seção de conclusões e apontamentos futuros.

Desse modo, a pergunta problema que guia este estudo é: **a China tem usado de meios geopolíticos e geoeconômicos para deslocar do MSC o poder dos Estados do SE asiático e de potências externas durante o período 2000-2016?**

A resposta a essa pergunta passa, necessariamente, por alcançar o objetivo geral estabelecido para o trabalho. De tal maneira, poder-se-á comprovar a hipótese central da pesquisa que é a seguinte: **A China utiliza, ao mesmo tempo, seu poder militar e sua capacidade econômica para tornar seus vizinhos do SE asiático, tanto economicamente dependentes de si, como militarmente impotentes diante de sua presença. Assim, diminuindo as possibilidades políticas destes países de reclamarem direitos e territórios no MSC. Finalmente, deslocando o poder dessas nações de tal espaço e assegurando seu domínio sobre o mesmo.**

Para alcançar-se os objetivos aqui propostos e logo comprovar a hipótese principal acredita-se que, em termos de metodologia, é indispensável primeiro fazer-se um levantamento bibliográfico das teorias de RI, de geoeconomia e geopolítica. Com o objetivo de construir o prisma teórico de EPI pelo qual deverão ser vistos os fatos levantados por esta pesquisa. De forma a embasar a discussão mais específica que a frente se desenvolverá. Logo, nos três primeiros capítulos do trabalho autores de cunho realista como Maquiavel, John Mearsheimer e Henry Kissinger de certo contribuirão para se avançar na pesquisa dentro do campo das RIs. Ademais, os ensinamentos de geopolíticos clássicos como Alfred Mahan Halford Mackinder e

Nicholas Skykman são indispensáveis. Mas, também, estudiosos mais recentes como Daniel Yergin, Robert Ebel, Michael Klare, além de Robert Kaplan, da mesma maneira, provêm recursos para a elaboração desta pesquisa. No último capítulo que trata especificamente da geoeconomia e de seu uso pela China alguns autores que ajudarão a desenvolver esse tema são William Petty, Friedrich Ratzel, Gunnar Myrdal e Robert Blackwill & Jennifer Harris.

Ainda, em vista do forte aspecto geopolítico do texto é imprescindível a análise de dados geográficos e militares da China e dos países do SE asiático, tais como: extensão territorial, fronteira marítima, população, recursos disponíveis, terrenos e relevos, tamanho e organização das forças armadas e investimento militar. Estas informações podem ser consultadas por meio de bases de dados como a do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Também, a presença de mapas e de projeções cartográficas que possibilitem ilustrar argumentos. Assim como, melhor visualizar os fatos que serão abordados, similarmente é indispensável. A pesquisa, também, possuirá caráter geoeconômico. Logo, é desejável a observação de dados quantitativos de fluxos de comércio e investimento. Da mesma forma, estes serão retirados da bibliografia consultada e de bases de dados de instituições internacionais como o Banco Mundial, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, *Energy Information Administration* (EIA), entre outros. Portanto, pretende-se realizar uma análise qualitativa de tais informações quantitativas como medida para se estabelecer os argumentos. Por fim, devem ser observadas as ações efetivas e presentes dos Estados nos tabuleiros diplomáticos e geopolíticos para que seja possível identificar movimentos de poder. Neste quesito, o acompanhamento de diários internacionais como o *Nikkei Asian Review*, *Asian Times*, Sputnik e etc. também é de grande valia.

Em resumo, na parte do trabalho que se caracteriza pelo aspecto geopolítico dever-se-á usar de instrumentos que propiciem a descrição geográfica do espaço e dos recursos ali existentes. De forma, que unidas com os dados acerca das capacidades militares dos Estados se possa construir um nexos causal capaz de explicar a relação entre o espaço e os interesses desses atores estatais. Por sua vez, na parte da pesquisa que possui caráter econômico. O que se objetiva é observar como se dá a utilização de instrumentos geoeconômicos pela China em relação aos Estados do SE asiático e que ganhos geopolíticos Pequim tira de tal relacionamento. Portanto, crê-se que a análise das relações comerciais entre os países e dos fluxos de investimentos, assim como, a utilização de sanções e coerção econômica podem ser indicadores confiáveis e efetivos para avaliar a influência chinesa no espaço do MSC.

CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL COMO MÉTODO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES NO MAR DO SUL DA CHINA

Seguindo o roteiro estabelecido na introdução desta pesquisa, nesta primeira parte tratar-se-á de estabelecer um arcabouço teórico-metodológico de Economia Política Internacional (EPI), aqui visto como ideal para a compreensão das problemáticas concernentes ao Mar do Sul da China (MSC). Ou seja, o objetivo é montar um quadro a partir da interpretação de autores clássicos e modernos que demonstre a conexão indissociável entre as relações econômicas e políticas no que tange a interação entre os atores internacionais. Logo, separar esses dois pontos de vista seria um erro metodológico, pois impediria enxergar o panorama maior que compreende o jogo de poder entre as potências no Sistema Internacional que em última instância é o que explicaria os movimentos políticos e econômicos que acontecem na “superfície” das relações internacionais. Com isso, pretende-se justificar porque esse quadro é válido para se entender o relacionamento da China com seus vizinhos do SE asiático.

Portanto, esta seção começa auferindo a partir de Karl Polanyi (1977) que com a instalação do capitalismo como regime de acumulação de riqueza houve uma separação entre o âmbito da riqueza e do poder político nas análises econômicas. Logo, resgata-se autores que estudaram os períodos anteriores a consolidação do capitalismo como William Petty (1996), Nicolau Maquiavel (1973) e Norbert Elias (1993) com visões a mostrar que tal separação seria algo totalmente estranho durante períodos pré-capitalistas. Em seguida, observa-se que mesmo após a instituição do capitalismo e da “falácia economicista” existiram autores que buscaram através do restabelecimento do vínculo entre economia e política explicar as relações internacionais como Rudolph Hilferding (1985) e José Luís Fiori (1997, 2014). Por fim mostra-se porque essa perspectiva é válida para se analisar o MSC e a relação entre a China e seus vizinhos regionais.

1.1 A Separação dos Âmbitos de Análise

A separação das análises teóricas dos processos de acumulação de riqueza e de poder, parece ter seu ponto de virada com a Revolução Industrial e consequentemente a reorganização da sociedade nos moldes capitalistas. A busca pela acumulação acelerada de excedente, que é o motor do capitalismo, segundo Polanyi (1977) requisita a criação de novas instituições capazes de constranger e de manter a sociedade dentro do molde capitalista. “O passo crucial foi a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, como se tivessem sido produzidas para a venda” (POLANYI, 1997, p. 53). Nesse sentido, o autor vai denunciar a despolitização

da economia como sendo a identificação total da sociedade com a instituição do mercado (“sociedade de mercado”), ou seja, como sendo a racionalização da vida e da história humana em termos de mecanismos de oferta-demanda-preço.

O mecanismo de oferta-procura-preço é uma instituição relativamente moderna e possui uma estrutura específica; não é fácil estabelecê-la nem a manter em funcionamento. Reduzir o âmbito do econômico especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana. Em contrapartida, ampliar o conceito de mercado para fazê-lo abarcar todos os fenômenos econômicos é atribuir a todas as questões econômicas as características peculiares que acompanham um fenômeno específico. É inevitável que a clareza de pensamento fique prejudicada” (POLANYI, 1977, p. 48).

Tal separação que vem com o capitalismo seria algo totalmente estranho para autores que tratavam de questões de poder e riqueza em períodos anteriores à Revolução Industrial, como por exemplo: William Petty e Nicolau Maquiavel. O primeiro é considerado o pai da economia política e de acordo com as tradições mercantilistas a principal preocupação que move sua pesquisa é descobrir onde está a riqueza e como ela é produzida. Achar a resposta para esse questionamento é ponderoso porque ele considera a riqueza como a base do poder estatal. Ou seja, como o meio necessário para se aumentar a capacidade do Estado de conquistar, defender e organizar seu território e população, e conseqüentemente, desenvolver-se. Então, Petty (1996), é motivado por um imperativo de defesa nacional e pressão competitiva entre os Estados.

No momento que este autor escreve (Século XVII), seu país, a Inglaterra, ainda é uma potência de segundo escalão a qual era vítima de grande pressão competitiva por parte da França e da Holanda. Esta última, após a Guerra dos Trinta Anos, que lhe garantiu sua independência da Espanha e da França, constituiu um império marítimo e com ele o monopólio do transporte de longa distância para dentro e fora da Europa. Logo, tornando-se o Estado mais poderoso econômica e politicamente do continente. O autor, então se propõe a analisar o caso do sucesso estatal holandês, ou mais especificamente, como um país de menor população e menor território poderia se equiparar a um país de maior população e território, com vistas a replica-lo em sua Inglaterra natal.

As chaves deste fenômeno estariam na correta interação entre a situação geográfica, as atividades econômicas realizadas no espaço e as políticas públicas específicas promovidas pelo Estado. Em seu tratado, “Aritmética da Política”, ele demonstra que as terras holandesas são naturalmente alagadiças por se localizarem na confluência de três grandes rios europeus,

contribuindo positivamente para a defesa natural daquele território e para a fertilidade do solo. Ainda, a atividade econômica holandesa é diversa do restante do continente pois, novamente, sua situação geográfica promove o emprego de moinhos que aumentam exponencialmente o excedente produzido. E por estar localizada na desembocadura de três rios a Holanda é a porta por onde os produtos do interior da Europa entram e saem, similarmente é por onde produtos estrangeiros adentram o continente. Entretanto, Petty (1996) deixa claro que de nada adiantariam estes outros fatores se a autoridade que os detém não soubesse utilizá-los. Ou seja, sem políticas que engajem positivamente estas vantagens geográficas pré-existentes, elas de nada serviriam. O poder, expresso aqui como a autoridade política capaz de levar a frente iniciativas que façam o correto uso do território e das atividades econômicas que nele se desenvolvem, é imprescindível para o desenvolvimento do Estado tanto em termos econômicos, quanto políticos e militares.

No caso holandês especificamente, o autor (PETTY, 1996, p. 14), coloca como as políticas mais importantes para o sucesso do país: a liberdade religiosa (como meio de garantir a autoridade política e econômica do Estado); o registro de transporte (como meio de promover a construção da marinha e o monopólio do transporte marítimo); e o sistema bancário (como meio de realizar o financiamento do Estado). Tais políticas mais tarde foram adotadas também na Inglaterra onde aliadas a Revolução Industrial puseram este país no primeiro lugar da hierarquia do Sistema Internacional. Dessa forma, para Petty (1996) a interação entre Estado, população e território promovido através de políticas públicas, é a origem da riqueza econômica e o meio de se maximizar seu acúmulo e, conseqüentemente, incrementar o poder político da nação.

Também, Maquiavel, mesmo não sendo um economista, tratou de questões de riqueza e de poder como sendo uma relação de natureza indissociável. Este autor parte do princípio que “o desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária” (MAQUIAVEL, 1983, p. 14-15). Portanto, esta é parte da natureza de todos os homens. Ele também vê a guerra como uma inevitabilidade que não deve ser postergada. De imediato, a leitura a partir da EPI identifica a ideia de uma pressão competitiva entre os Estados. Ao mesmo tempo, também são preocupações centrais do autor a consolidação da autoridade interna do príncipe e a defesa do Estado. Logo, existiria uma relação da autoridade central para dentro do Estado (governabilidade) e para fora dele (defesa). O autor, logo, avança para demonstrar através da análise da história as melhores maneiras de se alcançar tais objetivos.

Ele então assume que os principados que possuem exércitos próprios, e não formados por mercenários, tem as melhores chances de defesa e ataque. “Julgo capazes de se manterem por si os príncipes que podem, em vista de ter abundância de homens ou de dinheiro formar um exército forte e fazer frente a qualquer assaltante” (MAQUIAVEL, 1983, p. 44). Neste ponto fica esclarecida a categoria de riqueza e sua relação com o poder político. A defesa do Estado e a conquista territorial, que são movimentos “naturais e ordinários” de todas as nações, através da formação e utilização de exércitos permanentes exige recursos econômicos. E a principal forma de conseguir estes será por meio da própria expansão territorial², além da tributação da população que é incorporada a partir desta. Portanto, o comportamento dos Estados seria ditado por uma lógica de expansão territorial natural que é, ao mesmo tempo, sustentada e amplificada por este motor de conquista política e tributação econômica. Aqui, novamente, vê-se que este eixo entre política e economia não pode ser quebrado sem prejuízo à sustentação política do Estado.

Porém, se a prerrogativa da natureza conquistadora do homem parece defasada para o leitor de hoje, a visão estruturalista da sociogênese dos Estados nacionais de Norbert Elias (1993) chega a conclusões similares as de Maquiavel. Elias (1993) vê a motivação da conquista não na natureza humana, mas sim em um dilema de segurança e no “jogo de soma zero” entre os atores que compartilham o mesmo tabuleiro geopolítico. “Necessidade de expandir-se a fim de evitar a dominação por outros” (ELIAS, 1993, p. 96). Dessa forma, motivando “lutas de eliminação”, primeiro no âmbito de uma mesma região, como por exemplo: a luta entre as casas reais no território franco. E que depois, com a consolidação do Estado, passa a se refletir na relação entre nações do Sistema Internacional.

Quanto a questão da riqueza e do poder para este autor, esta, aparece quando, diante do panorama de conflitos a autoridade central coage por meio das armas a população que ocupa suas propriedades a lhe entregar tributos e impostos, os quais servirão para levar à frente o esforço de guerra. Num primeiro momento a população paga o senhor por meio de produtos ou com o alistamento no exército. Porém, com a monetização da sociedade, a moeda e, não mais a terra, passa a ser a principal forma de propriedade. Logo, passando a ser o meio prioritário de financiar os conflitos. O financiamento através da moeda funciona pela tomada de uma posição

² Quando ele trata da maneira de sujeitar aos interesses do príncipe conquistador as províncias que não partilhem da mesma cultura. O autor decide que as melhores formas para realizar essa tarefa são: ir morar na província ou constituir nela colônias. A constituição de colônias é menos dispendiosa e mais segura ao príncipe e ao mesmo tempo ele tem total controle sobre estas, ou seja, pode se apropriar como bem entende dos recursos produzidos e dos tributos (MAQUIAVEL, 1983, p. 49).

arbitraria baseada no monopólio da violência por parte da autoridade central que declara a população como seu devedor. Então nasce, artificialmente, uma demanda pelos meios de pagamento dessas dívidas, os quais são de produção exclusiva do Estado. Em conjunto com os bancos, o Estado cria um mecanismo de financiamento de si próprio pautado pela demanda por moeda, mas que não acaba com a necessidade de expansão territorial, pelo contrário a moeda passa a funcionar como um elemento centralizador, o que permite maiores conquistas e logo maior financiamento para futuras conquistas. “Os pagamentos monetários mantinham todos os contemplados numa permanente dependência da autoridade central” (ELIAS, 1993, p.188). Logo, de novo se observa que a riqueza econômica vai de encontro com o poder político, na medida em que a moeda é um artifício projetado pelo Estado, não, para meramente facilitar as trocas dentro dos mercados, mas, para expandir a tributação econômica. A qual visa promover a conquista territorial e a defesa da nação frente a um sistema interestatal marcado pela pressão competitiva e pelo “jogo de soma zero”.

Portanto, fica claro que antes do capitalismo a riqueza e o poder político se encontravam unidos e comungados, principalmente, através do território ou do espaço geográfico. Contudo, com o advento do capitalismo, Polanyi (1977) observa a constituição de uma “falácia economicista”. O que isso significa é a inclusão de todo e qualquer fenômeno econômico e histórico, passado ou futuro, dentro do escopo de ação das forças econômicas do livre-mercado. Logo, ignorando a ligação da economia com os processos políticos e causando uma separação entre esses dois âmbitos. Além, de uma divisão do próprio conceito de economia em dois: “economia formal” e “economia substantiva”.

O primeiro significado, o formal provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em economizar ou conseguir algo a baixo preço; desse significado provem a definição de econômico pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente; eis a origem da definição substantiva de econômico (POLANYI, 1977, p. 63).

Sendo assim, a economia formal, em acordo com a “falácia economicista”, supõe que as necessidades humanas são apenas matérias e que os meios são escassos, daí surge a necessidade de economizar e de se fazer escolhas para otimizar ganhos, algo, que, por sua vez, exige racionalização e escolha. Logo, através desses processos seria capaz de se explicar o conjunto das atividades e história econômica da humanidade. Contudo, tal divisão é prejudicial, na medida em que distorce os processos históricos e impede a compressão total e correta dos fenômenos econômicos, uma vez que ignora a órbita da política no momento da análise.

1.2 Teorias do Imperialismo e do Poder Global

Entretanto, mesmo com o capitalismo instituído, assim como a “falácia economicista”, existirão autores que ao realizar suas observações buscarão reaproximar os âmbitos da economia e da política.

Rudolf Hilferding (1985) começa analisando a nova configuração que o capital assumiu desde 1870 com a unificação da Alemanha e início do período do Imperialismo europeu. Para ele: “o capital financeiro significa a uniformização do capital” (HILFERDING, 1985, p. 283). Os setores industrial, comercial e bancário, antes separados, agora, se unem através das altas finanças. Dessa maneira, promovendo novas formas de organização capitalista, principalmente, no modelo de carteis e associações monopolistas, as quais, por sua ação natural, vilipendiam a livre concorrência e a ação capitalista individual. Logo, alterando a relação da classe capitalista com o poder estatal.

O autor mostra que essa nova interação, ou seja, a negligência do poder político em relação a formação de carteis e posterior domínio da economia por estes, é preponderante em países de desenvolvimento capitalista tardio como Estados Unidos e Alemanha. A necessidade de se alcançar os países na ponta do desenvolvimento econômico e político internacional para garantir a segurança estatal é o principal fator que explica a existência destas formas de organização industrial-financeira. Assim como, da cartelização das economias destes Estados. Logo, é importante notar que tal ação de concentração e centralização econômica é fruto do interesse político estatal. Ou seja, o meio através do qual estes Estados possibilitarão o surgimento de classes capitalistas nacionais é pelo emprego de políticas econômicas protecionistas. A imposição de tarifas aduaneiras, por exemplo, tem o objetivo de proteger a indústria nascente desses países “atrasados” até que esta tenha capacidade de cobrir sozinho toda a demanda interna. Porém, “não há dúvida de que a exclusão da concorrência estrangeira fomenta a extraordinariamente a formação de cartéis” (HILFERDING, 1985, p. 289). O autor mostra então que em um ambiente dominado por associações monopolistas a manutenção do protecionismo passa a ser do interesse desses próprios atores, porque permite a manutenção de ganhos extras.

A supressão da concorrência permite que o protecionismo prossiga tendo efeito aumentador de preços mesmo naquele estágio em que a produção já superou há muito as necessidades internas. Assim, torna-se um interesse eminente da indústria cartelizada fazer do protecionismo uma instituição duradoura que primeiro, lhe assegure a existência como cartel e, segundo, lhe permita vender seu produto no mercado interno com lucro extra. (...) Quanto mais alta a tarifa,

tanto mais poderá ser aumentado o preço interno sobre o preço internacional, e, e dessa forma, a tarifa temporária torna-se um alto protecionismo” (HILFERDING, 1985, p. 289).

Ademais, o protecionismo além de proporcionar lucros extras, também representa um veto a entrada dos produtos de um rival dentro do mercado interno. Logo, podendo ser utilizado como uma ferramenta de pressão econômica. Assim, não é difícil ver como os lucros extras motivaram a exportação de capitais para territórios coloniais, nem como o veto a entrada nesses mercados, proporcionado pelo protecionismo, passaram a causar atritos políticos entre as potências capitalistas no Século XIX, os quais, mais tarde, culminariam na Primeira Guerra Mundial.

A partir desta conclusão o autor cunha o termo “território econômico”, este se refere exatamente às áreas coloniais alvo de exportação de capitais tanto dos Estados de capitalismo tardio, quanto das tradicionais potências europeias. Portanto, quanto mais vasto e populoso um “território econômico” maiores serão os lucros dos carteis que ali, com o apoio de seus Estados nacionais, consigam instituir políticas protecionistas. Logo, o que Hilferding (1985) faz é dar um aspecto econômico novo, uma vez dada a nova configuração do capital (monopolista e financeiro) neste momento, ao espaço geográfico. Este tem a ver com a exploração dos mercados que estes territórios possuem, ou venham a possuir, através da exportação de capitais privados das grandes potências para estas áreas. Essa noção é diferente de tradicionais concepções de exploração econômica de territórios pré-capitalista, ou seja, como espaço para a exploração de recursos naturais e de tributos.

Conseqüentemente, o estreitamento da relação entre economia e política fica ainda mais notável quando se vê que na maioria das vezes as condições econômicas, sociais e políticas encontradas nesses “territórios econômicos” não são propícias à acumulação capitalista. Logo, surge a necessidade de se moldar os aspectos institucionais desses espaços para que eles possam servir aos interesses dos donos do capital. Aí reside a importância do Estado para o desenvolvimento do capitalismo. É, principalmente, através do uso dos recursos coercitivos e diplomáticos que apenas a autoridade estatal possui que se poderá reorganizar a economia, política e sociedade encontradas num dado “território econômico” hostil e, portanto, extrair dali os lucros extras visados pela classe capitalista.

Como sempre, quando o capital enfrenta pela primeira vez condições que contrariam sua necessidade de exploração e cuja superação econômica se daria somente de forma muito lenta e gradual, o capital apela à violência estatal, empregando-a a serviço da expropriação violenta (...) Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja

forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência de que se levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda a parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte (HILFERDING, 1985, p. 299-302).

Dessa maneira, para o sucesso do capital, ter um o poder político forte ao seu lado é imperativo e, na medida em que se coloca o postulado do imperialismo, onde os Estados praticam constantemente políticas expansivas, porque a expansão é sua razão de ser, logo se vê uma sobreposição perfeita dos objetivos do capital e do Estado. Ou seja, de riqueza e poder. José Luís Fiori (1997, p. 62) contribui para o entendimento:

Essa nova forma de associação entre o capital e o poder político transformou a competição intercapitalista também numa competição política entre Estados e simultaneamente transformou o sistema interestatal numa espécie de mercado ou espaço preferencial da competição capitalista entre os grandes conglomerados. Como consequência, para as grandes potências, alarga-se o conceito de soberania, incluindo também o direito de autodefesa dos novos territórios econômicos.

O que fica explícito a partir de Hilferding (1985) é que a luta intercapitalista por “territórios econômicos” é, ao mesmo tempo, interestatal. A consequência imediata de tais atritos é a expansão do capitalismo e do sistema interestatal europeu e, logo, de seu caráter competitivo e bélico para todo o globo. Portanto, é possível dizer que o imperialismo europeu foi o genitor do sistema de Estados-nacionais contemporâneo.

A perspectiva do “Poder Global” parte destas conclusões sobre internacionalização dos sistemas intercapitalista e interestatal europeu, ademais da conexão intrínseca entre poder e riqueza. Porém, diferente do que colocava Hilferding (1985), dá primazia ao poder político frente a riqueza. Para o autor austríaco o Estado era uma ferramenta que a classe capitalista detinha para fazer valer seus interesses econômicos. Contudo, segundo a visão do “Poder Global” é a conquista política que, na verdade, é o motor da acumulação de riqueza. Isso significa dizer que a ação capitalista é coordenada pelo Estado segundo seus interesses de acúmulo de poder e dadas as pressões sistêmicas que este sofre no ambiente internacional. Fiori (2014, p. 27-28) é categórico ao colocar que sem um Estado com projeto de poder e de alteração da ordem internacional não existe maneira de uma economia capitalista se expandir internacionalmente, ele conclui que:

Todas as grandes potências foram expansivas e imperialistas desde o momento da consolidação de seus centros de poder internos e utilizaram suas economias nacionais como instrumento de poder a serviço de suas estratégias imperialistas, definindo as grandes metas de suas economias e de sua própria política econômica a partir desses objetivos estratégicos situados no campo do poder. Por isso, a luta dessas grandes potências parece quase inseparável da luta pela

expansão contínua do seu território econômico supranacional e pelo controle monopólico de novos mercados, de bens, créditos ou investimentos. Nessa luta, todas as grandes potências e grandes capitais privados desrespeitaram sistematicamente as regras e instituições competitivas de mercado (...) a liderança do capitalismo sempre esteve nas mãos dos capitais privados e das economias nacionais que, apoiadas no poder internacional de seus Estados, conseguiram operar com sucesso na contramão das leis de mercado. Assim, também pode-se dizer que todas as grandes potências vencedoras foram mercantilistas e não seguiram os preceitos liberais durante o período de arrancada até o momento em que já podiam ombrear com seus principais concorrentes da perspectiva de sua luta pelo poder e pela riqueza (FIORI, 2014, p. 40-41).

Portanto, observa-se que de maneira geral o foco das relações internacionais (econômicas e políticas) é a luta pelo poder irrestrito, onde o recurso aos preceitos da ideologia liberal é na verdade uma arma para a manutenção das relações de subordinação dos mais fortes sobre os mais fracos. Nenhuma das grandes potências atingiu seu estado atual respeitando as regras da ordem liberal, pelo contrário, foi a subversão e desrespeito a esses ditames que as alçou a posição de proeminência que hoje ocupam. Este trabalho ecoa essa conclusão e acredita que ela seja teórica e metodologicamente conveniente e convincente para alcançar os objetivos e hipótese desta pesquisa.

De tal maneira, acredita-se que ao longo do texto ficará melhor esclarecido como se dão as relações políticas e econômicas entre a China e seus vizinhos do SE asiático. Porém, não custa antecipar alguns pontos que demonstram isso. O aumento da ajuda e cooperação econômica com países que reconhecem a soberania de Taiwan, tendo como fim a mudança de tal posicionamento em favor de Pequim. Também, a reação econômica negativa por parte da China com relação à países que demonstrem simpatia com o Dalai Lama são exemplos do uso de pressão econômica com vistas a atingir resultados políticos positivos. A China, similarmente, parece não guiar suas compras e investimentos segundo a racionalidade dos livres mercados, o país não se importa em pagar mais caro para ter acesso privilegiado a recursos naturais e/ou estratégicos. Ainda, dentro do MSC, o uso de aparato militar para preservar o acesso a tais fontes tem sido cada vez mais comum e logo natural. Isso não corresponde a um entendimento errôneo das teorias de comércio internacional ou da ação barbara e irracional de um Estado autoritário, e, sim, do fato de que estes recursos são estratégicos ao desenvolvimento do Estado chinês. Portanto, seu suprimento deve ser garantido mesmo que o preço que se pague seja mais alto do que os auferidos no mercado internacional ou que se tenha que exibir um pouco de musculo militar para tanto. Ademais, quando se refere a investimentos na infraestrutura de países vizinhos feitos pelos bancos do país o custo econômico poucas vezes é uma variável

restritiva, assim, deixando transparecer o objetivo de construção de uma região economicamente dinâmica e politicamente afinada com a China. Quanto a expansão militar chinesa dentro do MSC esta tem como um de seus objetivos e consequências a coação econômica, na medida em que o aumento da assimetria militar faz com que os países se convençam de que associar seu desenvolvimento econômico ao chinês é mais vantajoso do que tentar construir uma oposição. Ademais, a ação diplomática chinesa dentro de fóruns como da Associação dos Estados do Sudeste Asiático (ASEAN) e da Cooperação Ásia-Pacífico (APEC) tem expandido a influência política do país e consequentemente econômica.

Por fim, Robert Kaplan (2014) observa que o MSC é fonte de um “dilema liberal”. Ele nota que as questões que comumente ilustram jornais e que logo fornecem os pretextos para as “intervenções militares virtuosas” ou benevolentes, como foi no caso das guerras recentes contra ditadores do Oriente Médio, estão ausentes no MSC. Ou seja, não há um “inimigo moral” a ser combatido no SE asiático. Mesmo que a região seja um espaço de crescimento do nacionalismo atualmente, seus regimes políticos não são autoritários ao ponto de inflamar o discurso liberal.

The Chinese regime demonstrates a low-calorie version of authoritarianism, with a capitalist economy and little governing ideology to speak of. Moreover, China is likely to become more open rather than closed as a society in future years. China's leaders are competent engineers and regional governors, dedicated to an improving and balanced economy, who abide by mandatory retirement ages. These are not the decadent, calcified leaders of the Arab world who have been overthrown (KAPLAN, 2014).

Ainda, ele coloca que dada a geografia do SE asiático³, o poder, a ser prioritariamente exercido e que teria o maior engajamento em combate seria o poder naval. A não ser que envolvam desembarque nas costas do Estado inimigo, o que, por sua vez, é pouco comum dada a grande dificuldade e risco de se fazer tal⁴, os enfrentamentos seriam travados no mar aberto. Logo, sem “vítimas” (civis), apenas “baixas” (militares). A ausência de vítimas civis não permite a difusão da oposição moral e filosófica presente na retórica liberal. Consequentemente, o autor conclui que as questões concernentes ao MSC se resumirão da seguinte forma:

It is all about power; the balance of power mainly (...) The separation of geopolitics from human rights issues, which were conjoined in the twentieth century in Europe, plus the degree of abstraction that surrounds the naval

³ Kaplan (2014) caracteriza o SE asiático como um *seascape*, devido à proximidade e relacionamento dos Estados com o mar, além da grande quantidade de rios, terras alagadiças presentes na região. Dessa maneira, esta região teria características muito mais marítimas do que terrestres. Logo, se encontraria em oposição ao restante da Ásia, a qual, por sua vez, seria um *landscape*.

⁴ Ver Mearsheimer (2001) sobre a dificuldade de se realizar desembarques no litoral de nações inimigas.

domain in any case, will help make the South China Sea the realm of policy and defense analysts, rather than of the intellectuals and the media elite. Realism, which is consciously amoral, focused as it is on interests rather than on values in a debased world, will therefore triumph. This is how the South China Sea will come to symbolize a humanist dilemma (KAPLAN, 2014).

Portanto, fica claro que a própria situação geográfica e política do MSC não favorece uma abordagem que assuma preceitos liberais. Com isso, explica-se a escolha por um prisma teórico de EPI, pois dentro desta ótica se encara os campos da política e da economia como indissociáveis. Logo, sendo conveniente para se analisar as relações da China com seus vizinhos dentro deste espaço.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA E POLÍTICA EXTERNA SOB AS PERSPECTIVAS NORTE-AMERICANA E CHINESA

Antes de entrar especificamente na geopolítica e geoeconomia do Mar do Sul da China é útil formar um panorama histórico para ajudar a entender como se construiu historicamente o posicionamento das potências frente ao MSC. Portanto, decidiu-se partir do contexto do fim da Guerra Fria, pois este é um momento de grandes mudanças na conjuntura internacional. O fim da URSS e a consequente expansão global da democracia de livre mercado e do capitalismo neoliberal, assim como o alçamento dos EUA à categoria de hiperpotência são momentos de virada na história recente do Sistema de Estados. E suas consequências repercutem ainda hoje estabelecendo, de certa maneira, o que é corrente agenda e ordem internacional. Daí a importância de começar desse ponto para entender-se o contexto atual do MSC.

Contemporaneamente, nas relações internacionais, o poder se encontra mais dividido do que estava ao final da Guerra Fria. Quando a posição dos EUA era de absoluta proeminência. Contudo, ainda assim, presentemente esse Estado continua sendo a única potência hegemônica⁵ do globo e como tal exerce seu poder de forma opressora a fim de preservar sua posição dentro do sistema interestatal. Dessa forma, as estratégias das potências nos degraus inferiores da hierarquia internacional devem ser conceituadas tendo em vista sua posição e ações possíveis dentro dos tabuleiros geopolíticos. Mas, também, em vista dos interesses da potência norte-americana. A estratégia do *hegemon* perpassa, inescapavelmente, a dos demais Estados pela sua inerente posição de superioridade dentro do arranjo internacional. Isso, contudo, não significa a inexistência de alternativas de crescimento fora do desenvolvimento associado, ou, que seja impossível constituir espaços de autonomia regional através de planejamento estratégico. Uma vez que não existe Estado com capacidade de hegemonia mundial, apenas regional

⁵ As unidades sistêmicas buscam maximizar seu poder através da guerra e da conquista para garantir sua segurança, porém a única maneira de se sentirem verdadeiramente seguros é se tornando o Estado mais poderoso do Sistema, ou seja, o *hegemon*. Hegemonia diz respeito à superioridade militar de um Estado frente aos demais, podendo esta ser em nível global ou regional. Nunca houve um *hegemon* global, e dificilmente haverá, pois segundo o autor é extremamente difícil projetar poder através de grandes corpos d'água e para dentro do território do adversário, isso se deve à dificuldade de desembarcar um exército nas praias do inimigo.

Entretanto, hegemônias regionais existem, os EUA, por exemplo, exercem hegemonia sobre as Américas. Quando um *hegemon* regional se estabelece ele passa a trabalhar para evitar o aparecimento de outros *hegemons* regionais tanto em sua esfera de influência como no restante do globo, já que tal competição afetaria negativamente sua posição dentro do Sistema.

Portanto quando um *hegemon* se depara com uma ameaça fora de sua zona de influência imediata ele assume a postura de *offshore balancer*, ou seja, de fiel da balança do poder entre duas potências rivais que disputam uma mesma região. No Noroeste da Ásia, por exemplo, os EUA são um *offshore balancer*, este pode se unir ao Japão para reequilibrar com a China, da mesma forma o contrário pode ser feito, portanto, mantendo o *status quo* regional (MEARSHEIMER, 2001 p. 41).

(MEARSHEIMER, 2001) a tarefa de construir espaços de autonomia econômica e política é caracterizado pelo embate constante entre a potência hegemônica e seus rivais. Por isso, acredita-se que seja indispensável primeiramente realizar uma análise histórica da posição norte-americana para então em seguida aprofundar-se na perspectiva chinesa que é a que mais interessa para essa pesquisa em todo o caso.

Portanto, na primeira parte desta seção trata-se de pintar o quadro do contexto internacional no imediato pós-Guerra Fria e mostrar como as revoluções militar e financeira ocorridas nos EUA a partir dos anos 70 permitiram a esse país assumir o papel de inquestionável superioridade com a dissolução da URSS. Conseqüentemente, permitindo a construção de uma nova ordem internacional em acordo com seus interesses geopolíticos e geoeconômicos. Em seguida, explana-se a política externa norte-americana durante os anos 90 e 00, onde apesar da sua retórica liberal a doutrina segurança que guia as ações estadunidenses no globo é marcada pela perseguição de interesses geopolíticos de longo prazo.

Findada as sessões acerca dos EUA começa-se a análise da China onde fica registrado a estratégia chinesa iniciada a partir deste novo momento das relações internacionais e que vai encaminhar o trabalho para a análise do MSC posteriormente.

2.1 Contexto Global sob a Unipolaridade Estadunidense

Diferente dos grandes conflitos anteriores, como a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a Guerra Fria terminou sem um acordo ou discussão entre as grandes potências acerca da nova ordem econômica e política que se estabeleceria no momento posterior ao fim dos enfrentamentos⁶ (aos moldes do que representaram Versalhes, Yalta e Potsdam por exemplo). Tal ausência de definição em termos formais sobre a nova ordem que se avizinhava gerou a crença de que a construção deste arcabouço poderia ser feita de forma conjunta e democrática como havia sido expresso desejo do Movimento dos Países Não-Alinhados ainda na década de 1970 (RAMONET, 1998). Ademais, a construção de um novo sistema internacional regido pela autoridade da Organização das Nações Unidas (ONU) também era uma possibilidade crível à época. Tal otimismo⁷ tinha relação no campo da geopolítica com a

⁶ “Onde, na verdade, estavam aquelas conferências internacionais de trabalho tão conhecidas dos diplomatas do passado, tão diferentes das breves de cúpula para fins de relações públicas e sessões de fotos que agora tomavam o seu lugar?” Eric Hobsbawm, **A Era dos Extremos: o breve Século XX 1914-1991**. (São Paulo, Companhia das Letras, 1995), p. 539.

⁷ A tese de Francis Fukuyama acerca do “Fim da História” é bastante representativa deste otimismo que preponderou nos primeiros anos após o fim da Guerra Fria. O autor recupera a concepção hegeliana de “Fim da História” a qual é representativa do estágio final da evolução social humana, ou seja, o momento em que não será

imediate euforia propagada pela derrota do comunismo e (re)surgimento de um conjunto de países das cinzas da União Soviética (URSS). Além do suposto “achatamento do mundo”⁸ no âmbito geoeconômico. Processo provocado pela expansão global dos valores democráticos e do capitalismo-financeiro e acelerado pelas inovações tecnológicas no campo da comunicação de massa. Contudo, rapidamente, assim que foi deflagrada a Guerra do Golfo em 1990 tais cenários de paz e estabilidade foram frustrados e já não restava dúvidas quanto à como seria organizada a nova ordem mundial para o próximo milênio.

A invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas sob o comando de Saddam Hussein ocorrida em agosto de 1990 com o suposto objetivo de anexar o pequeno, porém rico país vizinho provocou veemente resposta da comunidade internacional. Logo, deflagrando o conflito conhecido como a Guerra do Golfo, o qual durou até fevereiro do ano seguinte. A partir da intensa ação de bombardeio estadunidense foi possível obter uma vitória terrestre em menos de 100 horas e com menos de 150 fatalidades do lado norte-americano. Entretanto, dada a velocidade da vitória e o reduzido número de baixas essa guerra poderia ser percebida como apenas um conflito militar sem grandes repercussões, porém é exatamente nas características de tal vitória que reside a significância desse enfrentamento. Pela primeira vez haviam ficado demonstradas, através de massiva cobertura midiática, as novas capacidades militares norte-americanas baseadas, agora, em sistemas de informação que permitiram criar armas “inteligentes”, rápidas, precisamente teleguiadas, com alcance global e que dispensavam a necessidade de soldados no campo de batalha para controlá-las. Assim, reduzindo imensamente a perda de vidas e conseqüentemente o desgaste político e social interno comum em tempos de guerra. Frutos de uma “revolução militar” iniciada ainda na década de 70 do Século passado quando os Estados Unidos sofreram diversos reveses em sua política externa, como a derrota no Vietnã, os choques de petróleo, a Revolução Islâmica no Irã e a Invasão do Afeganistão pela

mais possível confrontar ideias e conseqüentemente construir sínteses, assim findando a Dialética como posta por Hegel, e logo marcando a chegada neste ponto terminal da História. Fukuyama, então identifica a vitória da democracia liberal, e conseqüente expansão global, sobre o socialismo real como este momento final da História social humana. O otimismo, por sua vez, vem das concepções liberais dos benefícios da integração e desregulamentação dos mercados mundiais e da expansão da democracia como promotora da paz prolongada entre os Estados. Francis Fukuyama. Ver: Fukuyama, Francis. **O Fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

⁸ A teoria do “achatamento do mundo” ou do “mundo plano” é uma teoria da globalização cunhada por Thomas Friedman em seu livro “O Mundo é Plano: o mundo globalizado no Século XXI” (2009). Neste o autor descreve como a expansão do capitalismo de livre mercado e financeirizado, permitido pelo fim do enfrentamento político e econômico bipolar e acelerado pelas inovações tecnológicas em computadores e comunicação do mundo pós-Guerra Fria, é virtuosa tanto econômica quanto politicamente. Uma vez que a integração econômica em cadeias de fornecimento global *just-in-time*, permitida pelas terceirizações e *offshoring*, provoca o aumento dos empregos e rendas globais no longo prazo, assim como dos custos econômicos da guerra.

URSS, a utilização desses novos armamentos serviu propósito similar aos ataques nucleares de Hiroshima e Nagasaki anteriormente. Ou seja, para estabelecer as bases das relações políticas da única superpotência global com os demais países do Sistema Internacional. Portanto, estas se dariam sempre sob a sombra do incomparável aparato militar coercitivo de Washington. As inovações no campo da tecnologia e ideias militar foram tão significativas que segundo autores como William S. Lind (1989, 2004) iniciaram uma nova “Geração de Guerra”⁹, neste caso, a quarta, onde os combates passaram a ser mais difusos, tecnológicos e dispersos.

Entretanto, a ação militar norte-americana não parou neste conflito no Golfo, ao longo de toda a década de 1990, os EUA, não importando o partido que ocupasse a Casa Branca, mantiveram forte postura intervencionista realizando um total de 48 intervenções militares (apenas no governo de Bill Clinton). Com destaque para os ataques à Somália em 1992/1993; o bombardeio da Bósnia nos Bálcãs em 1995; o bombardeio do Sudão em 1998; a guerra do Kosovo, na Iugoslávia, em 1999; e o bombardeio quase constante ao Iraque, entre 1993 e 2003 (KISSINGER, 2012). Ainda, ficou flagrante o aumento do número de bases militares norte-americanas, propiciado pela expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para as antigas áreas de influência da URSS como o Báltico, Europa do Leste, Ucrânia, Bielorrússia, Ásia Central e Paquistão.

No que tange o âmbito econômico do pós-Guerra Fria esse não foi menos problemático tampouco. Inicialmente marcado pelo mesmo otimismo que se propagava no meio político quanto as virtudes da globalização e do “achatamento do mundo” em pouco tempo percebeu-se que globalizar-se poderia não ser o melhor dos negócios, especialmente para os países localizados na periferia do Sistema Internacional.

⁹ As quatro gerações da guerra moderna segundo Lind (1989, 2004) começaram com a paz de Vestfália que outorgou o monopólio da guerra aos Estados-nacionais. A Primeira Geração, portanto, compreende o período de 1640-1860 a relevância dessa geração é a criação de uma cultura militar de ordem que permitiu distinguir entre militares e civis. A próxima Geração foi desenvolvida pela França durante a Primeira Guerra Mundial e introduziu a guerra de atrito, onde a artilharia indireta ganhou papel de destaque no campo de batalha, “a artilharia conquista e a infantaria ocupa”. A Terceira Geração, também conhecida como guerra de manobra ou *blitzkrieg*, desenvolveu-se após a Primeira Guerra Mundial pelos alemães e mais do que uma mudança nos aparatos bélicos a principal novidade desta geração correspondeu a alteração na tática e estratégia de combate. Agora o combate deveria ser rápido e capaz de colapsar a linha inimiga a partir do ataque a seus flancos. Por fim a Quarta Geração traz uma modificação tanto na tática (descentralização) como na tecnologia (armas de *hightech*) dos combates. Há o aparecimento de ameaças não estatais organizadas em redes, como terrorismo e narcotráfico, o que passa a exigir uma abordagem baseada na redução do tamanho das tropas e logo aumento de sua mobilidade. Além de uma expansão do campo de batalha da guerra estatal que agora passa a incorporar a mídia, a cultura e a sociedade civil dos Estados. Minar a legitimidade interna de um governo passa a ser tão importante quanto combater seus exércitos nacionais. LIND, William S. **The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**, 1989. Idem. **Understanding Fourth Generation War**, 2004.

O conjunto de políticas neoliberais que foram amplamente difundidas e adotadas entre estes Estados periféricos no pós-Guerra Fria, tais como a desregularização do câmbio e do mercado de capitais, privatizações de empresas estatais, e *offshoring* do parque industrial em principio serviriam para modernizar suas economias e instituições políticas. Logo, reposicionando-os dentro da divisão internacional do trabalho de forma eficiente. Contudo, os resultados práticos dessas medidas foram nefastos para a vida social desses Estados. Aumento do desemprego, inflação, agravamento das desigualdades sociais e de renda, desindustrialização, degradação dos serviços públicos, além da descrença nas instituições políticas foram apenas algumas das consequências observadas da “terapia de choque” neoliberal na periferia do globo.

Sobretudo após o fracasso da economia planejada na URSS, tem-se espalhado a ideia de que, no mundo, existe apenas uma forma e uma só (neoliberal) de conduzir a economia de um país; e de que, daqui em diante, todas as economias estão encadeadas, são interdependentes. Esse sistema se erige como novo totalitarismo, com seus dogmas e sumos sacerdotes. Em nome do ‘mercado total’, suas novas leis abrangem, com algumas exceções, o planeta inteiro (RAMONET, 1998, p.27).

Como Ramonet (1998) aponta, no pós-Guerra Fria só existia um sistema político-econômico possível de ser praticado: o neoliberalismo. A pressão para a adesão a tal era tamanha que ela possui contornos totalitários, além de possuir dogmas e sumos sacerdotes plenamente estabelecidos. O autor não é explícito em suas colocações, porém uma análise cautelosa deixa claro que o totalitarismo está representado pela capacidade militar assimétrica da hiperpotência global. Enquanto, os dogmas são o menu de diretrizes liberalizantes. Por sua vez, os sumos sacerdotes são os organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) que também se encontravam sob a influência de Washington. Porém, é importante destacar que para além das novas capacidades militares norte-americanas advindas da “revolução militar” da década de 1970, o mundo viu surgir nos anos 90 um novo padrão monetário-financeiro internacional que foi tão, se não mais, efetivo que as armas norte-americanas.

Propiciado pelas políticas de liberalização econômica e desregularização financeira que vieram a partir do fim da oposição soviética ao poder estadunidense, a instituição deste novo sistema conhecido como “dólar-flexível” significou nas palavras de Fiori (2007, p. 112) “uma revolução financeira”. Dado o fim das proteções do câmbio e liberação dos mercados de capitais, o expedidor da moeda de referência internacional, ou seja, os EUA, obteve a capacidade de através da variação de sua taxa de juros alterar a conversibilidade em dólar das

moedas dos demais Estados do globo, podendo, então, ditar o ritmo de crescimento da economia mundial no curto prazo. Na medida em que as dívidas públicas dos Estados são auferidas em dólar, a livre alteração da conversibilidade da moeda nacional em moeda internacional interfere na capacidade de solvência e também de importação desses países. Logo, podendo dificultar o financiamento de seu crescimento econômico. Ademais, também houve “um estreitamento da relação entre o poder político e o valor internacional das moedas” (FIORI, 2007, p. 112), uma vez que o dólar ficou despossuído de qualquer tipo de lastro. Anteriormente, quando as moedas eram atreladas à alguma referência formal, como foi o caso do ouro por exemplo, os países que emitissem “a moeda-chave podiam fechar o saldo de sua balança de pagamentos com déficits globais, mas tinham que se preocupar permanentemente com sua posição externa, para impedir que se alterasse o preço oficial da sua moeda em ouro” (SERRANO, 1998 citado por FIORI, 2007).

Porém, agora, com o dólar flexível e sem lastro:

Os Estados Unidos podem incorrer em déficits em balanço de pagamentos de qualquer monta e financia-los tranquilamente com ativos denominados em sua própria moeda [uma vez que ela tem aceitação e circulação global]. Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar e aos Estados Unidos a liberdade de variar sua paridade em relação às moedas dos outros países conforme sua conveniência, por meio da movida das taxas de juros. E, nesse sentido a ausência de conversibilidade em ouro elimina pura e simplesmente o problema da restrição externa para os Estados Unidos (SERRANO, 1998, p.8-9 citado por FIORI, 2007).

Portanto, a moeda estadunidense passava a se apoiar apenas sobre o poder político-militar dessa potência e, na medida em que as capacidades militares dos EUA são inigualáveis a aceitação de sua moeda e a imposição de sua dívida pública aos demais países do globo, da mesma forma, não pode ser questionada.

O padrão “dólar-flexível” começou a ser concebido ainda nos anos 70 a partir dos reveses americanos em sua política econômica global, tais como a crescente insubordinação das economias japonesa e europeia aos desígnios estadunidenses, além da impossibilidade de manutenção da conversibilidade do dólar em ouro. Logo, este novo sistema monetário-financeiro tem sua origem no fim do padrão “dólar-ouro” e na instituição da diplomacia do “dólar-forte” que ao desvincular a moeda norte-americana da referência internacional, assim como valoriza-la almejava reverter o quadro de depressão econômica do país e conseqüentemente reestabelecer seu controle sobre a economia global. Isso pôde efetivamente ser observado na década de 90 quando da instalação do “dólar-flexível”.

O que fica claro, portanto, é que a ordem mundial do pós-Guerra Fria, a “Pax Americana”, pode ser caracterizada pelo fim da bipolaridade e pela alteração da natureza dos blocos constitutivos do poder estatal da potência hegemônica, ou seja: dinheiro e armas. Conseqüentemente, concedendo aos EUA grande liberdade de intervenção política e econômica no Sistema Internacional, na medida em que se globalizaram os “territórios econômicos”¹⁰, e se expande mundialmente a sombra bélica norte-americana. Dessa maneira, o poder estadunidense se torna imperial de fato. Este, portanto, “apoia-se no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global” (FIORI, 2007, p. 113). O novo caráter (imperial) do poder dos EUA vai se refletir também em sua política externa.

2.2 Política Externa e Geopolítica Norte-Americana.

No que tange especificamente a política externa norte-americana durante os anos 90, Henry Kissinger no último capítulo de seu livro “Diplomacia” (2012) traça um panorama deste período e do que estaria por vir para os EUA. Ele aponta para o aparente triunfo do idealismo wilsoniano¹¹ com a queda da URSS e conseqüente expansão da democracia liberal e dos mercados globais. O espírito de integração mundial pode ser notado nos discursos dos presidentes George H. W. Bush e Bill Clinton respectivamente:

Nós temos um projeto de uma parceria entre as nações que transcende as divisões da Guerra Fria. Uma parceria baseada na consulta mútua, na cooperação e na ação coletiva, especialmente por meio das organizações internacionais e regionais. Uma parceria baseada no princípio da lei e suportada por uma repartição justa dos custos e das responsabilidades. Uma parceria cujos objetivos são aumentar a democracia, a prosperidade e a paz; e reduzir as armas.

Numa nova era de perigos e oportunidades, nosso propósito é expandir e fortalecer a comunidade mundial e as democracias baseadas no mercado. Agora, nós queremos alargar o círculo mundial das nações que vivem sob instituições livres porque nosso sonho é um dia em que as opiniões e energias de cada pessoa no mundo tenham plena expressão dentro de democracias prósperas que cooperam entre si e vivem em paz.

¹⁰ HILFERDING, Rudolph. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

¹¹ Fortemente identificada com o Presidente Woodrow Wilson (1913-1921) o idealismo wilsoniano é baseado na crença do excepcionalismo norte-americano que acompanhou a elaboração do Destino Manifesto, onde o povo dos EUA seria dotado de inigualável natureza e virtude o que, logo, se traduziria no poder de seu Estado e, portanto, na sua autoridade moral e legitimidade política para liderar o mundo. Advoga em favor de medidas de intervenção em países “reacionários” para a instalação de “melhores práticas” em consonância com o modelo norte-americano. Também costuma ser colocado em oposição ao realismo político norte-americano identificado com Theodore Roosevelt (1901-1908) que se utiliza de conceitos como balança de poder e interesse nacional para definir a liderança dos EUA dentro do jogo global de poder.

Porém, o autor também chama a atenção que nesse novo momento das relações internacionais apenas o idealismo wilsoniano não será suficiente para preservar a posição de preponderância dos EUA dentro do sistema de Estados. Exatamente porquê, novamente, como é comum ao longo da história, ocorreu uma alteração nos componentes da ordem mundial vigente. Logo, dando vida a algo novo e ainda não totalmente decifrado. O desconhecimento e a dificuldade de definição das novas ameaças ficam representado pela constante mudança no discurso diplomático do inimigo a ser combatido, podendo ser desde as redes de terrorismo e narcotráfico até os Estados “falidos” e “pária”. Diante desse cenário, o autor, propõe um resgate da geopolítica como ferramenta para melhor definir-se a estratégia norte-americana para o novo Século. Por mais que o idealismo tenha virtudes, ele também apresenta problemas e pontos cegos e por isso não poderia ser a única doutrina de política externa a comandar a ação norte-americana. Ajuda econômica e uma posição moral e ética elevada mesmo que importantes não poderiam ser substitutos para instrumentos “duros” de poder. Portanto, os norte-americanos deveriam perder seu preconceito com relação à termos como balança de poder e interesse nacional e buscar respostas também na geopolítica.

A tradição geopolítica norte-americana é herdeira direta da Britânica. A política inglesa de domínio dos oceanos serviu bem aos interesses de defesa britânicos durante longo tempo. Logo, garantindo ao país riqueza e segurança suficiente para assegurar a hegemonia de seu poder marítimo no globo durante o Século XIX. Não surpreende, portanto, que ela tenha sido replicada pelos EUA a partir dos escritos do almirante Alfred T. Mahan¹² que era confesso admirador da marinha real britânica.

¹² Mahan acreditava que o poder era a medida para a garantia da segurança estatal, e por sua vez, o acúmulo de poder residia no domínio do trinômio: “produção, com necessidade de troca de produtos; navegação, através da qual essa troca é realizada; e colônias, as quais facilitam e alargam as operações de navegação e tendem a protegê-las pela multiplicação de pontos de apoio” (COSTA, 1991, p. 71). Já que essas três áreas estão diretamente relacionadas com atividades marítimas, o autor via como necessário a constituição de um poder marítimo grande o suficiente capaz de dominá-las. Em sua concepção teórica os oceanos eram um “vasto espaço social e político com características próprias que os distinguem dos espaços terrestres, mas articulados a estes pelos portos e vias de comunicação interiores” (COSTA, 1991, p. 70). Portanto, as posições dos continentes e a geografia de suas costas, que acabaram por definir as localizações dos portos, finalmente constituíram uma intrincada rede de rotas comerciais marítimas que permitiam o fluxo de riqueza pelo globo. Antes da evolução do transporte terrestre as comunicações entre os continentes e logo seu comércio dependia em larga escala de vias de comunicação interiores (rios navegáveis) e rotas marítimas, assim fica claro a importância dos mares para as políticas de acúmulo de poder dos Estados, na medida em que o comércio marítimo tinha grande peso no orçamento das unidades sistêmicas, além de ser o principal meio para se conseguir artigos, os quais, o Estado não produzia. Porém, mesmo quando a comunicação terrestre se sofisticou os intercâmbios marítimos não perderam sua importância, já que a melhor integração entre o interior dos continentes e suas costas apenas intensificou os volumes dos fluxos marítimos. E “esta é uma das razões pelas quais a interdependência das marinhas mercantes e de guerra tem aumentado, formando um único sistema durante os conflitos” (COSTA, 1991, pg. 70), porque os Estados têm que proteger as fontes de seu poder e estas estariam nos oceanos. Então Mahan conclui que o Estado que conseguir dominar tais

Porém, esse quadro se alterou de forma permanente quando Sir Halford Mackinder em 1904 realizou uma conferência na sociedade de geografia britânica acerca do *Geographical Pivot of History*, onde destacou pioneiramente a importância econômica e política da Eurásia para o jogo de poder global. Segundo este autor o espaço compreendido pela união dos territórios da Europa e da Ásia seria o continente basilar da política mundial, uma vez que lá se concentra a maior parte da população humana do planeta; e também, dada sua imensa extensão territorial, dos recursos econômicos e estratégicos. Dessa maneira, o país que controlasse a Eurásia estava colocado para reger a “Ilha-Mundial”¹³ e, conseqüentemente, se projetar para o restante do globo e domina-lo. Contudo, ainda dentro da Eurásia existiria um coração continental (*Heartland*) ou área pivô correspondente ao núcleo do continente euroasiático. Localizada entre o oceano Ártico e os desertos e planaltos da Ásia Central na direção Norte-Sul e no sentido Leste-Oeste da Sibéria até os mares Cáspio e Branco. A área pivô seria definida por três características físicas:

Era incomparavelmente a mais extensa região de planícies de todo o globo terrestre. Essa região era quase totalmente isolada do mundo exterior, já que seus grandes rios desembocavam nos mares do interior da Eurásia ou nas costas geladas do oceano Ártico (...) a topografia plana de suas estepes meridionais oferecia condições ideais à mobilidade dos povos nômade-pastoris da Ásia Central (MELLO, 1999. p. 46).

Portanto, o *Heartland* era identificado como uma fortaleza natural que concedia defesa e mobilidade para quem o ocupasse. Também, era reconhecida sua riqueza natural de recursos estratégicos, mesmo que de difícil acesso na época devido ao clima inóspito e a tecnologia rudimentar. Independentemente, o domínio desta área pivô favorecia o desenvolvimento do poder terrestre e em conseqüente provocava o ímpeto da potência continental em alcançar uma frente oceânica para continuar sua expansão¹⁴.

rotas comerciais terá controle sobre esses fluxos de riqueza, além de estar um passo à frente de seus rivais na corrida por colônias e posições estratégicas de apoio, logo criando condições mais vantajosas para projeção e acúmulo de poder. Contudo, para se realizar tal é preciso desenvolver o poder marítimo, este está relacionado às capacidades das marinhas de guerra e mercante (poder naval) obviamente.

¹³ “Segundo o geógrafo britânico, existiria na verdade apenas o Grande Oceano (*Great Ocean*), isto é, um oceano único cujas águas contíguas e intercomunicáveis recobririam três quartos da totalidade do globo. Do restante um quarto de terras emersas, dois terços corresponderiam aos continentes da Europa, Ásia e África que, na visão de Mackinder, formavam de fato um único grande continente”, ou seja, a “Ilha Mundial”. Mackinder via fenômenos geográficos como cadeias de montanhas, rios, istmos e etc. não como pontos de separação das massas de terra e sim como fatores que uniam e interligavam esses territórios, portanto possibilitando a conceitualização de objetos como a “Ilha Mundial”. A concepção de um único oceano com uma grande ilha central e três ilhas periféricas (América do Norte e do Sul e Austrália) é um dos traços mais arrojados e inovadores do pensamento do autor (MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo de Geopolítica?** 1999, p.41-42).

¹⁴ Um dos principais axiomas do pensamento mackinderiano é a histórica rivalidade entre continentalismo e oceanismo. Ele encarava os processos de lutas históricas entre os Estados como de embates entre potências terrestres contra potências oceânicas pela preponderância mundial. “As potências terrestres utilizavam-se de sua

O problema se coloca quando é demonstrada a importância desta região para a política mundial e ao mesmo tempo percebe-se que a Rússia (potência continental) ocupava tal área, enquanto, a Grã-Bretanha (potência marítima) encontrava-se distante deste centro de poder geopolítico. Portanto, a geoestratégia do Império Britânico será pautada pelo permanente veto dessa potência continental aos mares quentes através, principalmente, da ação direta nas bordas do continente euroasiático. Dessa forma, mantendo o poder nesta região do globo equilibrado. Sendo assim, a Grã-Bretanha impediria que a Rússia se transformasse em uma potência anfíbia a partir da mobilização dos recursos do coração continental para uma frente oceânica. E consequentemente, viesse a se tornar uma ameaça a hegemonia do poder marítimo britânico.

O holandês radicado nos EUA, Nicholas Spykman tratou de rever a teoria do *Heartland* de Mackinder, além de enxerga-la desde a ótica estadunidense. Dando continuidade à evolução pensamento geopolítico anglo-saxônico, Spykman, escreve durante o período da Segunda Guerra Mundial, e tem como objetivo teorizar uma estratégia que sirva aos interesses de supremacia global da potência norte-americana tanto em tempos de guerra, quanto nos de paz. Para ele o isolacionismo não era uma postura útil à defesa do país, pois, o desenvolvimento das forças aéreas havia acabado com a vantagem estratégica dos fossos oceânicos que ao cercarem o país lhe davam sua característica geográfica mais importante, a insularidade. Portanto, a maior autonomia dos aviões tornava o continente americano um alvo alcançável, além do mais existia a possibilidade de se lançar um ataque a partir de uma ilha transoceânica dominada por uma potência hostil. Dessa forma, era necessário repensar a estratégia para a defesa dos EUA. E a proposta do autor era que os norte-americanos tomassem uma postura muito mais ativa em relação a defesa de seu continente.

Por meio da projeção cartográfica azimutal focada no Norte ele pretendia demonstrar a maior importância das terras do Norte em relação às do Sul. Logo, conferindo que a América do Norte e a Eurásia se cercam e se ameaçam mutuamente, enquanto a América do Sul, África e Austrália são vistas como ilhas marginais. Portanto, de maneira similar a Mackinder, concluía que os destinos do mundo se desenrolariam no hemisfério Norte. Entretanto, diferente do que propôs o geografo inglês. o *Heartland* não era a região mais decisiva no jogo de poder global. Mesmo a “área pivô” sendo uma fortaleza natural e possuindo recursos naturais valiosíssimos,

posição central e de suas linhas interiores para se expandir em direção às regiões periféricas e conseguir saídas para os mares e oceanos. As potências marítimas apoiavam-se em sua posição insular e em suas linhas exteriores para dominar as regiões litorâneas e manter as potências terrestres encurraladas dentro dos limites de sua posição mediterrânea” (MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** 1999, p. 37).

a Rússia, até aquele momento, não havia logrado integrar, nem explorar essa região de maneira eficiente e de forma a transformar o potencial do coração continental em poder concreto. O clima extremo havia impedido a migração e logo o desenvolvimento da planície siberiana, conseqüentemente, a parte europeia do país continuou sendo a mais desenvolvida. Além disso, a história mostrava que as ameaças ao equilíbrio de poder mundial costumavam vir de fora do *Heartland* e não de dentro dele. A campanha napoleônica e mais tarde as duas Grandes Guerras Mundiais comprovavam a afirmação de que o perigo se encontrava nas franjas da Eurásia e não em seu centro.

Baseando-se nessas observações Spykman constrói sua teoria do *Rimland*. Esta área substitui o “Crescente Interior”¹⁵ mackinderiano em termos de área e posição. Sua principal característica seria o aspecto “anfíbio” de projeção e de pressão em duas frentes, continental e marítima. Essa região seria capaz de compensar, e até mesmo superar a capacidade do *Heartland*. Ele coloca da seguinte forma:

Em torno dessa massa de terra, desde a Grã-Bretanha até o Japão, e entre o continente norte e os dois continentes do Sul, segue-se o grande caminho circunferencial do mundo. Este caminho parte dos mares internos e marginais da Europa Ocidental (o Báltico e o mar do Norte); progride através do Mediterrâneo europeu e do mar Vermelho, cruza o oceano Índico desde Aden até Penang, o Mediterrâneo asiático e os mares marginais do Extremo Oriente (o mar ocidental da China e o mar do Japão) e termina finalmente no mar de Okhotsk. Entre a grande massa de terras do continente euroasiático e a rota circunferencial marítima, se estende a grande zona concêntrica de contenção (Citado por COSTA, 1991, p. 173).

Os EUA se inserem nesse tabuleiro na medida em que Alemanha e Japão (localizados no *Rimland*), durante a guerra, faziam pressão em direção ao coração continental da Eurásia e caso conseguissem estabelecer seu domínio sob essa região alcançariam tamanha capacidade que acabariam por isolar Washington em seu hemisfério. Portanto, o autor concebe que a estratégia de defesa permanente dos EUA deve se basear na defesa do hemisfério americano como um todo, já que no caso de uma potência unificar o *Rimland*, dificilmente o país conseguiria contrabalançar tal poder sem o auxílio do restante do continente americano¹⁶. Por

¹⁵ “O Crescente Interior era o espaço do poder terrestre que, de posse do núcleo basilar euroasiático, procurava conquistar as regiões periféricas e obter saída para o oceano, tendo em vista a construção de um poder marítimo. Por outro lado, o Crescente Interior era também a barreira física de contenção ou a primeira linha de defesa do poder marítimo, que procurava conter a expansão do poder terrestre e mantê-lo encurralado no coração da Eurásia. No Início do Século, o grande arco interior que contornava a Rússia czarista era formado pelos impérios alemão e austro-húngaro na Europa, o império turco no Oriente Próximo, a Índia na Ásia do Sul e a China no Extremo Oriente. O controle do *Inner Crescent* pelas potências insulares ou o veto destas ao seu domínio por uma potência continental assegurava o equilíbrio de poder na Eurásia e a hegemonia mundial do poder marítimo” (MELLO, 1999, p. 47).

¹⁶ O autor coloca ênfase na necessidade de defesa do continente para a eficaz defesa dos EUA tanto que ele divide o continente americano em “América Mediterrânea” e “América Meridional”. A primeira se refere a América

isso ele elenca a defesa do país a partir de três linhas. A primeira deveria ser colocada diretamente nas bordas da Eurásia, onde bases militares ou territórios protetorados serviriam para evitar que qualquer potência localizada nessa região conseguisse unificá-la; a segunda linha estaria posta nas ilhas transoceânicas, estas são pontos de apoio operacional e fazem parte do caminho que leva diretamente ao continente americano; a última linha seria colocada no próprio continente americano (COSTA, 1991, p. 173-176).

A geoestratégia de proteção a partir de “linhas de defesa hemisférica” será a base da segurança geopolítica dos EUA desde então. Evitar o domínio do *Rimland* pela potência do *Heartland*, e simultaneamente garantir a divisão de poder nas bordas da Eurásia, mesmo que não explicitamente, pautarão a política de contenção da URSS como foi exposta por George Kennan. A qual, por sua vez, serviu de princípio mestre para a ação norte-americana durante a maior parte da Guerra Fria. Através da concepção de organizações como OTAN, OTASE (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), CENTO (Organização do Tratado Central), além do firmamento de alianças militares entre Washington e países como: Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Taiwan, Arábia Saudita, Israel, Alemanha Ocidental por exemplo, os EUA impediram a expansão da potência continental soviética a partir de suas frentes de expansão na Europa do Leste, Oriente Médio e Extremo Oriente. E, simultaneamente mantiveram o poder dividido no *Rimland* com sucesso. Portanto, fica claro que por mais que as ações políticas especificamente não tenham sido concebidas por Spykman, a estratégia norteadora das mesmas já havia sido anteriormente elaborada de forma genérica pelo autor e sua concretização mostra a força dessas diretrizes de segurança dentro da geoestratégia norte-americana até hoje.

Tanto é que no pós-Guerra Fria por mais que a retórica corrente fosse recoberta pelo espírito benevolente da globalização. Na prática, a política externa estadunidense, de novo, pareceu obedecer aos princípios colocados por este autor. Na medida em que houve a expansão da OTAN para os antigos territórios de influência soviética como báltico, Europa do Leste e Ásia Central, o aumento do número de intervenções e de bases militares norte-americanas espalhadas pelo mundo, inclusive pela Eurásia, além da falta de compromisso dos EUA com acordos multilaterais capazes de restringir sua capacidade de ação unilateral, tais como o

Central e Caribe (se estendendo até a Colômbia e Venezuela), as quais devem ser zonas de influência exclusiva e perpétua dos EUA; enquanto a segunda diz respeito a América “ao Sul do Rio Amazonas”. Dentro da “América Meridional” ele chama atenção para Argentina, Brasil e Chile que por terem conseguido desenvolver capacidades industriais e sociedades, até certo ponto, nacionalistas poderiam se opor ao plano de criar uma zona de “cooperação pan-americana” sob o comando de Washington. Entretanto, o governo norte-americano não poderia poupar esforços para alcançar seus objetivos de segurança, nem que fosse necessário fazer uso da força (COSTA, 1991).

Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e o Tratado de Mísseis Antibalísticos. Contudo, Fiori (1997, p. 124-127) argumenta que a partir da elaboração da nova doutrina de política externa estadunidense concebida pelo secretário de governo de George H. W. Bush, Donald Rumsfeld, a qual propunha “impedir o aparecimento, em qualquer ponto do mundo, e por tempo indefinido, de qualquer outra nação ou aliança de nações que possa se transformar em grande potência, capaz de rivalizar com os Estados Unidos”, mais do que continuar com a geoestratégia de contenção de Spykman, agora, o plano era pôr em prática uma política de “contenção global”. Inclusive, com a possibilidade de realização de ataques preventivos e de ações para mudanças de regimes.

Agora, contudo, o que os republicanos estão propondo não é mais a contenção de uma ideologia ou de um Estado nacional em particular, é o bloqueio ou destruição preventiva de qualquer tipo de poder que se proponha competir globalmente com os Estados Unidos. É isso que explica a Doutrina Bush ter deslocado seu foco na direção de um inimigo que, ao fim e ao cabo, pode ser qualquer Estados – mesmo que seja um aliado - que demonstre intenções expansivas. E aqui de novo, como no caso dos terroristas, quem determina a existência ou não de alguma vontade competitiva, a ser contida ou destruída, são os próprios Estados Unidos (FIORI, 1997, p.124).

A imposição ao Sistema Internacional de uma guerra permanente, fruto da estratégia de contenção global norte-americana, onde o inimigo pode ser livremente cambiando e previamente atacado pelos EUA, indubitavelmente gera consequências para as relações internacionais. Principalmente, como o aumento da insegurança e instabilidade no campo interestatal, já que qualquer país supostamente poderia ser acusado de abrigar terroristas e assim tornar-se um alvo. Nesse sentido, a própria ação unilateral norte-americana deve aumentar a resistência internacional à sua vontade imperial, uma vez que ela é vista como destrutiva da paz e estabilidade do Sistema. Ou seja, os EUA serão os fomentadores de seus futuros adversários. Para Fiori (1997, p. 149) isso já havia ficado claro quando do requerimento de ajuda por parte dos estadunidenses para levar à frente a Guerra do Afeganistão e a Segunda Guerra do Iraque. Além do ressurgimento da sombra do poder militar e nuclear russo ocorrido após a eleição do presidente Vladimir Putin e da mesma maneira com o acirramento da competição econômica e militar na Ásia. Portanto, o autor conclui que a partir da primeira década do Século XXI, o Sistema já começava a se reestabilizar e esse processo acabou aprofundando-se na segunda década dos anos 2000. Logo, deixando para trás a unipolaridade do final do Século anterior.

Dentro desta ótica do ressurgimento de grandes potências e estabilização do Sistema é inegável que a maior novidade deste novo período seja a ascensão econômica e militar chinesa e sua relação com os EUA.

Ela contém algumas novidades notáveis. Em primeiro lugar, o motor geoeconômico do capitalismo mundial deslocou e esvaziou o tripé da “época de ouro” da economia mundial – Estados Unidos, Alemanha e Japão (...) Em segundo lugar, essa nova engenharia econômica mundial e a prolongada estagnação das economias alemã e japonesa vem deslocando o problema de seus projetos nacionais derrotados ou bloqueados e a necessidade de retomá-los como forma de sair da crise sem contar com a ajuda norte-americana. Em terceiro lugar, essa nova aliança apressou a volta da Rússia às suas posições clássicas de corte nacionalista e militarista. Mas sem dúvida alguma, o aspecto mais importante dessa nova relação entre Estados Unidos e China é que ela é complementar e competitiva a um só tempo e simultaneamente, ela é econômica e militar (FIORI, 1997, p. 150).

Portanto, em termos absolutos, é o entrelaçamento militar e econômico de Washington e Pequim que proporciona que eles continuem a avançar em seus projetos de poder. Porém, ao mesmo tempo, em termos relativos, é essa mesma relação que gera dificuldades mutuas para que os dois países alcancem seus objetivos geopolíticos. Logo, dada a própria natureza do Sistema Internacional e das relações entre as potências, em algum momento estes Estados devem se desvencilhar um do outro por maior que seja seu entrelaçamento. As unidades sistêmicas almejam maximizar seu poder para garantir sua segurança, porém a única maneira de se sentirem verdadeiramente seguras é se tornando o Estado mais poderoso do Sistema (MEARSHEIMER, 2001 p. 41). Logo, inevitavelmente, a China tentará colocar-se como potência dominante no SE asiático, utilizando-se dos recursos que seu relacionamento com Washington proporciona. Similarmente, os EUA buscarão impedir que isso aconteça utilizando-se dos recursos que obtém a partir de seu relacionamento com Pequim. Pois, o Sistema Internacional é tal que condiciona seus atores a se comportarem dessa maneira. Resta saber como se dará a interação entre os dois países. Ou seja, será ela negociada e diplomática, portanto, pacífica, ou por meio das armas e ação militar, logo, agressiva? Quanto à onde os interesses das duas nações devem se chocar, em termos geopolíticos e geoeconômicos, o MSC, se apresenta como um ponto focal para tal embate.

Em seguida, se dará continuidade a evolução da história. Porém, agora, segundo a perspectiva chinesa tendo em vista sua estratégia, política externa e ações geopolíticas e geoeconômicas.

2.3 A Perspectiva Chinesa: política externa e desenvolvimento econômico

O esfacelamento da URSS significou o fim do inimigo comum que manteve Washington e Pequim como aliados estratégicos desde os anos 1970. Portanto, indica o termino da fase de cooperação entre as duas potências e o início de um novo período marcado pela rivalidade e tentativa de contenção da China por parte dos EUA.

A aliança entre os dois países surgiu como resultado da política de aproximação com a China promovida pelo governo de Richard Nixon. Como já visto anteriormente, a década de 70 trouxe diversas inflexões na política externa norte-americana, mas trouxe também para a chinesa. A vitória do Vietnã do Norte sobre o do Sul e sobre os estadunidenses representava um perigo à segurança da China na medida em que os vietnamitas já se mostravam abertos às conversas com a URSS acerca do firmamento de tratados de cooperação econômica e militar. É importante lembrar que nesse momento as relações sino-soviéticas já se encontravam rompidas como consequência de conflitos de interesses¹⁷ entre as duas potências comunistas. Logo, as interações entre Pequim e Moscou se encontravam em um momento de hostilidade mútua. Portanto, uma aliança entre URSS e Vietnã representava um cerco¹⁸ das fronteiras Norte e Sul da China, do ponto de vista da segurança nacional chinesa essa situação não poderia ser tolerada. Sendo assim, Pequim viveu boa parte da década de 70 isolada no cenário internacional, sem poder contar nem com o apoio do bloco comunista, muito menos com o do Ocidente capitalista, além de potencialmente cercada por alianças entre países hostis. Contudo, a política de aproximação norte-americana surgiu para alterar essa situação, assim como, os rumos da Guerra Fria.

A aproximação entre a superpotência capitalista e o mais populoso Estado comunista do mundo foi primeiramente marcada pelo segredo, uma vez que o choque político interno e externo que a divulgação dos primeiros encontros entre os oficiais dos dois países causaria seria tão grande que justificar para suas sociedades essas reuniões talvez se tornasse algo impossível.

¹⁷ O processo que vai culminar na ruptura definitiva das relações sino-soviéticas tem início ainda na década de 50 quando Mao se recusa a integrar o Pacto de Varsóvia, visto por ele como uma maneira de submeter a China em compromissos com a defesa da URSS. Em seguida, o desgaste se aprofunda com a Segunda Crise do Estreito de Taiwan quando a Khrushchov temendo um conflito armado com os EUA retira seu apoio ao programa nuclear chinês. Ainda, o ato de assumir uma posição de neutralidade frente o conflito fronteiriço da China com a Índia foi visto como uma traição da causa comunista e também deteriorou fortemente o relacionamento entre as duas potências comunistas. Por fim, o ápice da ruptura foi o conflito armado direto entre os dois Estados em sua fronteira comum no rio Ussuri. Em 2 de março de 1969, uma patrulha soviética e forças chinesas enfrentaram-se em combate, ambos os lados alegaram que o outro havia sido o primeiro a atacar. Com 31 mortos e 14 feridos, os soviéticos não recuaram e retaliaram com o bombardeio de concentrações de tropas chinesas na Manchúria e com a tomada da ilha Damansky/Zhenbao a qual era o alvo da disputa fronteiriça. Após uma série de confrontos armados na área, ambos os lados se prepararam para uma guerra nuclear. Felizmente, a situação se acalmou com a visita do premier soviético Aleksey Kosygin a Pequim. A controvérsia fronteiriça foi então suspensa, mas não resolvida. Porém, uma solução definitiva viria a surgir apenas em 1991, com a assinatura de um acordo sino-soviético de fronteiras (KISSINGER, 2011).

¹⁸ Mais tarde o medo deste cerco das fronteiras chinesas ficou ainda mais forte com a invasão vietnamita do Camboja em 1979, onde surgiu a possibilidade de construção de uma federação comunista indochinesa comandada deste Hanói e logo aliada com a URSS, e formada através do domínio do Camboja, e do Laos que já se encontravam ocupados restando apenas a Tailândia livre. Ademais, com a invasão do Afeganistão por Moscou, também em 1979, que logo significou a expansão da influência soviética sobre a fronteira Oeste chinesa, ou seja, sobre as regiões da Ásia Central e do Oriente Médio (KISSINGER, 2011).

Também, pela desconfiança mútua, já que os dois Estados estavam até então em espectros políticos, ideológicos e estratégicos totalmente contrários. Porém, em pouco tempo tais preocupações cederam lugar para o pragmatismo dos interesses¹⁹ e ameaças comuns. As visitas e reuniões de Nixon com as autoridades chinesas cimentaram esse caminho marcado pela busca pragmática de seus interesses conjuntos. Eventualmente, esses encontros culminaram na elaboração do Comunicado de Xangai, o qual, entre outras coisas, estabeleceu cláusulas anti-hegemonia²⁰, tendo em vista a contenção da URSS. Além disso, logrou alcançar um ponto de consenso entre EUA e China quanto a questão de Taiwan²¹, a qual era o principal empecilho à relação entre os dois Estados. Ainda, rompeu o embargo comercial que os americanos haviam colocado aos chineses. Assim, fomentando um futuro relacionamento comercial virtuoso e duradouro entre os dois países. Portanto, pode-se dizer que este acordo foi a pedra fundamental que possibilitou o aprofundamento da relação sino-americana pelos anos vindouros.

A normalização total das relações entre norte-americanos e chineses veio após um período de conturbação interna nos dois Estados. Pela primeira parte houve o impeachment de Nixon, devido ao escândalo de Watergate, e pela última houve todo o processo de eleição do novo líder do partido comunista chinês após a morte de Mao Zedong. As duas potências também passaram por problemas externos, ocorreu a deterioração de suas posições internacionais, vide a invasão soviética do Afeganistão e os tratados de cooperação com o Vietnã. Dessa maneira, agora, mais do que nunca, era importante para essas duas potências marcarem uma posição global conjunta. E, isso veio por meio da normalização de seu relacionamento. O presidente norte-americano, Jimmy Carter, reafirmou os princípios que seu antecessor já havia acordado através do Comunicado de Xangai, a contraparte chinesa não fez grandes objeções e logo as relações entre os dois países foram normalizadas. Sendo assim, abriu-se aos EUA um novo conjunto de possibilidades estratégicas para contrabalancear a influência da URSS, da mesma

¹⁹ “Devemos ter em mente, e eles [Taipei] têm de estar preparados para o fato, de que continuará a ser um passo a passo, uma relação mais normal com a outra – a China continental. Porque nosso interesse assim o exige. Não porque morremos de amores por eles, mas porque existem, simplesmente. [...] E porque a situação mundial mudou de forma tão drástica” (KISSINGER, 2011, p. 263).

²⁰ “Nenhum [lado] deve buscar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico e ambos se opõem a esforços feitos por qualquer outro país ou grupo de países em estabelecer tal hegemonia” (KISSINGER, 2011, p. 269)

²¹ “O lado norte-americano declarou: os Estados Unidos admitem que todos os chineses de ambos os lados do estreito de Taiwan sustentam que existe apenas uma China e que Taiwan é parte da China. O governo dos Estados Unidos não desafia essa posição. Ele reafirma seu interesse em um acordo pacífico da questão de Taiwan pelos próprios chineses. Com essa perspectiva em mente, ele afirma o objetivo último da retirada de todas as tropas e instalações militares norte-americanas de Taiwan. Nesse meio tempo, irá progressivamente reduzir suas forças e instalações militares em Taiwan à medida que a tensão na área diminuir” (KISSINGER, 2011, p. 271).

maneira, a China conseguiu se reintegrar à comunidade internacional mantendo em grande parte sua autonomia política e estratégica.

Segundo Kissinger (2011) a ascensão de Deng Xiaoping à posição de líder da China comunista é, em grande parte, o fator determinante para o desencadeamento das mudanças políticas e econômicas que possibilitaram ao país alcançar uma nova inserção no Sistema Internacional. E, que conseqüentemente levaram à aproximação entre chineses e estadunidenses. Durante o período anterior, a política chinesa era guiada pela filosofia maoísta de “Revolução Permanente” no âmbito interno e “Coexistência Combativa” no externo, que colocou à prova a resistência e capacidade do povo chinês de superar privações advindas dos programas governamentais como o “Grande Salto Adiante” e a “Revolução Cultural”.

O primeiro programa tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico do país. Contudo, a China era afligida por um grave problema de restrição agrícola, ou seja, a produção agrícola chinesa era demasiada baixa, devido ao pequeno número de terras agricultáveis, quando comparada a sua massiva população. Portanto, por mais que houvesse necessidade de expansão da agricultura, que inclusive incluía planos para o batimento de metas de produção, a prerrogativa da construção da indústria nacional se tornou prioritária. Especialmente, quando visto que a doutrina de “Coexistência Combativa” buscava tirar vantagens dos dois lados da Guerra Fria através do fomento de um ambiente internacional hostil. Logo, aumentando o caráter de imprevisibilidade das relações internacionais chinesas. Dessa forma, a China não possuía garantias da continuidade de suas importações, sendo impossível amenizar a restrição agrícola. Conseqüentemente, a “acumulação primitiva socialista foi feita acelerando a taxa de investimento na indústria a partir das relações de troca extremamente desfavoráveis à agricultura e consumo” (MEDEIROS, 1999, p. 383). Após o rompimento de relações com a URSS, e logo isolamento de Pequim no cenário internacional, o esforço industrializante se tornou ainda mais vigoroso. Logo, a industrialização começou a seguir um modelo de economia autossuficiente, baseada em comunas, e voltada para a guerra. Onde, a indústria foi espalhada pelo interior e os fornos de fundição caseiros foram adotados largamente por todo o país. Segundo Maddison (citado por MEDEIROS, 1999, p. 383-384):

Entre 1959 e 1961 cerca de 30 milhões de pessoas foram desviadas da agricultura para a siderúrgica de ‘fundo de quintal’(...) como resultado, a produção agrícola *per capita* em 1961 foi 31% menor que a de 1957, a prioridade foi dada à alocação de alimentos para as áreas urbanas, e milhões de habitantes das áreas rurais morreram de fome.

Além disso, o programa de “Revolução Cultural” buscou extirpar do país e de sua população as tradições culturais milenares do antigo Império do Meio (agora vistas como impeditivas ao processo revolucionário) por meio de migrações forçadas da população urbana para o campo, expurgos de intelectuais, de burocratas estatais e de militares graduados. Ademais, da destruição do patrimônio histórico e cultural do país. Contudo, o efeito prático desse processo foi a forte desaceleração econômica provocada pelo caos social que foi criado. Por fim, pode-se perceber que ao longo dos anos 50 e 60 a China viveu um período de grande instabilidade interna e externa que contribuíram largamente para o pouco avanço de seu processo de desenvolvimento econômico e político.

Porém, com a chegada de Deng Xiaoping a política interna chinesa sofreu alterações que vieram a se refletir também em sua política externa. O novo líder do país auferiu que para a nação realizar seu desenvolvimento era necessário um ambiente interno estável, de maneira que fosse possível organizar a sociedade e o espaço econômico possibilitando, então, sua interação prolongada com o fim de construir um mercado interno dinâmico. Similarmente, um ambiente externo tranquilo também era desejável, uma vez que o país dependia da construção de uma rede de relacionamentos comerciais para suprir suas demandas de tecnologia, energia e gêneros agrícolas. Artigos indispensáveis para avançar no processo de industrialização. Portanto, Deng tratou de abandonar as medidas ideológicas da “Revolução Cultural” e de promoção da revolução comunista mundial e focou a política chinesa ao longo dos anos 70 e 80 na reforma institucional e econômica interna e na abertura política estratégica e pragmática como meio de alcançar estes objetivos.

Sendo assim, o programa de “Reforma” buscava acabar com a estagnação que se perpetuou durante o período maoísta através de medidas que foram sintetizadas por Medeiros (1999, p. 398-399) como:

a) ampla reforma na utilização da terra (...) a terra permaneceu sob a propriedade do Estado, mas seu uso foi distribuído para cooperativas de famílias e famílias individuais. A política de ‘permitir que alguns camponeses enriquecessem primeiro’ baseava-se num sistema de incentivos com as seguintes características: o produtor era obrigado a vender ao Estado uma determinada quantidade física a um determinado preço. A produção remanescente poderia ser destinada ao autoconsumo ou a venda no mercado local a um preço normalmente superior ao fixado pelo governo.

b) agressivo programa de promoção de exportações e de proteção do mercado interno (ao contrário do Japão e Coreia, a estratégia chinesa contou com forte estímulo ao investimento estrangeiro, associado às exportações em Zonas Econômicas Especiais (ZEE), de forma a absorver e controlar o ingresso de capitais nas atividades exportadoras (...) o crescimento das exportações de

manufaturas visava viabilizar a importação de máquinas e equipamentos, sendo as demais importações submetidas às barreiras do câmbio e das tarifas).

c) formação de grandes empresas estatais (com ou sem *joint ventures*) na indústria pesada, com crescente autonomia gerencial e financeira, mas subordinadas ao planejamento central.

d) reforma das empresas estatais e redefinição da relação entre planejamento e o mercado; redefinição do sistema de incentivos e de responsabilidades, a partir da introdução de sistemas de contratos.

e) promoção das empresas coletivas (vilas e municípios)

f) transição gradual de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado.

Na maior parte, esse programa teve êxito e os principais resultados observados são: o crescimento da produção agrícola que por sua vez significou o aumento da renda do campo e logo possibilitou a mecanização do mesmo. Posteriormente, levando a um novo ganho de produção. Assim, fomentando um efeito multiplicador para a indústria, que passou a fornecer cada vez mais produtos para esse setor. Isso indica também um deslocamento do fator de restrição do crescimento do âmbito interno para o externo (capacidade de importação); outro resultado foi o aumento das exportações, importações e da entrada de investimento externo através da instituição das ZEE. Ainda, observa-se a elevação do número de fusões e aquisições industriais, fazendo surgir grandes conglomerados empresariais estatais que dominam áreas estratégicas como energia, máquinas e equipamentos, química e etc. O que se apreende, por fim, é que com a “Reforma” houve uma maior integração e concentração do mercado interno. Por sua vez, este processo foi coordenado a partir das ações das grandes estatais, simultaneamente ocorreu a descentralização do planejamento e do controle sobre os camponeses e empresas rurais.

Num polo, predominou o controle sobre o câmbio e o monopólio estatal sobre as importações; no outro, a liberdade de investimento, importações e exportações nas ZEE. Num polo, os preços dos insumos básicos e alimentos permaneceram administrados; no outro, aumentou progressivamente o número de itens sem controle administrativo (...) A combinação entre um movimento de concentração dos mercados e um de descentralização do planejamento é um dos fatos mais originais da via chinesa de industrialização (MEDEIROS, 1999, p. 404).

A “Abertura” foi do ponto de vista político a iniciativa que possibilitou, em boa parte, o sucesso dos programas de reforma econômica interna. Como dito acima, com a expansão da agricultura e logo o deslocamento da restrição ao crescimento chinês do âmbito interno para o externo, o país passou a ser dependente do acesso ao crédito internacional e de investimentos estrangeiros para continuar com seu processo de industrialização. Para tanto, a China procurou

reestabelecer seus laços com mundo como meio de continuar trilhando seu caminho rumo ao desenvolvimento. Deng, tinha muito claro que a China precisava da “tecnologia, especialização e capital estrangeiro para remediar suas deficiências”²² (KISSINGER, 2011, p. 327). Logo, não surpreende que a aproximação entre EUA e China tenha se concretizado nesse período, depois de realizados diversos encontros entre os altos escalões diplomáticos e políticos. Finalmente, normalizando as relações sino-americanas e assegurando o *status* de “Nação Mais Favorecida” (NMF) aos chineses.

Além de reatar relações com Washington, o gigante asiático, fez o mesmo com seus vizinhos do SE asiático. Em 1974, Pequim, reatou relações com a Malásia e no ano seguinte fez o mesmo com Filipinas e Tailândia. Ademais, da mudança na doutrina de política externa chinesa, um motivo no âmbito regional para a retomada dessas relações foi a concordância entre a China e a Associação dos Estados do Sudeste asiático (ASEAN) quanto à reprovação da invasão do Camboja pelo Vietnã em 1978. A vitória do Vietnã do Norte contra os EUA, em 1975, fez nascer o medo em Pequim de que um Vietnã fortalecido poderia buscar anexar o restante da Indochina, especialmente, após firmados os acordos de cooperação entre Vietnã e URSS. Logo, concedendo capacidade de projeção a este país para o restante do SE asiático e, em última instância, para o estreito de Malaca. Dessa forma, as ações vietnamitas não só incrementavam o *hall* de vizinhos poderosos nas fronteiras chinesas, mas também, ameaçavam o suprimento energético do país. Portanto, a China cancelou seus acordos de assistência e retirou do país seus agentes militares que haviam dado apoio logístico a Hanói durante a guerra contra os americanos. Sendo assim, os chineses buscaram se aproximar do restante dos países da ASEAN para por meio da pressão internacional, demover o Vietnã de seus objetivos territoriais na região. No fim, a pura pressão não foi suficiente e a China teve de ir à guerra. Porém, as viagens de Deng pelo SE asiático denunciando a ameaça soviético-vietnamita para a região foram a primeira pedra para pavimentação de um novo caminho para a Pequim junto da ASEAN. Tanto é que na década seguinte mais relações foram reestabelecidas no âmbito regional. O Vietnã desocupou o Camboja em 1990 e assinou com a China um “Memorando de Entendimento Conjunto”, no mesmo ano Pequim retomou relações com a Indonésia e Singapura. Ademais, em 1991 repetiu esse mesmo processo com Brunei.

²² É importante notar que a abertura chinesa não se deu de forma livre e desregulada, pelo contrário a abertura aconteceu de forma gradual e seguiu um planejamento. As ZEE são representativas dessa abertura planejada, na medida em que é apenas nestes espaços que a entrada de capital estrangeiro é permitida, porém mesmo dentro delas ainda existem regulações que determinam a facilidade com que se dará a entrada de tais investimentos.

Da mesma forma, dentro dos esforços da “Abertura” foi ao longo dos anos 80 que a China passou a integrar as grandes instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). Também, chegou perto de aderir ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), porém as negociações não foram à frente devido as transgressões de direitos humanos ocorridas durante os protestos na Praça da Paz Celestial em 1989.

Como resultados da “Abertura” observou-se o aumento muito significativo das exportações chinesas. Para o período 1978-1995 elas constituíram a principal fonte de divisas internacionais (90% em 1991) tendo crescido ao longo deste período 17% ao ano, fazendo com que a parcela das exportações chinesas na porcentagem das exportações mundiais subisse de 0,75% para 3%. Ademais, a relação entre Produto Interno Bruto (PIB) e exportações e importações que era de 10% em 1978 e em 1995 já chegava a 44%. Ainda, houve o aumento da captação de divisas através de empréstimos bancários, e a partir dos anos 90 do influxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), ao ponto que em 1995 a porcentagem de IDE no PIB já alcançava 5%. Esse fluxo de comércio e de investimentos tinha como principais origens os grandes polos do capitalismo mundial como EUA, Japão, Coreia do Sul e Alemanha. O primeiro, particularmente, se tornou um mercado cativo chinês, na medida em que Washington, pautado por sua política de aproximação com Pequim, estendeu ao país um “convite ao desenvolvimento”. Sendo assim, buscando causar desgaste à URSS, o crescimento da China se tornou um objetivo estratégico deste país. Estima-se que em 1996 o déficit norte-americano com a China era de US\$ 39 bilhões (MEDEIROS, 1999).

Entretanto, como visto anteriormente, o fim da URSS significou o alçamento dos EUA a condição de hiperpotência, o que logo veio acompanhado da modificação de sua doutrina de política externa, a qual, agora, se focava na conservação de sua condição de unipolaridade internacional. Muito para o desgosto de Pequim a cooperação pragmática deu lugar para a abertura global dos regimes políticos em favor da democracia liberal, pautada pelos direitos humanos; e dos regimes econômicos em favor do livre-mercado e da desregulamentação financeira como os focos da política externa estadunidense. Washington já haviam demonstrado suas novas capacidades bélicas durante a Guerra do Golfo e logo o perigo que elas representavam para qualquer nação que desrespeitasse os ditames vindos desde o Norte. E uma vez que a URSS já não mais existia, a China (o maior e um dos últimos Estado ainda com

regime fechado nessa nova era de suposta “pós-soberania”), logo, era identificada como o próximo alvo lógico de uma abertura virtuosa para a democracia e para os mercados.

Esse fato se confirmou durante o governo de George H. W. Bush que instituiu sanções econômicas à China devido ao resultado dos protestos na praça da Paz Celestial em 1989 que terminaram em um massacre estudantil. E, também, durante o governo do presidente Bill Clinton, que com ainda mais vigor que seu antecessor, baseou sua plataforma de política externa em cima da ampliação da democracia baseada no mercado e dos princípios liberais ao redor do globo. Kissinger (2011, p. 444) expõe as palavras deste presidente americano:

A China não pode se opor permanentemente às forças da mudança democrática. Um dia ela vai seguir o caminho dos regimes comunistas do Leste Europeu e da ex-União Soviética. Os Estados Unidos devem fazer o que puderam para encorajar esse processo.

Pequim não se rendeu as pressões externas e fez questão de lembrar aos EUA que não concordava com a situação de unipolaridade que estava instituída e que trabalharia para revertê-la. A fala do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Quian Qichen ajuda a esclarecer a visão chinesa:

Acreditamos ser impossível que um mundo tão unipolar venha a existir. Alguns parecem crer que, após o fim da Guerra do Golfo e da Guerra Fria, os Estados Unidos podem fazer qualquer coisa. Não acho isso correto. (...) No Mundo muçulmano há 1 bilhão de pessoas. A China tem uma população de 1,1 bilhão. A população do Sul da Ásia é de mais de 1 bilhão. A população da China é maior do que a população dos Estados Unidos, da União Soviética, da Europa e do Japão combinadas. Assim, continua a ser um mundo diversificado (citado por KISSINGER, 2011, p. 446).

Deng, já havia colocado como um dos princípios fundamentais para o crescimento da China a estabilidade do Sistema Internacional e da política interna. Porém, nesse momento o posicionamento de Washington tornava-se disruptivo da ordem internacional. E, também, da tranquilidade interna da China, na medida em que a pressão feita pelo governo norte-americano para a abertura do regime chinês tomava proporções política e econômicas concretas por meio de sanções e, de ameaças de retirar o *status* de NMF do país e o incluir no grupo de “nações reacionárias”. Portanto, o que se nota é que a partir dos anos 90 as relações sino-americanos sofrem grande deterioração, apontando para o fim de sua convergência e início de uma fase marcada pela rivalidade.

Diante da pressão estadunidense para a abertura de seu regime, Pequim percebeu a necessidade de avançar em seu processo de desenvolvimento como meio de garantir sua

autonomia política e econômica neste novo período. O novo líder chinês, Jiang Zemin, então tratou de reorientar a política interna do país:

Quando Jiang, assumiu o poder, um setor largamente não reformado de empresas estatais nos moldes soviéticos ainda constituía 50% da economia. As ligações da China com o sistema de comércio mundial eram hesitantes e parciais. Empresas estrangeiras continuavam céticas quanto a investir na China; empresas chinesas raramente se aventuravam ao exterior (KISSINGER, 2011, p. 460).

Visto isso, a estratégia do Partido Comunista Chinês (PCC) era aumentar a presença chinesa na economia e política internacional como meio de criar um espaço de manobra política e econômica grande o suficiente capaz de amenizar os avanços norte-americanos. Contudo, para tanto, seria necessária uma nova virada na economia chinesa capaz de permitir que o país alcançasse esses objetivos. Ou seja, uma alteração em seu processo de acumulação de capital. Portanto, os chineses concentraram seus esforços em gestar uma classe capitalista a partir da ação do próprio Estado. Primeiramente, com o início de um processo de privatização das empresas estatais. Em seguida, com a regulação da entrada de IDE no país. E por fim, através do reconhecimento e acolhimentos dos interesses empresariais para dentro do governo no que ficou conhecido como “Tripla Representatividade”²³.

O processo de transferência de ativos estatais para mãos privadas ocorrido nos anos 90 alterou a filosofia com que se enxergava a propriedade e a produção na China. Saiu o *danwei* (a grande panela de ferro de onde todos comiam) e entrou o *zhunda fangxiao* (ficar com as grandes e deixar as pequenas irem). Isso significava que o Estado passava a se concentrar em setores estratégicos, tais como a indústria química, de energia e de máquinas e equipamentos, e concedia a iniciativa privada as áreas que percebia que ela poderia cuidar. Dessa forma, diferente dos processos de privatização ocorridos na América Latina por exemplo, a privatização na China não veio acompanhada da diminuição de poder do Estado. Pelo contrário, houve sim um fortalecimento da posição estratégica do Estado chinês, na medida em que ele, agora, poderia reservar mais recursos para administrar os setores estratégicos, os quais ao fim e ao cabo, determinam o bom funcionamento do restante da economia. A ausência de qualquer ganho estrangeiro durante o processo de privatização das empresas estatais chinesas se torna

²³ A teoria da “Tripla Representatividade” de Zemin tratou de incluir dentro do corpo do PCC a nova classe capitalista que surgiu a partir do processo de privatização das estatais do país, além disso colocou em patamar de igualdade a propriedade privada e a pública, fazendo com que agora, não apenas a propriedade pública fosse inviolável, como a privada também.

ainda mais comprovado quando se nota que as privatizações na China ocorreram “para dentro”. Ou seja, todos os beneficiários dessas transferências foram chineses selecionados do corpo interno do PCC ou foram os próprios antigos gerentes dessas empresas, nenhuma indústria saiu do controle do governo para mãos externas. Ainda, surpreendentemente as privatizações não criaram uma economia dominada por oligarquias como no caso da Rússia, isso se deveu ao fato de que os beneficiários receberam empresas de diversos tamanhos, pequenas, médias e grandes e foram mantidos longe dos setores estratégicos. Portanto, o resultado do processo de privatização na China foi o fortalecimento do setor estatal e expansão dos atores responsáveis pela acumulação, além da ampliação da própria base desta acumulação (NOGUEIRA, 2017).

Quanto ao processo de entrada de IDE, durante a década de 90, a China levantou barreiras tarifárias e não tarifárias com o fim de restringir a importação de produtos estrangeiros. Ao mesmo tempo, foram criadas ZEEs e editadas políticas de facilitação da entrada de IDE no país. Inicialmente, as regulações foram bastante rigorosas, vide o objetivo do governo de fazer com que as empresas nacionais alcançassem as estrangeiras. Porém, mais tarde estas proibições seriam relaxadas com vistas a promover a concorrência e evitar a estagnação da indústria nacional. Entre as normas estabelecidas estava a condição de formação de *joint ventures* entre empresas estrangeiras e nacionais, tendo as nacionais pelo menos 50% do capital do empreendimento final. Eventualmente, esta exigência caiu, porém, se manteve a necessidade de as empresas estrangeiras estabelecerem no país centros de pesquisas e de treinamento de pessoal especializado. Ademais, houve a edição de um catalogo para guiar os empresários estrangeiros, onde ficava posto os ramos industriais permitidos, estimulados, restringidos e proibidos ao investimento. Portanto, segundo Nogueira (2015, p. 62): “a abertura chinesa aos IDEs foi realizada com alta regulação, em uma tentativa constante de absorver tecnologia e modos de produção do exterior a fim de modernizar seus setores industriais e militares”. Ainda, a autora (2015, p. 64) nota que o caso chinês é um dos poucos em que ocorreram transferências significativas de tecnologia e *know-how* das empresas estrangeiras para as nacionais. Isso se justifica pelo tamanho do mercado interno e pelos baixos custos de produção do país, que fez com que os investidores estrangeiros não objetassem fazer mais concessões de transferência de tecnologia quando negociando sua entrada no país. Ainda, é notável a ação do governo frente as negociações para a entrada de capital estrangeiro no país:

Mu e Lee (2005) documentam que, tendo consciência da atratividade e do tamanho do seu mercado e do poder de barganha que isso lhe conferia, o governo chinês ativamente abordou empresas multinacionais, na tentativa de

travar negociações que incluíssem transferência de conhecimento e tecnologia, seja via treinamento de pessoal, seja via detalhamento de serviços de produção, seja via marketing e pós-vendas, seja via instalação de centros de pesquisa e desenvolvimento. O governo foi crucial no processo de negociação, influenciando tanto direta como indiretamente e, em especial, alterando o balanço de poder. O monopólio do Estado em diversos setores também garantiu poder de barganha adicional, dado que, em diversos casos, em particular até meados dos anos 1990, o Estado era o único provedor de serviços de telecomunicações, por exemplo, e também o único comprador de equipamentos e produtor nacional (NOGUEIRA, 2015, p. 64).

Portanto, a partir das regulações a entrada de capital estrangeiro no país e da ação direta e indireta do governo nas negociações com as multinacionais estrangeiras, o objetivo chinês parece ser a construção de uma indústria nacional capaz de competir eficientemente com as empresas estrangeiras por seu mercado interno em um primeiro momento e no mercado global em um período posterior. Logo, conseguindo produzir um espaço de autonomia chinesa na economia e na política mundial. Fica claro, então, que a abertura do mercado chinês ao capital estrangeiro foi um processo comandado pelo governo, mostrando novamente, que o Estado chinês é o órgão que está no controle do processo de desenvolvimento econômico do país e este segue preceitos definidos politicamente.

Por fim, a doutrina de “Tripla Representatividade” veio para impedir quaisquer recuos nos processos descritos acima. Por meio do reconhecimento constitucional da classe empresarial e da equiparação da propriedade privada com a pública ficaram garantidos e representados os direitos e interesses desses novos atores dentro do PCC, assim oficializando esse novo caminho que a China segue.

Portanto, de maneira geral o que se observa é que ao longo deste período Pequim parecia estar preparando o terreno para a internacionalização de sua economia, principalmente através do fortalecimento do Estado e da criação de uma classe capitalista competitiva. Tanto é que Kissinger (2011, p. 462) nota que ao termino dos anos 90 a China:

Assomava rumo a um papel mundial, com interesses nos quatro cantos do planeta e integrada em grau sem precedentes com tendências políticas e econômicas mais amplas (...). Nunca antes na história a China manteve intercâmbios e comunicações tão frequentes com o resto do mundo.

Logo, a posição em que a China chegava ao Século XXI representava o fim de seu “longo Século XIX”, ou seja, o termino de um período marcado pela perda da autonomia política e econômica para as mãos dos estrangeiros, seguido por outro de profunda conturbação

interna e reconstrução da identidade e das capacidades nacionais. Sendo assim, finalmente uma nova era se iniciava para o país.

A próxima geração de líderes a assumir o poder na China foi composta por Hu Jintao, no posto de Presidente da República, e Wen Jiabao como Primeiro Ministro. Foi definido como objetivo de longo prazo para o país a construção de uma “sociedade harmoniosa e moderadamente próspera” através de um processo de “Ascensão Pacífica” no campo internacional. Ademais, o intervalo de 20 anos a partir do ano 2000 foi encarado como um período de “oportunidade estratégica” para a China avançar em seu desenvolvimento e assim consolidar de forma definitiva sua posição entre as grandes potências (KISSINGER, 2011).

Quanto ao relacionamento com a potência hegemônica nesse início de milênio, as interações entre EUA e China foram menos conflituosas do que na década anterior. Os atentados do 11 de Setembro de 2001 desviaram o olhar norte-americano da China para o Oriente Médio. Por sua parte, Pequim não fez grande oposição a entrada de Washington no Iraque e no Afeganistão, já que estas serviram também para garantir o respeito aos investimentos energéticos chineses nessas áreas. Além disso, a sombra do terrorismo global foi o pretexto perfeito para o país aumentar seu controle sobre suas regiões com histórico de lutas por secessão, como por exemplo: a província de Xinjiang, casa da população minoritária Uigur. Contudo, a política que em uma região demonstrou-se benéfica ao país asiático, em outros espaços não logrou repetir o mesmo resultado positivo. Como foi o caso das cercanias do estreito de Malaca. Essa passagem é uma das regiões mais geopoliticamente sensíveis do entorno estratégico chinês, pois é por lá que mais da metade do petróleo e gás natural que abastece o país tem de passar e por ser um espaço vulnerável a ataques terroristas. Logo, uma interrupção do fluxo de hidrocarbonetos através desta área devido ao fechamento da passagem seria extremamente grave para a capacidade de mobilização das forças armadas do país. Portanto, os chineses encararam a política estadunidense de combate global ao terrorismo como uma lâmina de dois gumes. Já que a China se utilizou desses princípios para assegurar o controle sobre suas regiões com demandas por soberania, mas também, devido a existência de grupos religiosos radicais e de piratas nas proximidades do estreito de Malaca, o país foi obrigado a redobrar sua atenção para uma possível investida ocidental nesta região sob o pretexto de garantir a segurança de navegação.

Tendo em vista a necessidade de conciliar os objetivos de crescimento para os próximos 20 anos, a “Ascensão Pacífica” e a sombra quase que constante dos EUA em seu entorno

estratégico, o governo chinês buscará continuar avançando em seu processo de desenvolvimento. Os anos 2000 serão então marcados pelo *boom* da construção civil. Esse se deu devido ao esforço governamental de transformar a China definitivamente em um país urbano. Estimasse que em uma década 70 milhões de agricultores foram retirados de suas terras, as quais, por sua vez, foram colocadas nas mãos de grupos privados empreendedores que trataram de construir cidades inteiras do nada. Assim, como toda infraestrutura de sustentação e de articulação desses novos centros com outros núcleos urbanos, tais como áreas comerciais, hospitais, escolas, estradas, ferrovias e etc. A expansão da urbanização gerou uma grande elevação da demanda dentro do setor de construção. Produtos como ferro, aço, vidro, cimento, madeira, entre outros passaram a ser extremamente requisitados. E, esse desafio foi respondido com o aumento dos investimentos públicos e privados no setor de construção civil, o que por fim gerou uma enorme capacidade produtiva no país e consolidou os investimentos como o motor do crescimento chinês (NOGUEIRA, 2017). Ainda, Costa (2012) adiciona:

Exemplo clássico deste processo [de urbanização] foi a cidade de Shenzhen localizada ao lado de Hong Kong, que em 1978 era uma vila de pescadores de 700 habitantes, e hoje possui cerca de 11 milhões de pessoas (...). A urbanização também intensificou o apetite chinês por commodities, como o aço e o petróleo. O aumento da população urbana gerou uma maior demanda por alimentos. Entre 1985 e 2008 o consumo *per capita* de carne na China passou de 20 para 50 kg. Na última década houve um significativo aumento dos preços destas commodities, o que trouxe consequências para todas as economias do planeta, em especial ao Brasil, um dos principais parceiros comerciais da China (...). Atualmente o crescimento urbano se afasta do litoral e se dirige para o oeste da China. Cidades como Wuhan, Chongqing, Shijiazhuang e Kashgar localizada no extremo oeste do país, se transformam rapidamente em metrópoles, replicando o fenômeno de Shenzhen.

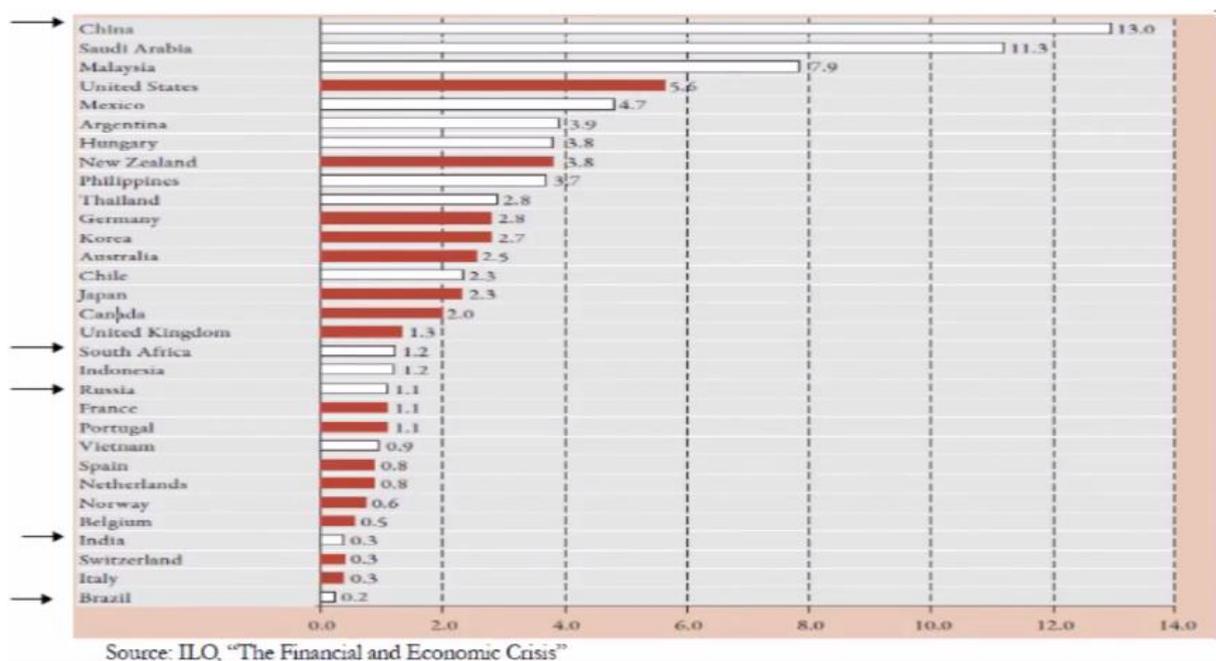
Ao fim da primeira década do ano 2000 o processo de urbanização começou a arrefecer à medida que se chegou perto do limite da segurança alimentar do país. Além disso, em resposta a crise econômica de 2008, a China iniciou um grande programa de estímulo fiscal visando o fomento da inovação através do aumento dos investimentos na indústria, universidades e centros de pesquisa (ver gráfico 1). A inovação também foi estimulada através da internacionalização das empresas e marcas chinesas, as quais ao competir no mercado global adquirem experiência e novas tecnologias através de compras, fusões e consolidação de *joint ventures* com empresas estrangeiras.

As fusões e aquisições foram mais frequentes nos setores de tecnologia e comunicação e também nas atividades relacionadas à exploração de recursos naturais, constituindo-se numa opção para a obtenção de tecnologia, controle de redes de distribuição e marcas. Em 2004, o Shanghai Automobile Group (SAG)

comprou 49% da SsangYong Motor Company, a quarta maior empresa automobilística coreana; um ano antes a TCL Corporation fez uma fusão com a gigante francesa Thomson (televisão), numa operação que alcançou um valor de US\$ 3,5 bilhões. Em 2005, a China Minmetals Corporation (CMC) adquiriu 1/4 da Chile GABY Copper Mine, com o objetivo de obter cobre, por 15 anos, a preços abaixo do mercado (spot rate). Em 2009, as empresas chinesas foram responsáveis por 38 fusões e aquisições no mundo, com maior foco nos recursos naturais. As operações significaram um aumento de 90% sobre aquelas realizadas em 2008, segundo o *ZeroIPO Research Center*, de Pequim. Deve-se ressaltar que as grandes transnacionais chinesas dominaram essas operações, enquanto que as empresas menores ainda se estabeleceram mediante a abertura de escritórios no exterior, estando muitas delas engajadas no comércio de produtos chineses. (ACIOLY & LEÃO, 2011, p. 8)

Eventualmente, estas novas tecnologias e técnicas são trazidas de volta ao mercado interno do país e fomentam novas descobertas e engenhos. Dessa forma, o governo busca, na segunda metade da década de 2000, tornar a inovação endógena o motor do desenvolvimento econômico no país.

Gráfico 1 - Programas de estímulo fiscal (% do PIB)



Fonte: Cassiolato, 2017.

Segundo Medeiros (2017), a ruptura da antiga estratégia de oferecer mercado interno em troca de parcerias capazes de suprir as demandas por transferência de tecnologia à indústria chinesa se deu ainda com o 10º Plano Quinquenal (2000-2005). Onde, pela primeira vez, se fala na necessidade de instituição de uma política industrial com o objetivo último de construir um sistema nacional de inovação comparável com os das grandes potências do Sistema. O qual,

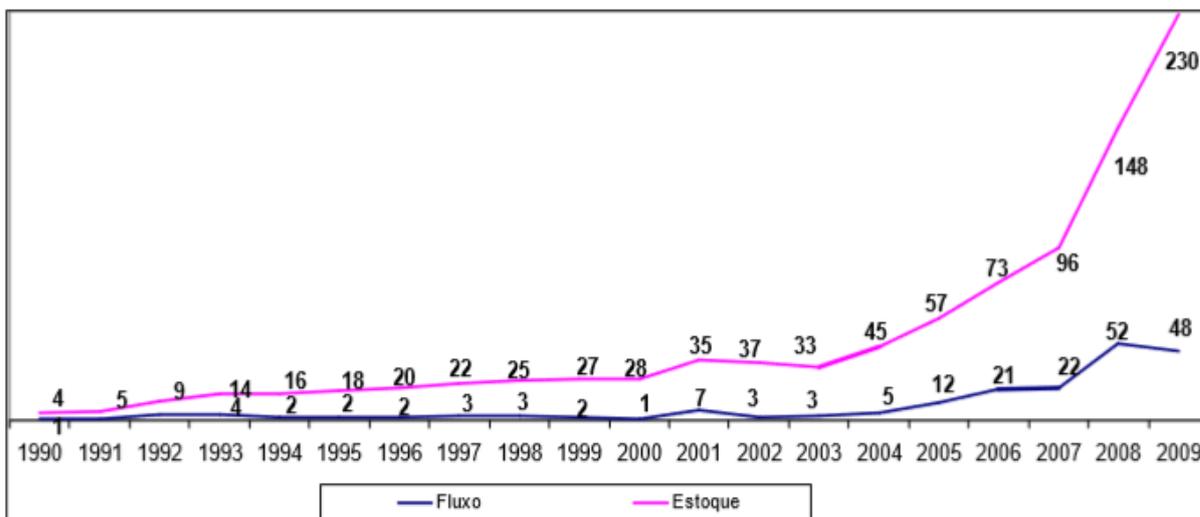
portanto, permitiria a China avançar em seu crescimento econômico de forma independente. Ao oferecer vantagens e proteções para setores estratégicos, o PCC almejava fundar um novo regime de acumulação puxado pelo consumo do mercado interno e com marcas líderes no mercado global. Logo, políticas de compras públicas, instituição de padrões técnicos e regulações que ajudassem a proteger as marcas chinesas da competição estrangeira, ademais da disponibilização de financiamento para essas indústrias foram apenas algumas das medidas utilizadas para fomentar a inovação e consolidação das marcas do país no âmbito internacional.

Ainda, em acordo com o estímulo à inovação, o 10º Plano Quinquenal também colocou grande foco na internacionalização das estatais chinesas, também conhecidas como “Campeãs Nacionais”. A linha mestra dessa política foi instituída pelo fundamento de *Going Global* ou *Going Out*, que indica a existência de dois movimentos importantes que caracterizam os fluxos de IDE chineses e, portanto, até certa medida, guiaram a política externa do país neste período. O primeiro é a concentração dos investimentos nos setores primário e terciário e o segundo é o foco em levar estes investimentos para regiões com grandes concentrações de recursos naturais/estratégicos, assim como importantes centros financeiros.

A configuração que têm assumido esses investimentos permite argumentar que a internacionalização das empresas chinesas respondeu não somente às motivações de ordem exclusivamente microeconômica e/ou puramente comercial, mas também a questões estratégicas do Estado chinês relativas à continuidade do processo de industrialização, à pressão do aumento das reservas cambiais sobre a valorização do câmbio e até mesmo por objetivos de cunho geopolítico (ACIOLY & LEÃO, 2011, p. 3-4).

Segundo dados do *United Nations Conference on Trade and Development* (Unctad), reunidos por Acioly & Leão (2011), quando se iniciou o programa de “Abertura” chinês em 1979 o valor dos investimentos externos do país saiu de um patamar de praticamente zero para alcançar a casa dos 830 milhões de dólares em 1990. Às portas da crise global de 2008 os investimentos chineses somavam aproximadamente 52,1 bilhões de dólares e se adicionados com os valores de Hong Kong, a China se tornava o maior investidor dentre os países em desenvolvimento.

Gráfico 2 - Fluxo e estoques de IDE chineses no mundo, 1979-2009, (em US\$ bilhões).

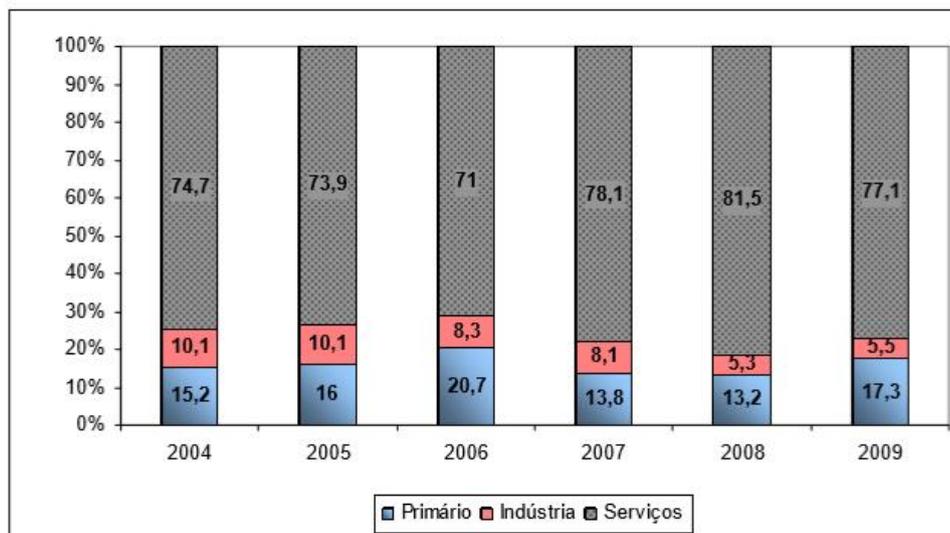


Fonte: Unctad.

Elaboração: Accioly & Leão, 2011.

Quanto a distribuição destes investimentos (ver gráfico 3), a maior parte deles se concentra no setor terciário (3/4 do estoque de investimentos em 2009), principalmente, em serviços financeiros (19%) e comércio (15%). Seguido pelo setor primário que agrega majoritariamente a mineração (17,2%) e extração de petróleo e gás natural (17%). Em último lugar está o setor secundário com destaque para as manufaturas (5,2% do estoque de IDE chinês no mundo).

Gráfico 3 - Distribuição setorial do IDE chinês no mundo (2004-2009)



Fonte: *Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*– Mofcom (2009).

Elaboração: Acioly & Leão, 2011.

No que tange os investimentos chineses concentrados no setor primário estes deixam claro que a escassez de recursos estratégicos é um de seus motivadores. A China sofre de uma dotação geológica problemática. O país possui apenas 3% das reservas mundiais provadas de petróleo em seu território, por outro lado, é um dos países cujas demandas por este produto mais crescem no planeta. Logo, de forma alguma a produção nacional consegue saciar seu apetite por óleo. Dessa maneira, o Estado chinês decide adotar uma estratégia bastante agressiva de *Resource Seeking*, ou seja, cada vez mais a China realiza acordos de provisão e de compra de reservas de petróleo com países onde seu poder de barganha seja elevado, como nos casos dos Estados africanos e latino-americanos.

Já, os investimentos do setor de serviços se guiaram pela composição de *holdings* empresariais, de forma a fortalecer as empresas chinesas e permitir sua expansão. Na área financeira, a estratégia mestra foi a de *Strategic Asset Seeking*. Ou seja, através da ação de bancos, “identificar oportunidades, expandindo seus negócios para aproveitar a diáspora chinesa”, de maneira a ter acesso a técnicas avançadas de administração financeira dos países desenvolvidos. Assim como, fornecer apoio às empresas chinesas que estejam se internacionalizando. Por sua vez, no setor de comércio, atacado, varejo e transporte o investimento chinês seguiu a linha de *Market Seeking*. Logo, buscou novos mercados e a

ampliação dos antigos, claramente, com visas a acomodar a crescente produção industrial chinesa (ACIOLY & LEÃO, 2011, p. 7).

O assunto do IDE chinês não se esgota aqui, este voltará a ser tema de debate mais a frente neste trabalho, mas por enquanto o que foi dito deve ser suficiente para completar a narrativa da história do desenvolvimento econômico e político chinês desde o final da década de 70.

Tendo isso em vista, quando se fala em inovação na China não se pode esquecer do papel fundamental desempenhado pela indústria de segurança e defesa no processo industrialização e fomento da inovação no país.

2.4 Papel do Investimento Militar Chinês no Processo de Desenvolvimento Econômico do País

O desenvolvimento econômico, de forma geral, tem por objetivo construir sociedades ricas e prósperas com altos índices de qualidade de vida. Contudo, a melhoria dos padrões de vida de quaisquer populações passa, concomitante e inescapavelmente, pela garantia da segurança de seus respectivos Estados. Para tanto, o desenvolvimento das forças armadas não pode ser retardatário ao desenvolvimento da economia como um todo. Sendo assim, as grandes potências, através da constituição de complexos industriais-militares, procuram integrar esses dois processos de desenvolvimento de forma que um consiga alavancar o outro, fazendo com que o crescimento transborde para o setor vizinho e por fim se retroalimente. No caso chinês isso não é diferente.

É importante notar que o processo de desenvolvimento econômico da China, seja a expansão de suas relações comerciais; seja a consolidação da inovação endógena como motor do crescimento mais recente do país; ou o movimento de internacionalização das grandes estatais; ou ainda, a formação de um setor empresarial privado robusto foram iniciativas sempre coordenadas pela ação do Estado. O qual, por sua vez, buscava responder a pressões competitivas externas ao país. Isso significa que o desenvolvimento econômico civil deve ser enxergado como tributário dos objetivos de longo prazo estabelecidos pelo governo, inclusive e principalmente, dos objetivos militares e geopolíticos. Portanto, não se pode deixar de notar o papel essencial representado pelo setor bélico neste processo de desenvolvimento econômico, iniciado, ainda, durante o período das reformas e modernizações de Deng Xiaoping ao final dos

anos de 70. E, que atingiu um novo patamar com o término da década de 1990. Onde o fator determinante para levar à frente a expansão do espaço de autonomia econômica e política do país, e, logo, responder a estes desafios externos foi a integração da indústria bélica com a civil. Assim, fomentando a construção do complexo industrial-militar chinês.

Ao longo do período da Guerra Fria era estratégico à segurança chinesa a expansão e modernização dos instrumentos de defesa do país, de maneira a garantir a soberania da nação frente as capacidades militares de soviéticos e estadunidenses. Portanto, entre as políticas de reforma colocadas ao final da década de 70 estava, não só, a modernização da indústria de defesa, mas, também, a expansão da indústria civil. O objetivo do PCC era através destes programas promover a integração dos ramos da indústria civil e militar de forma que a produção e inovação de um setor pudesse ser adaptada ao outro e assim gerar ganhos duplos. Ou seja, em segurança, da mesma forma que em bem-estar social. Consequentemente, por meio da criação de um complexo militar-industrial produtor de tecnologias de uso dual, a China, conseguiria expandir sua capacidade de defesa militar e logo sua segurança nacional, ao mesmo tempo em que avançava em seu processo de desenvolvimento econômico. Contudo, primeiramente era necessário equiparar esses dois setores industriais para facilitar sua integração.

Pode-se dizer que uma característica da China pós-Mao Zedong era o desequilíbrio entre os ramos industriais civil e militar. No que tange o desenvolvimento das capacidades da indústria, durante o período maoísta a prioridade foi dada a indústria bélica que acabou por se constituir isolada do ramo civil e logo era regida de forma autônoma do restante da economia nacional. A partir da ascensão de Deng Xiaoping, porém, a diretriz do governo era integrar os dois âmbitos industriais de forma a gerar resultados positivos mútuos e logo se afastar do exemplo soviético que se traduzia em grande capacidade militar, mas atraso econômico. Esse processo começou com a conversão de diversos centros de pesquisa e fabricas de artigos militares em institutos e indústrias civis. “O processo de conversão desencadeou impacto enorme sobre os conglomerados estatais do setor bélico. Em 1978, produtos civis representaram 8% de sua produção; em 1989, esta porcentagem havia aumentado para aproximadamente 70%” (MEDEIROS & TREBAT, 2015, p. 526). Também, houve cortes nos orçamentos dos institutos públicos de pesquisa que obrigaram estes órgãos a procurar novas parcerias para financiamento no ramo civil:

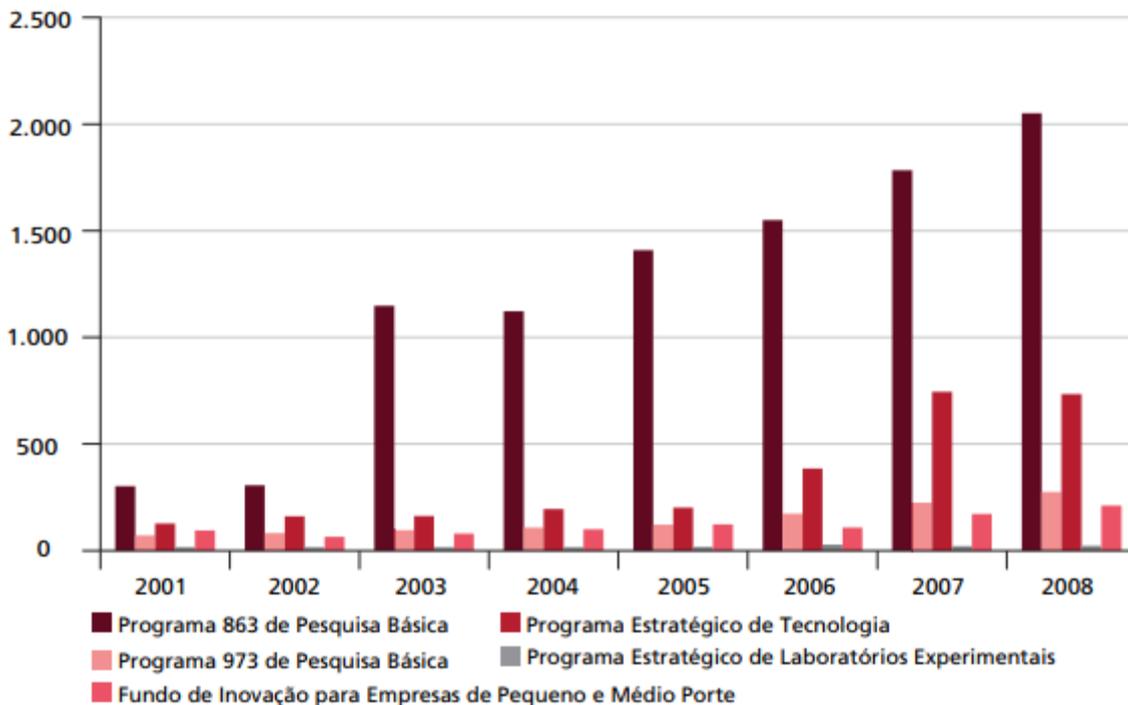
Conselho de Estado declarou a tecnologia uma mercadoria, e não um bem público, autorizando institutos de pesquisa a comercializar os seus resultados.

A maioria destas instituições alterou o seu estado legal e se transformou em empresas. Até 1988, mais de 50% dos estabelecimentos de P&D na China haviam participado de fusões ou formado parcerias com empresas produtivas (MEDEIROS & TREBAT, 2015, p. 526).

Conseqüentemente, houve a expansão da industrialização chinesa que, junto da política de “Abertura”, proporcionou rápido crescimento econômico ao país. Ademais, também exigiu o aumento das capacidades de defesa e proteção, uma vez que novas vias de comércio marítimo haviam sido abertas; o espaço aéreo do país, agora, tornava-se mais movimentado; assim como, a garantia de acesso a fontes de matérias primas essenciais para manter a indústria funcionando eficientemente transformava-se em uma prioridade política. Ao mesmo, com a retomada da Guerra Fria, a partir da eleição de Ronald Regan e do lançamento do projeto “Guerra nas Estrelas”, o governo chinês enxergou a necessidade de refinar sua aparelhagem bélica, de forma a responder à novos desafios. Para tanto, em 1986 é criado o “Programa 863 de Alta Tecnologia” que tratou de fomentar a pesquisa e desenvolvimento (P&D) das áreas de automação, biotecnologia, energia, tecnologia da informação (TI), novos materiais e tecnologia aeroespacial.

Inicialmente, o programa era dotado de um orçamento pequeno. Porém, com o final da Guerra Fria e com as demonstrações das novas capacidades militares dos EUA a partir de 1991, os repasses para o programa aumentaram grandemente fazendo com que ele se tornasse a principal fonte de recursos para projetos de alta tecnologia da indústria chinesa. Além de ser o maior programa de P&D do país (a importância deste programa pode ser vista no gráfico 4). Ao mesmo tempo, o Relatório de Defesa Nacional do Exército de Libertação Popular (ELP) tratou de modificar a estratégia de guerra do país para que fosse possível lidar com confrontos cada vez mais baseados no controle de informação e conhecimento; ademais, do domínio de tecnologia na fronteira da inovação (MEDEIROS & TREBAT, 2015, p. 527). Como resultado, tem-se registrado desde 1989 o contínuo crescimento dos gastos militares do país, ao ponto que, atualmente, a China figura na segunda posição deste *ranking* ficando atrás apenas dos EUA (ver gráfico 5 e 6).

Gráfico 4 - Recursos alocados em programas de alta tecnologia (2001-2008) em milhões de RMB.



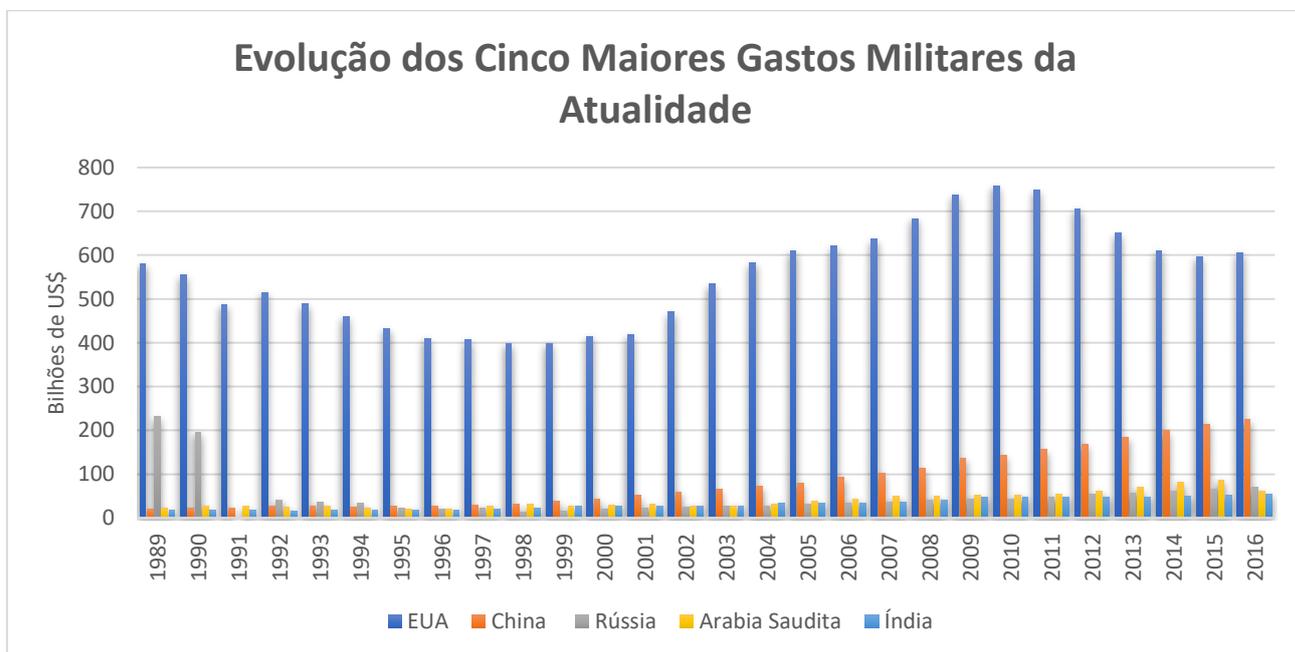
Fonte: Liu & Cheng (2011) citados por Medeiro & Trebat (2015).
Elaboração dos autores.

Gráfico 5 - Gasto militar chinês em bilhões de dólares (1989-2016).



Fonte: SIPRI Military Expenditure Database 2017. Elaboração própria.

Gráfico 6 - Evolução dos atuais cinco maiores gastos militares do mundo em bilhões de dólares (1989-2016).



Fonte: SIPRI Military Expenditure Database 2017. Elaboração própria.

O aumento dos gastos militares está de acordo com o Plano de Médio e Longo Prazo (2006-2020) onde fica sugerido que a pesquisa militar deve assumir um papel de relevância no que se trata por inovação endógena. São postos como princípios “a centralidade da segurança nacional no desenvolvimento de capacidade independentes e de ponta”; ademais de “desfazer a distinção clássica entre tecnologias civis e militares, o desenvolvimento tecnológico deve beneficiar as áreas civil e militar da mesma forma” (CHEUNG, 2009, p. 241. Citado por MEDERIOS & TREBAT, 2015, p. 530-531). Simultaneamente, o 10º Plano Quinquenal (2000-2005), o qual previa a internacionalização das marcas e produtos chineses, também foi responsável pela expansão do Programa 863 que teve como uma de suas prioridades, além do financiamento de projetos de alta tecnologia nos ramos civil e militar, realizar investimentos em firmas e centro de pesquisa que estivessem buscando formas de adaptar tecnologia civil para uso militar e vice-versa. Medeiros & Trebat (2015, p. 530) explanam os resultados do esforço chinês de integração destes ramos industriais e de pesquisa.

O aumento da importância dos programas de alta tecnologia coincidiu com uma melhora substancial em indicadores gerais de progresso técnico, como patentes e produção científica. Entre 1998 e 2011, a taxa média anual de crescimento de novas patentes chinesas registradas no Escritório de Patentes e Marcas do governo americano foi de mais de 35%, muito acima das taxas alcançadas por

firmas japonesas, sul-coreanas e taiwanesas no período. A participação da China nas publicações científicas mundiais cresceu de 2%, em 1995, para 6,5%, em 2004. Em categorias específicas, a China já se tornou líder mundial, respondendo por quase 21% das publicações mundiais na área de ciências dos materiais entre 2004 e 2008. Entre 1999 e 2003, a participação chinesa nesta categoria alcançou 12,2%. Este progresso foi impressionante, levando-se em conta que os gastos em P&D na China, como porcentagem do PIB (1,7%), ainda eram bem inferiores aos patamares americano, japonês e europeu.

O progresso na inovação, registrado através do aumento do número de patentes expedidas, tem se refletido também no âmbito de segurança e defesa, uma vez que graças as políticas de tecnologia de uso dual, o setor militar não tem tido grandes dificuldades em absorver e adaptar as inovações criadas no âmbito comercial. E, assim, continuar a se modernizar. Como colocam Mulvenon e Tyroler-Cooper (2009, p. 4-5. Citados por MEDEIROS & TREBAT, 2015, p. 531):

Benefícios do tipo ‘spin-on’ provenientes da área comercial e integração nas cadeias globais de pesquisa e produção (...) facilitaram melhorias dramáticas na produção industrial bélica chinesa e na modernização do ELP desde os anos 1990. As capacidades militares chinesas são reforçadas por spillovers provenientes da base tecnológica civil, e reformas na gestão das indústrias de defesa e do sistema de pesquisa – assim como iniciativas para juntar a pesquisa civil e militar – têm facilitado a absorção de tecnologia de uso dual pelo ELP.

E mais recentemente o principal alvo em potencial da utilização destas novas capacidades militares chinesas é o Mar do Sul da China. Na próxima seção tratar-se-á exatamente deste assunto. Ou seja, tendo visto este quadro histórico que definiu tanto a posição internacional dos EUA atualmente, quanto o processo de desenvolvimento político e econômico da China até o período recente, se focará a análise em como este último país interage com o espaço do MSC e com seus vizinhos do SE asiático.

CAPÍTULO 3 – A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO MSC E A POSIÇÃO CHINESA NESTE TABULEIRO

3.1 Leste Asiático e seus Tabuleiros Geopolíticos

No que concerne o envolvimento chinês, atualmente, o Leste asiático possui dois tabuleiros geopolíticos de grande importância. Um se concentra no Nordeste da região (mapa 1) e o outro no Sudeste. O primeiro diz respeito às tensões envolvendo a Coreia do Norte e seus cada vez mais frequentes testes nucleares e balísticos. A posição geográfica da península coreana é estratégica na medida em que forma uma cabeça de ponte em direção ao continente asiático em sua parte mais setentrional, estando colada aos Estados da China e da Rússia. Porém, hoje, a península encontra-se dividida entre duas Coreias antagônicas. Uma capitalista e (atualmente) democrática²⁴ apoiada pelos EUA e seus aliados no Sul e a outra comunista e autoritária²⁵ assegurada por China e Rússia no Norte. Portanto, a cabeça de ponte permanece bloqueada impedindo o acesso das potências marítimas ao interior do continente asiático. Ainda, o isolamento internacional de Pyongyang e apoio de Pequim e Moscou promove a criação de um Estado extremamente militarizado²⁶ e com capacidade nuclear ao lado de

²⁴ O primeiro presidente coreano foi Singman Rhee, ele governou a Coreia e depois a Coreia do Sul durante quatro turnos ao todo (1948-1960) nunca poupando esforços para reprimir a oposição, utilizando inclusive de assassinato, repressão policial e política para perpetuar-se no poder. Em 1960 com o estouro de uma revolta estudantil que buscava retirar o então presidente de seu cargo, Rhee e sua mulher fugiram do país a bordo de um helicóptero do Serviço de Inteligência Americano (CIA) em direção ao Havaí, onde eles viveriam o restante da vida em exílio. Para controlar a instabilidade político e social que tomava conta do país uma junta militar comandada pelo General Park Chung-hee tomou o poder. Chung-hee outorgou uma nova constituição que lhe permitiu governar de forma ditatorial de 1961 até 1979 quando foi assassinado. Também, é durante este período que a Coreia do Sul teve seu milagre econômico e se tornou um dos países mais industrializados do mundo motivo que muitas vezes serve de justificativa para a repressão do governo. Após sua morte, os militares deram outro golpe, dessa vez encabeçado pelo General Chun Doo-hwan que veio a governar sob lei marcial até 1987, quando a democracia foi finalmente reestabelecida no país. Portanto, como pode-se ver democracia, liberdade política e de expressão são conceitos ainda recentes a nação sul-coreana fazendo com que Coreia do Sul e do Norte não sejam tão diferentes quanto é comum se acreditar, especialmente no que tange as liberdades de suas populações.

²⁵ Dada a divisão das duas Coreias, Kim Il-sung assumiu o poder na Coreia do Norte. O Supremo Líder, como viria a ser chamado posteriormente, governou de forma absoluta de 1950 até sua morte em 1994. Il-sung é o grande responsável pela consolidação da Coreia do Norte como ela é hoje. Formulou o “Juche” para se opor a satelitização da Coreia do Norte por parte de URSS e China. Esta filosofia político-social veio a se tornar a coluna vertebral do comunismo norte-coreano na medida em que ela acredita na consolidação da soberania nacional através da autossuficiência econômica, bélica e independência geopolítica. Ainda, Il-sung foi responsável por iniciar o programa nuclear do país com o objetivo de acabar com as crises energéticas do país e assim possibilitar a indústria nacional e garantir sua independência. Após sua morte o governo foi herdado por seu filho. Kim Jong-il, filho de Kim Il-sung, elaborou a política “Songun”, ou militares em primeiro lugar como meio de fortalecer seu poder e evitar golpes, consequentemente o regime se fechou ainda mais e a Coreia foi varrida por uma grande fome. Em 2011 Kim Jong-un sucedeu seu pai Kim Jong-il no governo e atualmente é a cabeça do Estado norte-coreano. É interessante notar que a Coreia do Norte é vista como um Estado comunista devido a seu regime fechado, economia planificada e etc., porém a passagem de poder de pai para filho faz com que o regime se assemelhe a uma monarquia dinástica, não à toa é comum referir-se ao país como uma “monarquia comunista”.

²⁶ A Coreia do Norte possui o 4º maior exército do mundo, totalizando 1.200.000 soldados na ativa, 7.700.000 reservistas, 4.200 tanques, 2.200 veículos blindados, 8.600 armas de artilharia e 4.800 lançadores de mísseis.

importantes aliados norte-americanos como a Seul e o Tóquio. As potências ocidentais respondem a essa situação com a elevação da retórica belicista contra o país e com a imposição de sanções econômicas com vistas a sufocar a dinastia dos Kim e seu projeto nuclear. Assim, desejando fazer com que o governo norte-coreano seja reformado. Logo, tornando o regime mais aberto e menos perigoso e, em última instância, provocando a reunificação dos dois Estados. Dessa maneira, reabrindo a ponte coreana para a Eurásia, ao mesmo tempo em que se acaba com a ameaça atômica nesta região do globo. Por outro lado, China e Rússia criticam a postura das potências ocidentais na medida em que os mais afetados pelas sanções econômicas e por uma possível guerra entre o Ocidente e a Coreia do Norte seria a empobrecida população do país e não a alta burocracia militar governante. Além disso, tal posicionamento ocidental age para aprofundar o isolamento deste país da ordem internacional. Portanto, não gera benefícios em termos de segurança para nenhuma das partes interessadas nos desenvolvimentos da península coreana, uma vez que apenas fomenta-se a desconfiança de Pyongyang em relação ao restante do Sistema Internacional. Porém, vindo através da retórica apaziguadora de Pequim e Moscou. O que fica claro é que por mais que nenhum dos dois países esteja confortável com o desenvolvimento das capacidades nucleares por parte da Coreia do Norte, já que isto aumenta o aparato bélico atlantista perto das fronteiras de China e Rússia, é do interesse desses países a perpetuação do *status quo*. Ao tempo em que mantem a ponte coreana bloqueada impedindo o acesso ao interior da Eurásia. Ainda, a existência de uma Coreia do Norte militarizada serviria, em caso de retomada da guerra, como um amortizador. Ou seja, como uma forma de causar atrito as tropas inimigas. E, portanto, enfraquecer uma possível investida ocidental contra China e Rússia, caso esses dois Estados decidissem manter seu apoio ao regime norte-coreano.

Outro foco de tensão é a disputa entre China e Japão quanto a posse de um conjunto de ilhas localizadas no Mar do Leste da China ou Mar da China Oriental. As Ilhas Senkaku ou Diaoyu, atualmente sobre o controle japonês, possuem apenas 7 km² de superfície emersa desprovida de quaisquer recursos naturais valiosos. Dado o caráter de contestação que envolve a área há grande dificuldade para levar-se a frente investigações quanto ao potencial econômico escondido no subsolo marinho. Portanto, para todo efeito, até o momento não foram encontrados vestígios de depósitos de hidrocarbonetos debaixo das ilhas. Porém, se essas formações rochosas fossem obtidas por Pequim “acrescentaria às áreas sob jurisdição da China

Ainda, suspeita-se que o país possua 12 ogivas nucleares e possua mísseis intercontinentais capazes de alcançar o Alasca e o Canadá. Contudo, as forças armadas norte-coreanas possuem sérios problemas de equipamentos defasados, falta de treinamento e má alimentação das tropas.

12 milhas náuticas de mar territorial, assim como a respectiva ZEE, totalizando uma área de aproximadamente 73 mil quilômetros quadrados. Isso ampliaria as águas jurisdicionais chinesas em cerca de 8%” (MORAES, 2015, p. 572). Pequim e Tóquio são potências de primeiro escalão sendo respectivamente a segunda e terceira maiores economias do mundo. Ainda, o primeiro é um Estado nuclearizado e o segundo possui uma das mais longas e duradouras alianças militares da história com os EUA. Portanto, mesmo que esta contenda sobre ilhas desprovidas de recursos possa parecer trivial, dado que ela envolve atores dessa magnitude, não pode ser desconsiderada, ainda mais em tempos de crescente disputa por influência marítima.

Mapa 1 - Nordeste Asiático.



Fonte: Wikivoyage, 2008. Disponível em <https://en.wikivoyage.org/wiki/East_Asia>. Acesso em: 20 de Ago. 2017.

Por fim, o que se pode dizer acerca do Nordeste asiático é que não é prudente fazer apontamentos detalhados quanto ao futuro das relações na península coreana, uma vez que esta é uma das regiões mais imprevisíveis do mundo. Então, que seja suficiente dizer que tendo em vista que os mais recentes testes balísticos e nucleares norte-coreanos apontam para a sofisticação das capacidades bélicas do país, logo elevando as tensões políticas regionais e globais a novos patamares é justo dizer que a situação ainda deve piorar antes de melhorar. Contudo, a ação militar direta é uma alternativa que se mantém afastada uma vez que tal se

constituiria em um desastre humanitário e colocaria China e EUA em uma situação de enfrentamento insuportável. Da mesma forma, a política de sanções econômicas tem se mostrado pouco efetiva em dissuadir a Coreia do Norte de continuar com seu programa nuclear. Logo, ao que parece, a opção diplomática continua sendo a melhor alternativa para o enfrentamento das crises presentes e futuras. Saber claramente o que Pyongyang quer já seria um avanço, pois permitiria a partir deste ponto negociar o que é possível conceder e o que não é. Acomodar o regime norte-coreano é um desafio que deve ser encarado de forma conjunta por todas as grandes potências do Sistema, ignorá-lo ou puni-lo apenas agravará seu isolamento e sua agressividade.

Ademais, a presença de grandes potências capazes de manter em cheque umas às outras tende a manter equilibrada a balança de poder e de ameaças neste tabuleiro geopolítico, logo também contribuindo para a preservação do *status quo* e isso vale tanto para as interações na península coreana, quanto para as disputas marítimas entre Japão e China. Entretanto, essa situação não se repete no SE asiático, onde existe apenas uma grande potência (China) e uma proliferação de Estados menores com diferentes capacidades econômicas, políticas e militares. Todos estes atores vivem em meio a um quadro de disputas pela soberania dos recursos naturais e estratégicos presentes nas águas, ilhas e subsolo que se encontram encompassados pelo Mar do Sul da China. Logo, fazendo com que esta região seja política e economicamente mais volátil que sua irmã setentrional.

Portanto, ao que interessa este trabalho é interessante notar que os dois tabuleiros geopolíticos mencionados fazem parte do perímetro de segurança chinês (mapa 2), de maneira que todo e qualquer desenvolvimento nestas áreas passa, necessariamente, pela aquiescência chinesa. Porém, por questões de escala e escopo da pesquisa decidiu-se aqui dar prioridade a observação do SE asiático e do MSC. Isso não significa que o Nordeste da Ásia não seja também importante, mas apenas que, como será visto adiante, o MSC por estar englobado em uma rede de projetos econômicos e político-militares chineses com capacidade de remodelar a ordem internacional como hoje se conhece julgou-se sua análise como preferida.

Mapa 2 - Perímetro de segurança chinês no Leste asiático.



Fonte: Moraes, 2015, p. 565.

3.2 Geopolítica dos Oceanos e Águas Turbulentas

Para Alfred Mahan o poder do Estado era a medida que garantia a segurança de seu território e de sua população. Os oceanos foram descritos por ele como “vasto espaço social e político com características próprias que os distinguem dos espaços terrestres, mas articulados a estes pelos portos e vias de comunicação interiores” (MAHAN citado por COSTA, 1991, p. 70). Portanto, para este autor, as posições dos continentes e a geografia de suas costas, acabaram por definir as localizações dos portos e finalmente constituíram uma intrincada rede de rotas comerciais marítimas que permitiam o fluxo de riqueza pelo globo. Antes da evolução do transporte terrestre, mais especificamente, das ferrovias, a comunicação entre os continentes e logo seu comércio dependia em larga escala de vias de comunicação interiores (rios navegáveis) e das rotas marítimas oceânicas. Porém, mesmo quando a comunicação terrestre se sofisticou os intercâmbios marítimos não perderam sua importância, já que a melhor integração entre o interior dos continentes e suas costas apenas intensificou os volumes dos fluxos marítimos. E “esta é uma das razões pelas quais a interdependência das marinhas mercantes e de guerra tem aumentado, formando um único sistema durante os conflitos” (COSTA, 1991, pg. 70), porque os Estados têm que proteger as fontes de seu poder e estas estariam nos oceanos. Sendo assim, na visão do almirante, o Estado que conseguisse dominar esta rede comercial global

conquistaria também os insumos do poder. Para tanto, era necessária a constituição de um vasto poder marítimo. Este, por sua vez, dependia da construção de capacidades navais²⁷ que fossem capazes de dominar um trinômio estratégico colocado como produção-navegação-colônias: “produção, com necessidade de troca de produtos; navegação, através da qual essa troca é realizada; e colônias, as quais facilitam e alargam as operações de navegação e tendem a protegê-las pela multiplicação de pontos de apoio” (MAHAN citado por COSTA, 1991, p. 71).

O ângulo da produção está relacionado com o esforço industrializante que um Estado deve fazer no sentido de “internalizar a riqueza”, ou seja, atrelar a riqueza que vem dos oceanos com outras atividades econômicas, especialmente a industrial, devido a seu potencial transformador. Os exemplos de Portugal e Espanha são representativos de países que predaram suas colônias e que dominaram rotas marítimas, sem, entretanto, desenvolver um Estado industrializante. Logo, permitindo que a riqueza do ouro e da prata passasse de mãos. Portanto, o ente estatal deveria fomentar uma visão empreendedora e de longo prazo em sua população, no sentido de articular as atividades internas com as externas para multiplicar a riqueza e o poder. Assim, alcançando novas posições estratégicas e dessa forma permitindo a reprodução desses elementos. A navegação, por sua vez, identifica-se com a autonomia sobre seu próprio comércio, ou seja, garantir que a produção nacional não dependa do transporte de outros Estados. Para tanto, seria necessária a construção de uma vasta marinha mercante e conseqüentemente de guerra para apoiar as atividades da primeira. Por fim, as colônias eram representadas na época pelos domínios coloniais e protetorados dos países centrais que dentro de sua estratégia marítima funcionavam como pontos de apoio para as operações militares navais que visavam a proteção das rotas marítimas e da frota mercante. Ainda, no que tange os pontos de apoio também devem ser destacadas a importância do controle dos estreitos marítimos e dos canais bioceânicos, uma vez que estes são pontos de estrangulamento do comércio marítimo e de bloqueio militar. Logo, seu domínio deve ser do interesse dos Estados que busquem se constituir em potências marítimas. Feito tudo isso uma nação estaria posta para controlar os oceanos e assim ter “vitória na guerra e riqueza na paz”.

Outro autor que contribui de forma valiosa para o entendimento geopolítico dos oceanos foi Nicholas Spykman. Ao elaborar seu projeto das linhas de defesa do hemisfério ocidental ele deu grande atenção para o controle das ilhas transoceânicas. Em sua visão, o domínio destas

²⁷ Para Mahan um poder naval forte seria composto por uma frota mercante vasta o suficiente para dominar as rotas de comércio global e por uma armada apta a proteger esses navios mercantes e assim assegurar o controle sobre as rotas marítimas (COSTA, 1991)

representava a segunda linha de defesa hemisférica, sendo a primeira colocada diretamente nas bordas da Eurásia, enquanto a terceira deveria ser posta justamente no continente americano. Segundo ele, as ilhas faziam parte dos caminhos que levavam às Américas. Logo, o país que as possuísse obteria capacidade de intervir no continente. Portanto, seu controle era indispensável para o objetivo dos EUA de garantir sua supremacia no continente. A relevância prática destas formações ficou representada durante a Segunda Guerra Mundial.

Para Spykman a região mais problemática para a defesa norte-americana durante este conflito era o Oceano Pacífico, pois sua superioridade marítima estava diretamente ameaçada pela ação japonesa, especialmente, porque este país possuía muitas mais possessões insulares neste espaço do que os EUA. A estratégia marítima japonesa procurava criar uma zona de exclusão no Pacífico, onde, as ilhas transpácificas serviam como pontos de apoio e de projeção de sua marinha e aeronáutica. Consequentemente, bloqueando a armada norte-americana e isolando os EUA em seu hemisfério. Ao mesmo tempo, cortando suas linhas de suprimento com os aliados chineses e soviéticos. Da mesma forma, a estratégia estadunidense do “Colar de Pérolas” se baseava em gradualmente conquistar as ilhas que se encontravam sob o domínio japonês, para dessa maneira, ganhar pontos de apoio que permitissem a projeção de sua frota naval para outras possessões insulares onde este processo se reproduziria. Ação conhecida como *island. hopping*. E em última instância, levando ao corte da linha de suprimentos do adversário e assim encurralando os japoneses em seu o arquipélago.

Por outro lado, a guerra no Atlântico se dava em termos mais favoráveis, pois os EUA possuíam uma abundância de pontos de apoio em comparação aos alemães. Eles podiam contar com suportes na Groelândia, Islândia, Grã-Bretanha, Gibraltar, Madeira e Açores por exemplo. Logo, não surpreende que a estratégia alemã de retirar Londres da guerra por meio do bloqueio naval não tenha sido efetiva. Posto que os alemães não sucederam em cortar as linhas de suprimento britânicas, devido, não apenas à superioridade naval inglesa e americana, como também, à maior quantidade de pontos de apoio que estes países possuíam. Esses termos foram decisivos para assegurar a superioridade naval dos aliados neste teatro de guerra. Daí justificasse a ênfase que o autor coloca na importância de dominar ilhas transoceânicas com o objetivo de constituir bases avançadas de defesa e de projeção. No Atlântico isso deveria ser feito por meio do complexo Groelândia-Islândia. Enquanto, no Pacífico, que era uma zona onde a projeção de poder estadunidense era mais problemática à época, então deveria ser constituído um triângulo estratégico formado pelas ilhas Aleutas, Filipinas e Havaí. Dessa maneira, assegurando a correta defesa das costas norte-americanas.

Logo, nesses dois quadros percebesse a importância das ilhas transoceânicas para a estratégia de defesa e de guerra dos Estados que almejam projetar seu poder através dos oceanos. Na medida em que estes espaços servem como base de operações para atividades aéreas e marítimas, podendo inclusive determinar os rumos de um conflito, não causa espanto o fato de ao final da Segunda Guerra Mundial os EUA e a URSS terem partilhado o domínio de praticamente todas as possessões insulares que o Japão possuía no Pacífico até aquele momento. Portanto, fica registrado que até mesmos Estados continentais percebem o valor e importância estratégica de possessões insulares e ilhas transoceânicas.

Além da importância dos oceanos como via pela qual é transportada a maior parte da riqueza mundial e da relevância das ilhas transoceânicas para a estratégia de defesa e projeção de poder dos Estados, mais recentemente mares e oceanos também se tornaram fonte de recursos estratégicos ao desenvolvimento estatal. Por isso alguns autores como Michael Klare (2009) vão afirmar que hoje vive-se em tempos de *troubled waters* (águas turbulentas).

A Primeira Guerra Mundial foi um conflito de transição entre a maneira de se combater adotada durante o Século XIX e a que viria a ser empregada e desenvolvida ao longo do Século XX e até hoje. A Grande Guerra começou como conflito baseado em trincheiras e terminou como um de mobilidade e ação rápida. Novos engenhos foram adotados com o objetivo de quebrar a morosidade do conflito e garantir vitórias mais rápidas, como por exemplo os tanques, a artilharia motorizada e os aviões. Ademais, o combate marítimo também sofreu mudanças com a introdução de submarinos e de navios mais velozes e com maior autonomia, garantidas pela substituição do carvão por derivados do petróleo como combustível preferencial.

Dessa maneira, as guerras que viriam a ser desenvolvidas no Século XX seriam muito diferentes das anteriores. Esta diferença estava pautada na necessidade de garantir o suprimento de petróleo para as forças armadas, ao passo em que todas as três armas passavam a ser dependentes deste recurso para poderem realizar suas ações de combate. Sendo assim, fica claro que no futuro se os Estados quisessem continuar a expandir seu poder, como medida para garantir sua segurança, eles teriam que, inevitavelmente, assegurar os suprimentos de combustíveis necessários para fazer sua máquina de guerra se mover.

Até o final da Segunda Guerra Mundial as principais zonas produtoras de petróleo no mundo se encontravam nas áreas coloniais europeias como as Índias Holandesas Orientais, o Cáucaso, algumas partes do Oriente Médio, ou em espaços amigáveis à essas potências como nos EUA, sendo este último o maior produtor de óleo à época. Inclusive foram os barris de

combustível estadunidense que carregaram o esforço de guerra dos Aliados até a vitória contra o Eixo. Porém, a questão do esgotamento das reservas norte-americanas já era um fato dentro da agenda estratégica dos EUA antes mesmo do final da guerra. Não à toa, Franklin Roosevelt fez um acordo com a Arábia Saudita, em 1943, trocando proteção militar por acesso privilegiado aos campos de petróleo do país (METRI, 2015).

A mudança do centro de gravidade da produção mundial de petróleo dos EUA para áreas recém independentes e que nutriam fortes sentimentos anti-imperialistas como o Oriente Médio alterou também a perspectiva geopolítica com que os Estados centrais lidavam com seu suprimento de combustível. Agora, esses Estados teriam que buscar seu abastecimento em regiões possivelmente hostis e problemáticas sob o ponto de vista político e econômico. Somado a isso, dentro do contexto da Guerra Fria existia o desafio da atração política-ideológica posto pela URSS ao poder ocidental nestas áreas. A escolha pela estratégia de cercamento da Eurásia e logo contenção do adversário soviético exigia a ampliação constante da capacidade militar e de mobilização, as quais estavam diretamente ligadas ao aumento da demanda de petróleo para as armas norte-americanas. Dessa forma, a garantia do suprimento de óleo combustível passa a ser uma das diretrizes principais da política externa estadunidense. Como consequência, em 1980, o Presidente Jimmy Carter anuncia a “Doutrina Carter”, a qual visava cumprir com esse objetivo permanente. Klare (2009, p. 55) esclarece:

The region which is now threatened by Soviet troops in Afghanistan is of great strategic importance: It contains more than two-thirds of the world's exportable oil, (...) The Soviet effort to dominate Afghanistan has brought Soviet forces to within 300 miles of the Indian Ocean and close to the Straits of Hormuz, a waterway through which most of the world's oil must flow. The Soviet Union is now attempting to consolidate a strategic position, therefore, that poses a grave threat to the free movement of Middle East oil (...) Let our position be absolutely clear: An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force.

Portanto, em sua busca pelo acesso contínuo às fontes de combustíveis fósseis os EUA estariam dispostos, não apenas a realizar ações de cooperação e ajuda militar com os países detentores dessas riquezas, mas também fazer uso de força militar direta quando enxergassem uma ameaça ao livre fluxo de petróleo para si e para seus aliados. Essa doutrina em sua primeira formulação estava focada apenas na área do Oriente Médio, entretanto, à medida que as fontes abastecedoras da máquina de guerra estadunidense foram se diversificando ela passou a englobar outras zonas também, tais como a África por exemplo. Inclusive motivando a criação

de um comando militar norte-americano para esse continente, o AFRICOM. O fim da Guerra Fria, como já foi visto, não representou a diminuição das intervenções norte-americanas no globo, pelo contrário, este período viu seu aumento. Onde muitas dessas campanhas militares tiveram como objetivo garantir a continuidade do acesso privilegiado dos EUA as fontes e aos fluxos de petróleo e gás natural. Hoje, pode-se dizer que a “Doutrina Carter” tem compreensão global (KLARE, 2009).

Em anos recentes os grandes avanços tecnológicos no campo da exploração profunda tornaram possível a extração de riquezas dos subsolos marinhos que antes se encontravam inacessíveis. A transformação dos mares e oceanos em fontes produtoras de recursos estratégicos como petróleo, gás natural e minérios reformulou o olhar estatal para estes espaços. “O oceano foi deixando de ser valorizado apenas como meio estratégico por sua posição geográfica em relação às rotas comerciais e à defesa e segurança e passou a ser visto também como fonte provedora de riquezas minerais” (BROZOSKI, 2013, p. 58).

Sendo assim, em 1982, quando foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) (ratificada mais tarde em 1994) muitos Estados aumentaram seus esforços quanto à definição, mapeamento e defesa de suas faixas litorâneas. Logo, buscando garantir, com base no Direito Internacional e no realismo político, seus direitos de exploração dessas áreas estratégicas. Isso se tornou especialmente relevante para potências emergentes com grandes frentes marítimas como Brasil, Índia e China. De forma que estes Estados já ajudam e cooperam com outras nações do Sul global para promover o mapeamento e reforço de suas soberanias junto a seus territórios marítimos (COSTA, 2012). Com mais destaque, a China, parece tentar reproduzir as políticas norte-americanas. Ainda que não possua capacidade de intervenção militar direta, Pequim, utiliza de planos de ajuda econômica e cooperação militar com países africanos e centro-asiáticos produtores de petróleo como medida para estreitar laços e assegurar seu fornecimento de combustíveis fósseis (KLARE, 2009).

Portanto, o que se registra atualmente é o crescimento dos investimentos estatais em aparatos de segurança marítima (que estão representados pelo aumento do número de navios patrulhando rotas marítimas, e de reclamações por pontos de apoio marítimos), ao mesmo tempo em que se nota, também, uma corrida para definir mares territoriais e ZEEs. Isso, contudo, na prática, se traduz na diminuição do espaço de manobra política e militar de cada país nos espaços marítimos. Conseqüentemente, levando ao aumento do número litígios fronteiriços e acidentes militares nos oceanos. Por sua vez, esse é um fenômeno grave na

medida em que existe pouca legislação internacional em que se apoiar quando o assunto são disputas marítimas. Apesar de a UNCLOS ter determinado os termos em que devem ser definidas as soberanias nos oceanos, ela não fornece instrumentos para decidir litígios quando Estados divergem quanto às definições das fronteiras de seus espaços de exploração exclusiva. Logo, os entes estatais não possuem apoio jurídico-legal para solucionar seus conflitos, fazendo com que estas questões permaneçam no âmbito das prerrogativas de resolução estatal. Vivendo em um novo período de exploração marítima, pautados por leis internacionais incompletas e pela ampliação de suas capacidades militares as nações acabam, inevitavelmente, por bater de frente com as demandas umas das outras. Portanto, a definição de ZEEs se torna particularmente problemática em regiões mediterrâneas como no Ártico e nos Mares do Leste e Sul da China.

Também, deve-se destacar os problemas relacionados a pirataria e ao terrorismo marítimo. *“Since one-quarter to one-third of the world’s oil and gas reserves are believed to lie offshore, and approximately two-thirds of the world’s oil trade is transported by sea, the issue of energy security is to a large extent one of maritime security”* (NINCIC, 2009, p. 31). Com as descobertas de depósitos energéticos *offshore*, assim como os crescentes volumes de petróleo que são transportados através dos oceanos os estreitos marítimos ganharam ainda mais importância. Estima-se que todo o volume de comércio marítimo passa por pelos menos um ponto de estrangulamento (KLARE, 2009). Ainda, a necessidade de redução da velocidade para evitar acidentes, adicionado as pequenas tripulações e a proximidade com a terra põe os navios em posições de vulnerabilidade à ataques. Portanto, a possibilidade do sequestro de um cargueiro e naufrágio do mesmo de forma a bloquear um estreito, atualmente é uma hipótese que não pode ser descartada. Sendo assim, Estados que dependem grandemente da importação de recursos energéticos têm procurado diversificar suas fontes provedoras e/ou assegurar seu controle sobre os estreitos de sua região, algo que novamente, tem sido tema de atrito entre as potências.

Logo, nessa nova era de exploração, a possibilidade de conflito entre grandes potências, assim como, conflitos regionais pelo controle de mares mediterrâneos e pelo domínio de estreitos marítimos é um problema cada vez mais presente na agenda internacional. A disputa por áreas ricas em recursos com difícil definição política e jurídica é um dos principais campos de tensionamento político-militar, e, portanto, geopolítico, do Sistema interestatal no presente.

3.3 Mar do Sul da China: características e potencialidades.

Portanto, o segundo tabuleiro geopolítico compreendido dentro do espaço do Leste asiático situa-se em sua região Sudeste tendo como foco principal de conflitos e tensões o Mar da China Meridional, também conhecido como Mar do Sul da China (MSC). O MSC tem se mostrado como um dos principais focos de tensão geopolítica global nos últimos anos, e a razão disso reside em suas características geográficas, econômicas e políticas.

Logo, o MSC é uma área marítima de aproximadamente 3,8 milhões de km², localizado no SE asiático. Assim, sendo margeado por China, Taiwan, Malásia, Brunei, Indonésia, Cingapura, Vietnã, Filipinas, Camboja e Tailândia²⁸ (os dois últimos se conectam ao MSC via golfo da Tailândia) (mapa 3), totalizando aproximadamente 2 bilhões de pessoas vivendo em uma das regiões que apresenta, recentemente, as maiores taxas de desenvolvimento do mundo. Portanto, constituindo-se em uma das zonas de tráfego marítimo mais movimentadas do planeta e assim, de importância econômica vital para os países da região. “Os terminais de contêineres dos portos de Cingapura, Hong Kong, Shenzhen e Guangzhou estiveram entre os dez maiores do mundo em volume movimentado no período 2010-2011, respondendo por cerca de um terço do total global” (MORAES, 2015, p. 575). Ainda, Pereira (2004) adiciona:

As rotas marítimas que ligam o Nordeste Asiático e a zona Ocidental do Pacífico ao Oceano Índico e ao Médio Oriente atravessam o MSC; Mais de 40.000 navios, representando mais de metade da tonelagem total a nível mundial, circulam anualmente no MSC, um volume de tráfego duas vezes superior ao do Canal do Suez e três vezes superior ao do Canal do Panamá; Cerca de 15% do volume total do comércio mundial transita pelas Rotas Marítimas de Comunicação do Sudeste Asiático; Mais de 80% do petróleo com destino ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan é transportado via MSC; Cerca de 2/3 do abastecimento de recursos energéticos pela Coreia do Sul e mais de 60% por parte do Japão e de Taiwan transitam anualmente pela região do Sudeste Asiático.

Ademais, é sabido que o subsolo marinho deste espaço é rico em recursos energéticos, tais como petróleo e gás natural, apesar da incerteza quanto à quantidade exata dos mesmos²⁹ (mapa 4). Além disso, a área possui grande diversidade de vida marinha e regiões pesqueiras, sendo de grande interesse para garantir a segurança alimentar das populações desses Estados.

²⁸ Excetuando-se China e Taiwan, os demais são membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) constituída em 1967.

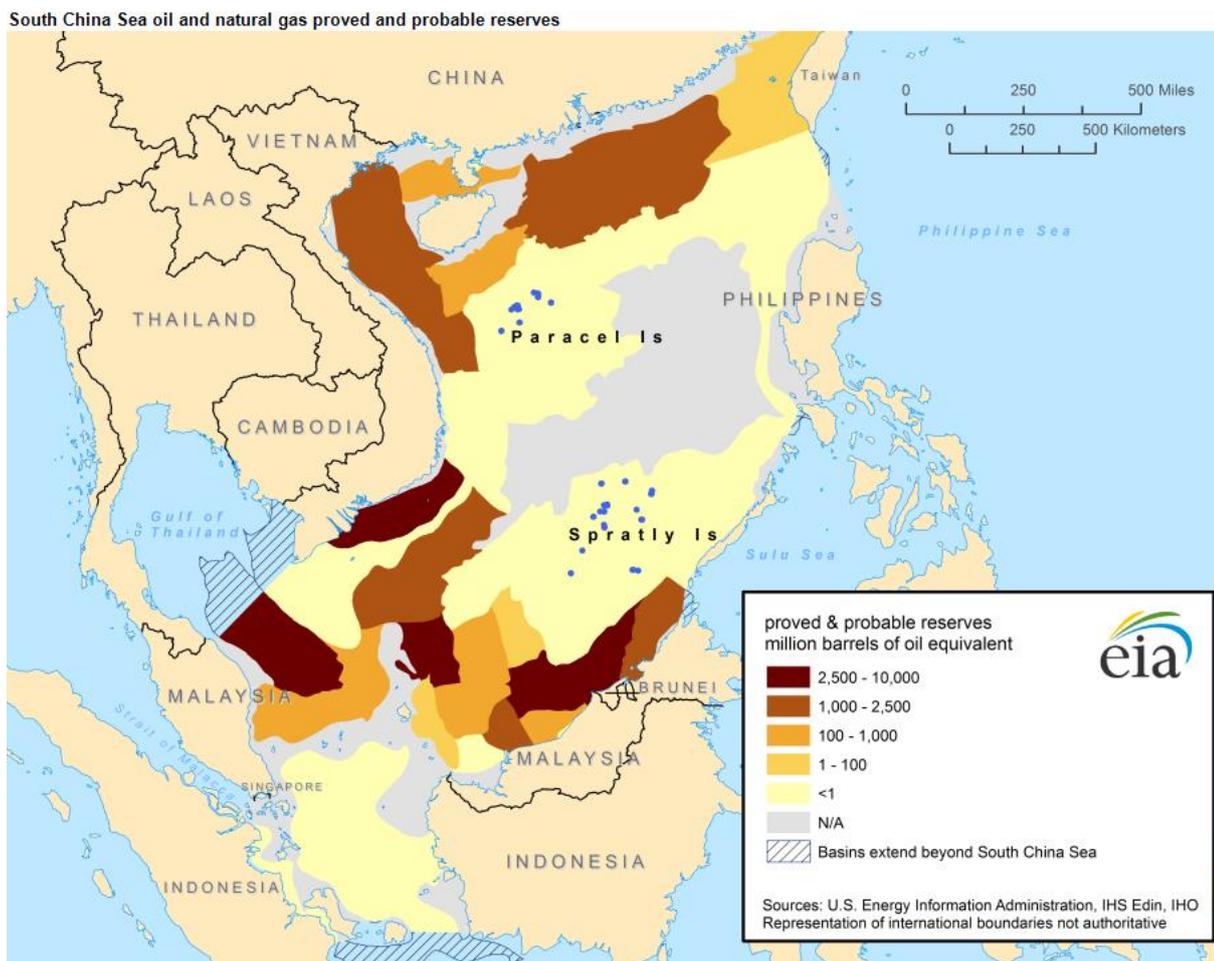
²⁹ Estudos de 2012 da CNOOC (China National Offshore Oil Corporation), auferiram que o Mar do Sul da China pode ter reservas ainda não descobertas da ordem de 125 bilhões de barris de petróleo e 500 trilhões de metros cúbicos de gás natural. Outro estudo feito pela Departamento de Informação de Energia dos Estados Unidos (Energy Information Administration, sigla EIA), coloca as reservas de hidrocarbonetos provados e prováveis na casa dos 11 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de metros cúbicos de gás natural (EIA, 2013). Ainda segundo o EIA (2013) a maior parte dessas reservas se encontra nas zonas costeiras, longe das áreas de disputas territoriais.

Mapa 3 - Mar do Sul da China e Sudeste asiático.



Fonte: Energy Information Administration (EIA). Disponível em <<https://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=SCS>>. Acesso em: 22 de Ago. 2017.

Mapa 4 - Localização das reservas provadas e prováveis de hidrocarbonetos no MSC.



Fonte: EIA, 2013. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=10651>>. Acesso em: 22 Ago. 2017.

Para adentrar e sair desta região deve-se passar por uma geografia recortada por *chokepoints*. Tais como o estreito de Luzon e Taiwan no Norte. Possuindo 250 Km de extensão e localizado entre a ilha filipina de Luzon e a parte Sul da ilha de Formosa, a passagem de Luzon conecta o mar das Filipinas e mais além o Oceano Pacífico com o Mar do Sul. A relevância deste gargalo reside no fato de que é uma importante rota de comércio para navios que vêm das Américas em direção aos portos do Leste asiático, além disso muitos cabos submarinos que proporcionam serviços de internet e telefonia à países como China, Coréia do Sul, Taiwan e Japão também passam através deste estreito. Ainda, ao Norte do MSC existe o estreito de Taiwan. Este estreito compreende os 180 Km de distância entre a China continental e a ilha de Formosa e conecta o Mar do Leste da China com o do Sul. Sua relevância pode ser compreendida, uma vez que este estreito, desde a vitória do comunismo no continente e fuga dos partidários do *Kuomintang* para a ilha, já foi palco de inúmeros confrontos entre as forças

chinesas e taiwanesas. Anteriormente, estes enfrentamentos resultaram em pelo menos três crises políticas e militares internacionais. Dado que Taipei tem no *Taiwan Relations Act* a sua garantia de defesa por parte de Washington em caso de agressão. Atualmente, alguns autores como Kaplan (2013) reconhecem Taiwan como um porta-aviões inafundável à serviço dos EUA e permanentemente localizado a menos de 200 km da costa chinesa. Consequentemente, a China se recusa a conceder independência a ilha e perpetuar esse quadro de vulnerabilidade. Sendo assim, este estreito permanece como mais uma das áreas do MSC onde é possível que eclodam conflitos internacionais.

Similarmente, ao Sul do MSC estão localizados os estreitos de Malaca, Sunda e Lombok. Por estes gargalos passam mais de 50% da tonelagem da frota mercante mundial, além disso, desempenham papel fundamental no transporte de recursos energéticos vindos do Oriente Médio e da costa Leste da África para os países do SE e NE asiático.

O estreito de Sunda fica localizado entre as ilhas de Sumatra e Java na Indonésia e conecta o Oceano Índico ao mar de Java, adjacente ao MSC. Em seu ponto mais fechado tem cerca de 30 km de largura que se estendem até 100 km posteriormente. Por ser mais curto e mais largo que o estreito de Malaca dificulta a ação de piratas e permite a passagem de navios de grande porte como os porta-aviões norte-americanos³⁰. Adicionalmente, a localização deste estreito, a apenas a três dias de viagem da província indonésia de Achém, torna essa passagem a preferida em caso de bloqueio de Malaca. Contudo, o tráfego através de Sunda é limitado por sua pouca profundidade, a qual atinge apenas 20 m.

O estreito de Lombok é outro gargalo localizado entre as ilhas da Indonésia, mais especificamente entre Bali e Lombok, conectando o Oceano Índico com o mar de Java. Essa passagem tem comprimento de 60 km e uma largura que varia entre 20 e 60 km, sendo mais fechada que a passagem de Sunda. Porém, sua profundidade atinge cerca de 250 metros, tornando-o mais profundo que o estreito de Malaca, o que faz com que este seja o gargalo preferido para o trânsito de navios que ultrapassem o padrão *Malaccamax*, como por exemplo os superpetroleiros da categoria ULCC (*Ultra Large Crude Carrier*) que quando totalmente carregados excedem os 25 metros de profundidade da passagem de Malaca. Entretanto, este é

³⁰ “Marinha dos EUA pode estar enviando seus mais poderosos porta-aviões à península coreana” **Sputnik**, 03/08/2017. Disponível em <<https://br.sputniknews.com/americas/201708039020753-marinha-eua-porta-aviao-coreia-norte/>>. Acesso em: 04 Ago. 2017.

o estreito mais distante da província de Achém, ficando a seis dias de viagem da mesma, o que gera custos extras de frete.

Contudo, o estreito que se reconhece como de maior importância é o de Malaca (mapa 5 e 6), o qual é central para o transporte de mercadorias e recursos estratégicos para países como China, Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Villar & Hamilton (2017) resumem a relevância do estreito de Malaca no contexto regional e também global.

Nearly one-third of the 61% of total global petroleum and other liquids production that moved on maritime routes in 2015 transited the Strait of Malacca, the second-largest oil trade chokepoint in the world after the Strait of Hormuz. Petroleum and other liquids transiting the Strait of Malacca increased for the fourth time in the past five years in 2016, reaching 16 million barrels per day (b/d). The Strait of Malacca, which flows between Indonesia, Malaysia, and Singapore, connects the Indian Ocean with the Pacific Ocean through the South China Sea. It is the shortest sea route between Persian Gulf suppliers and key Asian markets. Oil shipments through the Strait of Malacca supply China and Indonesia, two of the world's fastest growing economies. The Strait of Malacca is the primary chokepoint in Asia, and in recent years, between 85% and 90% of annual total petroleum flows through this chokepoint were crude oil.

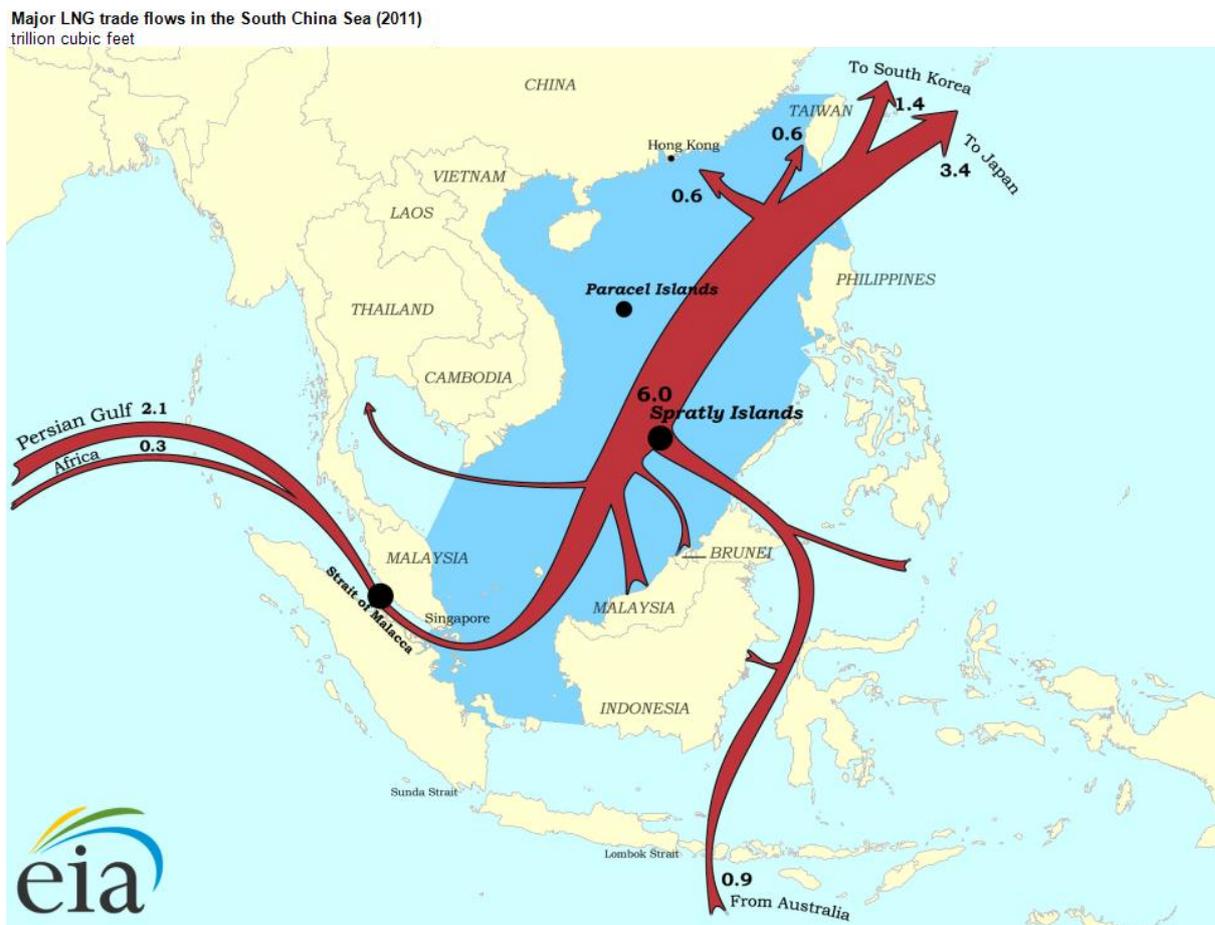
The Strait of Malacca is also an important transit route for liquefied natural gas (LNG) from Persian Gulf and African suppliers, particularly Qatar, to East Asian countries with growing LNG demand. The biggest importers of LNG in the region are Japan and South Korea. At its narrowest point in the Phillips Channel of the Singapore Strait, the Strait of Malacca is only about 1.7 miles wide, creating a natural bottleneck with the potential for collisions, grounding, or oil spills. According to the International Maritime Bureau's Piracy Reporting Centre, piracy, including attempted theft and hijackings, is a threat to tankers in the Strait of Malacca. If the Strait of Malacca were blocked, nearly half of the world's shipping fleet would be required to reroute around the Indonesian archipelago, such as through the Lombok Strait between the Indonesian islands of Bali and Lombok or through the Sunda Strait between the Indonesian islands of Java and Sumatra. Rerouting would tie up global shipping capacity, add to shipping costs, and potentially affect energy prices.

Mapa 5 - Volume de petróleo transportado via MSC (em milhões de barris por dia).



Fonte: EIA, 2013. Disponível em <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=10671>>. Acesso em 22 Ago. 2017.

Mapa 6 - Volume de gás natural transportado via MSC (em trilhões de metros cúbicos).



Fonte: EIA, 2013. Disponível em <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=10671>>. Acesso em: 22 Ago. 2017.

Ademais, o MSC é pontilhado por arquipélagos, recifes, ilhas e rochedos (a maioria incapazes de serem habitadas em seu estado natural) podendo ser destacados os arquipélagos das Pratas, Spratlys, Paracel e o arrecife de Scarborough, pois são áreas de tensão política entre os Estados da região devido à sua relevância estratégica para o controle do trânsito através deste espaço (mapa 7).

Mapa 7 - Localização dos principais arquipélagos que constituem focos de tensionamento geopolítico no MSC.



Fonte: BEHR, Holger, 2007. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Pratas_Islands#/media/File:Karta_CN_SouthChinaSea.PNG. Acesso em: 23 Ago. 2017.

As Ilhas Pratas ou também conhecidas como Ilhas Dongsha atualmente se encontram sob o controle de Taiwan, porém são disputadas pela China. Dado que Pequim considera Taiwan como uma província rebelde, logo, todos os territórios sob o controle de Taipei, naturalmente, também seriam parte integrante do território chinês. A ilha principal forma um atol de 2,8 km² ao norte do MSC, distante 200 milhas marítimas de Hong Kong e 530 de Taipei. Recentemente, foi declarado como um santuário natural, contudo, existe um aeroporto na ilha que é utilizado para assuntos militares e no passado o atol foi ocupado por japoneses que construíram estações de rádio e de monitoramento climático, além de armazéns de munição e combustível durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito as ilhas voltaram ao poder da República chinesa. A importância deste atol reside em seu tamanho, com 2,8 km² é a maior formação do MSC, permitindo a instalação de aparelhagem de vigilância na ilha. E em

sua localização, de frente para o estreito de Taiwan. Logo, possibilita o monitoramento deste gargalo.

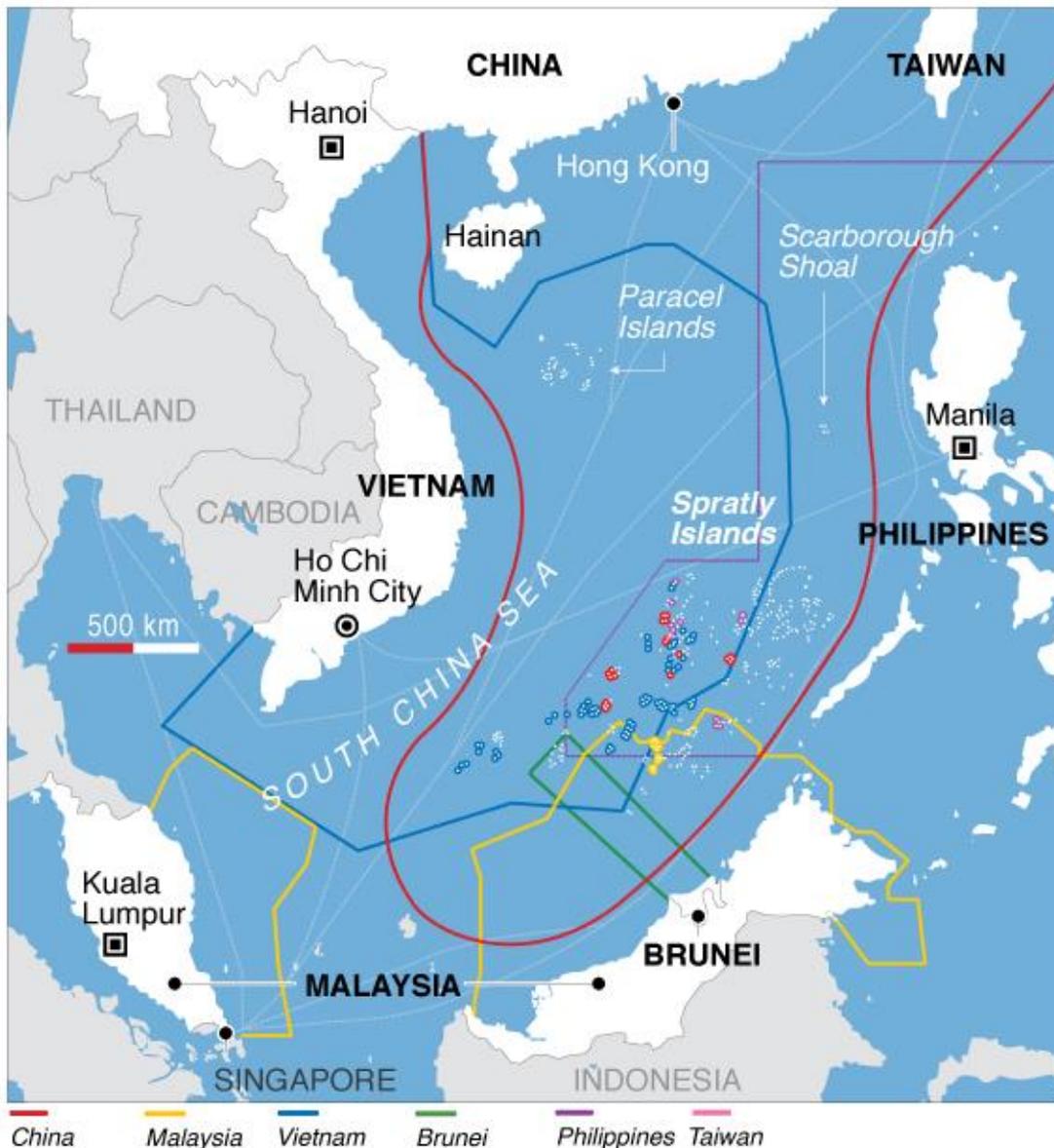
Já, o arquipélago de Paracel é constituído por um conjunto de aproximadamente 130 ilhas e recifes (onde apenas uma ilha é habitada, *Woody Island*) que totalizam uma área emersa de 7,75 km², espalhados ao longo de uma área de 15 mil km². As ilhas pertenciam a colônia francesa da Indochina, com a descolonização foram herdadas pelo Vietnã do Sul e mais tarde, com a vitória do Vietnã do Norte na guerra civil, passaram ao controle de Hanói. Porém, em 1974 a China expulsou as guarnições vietnamitas estacionadas na área e tomou para si o controle das ilhas. Atualmente, as Paracel, ainda, se encontram sob o controle e ocupação chinesa, apesar dos protestos de Taiwan e Vietnã que reclamam para si a soberania do arquipélago. A região é cercada de zonas pesqueiras e indícios de petróleo no subsolo marítimo já foram encontrados pela companhia estatal chinesa *China National Petroleum Company* (CNPC) (Li, 2014).

Semelhantemente, o arquipélago das Spratlys é formado por aproximadamente 190 acidentes geográficos entre eles ilhas, recifes, atóis e rochedos. Com uma área emersa de pouco menos de 4 km² que se espalham por mais de 450 mil km² ao longo do oceano. O potencial econômico reside nas áreas de pesca e reservas de óleo e gás inexploradas. Quanto à estas reservas, a primeira vez que foi encontrado gás natural na região foi em 1976 pelo governo Filipino, porém até hoje existe grande debate acerca do tamanho das mesmas. Em relatório de 2013 a agência norte-americana *Energy Information Administration* (EIA) estima que não existam reservas provadas ou prováveis de óleo e gás na região das Spratlys, porém a *US Geological Survey* auferiu que reservas podem existir, porém ainda são desconhecidas, estas seriam da ordem de 0,8 até 5,4 bilhões de barris de óleo e de 7,6 até 55,1 trilhões de pés cúbicos de gás natural. Ainda, estudos de 2012 da *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), auferiram que o Mar do Sul da China pode ter reservas ainda não descobertas da ordem de 125 bilhões de barris de petróleo e 500 trilhões de metros cúbicos de gás natural. É difícil ter estimativas mais confiáveis, pois a conjuntura de contestação política quanto à soberania das ilhas e das águas que as cercam impede que estudos mais aprofundados sejam feitos (mapa 6).

Atualmente o controle das Spratlys está dividido e sendo disputado por China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei (mapa 7), sendo que, os cinco primeiros possuem instalações militares na área. Ainda, todos esses países têm demandas de soberania sobre este arquipélago. China, Taiwan e Vietnã reclamam soberania sobre a totalidade da região das

Spratlys, argumentando que a exploração de tal área está ligada historicamente ao desenvolvimento de suas civilizações. Enquanto, Brunei, Malásia e Filipinas reclamam apenas partes deste território se pautando nas diretrizes do Direito Internacional Público outorgadas na UNCLOS de 1982.

Mapa 6 - Demandas de soberania no MSC.

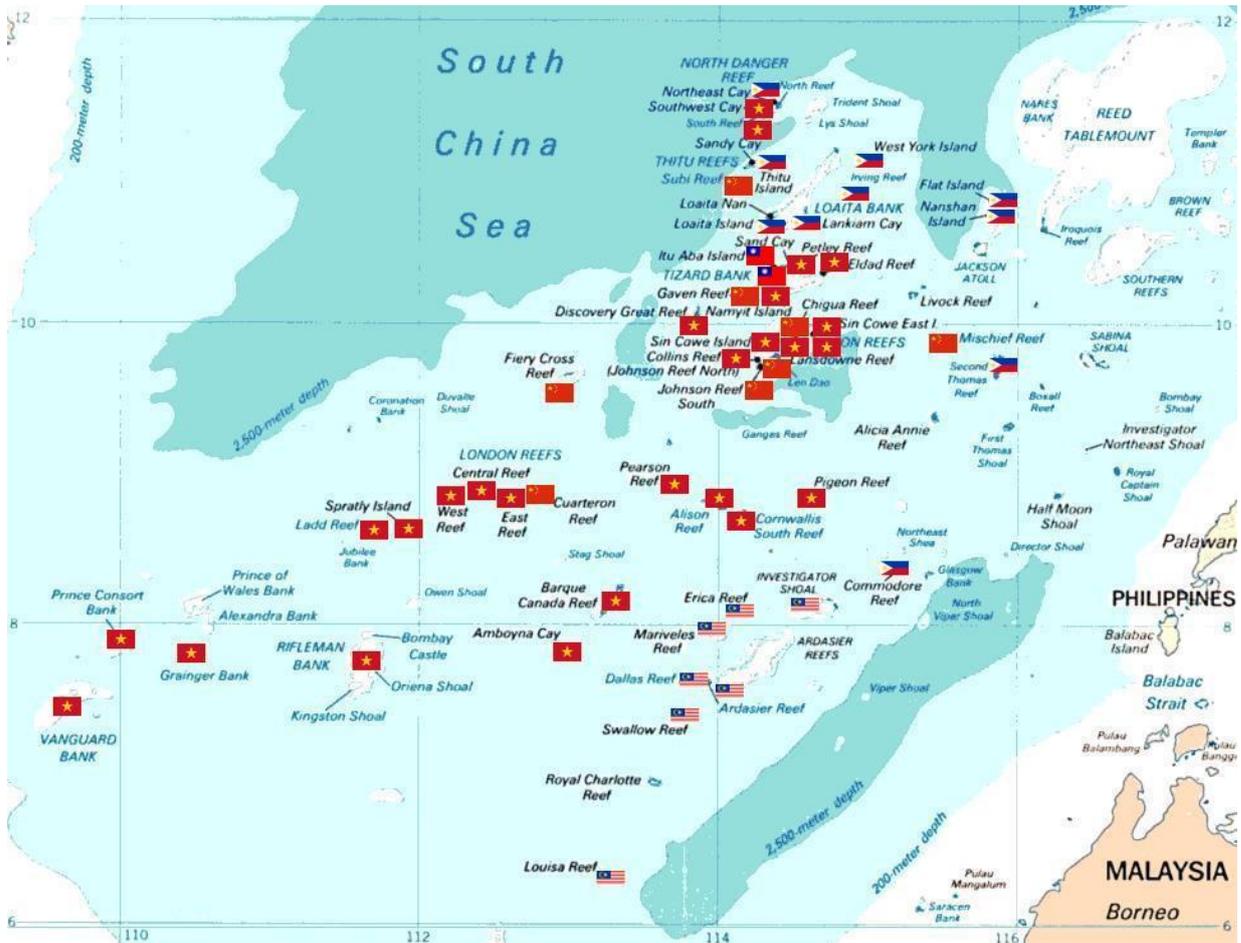


Fonte: *Voice of America*. Disponível em <<http://blogs.voanews.com/state-department-news/2012/07/27/is-china-overplaying-its-hand-in-the-south-china-sea/>>. Acesso em: 22 Ago. 2017.

Logo, a região que engloba as ilhas Spratlys tem, desde os anos 80, sido foco de tensões políticas e militares entre esses países. A UNCLOS por ter estabelecido que ilhas que pudessem suportar vida humana seriam garantidas uma ZEE motivou uma corrida pela ocupação destas

formações, portanto, aumentando a incidência de atritos entre os Estados costeiros. Começando em 1988 quando a China entrou em conflito com o Vietnã (o Estado com o maior número de possessões nesta região) e passou a ocupar sete ilhas. Depois, em 1995 os protestos filipinos contra a construção de instalações militares chinesas no recife de Mischief (um atol na área Leste das Spratlys localizado a 250 km da ilha filipina de Palawan) mais uma vez conduziram à um conflito na região, o qual só foi resolvido com a expedição da “Declaração Conjunta de Consultas sobre o Mar do Sul da China e outras áreas de cooperação”. Por último, em 1999, de novo, a construção de instalações chinesas no recife de Mischief motivou novos protestos de Manila. Porém, dessa vez a ASEAN não chegou à unanimidade, o que impediu a condenação das ações chinesas. Assim, fazendo com que a China saísse da situação sem represálias. Inicialmente contrária a exploração e ocupação das Spratlys e do MSC em geral, a China assim que conseguiu tecnologia para realizar a exploração dos subsolos marinhos não hesitou em reafirmar sua soberania neste espaço. Correntemente, a região continua a ser um dos principais tabuleiros de tensão geopolítica internacional, devido às contínuas iniciativas chinesas de construção de ilhas artificiais e ampliação de formações naturais. Com visas a possibilitar a construção de portos, pistas de aterrissagem e decolagem e outras instalações militares. Conseqüentemente, Pequim aumenta sua capacidade de patrulhamento e vigilância na área, logo seu controle político e militar em detrimento dos demais atores regionais.

Mapa 7 - Domínio dividido das ilhas Spratlys.



Fonte: Central Intelligence Agency (CIA), 1995.

Por último, o recife de Scarborough é constituído por um conjunto de recifes, bancos de areia e rochas que se estendem por um perímetro de 49 km que, de acordo com os critérios postos pela UNCLOS, está dentro da ZEE das Filipinas. Ainda assim, a China contesta a soberania filipina do recife, inclusive impedindo o acesso e exploração econômica da área. Em termos de recursos o recife oferece não mais do que pescado, não há dados sobre possíveis riquezas advindas do subsolo marinho. Contudo, a maior importância do recife de Scarborough é sua posição estratégica quando relacionada com os demais arquipélagos aqui já citados. O domínio dessas quatro áreas, mas, principalmente, das formações de Parcel, Spratlys e Scarborough proporciona a qualquer Estado que lograr esse objetivo, grande vantagem para alcançar o controle político-militar e conseqüentemente econômico sobre o MSC. Uma vez que tal país então teria capacidade implementar uma estratégia de *anti-access and area denial*³¹

³¹ Segundo Robert Kaplan (2013, p. 220): “Em situações de guerra assimétrica, ou seja, nas quais há uma diferença considerável de força militar entre os adversários, costuma-se apelar para as chamadas estratégias antiacesso e de

(A2/AD) numa área central do MSC. Assim, impedindo ou pelo menos dificultando em muito o livre fluxo por este espaço (mapa 8), logo, produzindo um severo efeito negativo na economia mundial devido ao fechamento de importantes rotas comerciais.

Mapa 8 - Triângulo estratégico do MSC.



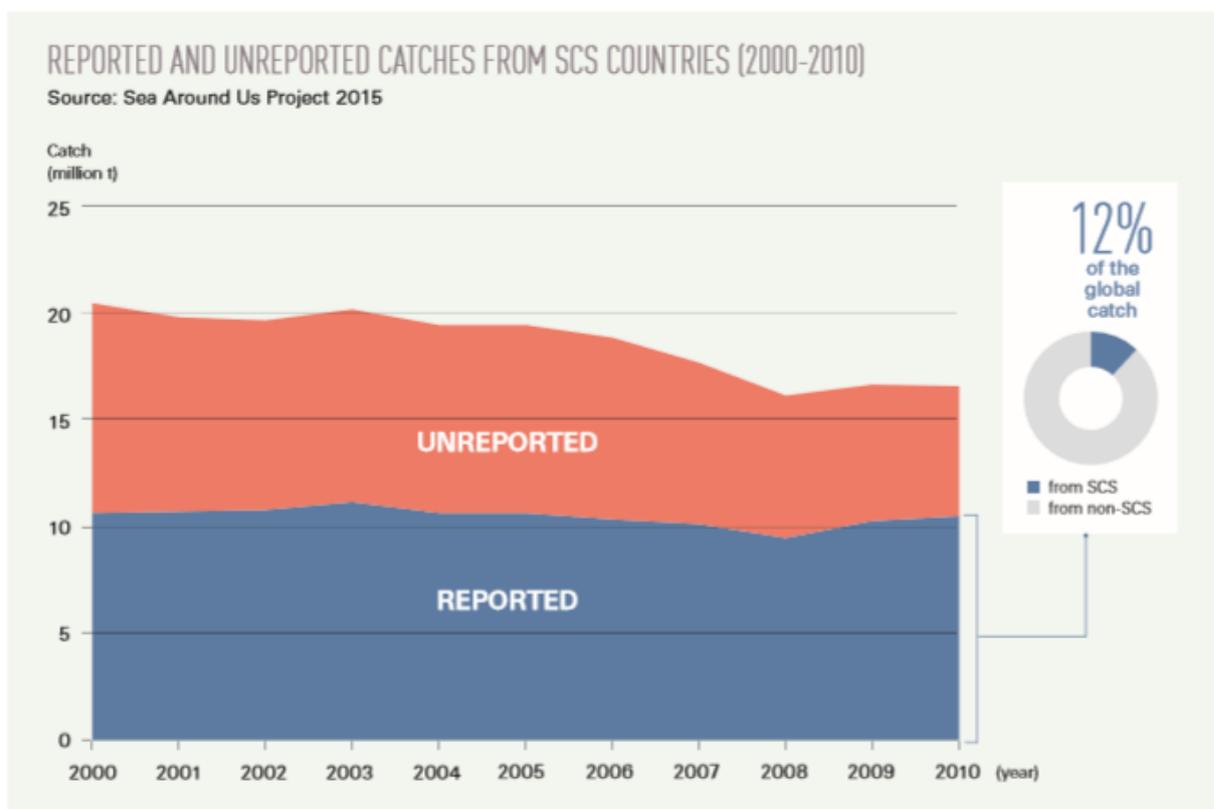
Fonte: CATAMA, Maki. Asean Military Defense Review, 18/04/2015. Disponível em <http://www.aseanmildef.com/2015/04/strategic-triangle-in-south-china-sea.html>. Acesso em: 3 Out. 2017.

Também, deve-se destacar a relevância das águas e solos marinhos do MSC, que por possuírem grande diversidade de vida marinha são responsáveis em grande parte por garantir a

negação de entrada (*anti-acess/ area denial*), nas quais o contendor mais fraco procura impedir ou dificultar para o inimigo o livre uso de determinadas áreas ou meios para atacar. São exemplos: minas terrestres, mísseis e minas antinavios, armas cibernéticas, antissatélites e emissoras de pulsos magnéticos”

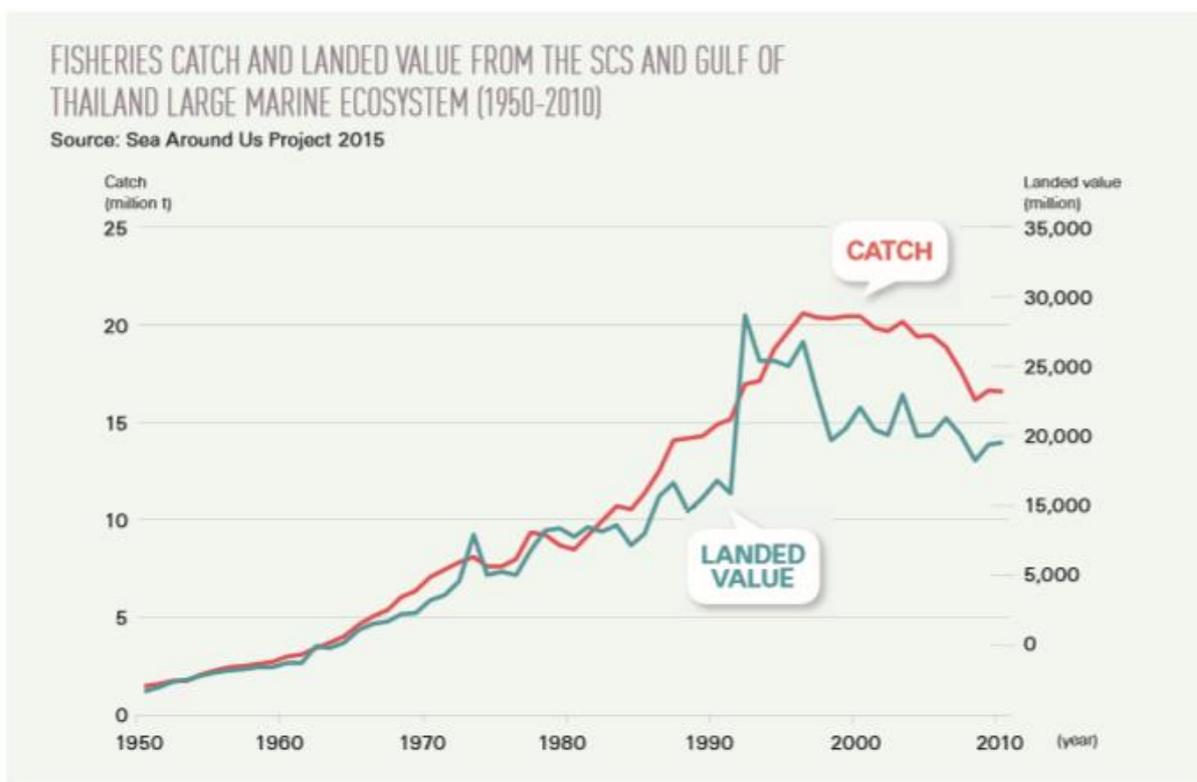
segurança alimentar das populações locais. Além de proporcionarem uma valiosa fonte de receita para os Estados desta região. Segundo um estudo de 2015 realizado por Sumaila & Cheung, o MSC é lar 3,365 espécies de peixes, sendo uma das cinco maiores zonas produtoras de pescado do planeta. É estimado que o volume de pesca no MSC bata na casa das 10 milhões de toneladas, o que corresponderia a 12% do volume mundial de pescados em um ano. Por sua vez, esse volume se traduziria em valores de 21,8 bilhões de dólares, dos quais a China deteria 45% deste montante. E isso computando apenas as capturas reportadas, é sabido que a área sofre com altos índices de pesca ilegal e desregulada (gráfico 7 e 8).

Gráfico 7 - Capturas reportadas e não reportadas no MSC (2000-2010).



Fonte: Sumaila & Cheung, 2015.

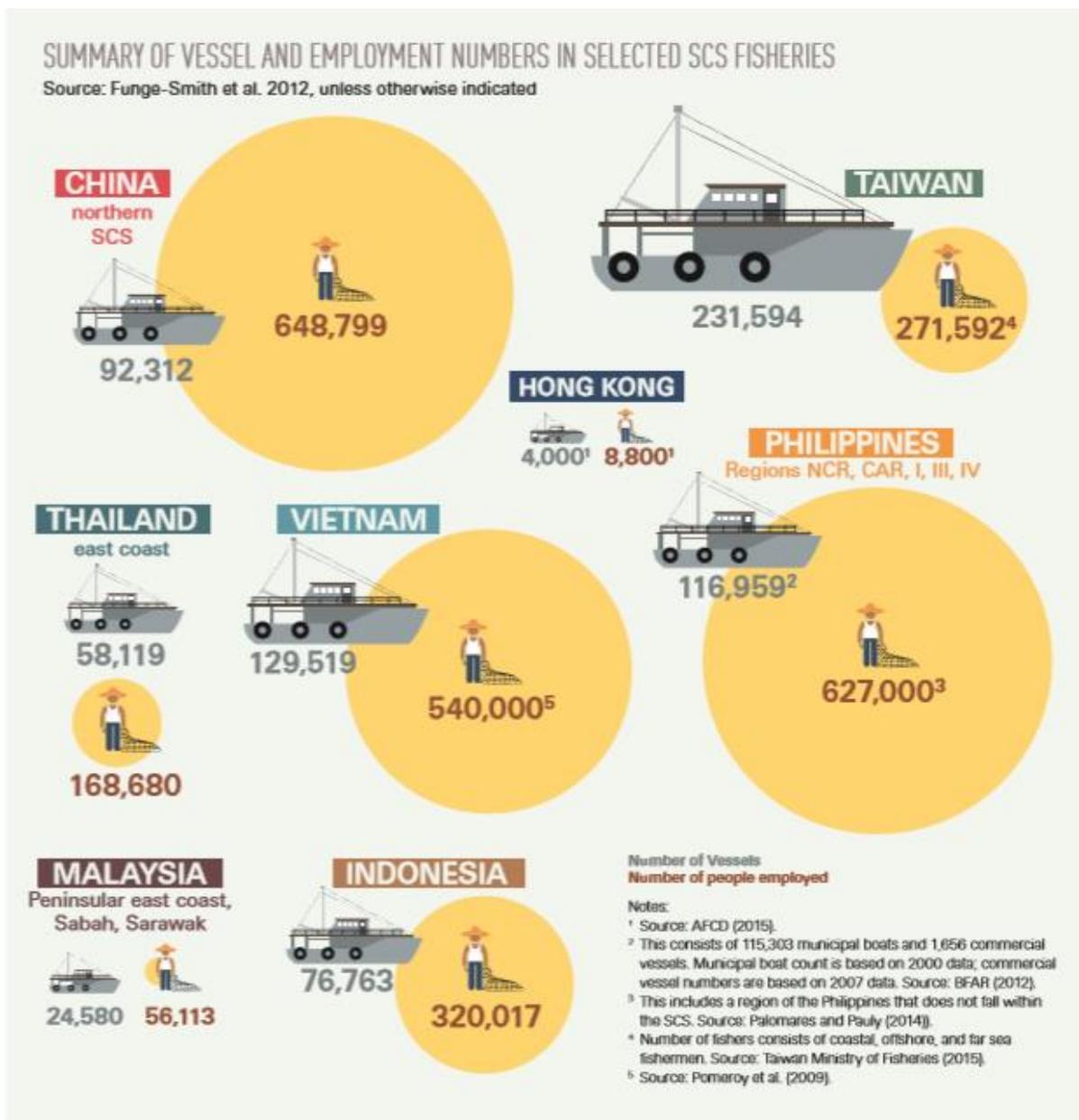
Gráfico 8 - Evolução do volume (em milhões) e do valor (milhões de dólares) do pescado, 1950-2010.



Fonte: Sumaila & Cheung, 2015.

Ainda, a pesca no MSC tem importante significado socioeconômico, uma vez que dos 3,2 milhões de barcos pesqueiros trabalhando de forma oficial e regulamentada no mundo cerca de 1,77 milhões (55%), estão localizados no MSC, isso corresponderia a 3,7 milhões de pessoas empregadas neste setor da economia. Contudo, de novo, esses números não compreendem os barcos não registrados e irregulares, o que significa que os valores reais são ainda mais elevados (gráfico 9).

Gráfico 9 - Embarcações e emprego no setor de pesca nos países do MSC.



Fonte: Sumaila & Cheung, 2015.

Por fim, diante do tamanho do volume de pesca as exportações desses produtos também significam para os países do MSC, importantes fontes de divisas econômicas, além de darem a eles papel de protagonismo no suprimento mundial desses produtos. E aqui deve-se destacar a China, onde a pesca corresponde por 10,5% do PIB do setor de agricultura.

According to data extracted from the FAO Fisheries Global Information System (FIGIS) database, export of fishery products from South China Sea (SCS) countries totaled USD 38.7 billion in 2011. China was the dominant exporter, accounting for 44% (USD 16.9 billion) of total exports.

The volume of exported fishery products from SCS countries shows an increasing trend over time, doubling from 4.5 million tons in 2000 to 9.2 million tons in 2011. From the late 1980s to the early 1990s, exports of fishery products from the SCS comprised an average of 11% of annual world exports. Based on FAO export data, this has since increased to 27% of global exports by 2011 (SUMAILA & CHEUNG, 2015).

Sendo assim, o MSC por fazer fronteira com alguns dos países de mais recente e rápida industrialização e desenvolvimento do mundo, além possuir grandes áreas de pesca e potencial pouco explorado de depósitos de petróleo e gás natural, assim como sua localização estratégica em meio a rotas de comércio de importância global se constituiu em uma das áreas de tensão geopolítica mais intensa da atualidade. Ademais, como complicador existe o contexto de indefinição e disputas marítimas que permeia a região, onde a existência de um ator com capacidade assimétrica (China) em relação à seus vizinhos torna a situação ainda mais volátil. Portanto, na próxima seção deve-se abordar exatamente o papel desempenhado pela China neste tabuleiro.

3.4 China: interesses, vulnerabilidade e estratégias

3.4.1 Interesses

Portanto, como dito anteriormente, os primeiros vinte anos do Século XXI são encarados pela China como um período crítico para o desenvolvimento do país. A importância deste intervalo de tempo se traduz no desejo do governo de “construir uma sociedade harmoniosa e moderadamente próspera” para os mais de 1 bilhão de habitantes deste Estado. Porém, o que significa exatamente essa afirmação? E que políticas deveriam ser tomadas para alcançar esse interesse? Para responder a estas perguntas, primeiramente, deve-se quebrar a sentença em duas partes.

Começando com o objetivo de construir uma “sociedade harmoniosa”. A China é um dos mais antigos Estados do Sistema Internacional. Ao longo dos muitos Séculos em que o país existe ele esteve envolvido tanto em guerras que propiciaram a dilatação de seu território, quanto em conflitos que acabaram por retrain ou fragmentar o espaço sínico. Ao mesmo tempo, assistiu-se novas culturas, etnias e populações serem assimiladas e rejeitadas do território chinês. Dessa forma, a China, constituísse hoje no ente internacional mais populoso do globo e é reconhecidamente um Estado multinacional. Isso traz inúmeras dificuldades no que tange o gerenciamento do território chinês, uma vez que cada cultura exige um trato diferenciado por parte do governo central. Sendo assim, é comum a presença de minorias étnicas que não tem boas relações com o PCC e por isso demandam autonomia ou até mesmo independência para

suas regiões natais, como por exemplo, as populações do Tibete, Xinjiang e Mongólia Interior. Ademias, dado que as políticas para minorias empregadas por Pequim caminham muito mais no eixo da homogeneização social e cultural (promovida através do incentivo à migração de populações pertencentes a etnia majoritária *Han* para áreas de minorias) do que na vertente do respeito das diferenças, concessão de voz e construção de semelhanças pregada por europeus, não é de surpreender que existam dentro do Estado chinês tais demandas de secessão. Portanto, quando o termo “sociedade harmoniosa” é utilizado ele deve ser percebido no sentido de construir uma sociedade homogênea e não fragmentaria. De maneira que o Estado esteja livre de revoltas e conseqüentemente tenha assegurada sua integralidade territorial e tranquilidade política. Além disso, é importante destacar que a “sociedade harmoniosa” compreende também territórios sob disputa como é o caso de Taiwan. Logo, os 23 milhões de habitantes da ilha, similarmente, estariam inseridos dentro da “sociedade harmoniosa” chinesa. Não à toa, Pequim cada vez mais aumenta os esforços diplomáticos para que a China comunista seja reconhecida como a única China. Promovendo, assim, o isolamento progressivo de Taipei no cenário internacional, ao mesmo tempo em que intensifica seu relacionamento comercial com a ilha com o objetivo de integrar permanentemente as economias dos dois países e aos poucos fagocitar este território.

No que diz respeito a construir uma “sociedade moderadamente próspera”, a imensa população chinesa impõe um desafio a elevação do padrão de vida do país, contudo o PCC enxerga que a melhor maneira para se apaziguar os ânimos de uma sociedade imensa e multicultural é exatamente através da melhora progressiva da qualidade de vida da população. Logo, isso tem sido feito a partir da manutenção de preços baixos para artigos de consumo, permitindo, assim, que a maior parte da população tenha acesso ao conforto e lazer característicos de qualquer sociedade moderna. Além disso, existe a criação de novos empregos que mantem a economia aquecida, e aumento dos salários à medida em que o país eleva sua posição dentro das cadeias globais de valor. Portanto, o termo “sociedade moderadamente próspera” deve ser entendido como a constituição da China em um “Estado de classe média”. Ou seja, um Estado onde a partir dos investimentos na indústria e na pesquisa científica seja possível superar a pobreza, e assim proporcionar à maior parcela da sociedade um padrão de vida mediano. Logo, levando sua população a uma existência confortável e segura, porém sem muitos luxos, semelhante ao que acontece em outros países asiáticos desenvolvidos como Japão e Coreia do Sul.

Contudo, é necessário ter em mente que em um Sistema Interestatal anárquico e competitivo o caminho para a prosperidade passa inevitavelmente pelo galgar de posições dentro da hierarquia internacional, que por sua vez depende do poder acumulado pelo Estado em questão. Essas condições, então, determinarão vitórias nos campos geopolíticos e geoeconômicos estratégicos aos seus objetivos e interesses. Logo, lhe proporcionando mais poder para continuar avançando.

Portanto, adotando uma perspectiva sistêmica percebe-se que para a China o domínio político e econômico do MSC se insere como elemento fundamental para a consecução dos objetivos de longo prazo como postos acima. Isso, porque, como se viu este espaço oferece recursos valiosos para a realização do projeto de construção de poder do Estado chinês. Assim como, para a superação das vulnerabilidades advindas da geografia chinesa e do processo de desenvolvimento e de formação histórica deste país.

Logo, deve-se observar primeiro as vulnerabilidades da China, especialmente, aquelas relacionadas ao MSC e seu domínio, já que este é o foco do trabalho. Então, as estratégias para a superação destes pontos fracos serão reveladas. Assim como, o projeto de poder chinês e sua relação com o Mar do Sul.

3.4.2 Vulnerabilidades

No que tange as vulnerabilidades que podem comprometer o crescimento do país pode-se citar as relacionadas à sua segurança energética. A organização da exploração, produção, refino e distribuição de petróleo na China data da década de 1950 quando esta atividade ficava à cargo do Ministério da Indústria de Petróleo. Foi nesse período que foram criadas as principais companhias de petróleo do país como a “Companhia Petroquímica da China” (SINOPEC) e a “Companhia Nacional de Petróleo” (CNPC). Essas eram responsáveis, respectivamente, pelo refino e distribuição (*downstream*) e exploração e produção (*upstream*) do produto. Com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder e a instituição de seu programa de reformas estruturais esse setor vai ser reorganizado ao longo dos anos 80 e 90 com o objetivo de torna-lo mais competitivo. Ademais, a estratégia que guiava as empresas também será alterada, da busca pela autossuficiência (pregada durante a era Mao) para a diversificação focada em assegurar o acesso à novas fontes produtoras. Para que assim fosse suprida a demanda que aumentava exponencialmente como resultado das altas taxas de crescimento que o país vinha registrando.

Em 2000 foi revelado o 10º Plano Quinquenal (2000-2005), esse documento é especialmente importante, pois é nele que pela primeira vez se usa o termo “segurança energética”, demonstrando a nova visão estratégica que o PCC tem do problema do suprimento de energia. Em adição a este documento, mais tarde em 2004 foi emitido por um conselho estatal um relatório com o título “Política e Estratégia Energética Nacional”. Neste fica descrito que: *“High level policy is now supposed to be planned and implemented by the new Energy Bureau and State Energy Office (SEO), respectively. Both are under the purview of the National Development and Reform Commission (NDRC)”* (HOWELL, 2009, p. 193).

A criação de legislação específica e de órgãos institucionais com a finalidade única de planejar a política e estratégia energética do país demonstra a alta prioridade que esses temas detêm dentro da agenda do Estado chinês na atualidade. E não ao acaso, esses movimentos políticos-institucionais ocorrem em vista do constante aumento da demanda do país por recursos energéticos. Segundo Ebel (2009, p. 1):

In 2004, catching oil exporters and importers alike by surprise, as oil consumption rose by 900,000 barrels per day (b/d) to 6.43 million b/d, accounting for roughly one-third of that year’s growth in world oil consumption (...) Over the 10-year period 1994–2004, China had accounted for 28 percent of the growth in world oil consumption.

Dessa forma, de acordo com Howell (2009 p. 191), a estratégia de segurança energética da China é guiada a partir de cinco pontos fracos, são eles:

***First**, China is located far from its petroleum suppliers. In 2007, 30 percent of U.S. oil imports came from Canada and Mexico, both countries that border the United States and lie securely within its sphere of influence. Meanwhile, China relies on long-haul tankers maneuvering through dangerous straits for 90 percent of its imported oil. **Second**, China suffers from a poor geologic endowment, with only 1.3 percent of known world oil reserves. **Third**, demand is increasing faster than supply can keep pace. China is already the world’s second-largest energy consumer and its increase in total delivered energy consumption between 2005 and 2010 is projected to be 40 percent of the global increase. **Fourth**, China believes that it has little sway in the global arena. Chinese leaders often point out that China, despite its permanent Security Council seat, is a developing country not yet admitted to the G8 great-power club. **Finally**, the Chinese Communist Party (CCP) is committed to continued improvements in the Chinese standard of living, believing that fulfilment of this commitment is vital to the regime’s survival. Prosperity brings energy demand, and for 1.4 billion people, this is a tall order.*

Como dito anteriormente, entre os objetivos permanentes do PCC estão a manutenção da estabilidade social por meio da continuidade do crescimento econômico e, logo, melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, assegurar o fornecimento de energia barata com

visas a manter os custos de produção baixos e conseqüentemente possibilitar a produção de artigos com preços acessíveis a população é essencial. Kaplan (2013, p. 210) complementa: “Quanto mais próspera esta [sociedade] se torna e quanto menores são os índices de crescimento econômico do país, mais se intensifica o espectro de algum tipo de agitação política – e agitações mais graves talvez acarretem uma súbita vulnerabilidade nas periferias do país”.

Contudo, garantir o fornecimento de energia barata deve se tornar um desafio cada vez maior na medida em que o consumo energético aumenta e a oferta não é capaz de acompanhar. Ebel (2009, p. 2) coloca que o aumento no consumo chinês, como não poderia deixar de ser, está relacionado diretamente com o crescimento da economia nacional, uma vez que a maior parte da energia produzida é destinada a indústria.

Heavy industry now accounts for 54 percent of China’s energy use, up from 39 percent just a short five years ago. Steel, cement, and aluminum are the sector’s leaders, and not only in energy use but also in total world output. Heavy industry grew by a reported 19.6 percent during the first quarter of 2007, up from 17.6 percent during the first quarter 2006.

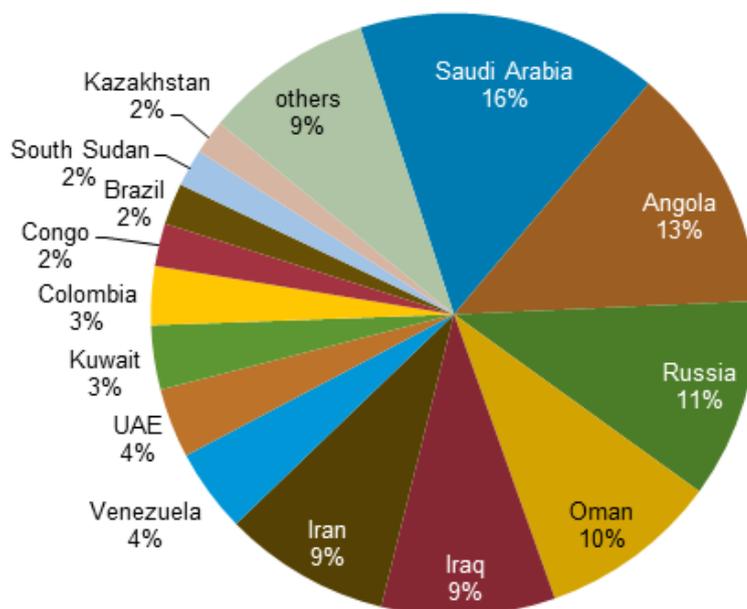
Ainda, de acordo com dados do Serviço de Inteligência Americana (CIA, 2016), 99% da população do país tem acesso à energia elétrica, o que se traduz no todo a um consumo de 5,9 trilhões de kWh. Por sua vez 64% da produção energética advém da queima de combustíveis fósseis, correspondendo a um consumo de 10,3 milhões de bbl/dia de petróleo e 224 bilhões de m³ de gás natural. Mesmo que o crescimento chinês tenha sofrido um arrefecimento recentemente o país continua se desenvolvendo, o que indica que seu consumo energético também continuará evoluindo. Sendo assim, atualmente a China é o maior consumidor de energia do mundo, porém, dado que o país tem fontes escassas desses combustíveis fósseis a maior parcela deles deve ser importada. Portanto, as importações de recursos como óleo cru, produtos advindos do refino de petróleo, além de gás natural já batem na casa 7,6 milhões de bbl/dia, 600 mil bbl/dia e 75,1 bilhões de m³ respectivamente. Assim, fazendo com que a China também figure entre os 3 dos maiores importadores de energia do planeta.

Tal situação, segundo Howell (2009) contribui para gerar uma estratégia de segurança energética bastante agressiva, pragmática e voltada para fora do país. A qual, sob o comando das “campeãs nacionais” chinesas, preza pela garantia do acesso a fontes diversas com grande potencial e com pouca concorrência. Daí percebe-se o esforço chinês de diversificar suas fontes produtoras de forma a não depender exclusivamente de alguns poucos países, o que poderia ser problemático em um contexto internacional volátil. Dessa maneira, explica-se o aumento recente da presença chinesa na África subsaariana e nos países sul-americanos sob comando da

esquerda. Estas áreas, por serem ideologicamente avessas aos ditames do Norte global e/ou por serem alvo de acusações de violação de direitos humanos costumam ficar fora do radar das companhias norte-americanas e europeias. Logo, abrindo espaço para a diplomacia chinesa que é mais pragmática. O gráfico 10 mostra os principais exportadores de combustíveis da China em 2014.

Gráfico 10 - Principais países exportadores de petróleo para a China em 2014.

China's crude oil imports by source, 2014



Sources: FACTS Global Energy, Global Trade Information Services, Inc.

Fonte: EIA (2014). Disponível em <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=CHN>>. Acesso em: 3 Out. 2017.

Como dados ilustrativos, a Arábia Saudita continua sendo o maior exportador de óleo para a China, posição alcançada em 2002. Em 2008 o país exportou 730,182 bbl/dia, ou 1/5 de todas as importações chinesas de petróleo (EBEL, 2009). Da mesma forma, segundo o Informe de Gestión de 2010 da PDVSA (*Corporación Venezolana de Petroleum*) a China, junto à Índia, são os maiores parceiros comerciais da empresa na Ásia, tal continente, por sua vez, representa 23% do total exportado de petróleo e produtos refinados produzidos, podendo ser traduzidos em aproximadamente 541 milhões de bbl/dia. Ainda, a Venezuela possui dois contratos comerciais com a China, o *Fondo Pesado I* (2007) e *II* (2009), onde o país sul-americano paga empréstimos contraídos com os bancos estatais chineses por meio de remessas de petróleo. Se na América do Sul a estratégia norteadora chinesa para acessar fontes energéticas é a de oferecer

empréstimos em troca de óleo, na África ela é alterada para “óleo por armas”. Tendo destaque o caso do Sudão do Sul que exporta 80% de sua produção para o país asiático, enquanto luta em uma guerra civil contra seu irmão do Norte com armas financiadas pela China. Por último, o Irã também fechou acordos de provisão de gás natural à China na ordem de 100 bilhões de dólares ao longo de 25 anos. (HOWELL, 2009).

Entretanto, mesmo diversificando suas fontes produtoras como meio de garantir o suprimento ininterrupto de recursos energéticos, é impossível para China alterar sua posição geográfica. O que, portanto, obriga que todos os recursos estratégicos com destino ao país passem necessariamente através dos *chokepoints* do MSC. Com destaque para o estreito de Malaca que por ser a passagem mais próxima da costa chinesa acarreta os menores custos de transporte. Contudo, por ser particularmente vulnerável à ataques de piratas e terroristas (abrigados nas ilhas da Indonésia e Malásia), logo, também, à intervenção ocidental, este gargalo representa uma vulnerabilidade geopolítica para a China. Uma vez que o bloqueio desta passagem concederia à Washington por exemplo, capacidade de restringir o fluxo energético para Pequim. Através da passagem de Malaca transitam entre 80% e 90% de todo petróleo chinês, algo entre 5,4 bbl/dia e 600 bilhões de m³ de gás, logo ter uma potência rival no controle desta região é um risco geopolítico inaceitável do ponto de vista da segurança chinesa.

Sendo assim, os recursos energéticos presentes no MSC se apresentam como uma alternativa para solucionar o problema do transporte marítimo através de Malaca e dos demais estreitos da região. É sabido que este espaço é rico em reservas energéticas não exploradas e estando perto da costa chinesa não necessitaria transitar por nenhum estreito. Ainda, na percepção chinesa, o país teria soberania sobre esta região e conseqüentemente sobre seus recursos, uma vez que ela está compreendida pela sua “linha de dez traços”³².

Ademais, das vulnerabilidades à segurança energética do país e conseqüentemente a seu projeto de desenvolvimento, também pode-se citar os problemas relacionados à segurança alimentar da nação. A geografia chinesa é formada por uma miríade de formações de relevo e paisagens diferentes, desde as cadeias montanhosas do Himalaia e desertos no Oeste e no Norte até as terras baixas do Leste e matas tropicais do Sul. No que tange as terras aráveis do país, estas se concentram, até hoje, nas planícies do Leste por onde fluem os rios que deram origem civilização sínica, como o *Yangtze* e o *Huang He*. Detentora de 21% da população mundial,

³² A “linha de nove traços” correspondia a uma linha imaginária traçada pelos chineses, onde determinavam o espaço de soberania do país no MSC (pode ser vista no Mapa 6). Recentemente, a linha ganhou mais um traço, logo se tornando a “linha de dez traços”, uma vez que agora também se inclui Taiwan dentro do perímetro de soberania marítima chinês.

mas apenas 7% das terras aráveis do planeta, das quais segundo pesquisas do Ministério de Proteção Ambiental do próprio país, estima-se que 20% encontram-se contaminadas por metais pesados³³, a fome, portanto é sem dúvida um fator disruptivo dentro do Estado chinês e seu combate não é um desafio novo para o país asiático. A mais recente fome em larga escala que assolou a população chinesa ocorreu durante o período maoísta, quando em meio ao caos econômico e social advindo da reformulação das bases produtivas do país em direção a economia planificada comunista, grande parte da população rural pereceu por não ter os meios necessários à sua subsistência. Desde então, a China tem realizado esforços para aumentar sua produção agrícola e a quantidade de terras aráveis em seu território. Contudo, ainda assim, o país não alterou drasticamente sua posição no ranking mundial de área agricultável ao longo do tempo. Segundo dados do Banco Mundial (2011), a China se encontrava na 67ª posição dentro do ranking mundial de área agricultável (em % do território) por volta de 1980. Em 1991, chega a sua melhor colocação, 46ª posição. Porém, já em 2011 o país retorna à 52ª posição. Logo, fica claro a pouca alteração na quantidade de áreas agricultáveis do país ao longo do tempo, aspecto resultante de sua constituição geológica pouco favorável.

Para resolver esta situação Pequim apelou historicamente para a importação de alimentos. Porém, mais recentemente o país tem adotado uma estratégia diferente que demonstra o aumento de seu empenho em garantir sua segurança alimentar. Através da compra das terras de outros Estados, a China tem conseguido suprir sua demanda interna e ao mesmo tempo criar uma reserva alimentícia de emergência para sua população. Os principais alvos desta política são países de seu entorno estratégico como Malásia e Filipinas, ademais de Estados caracterizados por sua grande capacidade agrícola como Brasil, Argentina, Austrália, além de países africanos³⁴.

Nesse quesito o MSC também oferece uma alternativa para amenizar a pressão sobre a segurança alimentar do país. Como visto, este espaço oferece grande quantidade de regiões pesqueiras. Logo, estas podem cumprir um papel essencial na alimentação da população

³³ ADAMS, Mike. **Chinese government admits one-fifth of farm lands heavily contaminated with toxic heavy metals like cadmium, arsenic and lead.** Disponível em http://www.naturalnews.com/044950_China_heavy_metals_soils_contamination.html#ixzz30fRgk11L. Acessado em 13 de Out. 2017.

³⁴ CHINA compra terras no Brasil. **Estadão.** São Paulo, 03/08/2010. Disponível em <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral.china-compra-terras-no-brasil-imp-589697> Acesso em: 13 Out. 2017.

VILARDAGA, Vicente. **O dragão faminto quer mais.** São Paulo, 21/10/2016. Disponível em <https://pt.linkedin.com/pulse/china-acelera-importa%C3%A7%C3%A3o-e-quer-terra-brasil-vicente-vilardaga>. Acesso em: 13 de Out. 2017.

chinesa. Portanto, não surpreende constatar que o país tenha intensificado a exploração da pesca em seus mares próximos, especialmente, no MSC. Tanto que atualmente a China é o país que tem mais pescadores atuando neste espaço (como foi visto no gráfico 9). Contudo, deve-se atentar que a falta de regulação da pesca, intensificada pela indefinição quanto as disputas por soberania marítima tornam o ambiente propício à pesca predatória e isso pode se traduzir em uma redução da quantidade de pescado capturado, assim como, no tamanho dos espécimes (SUMAILA & CHEUNG, 2015). Sendo assim, o controle do MSC também asseguraria à Pequim uma reserva estratégica de alimentos.

Outra vulnerabilidade do país é o tamanho de sua ZEE quando comparada com seu território terrestre, população e economia. Com a assinatura da UNCLOS, antigas possessões marítimas das potências ganharam nova importância, pois agora permitiam a incorporação de grandes áreas oceânicas a seus espaços de soberania. Entretanto, a China não se beneficiou dessa medida, uma vez que o país não detinha posses nos oceanos. Além disso, o Estado se encontra rodeado pelas ZEE dos países vizinhos, o que restringiu ainda mais seu espaço de autoridade. Um artigo no *People's Daily* expõe o pensamento chinês:

De acordo com a convenção da lei marinha das Nações Unidas (sic), bem como da posição consistente que ocupa, a China tem jurisdição sobre quase 3 milhões de km² de mar, incluindo as águas interiores, o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva, além de uma parte dos direitos e interesses na plataforma continental exterior (...) em comparação com várias outras potências marítimas do mundo, este número é muito pequeno. Áreas territoriais nacionais oceânicas reivindicadas pelos Estados Unidos e pela Austrália estendem-se a quase 10 milhões de km², enquanto países como Japão, Canadá e Reino Unido reivindicam mais de 4 milhões de km². Em vista de sua enorme base populacional, a soberania da China sobre seus mares circundantes está longe de ser grande. A soberania da China sobre suas águas circundantes é, portanto, relativamente desfavorável para um estado que carrega um pesado fardo de desenvolvimento, parte de cuja missão é tornar-se uma potência marítima (BO, 2013, tradução MORAES, 2015, p.569)

Ainda, é interessante observar a tabela 1, pois através desta é possível ver que a desvantagem chinesa não é apenas em relação a potências mundiais, mas também, em comparação com os Estados mais poderosos de sua região.

Tabela 1 - Relação entre o espaço marítimo da China e sua área terrestre comparada com as cinco maiores economias do complexo de segurança asiático.

	Mar territorial + ZEE (milhões km ²) (A)	Área terrestre (milhões km ²) (B) ¹	Relação (mar territorial + ZEE)/ área terrestre (A/B)
1 China	0,88	9,60	0,09
2 Japão ²	4,07	0,38	10,78
3 Austrália ³	9,08	7,74	1,17
4 Coreia do Sul	0,37	0,10	3,67
5 Indonésia	5,98	1,90	3,14

Fonte: Moraes, 2015.

Elaboração: Idem.

Possuir uma área marítima desproporcional ao tamanho de seu território, população e economia pode vir a ser um problema, especialmente para a China que é bastante dependente do transporte marítimo para realizar suas transações comerciais, uma vez que as fronteiras com os países vizinhos são distantes dos grandes centros produtores e geralmente marcadas por geografias problemáticas como montanhas, desertos e florestas. Além disso, vista a restrição de áreas agricultáveis do país, coloca pressão sobre sua segurança alimentar, pois restringe o espaço para a pesca. Novamente o MSC pode oferecer uma solução para este problema, posto que o domínio dos arquipélagos presentes na região aumentaria de forma considerável a jurisdição marítima chinesa gerando ganhos de segurança geopolítica e alimentar.

Ademais, deve-se ter conhecimento do constrangimento geográfico imposto pela “Primeira Cadeia de Ilhas” (KAPLAN, 2013) (mapa 9) à expansão chinesa para o Oceano aberto. Essa linha compreende, de Norte à Sul, a Coreia do Sul; o Japão; as Ilhas Ryukyu onde está localizada a base militar estadunidense de Okinawa; Taiwan; Filipinas; Malásia; e Indonésia e representa uma coerção geográfica que se torna também política e militar na medida em que tais países se aproximam da órbita de poder norte-americano.

Logo, não surpreende que a China venha ocupando e expandindo artificialmente³⁵ as ilhas, rochedos e recifes que ocupa no MSC, assim, de forma a aumentar sua soberania sobre as águas próximas e diminuir coação geopolítica imposta pela “Grande Muralha marítima

³⁵ CHINA ocupa mar disputado 'plantando' ilhas em corais”. **BBC**, 13/09/2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_china_planta_ilhas_rm>. Acesso em: 15 de Out. 2017.

invertida” (KAPLAN, 2013). Ainda, dentro desse contexto a reintegração de Taiwan é da mais absoluta importância para o país, pois:

De todas as torres de vigia ao longo da Grande Muralha marítima invertida, Taiwan é, metaforicamente falando, a mais alta e de localização mais central. Com Taiwan de volta ao seio da China continental, essa Grande Muralha e a camisa de força marítima que ela representa seriam subitamente fendidas. Caso a China consiga resgatar Taiwan, não só sua marinha passará a uma posição de vantagem estratégica em relação a Primeira Cadeia de Ilhas como as energias do país, sobretudo as militares, ficarão radicalmente livres para que o poder chinês se projete para fora numa medida que é hoje impensável (KAPLAN, 2013, p. 222).

Mapa 9 - “Primeira Cadeia de Ilhas”.



Fonte: *Military Power of the People's Republic of China 2008 [Annual Report to Congress] U.S. Department of Defense.* Disponível em

<http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/china_first_and_second_island_chains_2008.jpg>.

Acesso em: 15 Out, 2017.

3.4.3 Estratégias e ações

Como dito anteriormente, o progresso vem do poder acumulado a partir de vitórias nos tabuleiros geopolíticos estratégicos aos interesses de um determinado Estado. No que concerne

à China, uma vez vista as características intrínsecas e potenciais do MSC, assim como as vulnerabilidades do país fica claro que este é um desses tabuleiros.

Logo, reconhece-se que MSC é uma posição de poder. Como visto na seção acerca da geografia e aspectos econômicos do Mar do Sul, este espaço oferece recursos inestimáveis a neutralização, ou pelo menos, amenização das principais vulnerabilidades chinesas. Por exemplo, esta área concede patrimônios estratégicos como petróleo e gás natural a poucos quilômetros da costa do país. Portanto, resolvendo tanto seu problema de dotação natural destes recursos, e assim, reduzindo a pressão da demanda interna por estes produtos, como também, evitando a passagem através do estreito de Malaca. Consequentemente, solucionando sua vulnerabilidade quanto ao transporte destas mercadorias. Similarmente, o domínio das ilhas do MSC e a reincorporação de Taiwan garantiriam ao país um espaço de soberania marítima alargado e condizente com as necessidades de sua população e economia, além do controle sobre importantes rotas marítimas. Ademais, furaria a barreira da “Primeira Cadeia de Ilhas” e permitiria a expansão do perímetro de segurança militar do país através do SE asiático, logo contrabalanceando a presença norte-americana na região. Sendo assim, a integração do MSC a orbita de poder chinesa é, não só, desejável, como de “interesse nacional essencial”³⁶.

Dessa maneira, as estratégias de Pequim para realizar sua integração com este espaço se baseariam na perseguição de três princípios inter-relacionados, sendo eles: impor custos elevados aos países que entrarem em disputas territoriais com Pequim, minar as alianças regionais dos EUA, e aumentar o círculo de amigos da China na região (BLACKWILL & HARRIS, 2016). Para tanto, o país, em sua interação com os vizinhos do SE asiático, tem agido através do emprego de instrumentos geopolíticos e geoeconômicos em uma relação quase simbiótica. De forma que é até mesmo difícil classificar que medidas são de natureza geopolítica e quais são geoeconômicas. Contudo, por questões de escala e escopo e para facilitar o entendimento deste trabalho se optou por incluir dentro da categoria das ferramentas geopolíticas que o Estado chinês vem utilizando para assegurar seu domínio do MSC, prioritariamente, as iniciativas de modernização e expansão de suas forças armadas. Enquanto que no campo das ações geoeconômicas decidiu-se abordar os projetos de infraestrutura do “Colar de Pérolas”, os quais serão destrinchados no próximo capítulo.

³⁶ China ocupa mar disputado 'plantando' ilhas em corais. **BBC**, 13/07/2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_china_planta_ilhas_rm>. Acesso em: 15 Out. 2017.

3.4.3.1 Modernização e Expansão Militar Chinesa

A corrente expansão militar chinesa tomou folego em resposta a Guerra do Golfo no início dos anos 90, assim como a Terceira Crise do estreito de Taiwan em 1996. A demonstração das capacidades bélicas norte-americanas contra o Iraque em 1991 e o deslocamento de dois porta-aviões para o estreito de Taiwan para os quais Pequim não possuía uma contramedida adequada, urgiram os líderes do país a desenvolver um plano de expansão e modernização das capacidades militares do país. Mais tarde, a importância deste projeto foi reforçada pelas necessidades impostas pelo “Colar de Pérolas”.

Dessa maneira, em relação as nações com as mais poderosas forças armadas a China foi a que mais expandiu a quantidade de recursos públicos alocados para sua defesa: “Enquanto em 1990 o país possuía o oitavo gasto militar do globo, a partir de 2006 passou a deter a segunda posição neste ranking, superando potências militares tradicionais como França, Reino Unido e Rússia” (MORAES, 2015, p. 551). Isso fica demonstrado na tabela 2 onde é possível ver que para o período 1993-2013 houve uma variação positiva de 630,7% no eixo chinês, enquanto a estadunidense foi de 33,5%, a russa de 56%, a francesa de -8,4% e britânica de 6%. Portanto, o crescimento chinês superou em muito os dos demais países. Também, é interessante notar que no caso da China houve muito pouca variação na porcentagem do gasto militar sobre o PIB, mantendo-se nos 2% por todo o período. Logo, percebe-se que a expansão militar chinesa está se dando sem o comprometimento da economia nacional, ou seja, o fardo militar está sendo sustentado sem prejuízo para outros setores. Ainda, em 2016 o orçamento militar do país já batia na casa dos 215 bilhões de dólares anuais, se comparado com o período de 2007 isso significa uma elevação de 118%, o que faz com que a parcela chinesa do gasto mundial corresponda atualmente a 13% (SIPRI, 2017).

Tabela 2 - Gasto militar (1993-2013).

	1993			2003			2013			Variação 2013-1993(%)
	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	Valor	% sobre PIB	% sobre total mundial	
Estados Unidos	463,5	4,5	40,1	507,8	3,7	39,5	618,7	3,8	36,4	+33,5
China¹	23,5	2,0	2,0	57,4	2,1	4,5	171,4	2,0	10,1	+630,7
Rússia ¹	54,4	4,5	4,7	39,1	3,9	3,0	84,9	4,1	5,0	+56,0
França ²	68,0	3,3	5,9	64,7	2,6	5,0	62,3	2,2	3,7	-8,4
Reino Unido ³	53,0	3,4	4,6	57,0	2,5	4,4	56,2	2,3	3,3	+6,0
Demais países	494,0	-	42,7	560,3	-	43,6	708,3	-	41,6	+43,4
Total mundial	1.156,4	-	-	1.286,3	-	-	1.701,7	-	-	+47,2

Fonte: Moraes, 2015.

Elaboração: Idem.

Ainda, deve-se registrar as observações de Medeiros & Trebat (2015, p. 541), eles colocam que mesmo com um orçamento militar crescente, a partir de 2004 registra-se uma queda no volume de importações do país, logo “sugerindo uma queda significativa na razão entre importações de armas e gastos militares”. De forma que “a China foi a maior importadora mundial de armas durante a maior parte dos anos 2000, mas foi ultrapassada pela Índia em 2010 e caiu para quarto lugar em 2011”. Isso se deve ao aumento da qualidade da pesquisa e produção militar, assim como a integração deste campo com o setor civil, o que tem permitido a criação de tecnologia de uso dual. Tais fatores tem feito do processo de substituição de importações do país um sucesso. Tanto que:

As exportações de armamentos chineses aumentaram 162% entre os períodos 2003-2007 e 2008-2012, elevando a participação da China no volume de exportações mundiais de armas de 2% para 5% e transformando o país no quinto maior exportador mundial de armas (...) É interessante notar ainda que o aumento recente nas exportações chinesas não coincide com grandes expansões nos gastos mundiais com aquisições ou nos gastos militares totais dos principais compradores de armas chinesas, como o Paquistão (MEDEIROS & TREBAT, 2015, p. 541).

Contudo, é válido questionar o que tem sido feito, na prática, com esse aumento do orçamento militar, e também com as novas tecnologias desenvolvidas. Portanto, a partir dos anos 2000 em consonância com a 10^o Plano Quinquenal (que pregava a maior participação política e econômica da China no globo) foi elaborado o documento “Defesa Nacional da China” onde ficaram postos os planos para ação e modernização das forças militares na direção dos objetivos do país para o Século XXI.

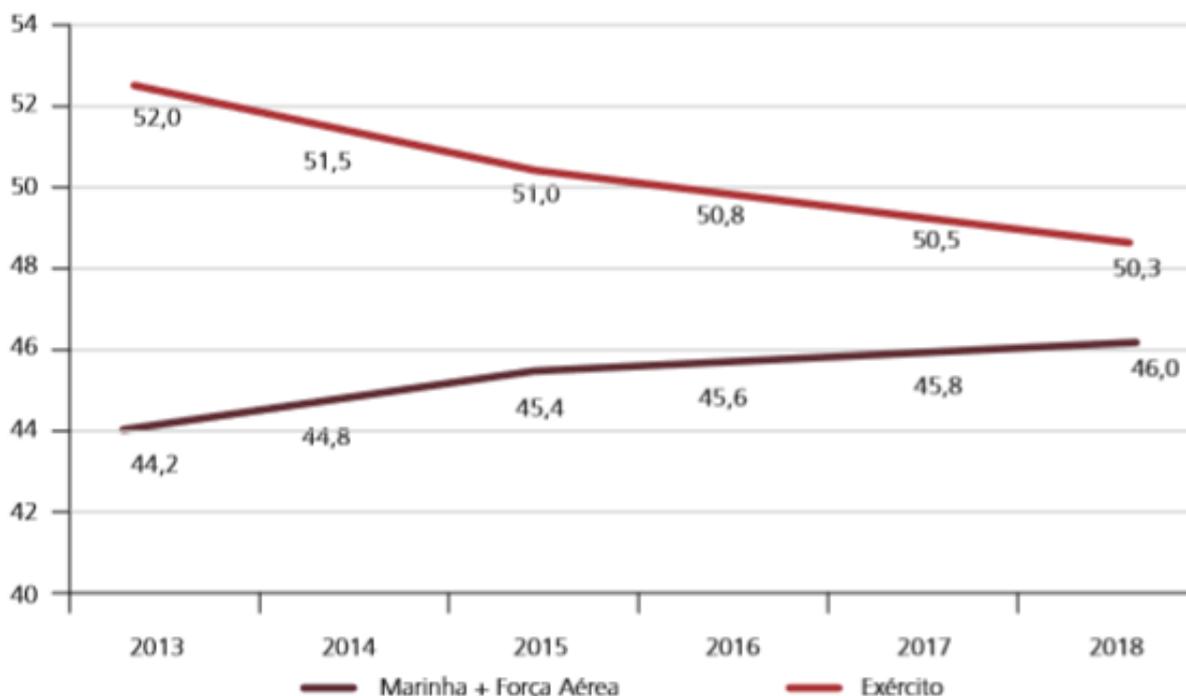
No que contempla as forças terrestres, primeiro é necessário dizer que essas são a força mais tradicional da China. Como é comum em países continentais, seu tamanho exige o emprego de vastos recursos para a proteção adequada do território. O que, muitas vezes, impossibilita o investimento nas outras armas sem, contudo, comprometer a economia e bem-estar da população. Portanto, em países de território excepcionalmente grande é normal existir uma assimetria entre as capacidades dos setores terrestres quando comparadas com os demais. Dessa maneira, ao longo de toda a história recente o exército tem sido o principal assegurador da defesa chinesa. Porém, a partir dos anos 2000 acontece uma reformulação doutrinária nas Forças Terrestres do Exército de Libertação Popular (ELP) no sentido de se adequar as novas condições de conflitos de 4^a Geração que surgiam na virada do milênio, como por exemplo, as guerras descentralizadas contra organizações terroristas multinacionais conectadas em rede. Portanto, saíam de cena os grandes contingentes estáticos para dar lugar unidades menores,

mais facilmente mobilizáveis e de maior flexibilidade aumentando, assim, a velocidade de resposta do ELP. Entretanto, é necessário destacar que:

A modernização da Força Terrestre, contudo, tem sido inferior à ocorrida nas demais forças, especialmente em termos de desenvolvimento e aquisição de equipamentos (...) Em parte, isto é decorrência da percepção de Pequim de que o país é, atualmente, efetivamente capaz de proteger suas fronteiras terrestres (IISS, 2013, p. 254). Além disso, a China já possui um domínio tecnológico quase total dos diversos segmentos de uma força terrestre moderna, assim como a correspondente produção industrial (MORAES, 2015, p. 556-557).

Logo, o que se registra é uma mudança no entendimento das prioridades da defesa nacional na China, no sentido de que não é mais necessário apenas garantir a segurança de suas fronteiras e do interior de seu território, mas também de expandir seus meios de segurança para além de suas fronteiras. E isso fica demonstrado com o aumento dos investimentos nos segmentos navais e aéreos em detrimento do exército, como pode ser visto no gráfico 11. A marinha e aeronáutica são forças que atuam na maior parte do tempo além das fronteiras nacionais, portanto a maior atenção que a China vem dando a estes setores é indicativo das novas necessidades e ambições internacionais que o país vem desenvolvendo neste período.

Gráfico 11 - Distribuição dos gastos militares por força (2013-2018).



Fonte: Moraes, 2015.

Elaboração: Idem.

Portanto, no setor aeronáutico existem alguns projetos que devem ser destacados. Como é o caso do caça *stealth* não tripulado de quinta geração, Chengdu J-20. A China começou seu desenvolvimento em 1997 e em 2017 o jato se tornou totalmente operacional e parte integrante das forças do país, colocando a China junto dos EUA como os únicos Estados a possuir tecnologia aérea de quinta geração. Assim como, capacidades *stealth*. O fato do caça não ser tripulado oferece menos perigo aos soldados do país, da mesma forma, a tecnologia *stealth* torna essas aeronaves invisíveis aos radares. Logo, sendo um grande trunfo em missões de reconhecimento e vigilância, especialmente, para áreas sobre disputa como o caso do MSC (CHANG & DOTSON, 2012). Também, a China está bem perto de conseguir produzir a partir de sua base nacional, sem necessidade de importações, caças de quarta geração.

Ainda, no campo aeroespacial deve-se destacar os projetos de ASAT (*Anti-satellite weapons* – armas antissatélite), e de sistemas de posicionamento global próprio. O programa espacial do país vinha sofrendo cortes desde os anos 80, porém a partir de 2000 ocorreu um aumento de recursos para as indústrias de alta tecnologia que permitiram a revitalização deste setor. Como consequência o país tem realizado grandes avanços principalmente no campo de produção e lançamento de satélites.

A China lançou quinze satélites ao espaço em 2010, doze para fins militares e três para fins civis. Este número foi mais que o dobro do número de lançamentos chineses realizados entre 2006 e 2009 e igualou o número de lançamentos espaciais nos Estados Unidos no mesmo ano. Em dezembro de 2011, a China se tornou o terceiro país a desenvolver um sistema operacional de navegação por satélite, juntamente com os Estados Unidos e a Rússia (MEDEIROS & TREBAT, 2015, p. 539).

Isso mostra que o país tem tido sucesso em penetrar neste mercado que se caracteriza por ser um clube ainda restrito à poucas potências. O que o torna extremamente lucrativo e estratégico, dado seu poder de encadeamento industrial. Afinal são necessários um enorme número de profissionais altamente especializados para produzir e lançar satélites, além de uma longa e vasta cadeia de produção. E na medida em que a China agora conta com um sistema de posicionamento global próprio (conhecido como BeiDou) à exemplo de EUA, Rússia e UE, percebe-se que o país sucede em não só, se afastar da dependência tecnológica de norteamericanos e europeus, como também, aumentar as capacidades de seus sistemas nacionais de comunicação, de previsão climática e oceânica, e de reconhecimento e vigilância.

Outro resultado dos investimentos do país em alta tecnologia é a obtenção de capacidade de destruição de satélites a partir de lançamentos em terra, tecnologia conhecida como ASAT. Em janeiro de 2007 a China teve êxito em destruir um satélite próprio que se encontrava a 850

km acima da Terra por meio do lançamento de um míssil. Inicialmente, Pequim se colocava contra a militarização do espaço, contudo isso não a impediu de desenvolver poderes antissatélite. Segundo Chang & Dotson (2012, p. 17) essa ação significa uma mudança crítica na relação entre EUA e China, uma vez que a dependência dos EUA “*on space assets for intelligence, surveillance, and reconnaissance; communication; navigation; and positioning creates a particular vulnerability to attacks, and thus the potential consequences of another test or even an offensive strike are grave*” Dessa maneira, a China, tem êxito em aumentar seu poder de dissuasão frente a outras potências, e ao mesmo tempo, também eleva suas capacidades de reconhecimento e vigilância.

Segundo reportagem do *International Institute for Strategic Studies* (IISS, 2014), os especialistas em poder aéreo Barrie & Boyd (2014) resumiram a evolução das forças aéreas chinesas da seguinte forma:

The data points to the PLAAF (People’s Liberation Army Air Force) reconfiguring from a force with limited capacity for territorial air defence into one that allows for all forms of modern air and space warfare. Barrie quoted from China’s 2013 Defence White Paper, which outlined intentions to make the air force capable of meeting ‘the strategic requirements of conducting both offensive and defensive operations’.

Por último, o setor naval. Nesta área a China tem voltado seus esforços ao desenvolvimento de capacidades plenas de negação de acesso a seus mares próximos, aqui inclui-se o MSC. Portanto, o investimento em submarinos e em sistemas balísticos antinavio tem sido bastante relevante neste cenário. Uma grande armada de submarinos poderia ser um fator determinante em uma guerra onde o principal ativo da marinha adversária são porta-aviões como é o caso da força estadunidense. Logo, segundo dados do IISS (2017) a China possui 13 submarinos nucleares sendo que seis deles ficam estacionados na recém construída base de submarinos de Yulin, na ilha de Hainan, podendo ser rapidamente mobilizados para ação no MSC. Dentre esses seis, dois são submarinos de ataque, enquanto os quatro demais possuem capacidade para lançar mísseis balísticos. Ainda, o país possui aproximadamente 49 submarinos movidos a diesel, sendo que 16 destes estão designados para o MSC. Recentemente, o país tem realizado avanços no campo da propulsão independente de ar (*air-independent propulsion – AIP*), esse novo método de deslocamento permite que os submarinos fiquem submergidos por mais tempo e também os torna mais silenciosos. Dessa forma, aumentando a eficiência dessa arma. O classe Yuan é modelo topo de linha da produção chinesa, seu desenho é uma mistura entre o classe Kilo russo e o classe Song nacional, e ele já vem com o novo sistema AIP equipado.

Outro ponto de interesse é o desenvolvimento de capacidades balísticas antinavio. Segundo Medeiros & Trebat (2015, p. 543):

O esforço de pesquisa chinês na tecnologia ASBM (*anti-ship ballistic missile*) acelerou após a Crise do Estreito de Taiwan de 1996. Temendo um conflito militar direto com os Estados Unidos, o então primeiro-ministro chinês, Jiang Zemin, aumentou gastos para o desenvolvimento de forças defensivas contra os porta-aviões americanos. Estes esforços foram institucionalizados em 2001 com a criação do Programa Sha Shou Jian (*Assassin's Mace*), formalmente intitulado Projeto de Segurança Estatal 998. O objetivo do projeto foi desenvolver capacidades de negação de acesso para contrapor a grande presença naval e aérea americana no Mar da China Meridional.

Sendo assim, desde 2002, a China tem desenvolvido seu projeto *Dongfeng* que se constitui de um sistema ASBM terrestre equipado com veículo de reentrada manobrável designado a atingir navios de superfície parados e em movimento. O projeto se guiaria por fases, onde na primeira o sistema deveria obter até o final do ano de 2010 alcance entre 1500 e 2000 km; na segunda, o alcance deveria aumentar para 3000 km pelo fim de 2015; na terceira, o sistema deveria obter capacidade intercontinental (8000 km) terminando o ano de 2020; e na última fase deveria conseguir capacidade de alcance global ao final de 2025. Portanto, em 2011, auferiu-se que o sistema tenha obtido Capacidade Inicial de Operação (*Incial Operational Capability – IOF*). Desde então, Pequim tem aperfeiçoado esse novo sistema através de testes³⁷ e da construção de infraestrutura de suporte ao sistema, como demonstram Chang & Dotson (2012, p. 23):

Aside from the missile, numerous documents indicate significant developments regarding infrastructure and support systems for the ASBM program. This includes the completion of a DF-21D rocket motor facility in 2009, and the launching of co-orbital electric intelligence satellites and remote sensing satellites that could be used to provide imagery of China's maritime periphery and support long-range precision strikes.

Contudo, para além das capacidades defensivas e de negação de acesso, a China se quiser continuar seu desenvolvimento econômico e político deverá obter uma “marinha de águas azuis”³⁸ no longo prazo. Especialmente, uma vez vistos os projetos geopolíticos e geoeconômicos de caráter global que o país planeja realizar nos próximos anos, tais como a Nova Rota da Seda e o Cordão de Pérolas.

Historicamente, a China tem sido muito mais um poder terrestre, satisfazendo nacionalmente, junto aos vizinhos, ou por meio da grande Rota da Seda, a maior

³⁷ CHINA testa novo míssil com ogivas múltiplas, levantando preocupações dos EUA. **Sputnik**, 20/04/2016. Disponível em <<https://br.sputniknews.com/defesa/201604204237481-china-dongfeng-missil/>>. Acesso em: 20 Out. 2017.

³⁸ Marinha com capacidade de agir em mar aberto globalmente.

parte das necessidades de sua sociedade agrícola. Nos últimos anos, porém, a China começou a desenvolver uma marinha expedicionária de águas azuis, resultado de sua transição de uma economia agrícola para uma economia industrial. A China, atualmente, necessita de recursos que se situam para além de suas costas, bem como novas e seguras rotas de comércio; e é preciso olhar para o mar para se alcançar esses imperativos (STRATFOR, 2009, citado por MORAES, 2015, p. 559).

Portanto, a modernização e expansão das forças militares chinesas tem como principal objetivo alterar a balança de poder regional no MSC em favor da China. Isso significa que o país pretende tornar sua relação de poder com os demais Estados do SE asiático tão assimétrica que diante da impossibilidade destes se oporem aos ditames vindos de Pequim, eles buscarão se associar à economia chinesa como melhor alternativa para alcançarem seu próprio desenvolvimento. Contudo, países como Vietnã, Filipinas e Malásia por seu lado também tem realizado investimentos em seus setores militares de maneira a contrabalancear a presença chinesa na região. Logo, diversos analistas já consideram que exista uma corrida armamentista em curso no MSC (KAPLAN, 2013) (MORAES, 2015).

Uma corrida armamentista na região da Ásia-Pacífico começa a determinar um rearranjo na geopolítica militar global (...). Foi ali que os orçamentos de defesa explodiram nos últimos cinco anos. Rússia, Indonésia, Filipinas, Japão, Singapura e China lideram esse movimento (OSWALD, 2015).

Ainda, segundo relatório do Centro IHS Jane de Terrorismo e Insurgência (2015) os investimentos em defesa de Malásia, Tailândia, Filipinas, Vietnã, Singapura e Indonésia cresceram no período 2014-2015, respectivamente, 10%, 7,1%, 15%, 7,1%, 5,7% e 12,8%. Contudo, este crescimento, quando comparado ao chinês, ainda é marginal. Logo, sendo pouco relevantes para diminuir o *gap* de poder existente entre a China e o bloco de Estados do SE asiático, como pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 - Comparação entre os orçamentos militares da China e dos Estados do SE asiático (1993-2013).

	1993		2003		2013		Variação 2013-1993 (%)
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
China	23,5	44,1	57,4	62,8	171,4	79,1	+630,7
Taiwan	13,5	25,3	9,8	10,7	10,3	4,8	-23,5
Cingapura	4,3	8,1	8,0	8,7	9,1	4,2	+110,4
Indonésia	1,8	3,4	4,1	4,5	8,4	3,9	+356,9
Tailândia	4,6	8,7	3,4	3,7	5,6	2,6	+21,8
Malásia	2,6	4,9	4,4	4,8	4,8	2,2	+85,1
Vietnã	0,6	1,1	1,5	1,6	3,2	1,5	+448,8
Filipinas	1,9	3,6	2,4	2,6	3,2	1,5	+68,2
Outros ¹	0,4	0,8	0,5	0,5	0,6	0,3	+41,5
Total regional	53,2	-	91,4	-	216,6	-	+307,1

Fonte: Moraes, 2015.

Elaboração: Idem.

Porém, a militarização e a intimidação pelas armas não são as únicas políticas em que Pequim tem investido para promover a subserviência de seus vizinhos. Pelo contrário, os investimentos em aparatos bélicos são muito mais uma resposta às tentativas de cerco e desestabilização regional perpetradas pelos norte-americanos e seus aliados do que representantes de uma política chinesa de ativa coerção militar. As colocações de Kissinger (2015, p. 177-180) sobre a compreensão asiática acerca do conceito de ordem mundial ajudam a esclarecer este ponto.

Na Ásia o Estado é tratado como se fosse a unidade básica da política internacional e doméstica. (...) A Ásia emergiu como um dos mais significativos legados do sistema vestfaliano (...) Na Ásia muito mais do que na Europa, para não falar do Oriente Médio, as máximas do modelo vestfaliano de ordem internacional encontram sua expressão moderna – incluindo doutrinas que vem sendo questionadas por muitos no Ocidente como focadas de forma excessiva no interesse nacional ou insuficientemente atentas à proteção dos direitos humanos. A soberania, em muitos casos conquistada apenas recentemente a partir da antiga condição colonial, é considerada como algo dotado de um valor absoluto. O objetivo da política de Estado não é transcender o interesse nacional – como acontece nos conceitos atualmente em moda na Europa e Estados Unidos -, mas sim buscar satisfazê-lo com o máximo de energia e convicção.

Sendo assim, na Ásia a opção pelas armas não se deve à natureza autoritária e belicosa da China, ou dos demais países asiáticos, ela, é sim, apenas mais uma das opções validas e

viáveis para se alcançar um objetivo estratégico e/ou garantir o respeito e independência do Estado nacional. Claro, ninguém deve se enganar que a China tem meios e disposição para ir à guerra caso encare que seus interesses vitais estejam sendo ameaçados, contudo irromper uma guerra regional seria muito mais maléfico aos objetivos de médio e longo prazo do país do que favorável. Portanto, atualmente os chineses tem exercido seu poder de coerção também através de políticas geralmente consideradas menos agressivas, como é o caso de medidas geoeconômicas.

CAPÍTULO 4 – GEOECONOMIA E O COLAR DE PÉROLAS CHINESAS

4.1 Geoeconomia

O campo de estudos de geoeconomia não costuma receber a mesma atenção, por parte dos analistas internacionais, que é dispensada à sua irmã, geopolítica. Ainda assim, pode-se dizer que a geoeconomia é tão antiga quanto à própria geopolítica.

Friedrich Ratzel (1990), considerado o “pai” da geopolítica moderna, já observava a influência de medidas econômicas sobre a segurança e expansão territorial dos Estados. O autor considerava que nações com territórios mais coesos, portanto homogêneos, eram mais seguras. Pois, sofriam menos com a influência estrangeira graças ao chamado “tamponamento eficaz das fronteiras”. Segundo suas “Leis do Crescimento dos Estados”, a expansão territorial responde ao surgimento de alguns sintomas como o desenvolvimento econômico (comercial, industrial e financeiro) e de ideias. E, o espaço onde a expansão toma forma é na fronteira. Assim, mais importante do que a extensão de um território era sua coesão, uma vez que isso significava fronteiras menos vulneráveis à conquista alheia. Por sua vez, a expansão podia tomar diferentes formas. Podendo ser citados os métodos de “penetração pacífica”, promovidos através da migração, disseminação de ideias, comércio e investimentos ao longo das fronteiras, além da tradicional guerra de conquista. Sendo assim, inspirado pela recente unificação alemã, Ratzel, vai se dedicar ao desenvolvimento de métodos que aumentariam a coesão territorial dos Estados. O autor, então, dividia os territórios em centros ou núcleos mais desenvolvidos e periferias ou regiões tributárias que deveriam ser integradas ao restante do ecúmeno nacional. Para tanto, ele sugeria uma política de “valorização diferenciada do território”. Esta, se baseava no espalhamento de centros irradiadores de desenvolvimento econômico e político ao longo do espaço nacional, especialmente, através das áreas periféricas e fronteiriças. Posteriormente, estes novos núcleos deveriam ser articulados com os antigos centros desenvolvidos por meio de infraestrutura adequada, de maneira a fazer com que a riqueza e a população circulassem e se multiplicassem. Assim, dando coesão ao território, e mais tarde possibilitando sua expansão. Desse modo, em Ratzel (1990), percebe-se que o desenvolvimento econômico tem sim influência sobre o espaço geográfico. De forma que o estudioso recorre a mecanismos geoeconômicos para promover a homogeneização territorial, a qual, como visto, possibilitará também a anexação futura de novos territórios.

Mais tarde, Gunnar Myrdal (1960) iria aprofundar as observações de Ratzel no que tange as desigualdades regionais dentro dos espaços geográficos. Para este autor a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou pobres poderia ser explicada por um “princípio de causação circular e acumulativa”. Nas palavras dele (MYRDAL, 1960, p. 39-41):

Suponha-se que, em determinada comunidade, um acidente ocorra sem solução imediata, isto é, que uma fábrica, de onde grande parte da população retira sua subsistência se incendeie e se torne evidente que não vale a pena reconstruí-la pelo menos naquela localidade. O efeito imediato dessa mudança primária seria a firma proprietária deixar de operar e os trabalhadores perderem o emprego. Esse resultado diminuiria as rendas e a demanda.

Por seu turno, a diminuição da demanda reduzirá as rendas e causará desemprego em todos os outros negócios da comunidade, cujos produtos e serviços eram vendidos à firma e seus empregados. Desencadeia-se, assim, um processo de causação circular, com efeitos que se acumulam à feição de um ‘círculo vicioso’.

Esse simples modelo de causação circular com efeitos acumulativos, liberados por mudanças primárias, é, acredito, mais típico dos verdadeiros processos sociais do que a interseção das curvas de oferta e demanda a um preço de equilíbrio, que se tornou simbólico em grande parte de nosso raciocínio na teoria econômica.

Ainda, da mesma forma que existiriam mudanças primárias que provocariam “efeitos regressivos”, também haveriam alterações que acarretariam em “efeitos propulsores”.

No exemplo dado a mudança foi de caráter adverso. Todavia, o processo acumulativo também funciona se a mudança inicial for favorável. A decisão de localizar uma indústria em determinada comunidade, por exemplo, impulsiona seu desenvolvimento geral. Proporcionam-se possibilidades de emprego e rendas elevadas àqueles que se encontravam desempregados ou com empregos de baixos salários. Os negócios locais podem florescer à medida que aumente a demanda para seus produtos e serviços. A mão de obra, o capital e a iniciativa privada são atraídos de fora para aproveitarem as oportunidades de expansão (...) O processo de expansão cria economias externas favoráveis à sua continuidade (MYRDAL, 1960, p. 43).

Ademais, deve-se observar com atenção a última sentença do trecho acima, pois ela traz à tona mais um argumento teórico essencial ao pensamento deste autor. Sendo este que: as forças dos mercados agem no sentido de aprofundar as desigualdades. Segundo ele, a expansão econômica cria condições favoráveis à sua continuidade, ou seja, a expansão gera mais expansão. Porém, se não forem praticadas políticas intervencionistas, tais como a integração regional e o investimento econômico equitativo, é provável que os frutos da expansão econômicas fiquem restritos aos núcleos mais abastados. Isso porque “estas localidades oferecem condições naturais particularmente boas para as atividades econômicas que nelas se concentram” (MYRDAL, 1960, p. 43), uma vez que estas possuem vantagens competitivas

frente as demais. Sendo assim, se deixadas as forças dos mercados para agirem livremente, deve-se esperar que a expansão acabe elevando as desigualdades e não as reduzindo. Talvez um exemplo ajude a entender. A construção de uma fábrica gera uma demanda por trabalho e por matérias primas, assim como um movimento de capital para as proximidades, isso significa, portanto, que existe um fluxo de pessoas, materiais e investimento de uma região para outra. De forma que uma localidade sustenta até certo ponto o crescimento de outra. Logo, é esperado que algumas regiões se tornem mais pobres à medida que outras enriquecem. Portanto, a expansão de uma localidade muitas vezes causa “efeitos regressivos” em outras, e em caso de ausência de políticas estatais que controlem o jogo das forças de mercado fará com que a desigualdade regional se eleve ao invés de diminuir.

Consequentemente, para Myrdal (1960), o desenvolvimento de uma região ou Estado dependerá da prevalência dos efeitos “propulsores” sobre os “regressivos”, a partir do emprego de políticas intervencionistas capazes de controlar as forças desagregadoras dos mercados. Logo, essas políticas podem muito bem ser vistas como medidas de caráter geoeconômico, uma vez que pretendem guiar o desenvolvimento no sentido de amenizar as vulnerabilidades econômicas e políticas dos atores internacionais. Portanto, como Ratzel (1990) colocaria, tornando o território mais coeso e consequentemente mais seguro. Sendo assim, em seguida, o autor observa que de maneira geral o Sistema Internacional pode ser comparado com uma nação subdesenvolvida (no que tange sua geoeconômica), logo ele vai exportar seu argumento para explicar as desigualdades existentes no Sistema interestatal.

Segundo ele, o Sistema Internacional se assemelha em muito a um país subdesenvolvido, ou seja, neste espaço existe um grande número de zonas empobrecidas e algumas poucas regiões desenvolvidas. Ainda, a ausência de um Estado mundial capaz de controlar o jogo de forças de mercado, e assim transmitir os benefícios da expansão para as áreas subdesenvolvidas, pode ser associada com a debilidade política dos Estados pobres que não conseguem quebrar suas oligarquias econômicas. Dessa forma, os “efeitos propulsores” seriam incapazes de sobrepujar os “efeitos regressivos”, produzidos a partir da expansão econômica dos centros. Logo, ele afirma que as desigualdades internas e internacionais “se entrelaçam mediante causação recíproca, de maneira circular” (MYRDAL, 1960, p. 82). Significando, que dentro de um regime internacional de *laissez-faire*, a tendência é que a desigualdade mundial aumente, à medida que a expansão das regiões ricas cria “efeitos regressivos” nos países subdesenvolvidos. Uma vez que estes últimos têm seus trabalhadores e

capitais sugados pelos salários e rendimentos mais elevados característicos das regiões mais desenvolvidas. Ademais, os “efeitos propulsores” gerados pela expansão dos centros industriais falham em penetrar no interior dos países pobres, devido à ausência de políticas intervencionistas capazes de espalhar os frutos do desenvolvimento. Logo, meramente criado nestas nações, enclaves abastados dentro de economias nacionais depauperadas. Por sua vez, estes bolsões de riqueza vão dificultar, no âmbito interno, o progresso econômico e político dos Estados subdesenvolvidos, já que construirá toda uma rede de privilégios entre as elites locais e internacionais. Por conseguinte, contribuirá para a manutenção e agravamento das desigualdades regionais. Portanto, fica clara a relação de entrelaçamento entre as desigualdades externas e internas.

Feito este breve panorama, pode-se dizer que a modelagem do espaço geográfico estatal e internacional promovido pelo crescimento econômico, tanto em Ratzel (1990) quanto em Myrdal (1960) os colocam como autores que influenciaram, definitivamente, o pensamento geoeconômico. Contudo, a geoeconomia para estes dois autores parte do nível dos Estados nacionais para explicar o Sistema interestatal. E, no que concerne este estudo, deve-se procurar uma abordagem geoeconômica que venha desde o nível sistêmico e desça para analisar o comportamento e motivações dos atores internacionais.

Portanto, decidiu-se fazer recurso da definição de geoeconomia como colocada por Robert Blackwill & Jennifer Harris (2016). Para estes autores, geoeconomia, pode ser definida como: **“O uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais, e para produzir resultados geopolíticos favoráveis; ademais, o efeito das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país”** (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 20) (tradução do autor). Desse modo, essa definição pode ser destrinchada em três partes. A primeira (“o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais”), pode ser compreendida nos casos em que em que se observa como a força de uma economia doméstica acaba influenciando na projeção de poder ou na defesa de um Estado. Também, é adequada para abranger as políticas de desenvolvimento explanadas por Ratzel (1990) e Myrdal (1960). A segunda parte (“o efeito de ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país”), pode ser exemplificada através das consequências que embargos econômicos exercem sobre os interesses de um Estado. Por último, “o uso de instrumentos geoeconômicos... para produzir resultados geopolíticos favoráveis”, diz respeito a utilização de políticas geoeconômicas como ferramentas de construção de poder estatal

(*statecraft*). Pode-se adiantar que a primeira e terceira partes desta definição são, especialmente, relevantes para compreender a ação chinesa no MSC.

Além desta definição sintética, os autores (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 23-32), se preocupam em esclarecer alguns outros pontos que ajudam a melhor definir o que é geoeconomia.

O primeiro ponto preocupa-se em diferenciar geopolítica e geoeconomia. Portanto, geopolítica seria o conjunto de suposições acerca de que maneira um Estado exerce poder sobre seu território, tendo como base fatores geográficos como: território, população, recursos naturais disponíveis, capacidades militares e etc... O mesmo é verdade para geoeconomia, porém ao invés de tomar como referência fatores geográficos, seriam levados em conta os recursos econômicos. Se forem tomados, como exemplos, as logicas de acumulação comumente associadas com poder e riqueza essa exposição tende a ficar mais clara. De maneira geral, a lógica da política é representada pela busca de poder, que é caracterizada por ser um jogo de soma zero. Enquanto, a lógica da economia é encarada como um jogo de soma positiva, uma vez que riqueza pode ser produzida de forma ilimitada. A geoeconomia, na visão dos autores, portanto, pretende associar o jogo de soma zero, característico da geopolítica, com a lógica da acumulação de riqueza.

The point about geoeconomics is that this distinction [que a economia pode ser vista como um jogo de soma positiva] holds up only as long as economic actions are being pursued for the sake of economic ends. It turns out, however, that when put to geopolitical use, economic instruments can produce outcomes that are every bit as powerful and as zero-sum as those resulting from traditional military showings of state power (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 24-25).

No segundo ponto, os autores, buscam demonstrar que geoeconomia é diferente de política econômica, mais especificamente, mercantilismo e liberalismo. Blackwill & Harris (2016) advogam que tanto o liberalismo, quanto o mercantilismo são formas diferentes de se alcançar objetivos geoeconômicos. Logo, tanto o mercantilismo, quanto o liberalismo estariam preocupados em alcançar riqueza e segurança nacional, porém, de maneiras diversas. Portanto, geoeconomia não seria uma forma radical de mercantilismo, tampouco importaria se houvesse perda/custos econômicos, para se alcançar os fins geopolíticos como pregam os liberais.

In sum, the real divides between mercantilism and liberalism concern how best (not whether) to pursue geoeconomics. "Its fundamental characteristic is simply that economic policy be deliberately formulated so as to promote the foreign policy goals of the state—whatever those may be," wrote Baldwin. Mercantilism thus stands as only one of many forms of geoeconomics. By the same token, to the extent that leaders pursue prescriptions of economic

liberalism (minimal state intervention, free trade, etc.) in the belief that these policies serve geopolitical interests, liberalism, too, falls comfortably among the many shades of geoeconomics (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 32).

Em seguida, trata-se das diferentes formas que a projeção de poder geoeconômico pode tomar. Ademais, da mesma maneira que a geografia dita as possibilidades e objetivos geopolíticos, também existem fatores estruturais (dotação geoeconômica) que determinarão que ferramentas geoeconômicas um país utilizará, assim como sua eficiência. Logo, os autores consideram que existem duas formas de alavancagem geoeconômica: coercitiva e positiva. Sendo assim, é possível selecionar sete políticas geoeconômicas como principais, são elas: política comercial, política de investimento, sanções econômicas e financeiras, ciberataques, ajuda econômica, política econômica e monetária e manejo de recursos energéticos e *commodities*.

O comércio como instrumento de geoeconomia é normalmente utilizado como um indutor positivo de relacionamento. Portanto, o aumento do fluxo comercial entre dois países buscaria angariar favores e boa vontade de um país em relação ao outro. Porém, a política comercial também pode ser empregada para punir ou para demonstrar descontentamento. O banimento de produtos da agenda comercial, estabelecimento de quotas de importação e de medidas sanitárias desnecessariamente rígidas, ou bloqueio comercial completo são ferramentas comerciais coercitivas que vem sendo utilizadas pelos mais diversos países com taxas de sucesso particulares ao nível de entrelaçamento econômico entre dois Estados. Quanto mais uma nação depende economicamente de outra mais efetivas serão essas medidas comerciais coercitivas.

No que tange o investimento, essa política geoeconômica tem grande importância dadas as características próprias do Século XXI. Primeiramente, pelo simples volume de investimento que atualmente circula pelo globo em comparação com períodos históricos anteriores:

Forty years ago, 90 percent of all cross-border flows were trade-based; in 2014, 90 percent were financial. A large part of the current flows comes as some form of investment—whether shorter-term, more liquid “portfolio” investment or longer-term “direct” investment. From a geoeconomic perspective, then, investment matters more than in previous eras because there is simply a great deal more of it passing between states today, in both relative and absolute terms (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 53).

Segundo, pela origem e manejo destes recursos. Anteriormente a maior parte do investimento mundial tinha origem e destino os EUA, que também intermediava os fluxos realizados por terceiros. Porém, hoje, existem outros grandes centros de investimentos no

planeta, principalmente no Oriente Médio e no Leste da Ásia. Além disso, “*gross capital transfers to emerging markets have quintupled since the early 2000s (...) South-South flows of capital are also rising sharply, with approximately \$1.9 trillion in foreign investments between emerging economies*” (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 53).

Terceiro, grande parte deste capital se concentra na mão dos Estados. O setor de energia sempre foi conhecido por possuir forte presença estatal, contudo, atualmente esta influência tem se estendido para além deste. De forma que, se constituem empresas (*State Owned Enterprises – SOE*) e bancos estatais que se aventuram nos mercados e fazem negócios com outros governos soberanos muitas vezes seguindo diretrizes acordadas politicamente no âmbito interno de seus países de origem. A China é um caso de destaque deste tipo de ação. O resultado disso são cada vez mais tratados entre entes soberanos, onde é difícil imaginar que a geopolítica seja um assunto negligenciado, especialmente, caso envolva recursos estratégicos.

Quarto, sendo assim, portanto, observa-se que contemporaneamente existem alguns instrumentos de investimento que ganham novos significados.

As of mid-2015, foreign exchange reserve levels exceeded \$11 trillion globally, up from \$2 trillion fifteen years ago. Emerging nations in particular have increased their reserves from just over \$700 billion in 2000 to \$7.5 trillion in 2015. Levels like these— many times beyond what is needed to provide import cover— mean that the states sitting atop these reserve stockpiles enjoy greater flexibility to invest them in a broader range of asset classes (...) With such investment flexibility comes greater diplomatic sway and, at least for certain types of asset classes, the possibility of geopolitical leverage during crises.

[SOE] Today they include some of the world’s biggest companies, backed by some of the globe’s largest pools of capital, and can claim over half of the world’s top ten IPOs over the last six years. Bearing little resemblance to yesterday’s SOEs, today’s state- backed companies supply a growing share of outbound FDI globally (over a third of all outbound FDI from emerging markets) as well as the majority of listings on some of the world’s leading stock markets. That is not to say that today’s SOEs do not come with problems of their own— most are notoriously less efficient than their private counter parts. But economic efficiency is not the point. What matters is that SOEs are far more politically pliant than most private firms.

Added to these sources of direct financing for states are large state-owned banks. China’s biggest four banks have a combined balance sheet of over \$9 trillion, as well as “an ongoing responsibility to balance commercial decisions with the government’s broader economic and social objectives,” as a recent Standard & Poor’s assessment put it (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 54-55).

Quanto às sanções econômicas, geralmente, países com grandes mercados domésticos ou que possuam o monopólio internacional de algum produto tem boas chances de verem suas

sanções funcionarem. Porém, a eficiência das sanções também dependerá do nível de integração entre as economias do país sancionado e do sancionador. Isso significa dizer que no caso da imposição de sanções entre Estados que são rivais, é de se esperar que essas medidas sejam pouco eficientes. Pois, seus níveis de dependência econômica um do outro são reduzidos. Dessa forma, as sanções poderiam ser facilmente contornadas, uma vez que não existe custo nem para o desvencilhamento econômico, tampouco há alguma dependência assimétrica donde seja possível retirar vantagens. Similarmente, o contrário será verdadeiro, no caso refere-se à Estados aliados e com alto nível de integração econômica. Ainda, sanções precisam de apoio para funcionar. Sem suporte é esperado que o país sancionado busque outros fornecedores e parceiros que satisfaçam suas demandas, logo tornando as sanções inúteis.

Ademais, essas políticas tenderão a funcionar melhor quando utilizadas em vista de objetivos modestos e bem determinados, como uma mudança de comportamento e não uma mudança de regime por exemplo (BLACKWILL & HARRIS, 2016).

Sobre os ciberataques, é importante registrar que nem todos os ataques virtuais são considerados geoeconômicos. Cibertiques como instrumentos de geoeconomia são aqueles patrocinados por governos e preocupados em exercer alguma influência econômica, mais especificamente:

Geoeconomic cyberattacks are those making use of economic or financial market mechanisms and seeking to impose economic costs as part of a larger geopolitical agenda. In practice, this will entail cyberattacks meant to degrade or compromise another country's critical economic or financial infrastructure or its major economic or commercial entities (whether such infrastructure or entities are privately or publicly owned — again, in a way that produces actual or potential geopolitical benefits for the attacking country. In addition to massive theft of commercial intellectual property, geoeconomically directed cyber capabilities provide governments the means to bring down individual companies, undermine entire national economic sectors, and compromise basic infrastructure from electrical grids to banking systems. All this over time can produce weaker nation states more susceptible to external geopolitical manipulation, including in times of crisis (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 60).

Sendo assim, os setores que mais comumente tem sido alvo de ataques virtuais são: finanças, energia, aeroespacial, TI e automotiva. E os países que sofrem mais acusações de perpetrarem esses ataques são: China, Rússia, Irã e Coreia do Norte.

Acerca da ajuda econômica, esta ferramenta geoeconômica tem diferentes formas, mas a mais interessante é a “assistência oficial para desenvolvimento” (*Official Development Assistance* – ODA). Segundo Blackwill & Harris (2016), em 2013, as quantias de assistência

mundial chegaram em um pico histórico, graças ao aumento do número de doadores. Entre estes novos patrocinadores estão os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), além da Coreia do Sul. Sem contar, que antigos doadores como Japão e Rússia também aumentaram suas quantias. Dessa forma, tem-se registrado uma mudança no perfil dos países recebedores de assistência. A tradicional ajuda a países africanos caiu 5,6%. Porém, no mesmo período, observou-se um aumento da ajuda destinada à países de renda média como, Índia, Paquistão e Egito que são Estados com grande importância geopolítica em seus respectivos tabuleiros. Logo, isso traria a questão de se a ajuda econômica não vem sendo empregada tendo em vista interesses estratégicos e não apenas de desenvolvimento. O caso da queda do ex-presidente egípcio, Hosni Mubarak, é emblemático desta situação.

Between President Mubarak's downfall in February 2011 and President Morsi's ouster in July 2013, Qatar provided \$8 billion to Egypt, including \$4 billion in central bank deposits and \$1 billion in grants.¹³⁷ Qatar pledged a further \$18 billion in 2012, intended to support tourism and industry projects along Egypt's Mediterranean coast over five years, but the Egyptian military intervened to remove President Morsi before Doha managed to deliver on it. Other GCC states took an equal and opposite bet on Egypt's political future. Kuwait, United Arab Emirates (UAE), and Saudi Arabia responded to Doha's \$8 billion during Morsi's rule by raising the ante, pledging some \$12 billion in Egypt immediately upon Morsi's removal. (Kuwait, UAE, and Saudi Arabia have since given even more money to Egypt, reportedly totaling more than \$20 billion as of fall 2014.) For UAE, development assistance increased 375 percent in 2013 (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 71).

Também, é importante destacar o papel que os bancos estatais têm desempenhado em relação a este tipo de assistência:

Among the newest, most powerful conduits for converting development-minded investment dollars into geopolitical influence are the cohort of state-owned development banks, which are extending financing to the developing world at less than market rates and in record volumes. As of April 2014, Brazil's BNDES had amassed four times more lending capacity than the World Bank, while the China Development Bank CDB, with total assets in excess of \$980 billion, offers a loan book bigger than that of JPMorgan Chase. These state-owned banks have far, far deeper coffers than most organs of government policy; in some cases, as with China's CDB, these banks are also under orders to build a customer base outside their domestic borders. Thus far this has included not just private clients but other foreign government entities, often drawn in by substantial financing at below-market terms (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 73-74).

O uso da política fiscal e monetária como instrumento geoeconômico depende, principalmente, do nível de penetração de dada moeda nas finanças internacionais, ou melhor, de sua conversibilidade no sistema monetário internacional. O caso de maior sucesso é o dólar. A posição do dólar como moeda internacional concede aos EUA privilégios econômicos que

nenhuma outra nação goza e, que, invariavelmente, acabam por entrar dentro do cálculo estratégico deste país. Por exemplo, em tempos de crises, os países e investidores internacionais se refugiam nos títulos estadunidenses. Por sua vez, a capacidade de resposta norte-americana é reforçada. Logo, sendo possível fazer ajustes na ordem econômica internacional e solucionar a situação. E, assim, a crise pode ser contornada. Isso é especialmente significativo, quando se percebe que as crises são causadas pela própria atuação norte-americana no globo (FIORI, 2007). Dessa maneira, a arquitetura do sistema por estar baseada na moeda norte-americana, concede os instrumentos de ajuste necessários para adequar o Sistema Internacional à nova posição política estadunidense. Basicamente, mesmo após o fim da conversibilidade do dólar em ouro ao final da década de 70, essa moeda ainda representa a pedra de fundação do sistema monetário internacional contemporâneo e sua posição como tal continua sendo garantida e reforçada pelo poder político-militar dos EUA. Portanto, enquanto Washington permanecer como potência hegemônica do Sistema, o dólar deve continuar como um porto seguro para as finanças internacionais em tempos de crise. E sendo tal, continuará a retroalimentar a posição de poder estadunidense.

Ainda, a posição de conversibilidade internacional do dólar permite aos EUA correrem em déficits fiscais sem limites, uma vez que esses são financiados pelos demais países do Sistema que necessitam dessa moeda para realizar suas transações. Portanto, os norte-americanos não estão sujeitos à problemas de restrição externa como outros Estados. Além disso, a posição internacional do dólar também permite aos EUA o emprego, em larga escala, de sanções econômicas.

Por fim, o manejo geoeconômico de recursos energéticos e *commodities* não é algo novo, ele já vem sendo empregado desde os anos 1970 com os choques do petróleo promovidos pelos países do golfo pérsico. Contudo, atualmente esse instrumento geoeconômico ganha outra cara por meio da “diplomacia dos oleodutos”. A restrição dos fluxos de petróleo e gás tem sido uma medida empregada por países como Rússia e China, principalmente, para demonstrar descontentamento desses Estados com alguma mudança no *status* geopolítico de suas regiões ou com algum país específico.

In 2006 and again in 2008, Russia suspended gas supplies to parts of Europe amid a political dispute. In all, Russia has brandished or acted upon this threat more than fifty times since the dissolution of the Soviet Union according to analysis. Part of the Kremlin's strategy in building Novorossiya, or New Russia, has been to match its diplomatic embrace with deals and investments in key commodity sectors. In January 2014, Gazprom took control of Armenia's state gas company, even renaming it Gazprom Armenia. In April of that year, it paid

\$1 for Kyrgyzstan's gas comp any, now called Gazprom Kyrgyzstan. Analysts say the push is geopolitical.

Certainly, Beijing has not shied away from energy and commodities as instruments of geopolitics in other parts of the world. China in 2010 enacted export bans on rare earth elements as a means of registering dissatisfaction with the policies of neighboring countries around the South and East China Seas (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 85-86).

No que tange as atribuições geoeconômicas dos Estados, essas designam as características estruturais que determinarão a eficiência do uso dessas políticas.

A primeira atribuição diz respeito à capacidade de um ator de controlar investimentos feitos no exterior. Segundo Blackwill & Harris (2016), ferramentas de investimentos como empresas e bancos estatais, ademais de fundos soberanos, por serem instrumentos diretos de seus Estados tendem a ser mais sensíveis às disputas no campo da política externa. Sendo assim, os investimentos realizados por estes veículos poderiam ser facilmente mobilizados e retirados de um país caso ocorresse alguma alteração de natureza geopolítica no relacionamento entre o Estado que recebe o investimento e o que concede.

A segunda atribuição trata das características dos mercados domésticos. As principais variáveis que determinam a capacidade de um país utilizar seu mercado doméstico como alavancagem geopolítica seriam: tamanho, taxa de crescimento, valor, controle de acesso ao mercado, capacidade de redirecionar o apetite doméstico para marcar posições geopolíticas, e percepção externa de que o mercado doméstico é grande demais para ser ignorado. Essas particularidades, então, vão dizer quão eficientes serão políticas geoeconômicas de comércio, investimento e sanções.

Em seguida, a terceira atribuição geoeconômica corresponde à influência sobre recursos energéticos e *commodities*. Portanto, o êxito de medidas de manejo destes recursos dependeria de três variáveis, são elas: “*monopoly power (market ownership), monopsony power (purchasing power), and centrality as a transit point between major buyers and sellers*” (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 90)

Finalmente, a última atribuição corresponde a centralidade de uma moeda no sistema monetário-financeiro mundial como foi exemplificado acima pelo caso do dólar.

Vistas essas dotações, o que pode ser auferido é que a China está bem posicionada para utilizar políticas geoeconômicas, uma vez que esse Estado possui boa parte das dotações citadas acima. Portanto, o país utiliza grandemente de veículos estatais como empresas e bancos para

realizar seus investimentos e negócios externos. Ademais, possui um dos maiores mercados domésticos do globo. Além de deter grande poder de compra de recursos energéticos e de *commodities*. Logo, a única atribuição geoeconômica que Pequim ainda não desenvolveu satisfatoriamente é a centralidade de sua moeda no sistema financeiro internacional. Dessa maneira, na próxima seção retoma-se a discussão acerca do MSC. Consequentemente, deve-se analisar como a China utiliza de políticas geoeconômicas neste tabuleiro.

4.2 Geoeconomia Chinesa no MSC

É importante dizer que no MSC as ações e estratégias geoeconômicas da China são subsidiadas principalmente por sua força não-geoeconômica, ou seja, pelo fato de que esse Estado é uma grande potência militar e política na região. Contudo, estas mesmas ações, por sua vez, irão reforçar sua capacidade geopolítica, como será visto adiante. Dessa forma, criando um ciclo virtuoso de acumulo de poder a partir de duas frentes inter-relacionadas. Portanto, isso significa dizer que a estratégia chinesa de domínio deste espaço também seguirá as três diretrizes que foram expostas no capítulo anterior, sendo elas: impor custos elevados aos países que entraram em disputas territoriais com Pequim, minar as alianças regionais dos EUA, e aumentar o círculo de amigos da China na região (BLACKWILL & HARRIS, 2016).

Logo, com relação a Taiwan, os chineses acreditam que a construção de um forte consenso internacional em volta da política de “uma única China”³⁹ (*one-China policy*) e a instituição do princípio de “um país, dois sistemas” (*one country, two systems principle*) no âmbito interno, são as medidas que proporcionarão a reunificação pacífica entre o continente e a ilha. Sendo assim, em termos geoeconômicos, Pequim pressionará Taipei através da penetração e do cerco econômico em dois níveis: bilateral e multilateral.

No campo internacional, especialmente no que tange a relação recente da República Popular da China (RPC) com a África e com a América Latina, o reconhecimento da existência de “uma única China” é um pré-requisito evidente para o estabelecimento de relações diplomáticas, comerciais e para a realização de investimentos. Portanto, o isolamento internacional de Taiwan é uma ação consciente e explícita da diplomacia chinesa. Ademais de utilizar o reconhecimento da China comunista como medida necessária para a concessão de

³⁹ A *One-China policy* determina que existe apenas um Estado reconhecido como “China”, mesmo que atualmente existam dois governos que declarem ser a “China”. Logo, todos os países que desejem possuir relações diplomáticas com a República Popular da China devem reconhecer que só existe uma China e que o Tibete, Hong Kong, Macau, Xinjiang e Taiwan são parte inalienável daquela China. Da mesma maneira, os Estados que desejem ter relações com Taiwan também devem reconhecer este princípio.

investimentos e assistência econômica, Pequim, tem começado a fazer uso de sanções contra países e empresas que ajam em favor de Taiwan.

In 2010, following the U.S. announcement of a \$6.4 billion arms sale to Taiwan, Chinese vice foreign minister He Yafei threatened Ambassador Jon Huntsman that China would “impose sanctions against [U.S.] companies that . . . engage in arms deliveries to Taiwan.” The open declaration that it would employ economic sanctions has since allowed the Chinese to clear what James Reilly, a China expert at the University of Sydney, calls a huge “ideological hurdle—they [have] opened the path for more explicit use of sanctions in the future.” Possible future scenarios could include export, import, financial, or investment sanctions, and—if past precedents hold—the deliberate slowing or withholding of business. China could dramatically reduce its interaction with Taiwan’s economy, creating an asymmetric vulnerability that leaves Taiwan far more exposed than China (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 96).

E ao que tudo indica esta estratégia tem servido bem aos interesses chineses, uma vez que atualmente o número de países que reconhecem Taiwan como governo da China está reduzido a apenas vinte e um. Sendo a maioria, nações de pequena relevância política e econômica como países da América Central e Caribe, e nações insulares do Oceano Pacífico.

Quanto ao cerco e penetração geoeconômica no campo do relacionamento bilateral, o ano de 2000 representa um ponto de inflexão no relacionamento entre Taipei e Pequim. Uma vez que Taiwan decidiu, diante de uma conjuntura de desemprego, decadência econômica e conturbações políticas, acabar com as restrições à investimentos diretos entre a ilha e o continente. Ainda, os bancos taiwaneses foram permitidos mandar e remeter dinheiro através do estreito. A partir de 2008 foram restabelecidas mais três ligações diretas com a China continental: serviço postal direto, comércio e transporte. Além disso, em 2010, foi estabelecido o *Economic Cooperation Framework Agreement*⁴⁰ (ECFA), que é um mecanismo destinado a promover a cooperação econômica entre esses dois atores. Como resultado da liberalização, já em 2003 a China substituiu os EUA como o maior parceiro comercial de Taiwan e por volta de 2020: *“Taiwan expects to send some 62 percent of its exports to the mainland, bolstering its substantial trade surplus with China. Already, Taiwan is moving in that direction, with China consuming 40 percent of the island’s exports in 2015”* (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 98).

⁴⁰ *Beginning with preferential duty cuts and protection for bilateral investments, the ECFA aspires to the full elimination of nearly all cross-strait trade restrictions, opening each side’s markets to the other in ‘unprecedented ways’. To date, Taiwan has made available more than 400 sectors to Chinese investment, including manufacturing, services, public construction, and finance (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 97).*

O que se percebe, portanto, é um entrelaçamento cada vez mais forte entre a RPC a República Chinesa (RC), de forma, que a primeira já consegue influenciar nas decisões políticas da segunda através da tortura deste relacionamento econômico. Isso fica claro quando visto a postura chinesa quando das eleições de candidatos pró e contra independência da ilha.

O período de governo do presidente taiwanês Chen Shui-bian (2000-2008) foi marcado por um relacionamento econômico hostil entre o continente e a ilha, já que este procurou reforçar a independência política de Taiwan através da reformulação da constituição e da compra de armamentos dos EUA. Logo, em resposta observou-se a queda nas ações da bolsa de valores do país, devido ao medo de piora das relações através do estreito. E pela parte da China, o que se vinculou foi que o país não mais aceitaria investimentos de empresários pró-independência. Sem contar, que houve o atraso na concessão de vistos aos cidadãos de Formosa e a paralisação de investimentos de companhias taiwaneses no continente. Além disso, a China organizou uma ofensiva comercial que estendeu facilidades de importação para os produtores de gêneros agrícolas do Sul da ilha (historicamente conhecidos como partidários da independência de Taiwan), como meio de destituir o presidente de sua base eleitoral.

Mais tarde, em 2008, quando a candidata pró-Pequim, Ma Ying-jeou, foi eleita, da mesma maneira que a China soube punir economicamente Taiwan por suas escolhas políticas, ela rapidamente recompensou a ilha quando da eleição de uma candidata favorável a integração entre os dois entes. Logo, se viu a subida nas ações da bolsa de valores de Taipei. Ainda, os dois governos assinaram um acordo de conversibilidade de suas moedas que se por um lado aumentou as formas de financiamento de Taiwan, por outro concedeu à China mais um instrumento com o qual interferir na economia e política da ilha, como pode ser visto:

A cross-strait currency swap agreement signed in August 2012 has cleared a path for China to use monetary policy as a means for further influencing Taiwanese behavior at the global level. Renminbi-denominated bonds, or “Formosa bonds,” were issued by four Chinese state-owned banks in late 2013, a move that further boosts Taiwan’s bond market and sets a precedent for other mainland Chinese issuers. With combined values of RMB 4 billion, the first issuance of these bonds helps give mainland China broader access to offshore renminbi funds as the market for Formosa bonds continues to develop. China’s currency efforts—these Formosa bonds as well as a currency swap agreement that will reduce exchange rate risks between the two countries in both the trade and financial sectors— may well be as purely economic in motive as anything ever can be when it involves Taiwan.⁴⁴ But from Taiwan’s perspective, even if the reasons are purely economic, when dealing with China it is the contingencies that matter. “With Taiwan hoarding hundreds of billions of yuan, especially now average citizens are also including renminbi as part of their

assets, any significant fluctuation in the yuan's exchange rate may undermine Taiwan's financial stability". (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 100).

Por fim, pode-se dizer que através do uso de sanções, de medidas comerciais, ademais de políticas de investimentos e monetárias, tanto em seus relacionamentos multilaterais, quanto bilaterais, a RPC, tem obtido sucesso em, não só, isolar a RC da economia e política mundial, como também, aprofundar a interdependência entre as economias do continente e da ilha. De forma, que os custos econômicos de uma declaração de independência por parte do governo taiwanês se tornam cada vez mais elevados e, portanto, restritivos. Ao mesmo tempo em que a influência política da RPC sobre a RC continua a crescer mediante o aprofundamento da cooperação econômica entre as duas.

Similarmente, a posição de Taiwan como um grande centro financeiro mundial cada vez mais relevante, especialmente agora que está conectado com a economia chinesa, também significa um risco global no que concerne o engajamento em uma guerra pela defesa da ilha. Uma vez que a destruição do sistema financeiro da ilha mandaria ondas de prejuízos por todo o globo. Dessa forma, reduzindo a vontade política internacional em uma aventura pela defesa da independência de Taiwan.

Agora, no que concerne aos demais Estados do SE asiático as ações chinesas também se pautarão pela utilização de estratégias econômicas de *sticks and carrots*, ou seja, de punições e recompensas baseadas no comportamento dos atores em relação aos interesses chineses. Essas medidas terão grande validade, pois, acontecerão em um cenário marcado pela assimetria comercial entre estes entes. O caso da retirada da guarda marítima filipina do recife de Scarborough após Pequim rejeitar mais de 150 carregamentos de bananas (estimados em US\$ 760.000), em resposta ao apresamento de alguns pescadores chineses que se encontravam nas proximidades do recife⁴¹ demonstra como a China tem usado de seu peso econômico como instrumento de política regional. Outro exemplo disso está representado pela tomada de posição do Camboja em favor da China quanto à condenação das ações chinesas sobre territórios disputados no MSC. É provável que um dos principais provocadores de tal posicionamento, que inclusive definiu o primeiro fracasso da ASEAN em atingir unanimidade, tenha sido os 2,7 bilhões de dólares em empréstimos que Pequim concedeu à Phnom Penh. Portanto:

China's leverage in the region is helped by strong bilateral trade levels. Trade between China and the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)

⁴¹ THE China-Philippines banana war. **Asia Sentinel**, 06/06/2012. Disponível em <<https://www.asiasentinel.com/society/the-china-philippine-banana-war/>>. Acesso em: 03 Nov. 2017.

reached \$350 billion in 2013; in that year bilateral trade reached \$36.4 billion with the Philippines, \$40 billion with Vietnam, and \$60 billion with Indonesia. China's emergence as the most important trade and investment partner for virtually all of Southeast Asia lends a preemptive, foreshadowing quality to any geoeconomically coercive threats Beijing may issue. Vietnam, for instance, has softened its approach to territorial claims with China as a result of watching what happened to the Philippines. China's economic hold over Vietnam is such that Hanoi remains more vulnerable than Manila to Chinese coercion: Vietnam is highly dependent upon the PRC for rubber, and major Chinese imports are used in the goods Vietnam ultimately exports. Unlike the Philippines, Vietnam does not enjoy a mutual defense treaty with the United States. Perhaps not coincidentally, China's claims in the South China Sea are particularly aggressive toward Vietnam, threatening 70 percent of Vietnam's exclusive economic zone (BLACKWILL & HARRIS, p. 112, 2016).

Entretanto, para além do jogo de coerção e promoção econômica as ações geoeconômicas chinesas no SE asiático e ao redor do MSC podem ser identificadas, principalmente, na sustentação do projeto do “Colar de Pérolas”.

4.3 Colar de Pérolas

É fato que desde o final da Segunda Guerra Mundial o Estado que domina de forma inquestionável os oceanos é os EUA. A potência estadunidense possui a maior, mais moderna, mais bem equipada e treinada marinha de guerra do mundo. Ainda, através de jogos de alianças e de bases militares está presente em todos os oceanos e controla boa parte dos pontos de estrangulamento mais relevantes do globo. Esse é o caso do Canal do Panamá por exemplo. Mas, também, do estreito de Ormuz que devido as disputas entre Irã, e os aliados norte-americanos (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Bahrein) justifica a forte presença dos norte-americanos na área. Ademais, pode-se citar o caso do estreito de Malaca, onde Singapura desempenha papel essencial para o domínio desta passagem devido a sua posição estratégica. E dado seu histórico como protetorado britânico durante a era do Imperialismo, este país acaba inserido dentro da orbita do poder anglo-americano. Além desses exemplos, os EUA também patrocinam a desestabilização do Iémen através de bombardeios, o que justifica possuírem uma base militar em Djibuti. Consequentemente, tendo grande influência também sobre o estreito de Bab el-Mandeb e golfo de Áden. Sendo assim, é de se esperar que um Estado que almeje alcançar um alto nível de autonomia política e econômica regional procure substituir o comércio marítimo pela via terrestre. Logo, se mantendo longe dos oceanos dominados pela potência hegemônica.

Esse é exatamente o caso da China. Atualmente, o país depende dos oceanos para realizar 90% de suas transações comerciais. Isso se traduz em uma grande desvantagem

geopolítica, uma vez compreendida a posição de dominância de Washington nos mares e sua rivalidade com Pequim. Portanto, como medida para reverter esse quadro, os chineses conceberam o plano da “Nova Rota da Seda” (NRDS). Esta se constitui num conjunto de projetos de infraestrutura, como: oleodutos, gasodutos, ferrovias de alta velocidade, rodovias, entre outros, os quais pretendem conectar a China com a Ásia Central, Oriente Médio e finalmente com a Europa. Logo, integrando a Eurásia. Contudo, é necessário ter em mente a estratégia geopolítica estadunidense de manter o poder no continente eurasiático sempre fragmentado. Isso significa promover a balcanização deste espaço através de desestabilizações políticas e econômicas. Dessa maneira, evitando o transito de pessoas, mercadorias e recursos. E, logo, empurrando esses fluxos de volta aos oceanos dominados pelo eixo anglo-americano. Nas palavras de Daniel Vázquez (2013, p. 139):

Desde a queda do Império Otomano, o eixo anglo-americano teria cultivado conscientemente suas relações com a petro-ditadura da Arábia Saudita e com os serviços de Inteligência do Paquistão, Estado que colocaram em seu bolso durante a Guerra Fria. Estes dois países foram a base perfeita para os planos atlantistas: a Arábia Saudita e seus fluxos quase ilimitados de petrodólares, e o Paquistão com sua enorme população e áreas inacessíveis, e ambos tinham uma alta proporção de homens jovens, de pouca cultura e facilmente arregimentáveis pela retórica religiosa. Esta base social seria presa fácil da CIA, do MI6, do ISI (Paquistão), do Mossad e outros serviços de inteligência especializados em agitações, manipulações e operações psicológicas (psy-ops). Essa é a origem do "radicalismo islâmico" e do "terrorismo internacional" como hoje é conhecido, um "movimento global" fortemente enraizado no ramo islâmico sunita (especialmente nas correntes salafistas), que serve para conter a influência xiita e cristã, para proporcionar *casus belli* ao atlantismo e balcanizar todo o espaço desde os Balcãs e o Mediterrâneo Oriental até Índia e China – e também, cada vez mais, o norte da África e o sudeste asiático. Esta instabilidade faz com que as rotas continentais eurasiáticas, muito mais antigas, simples e "lógicas" geopoliticamente falando, sejam cada vez mais inviáveis.

Portanto, mesmo que a China esteja longe de desistir da empreitada da NRDS, existe uma pressão internacional constante para que os fluxos econômicos continuem transitando pelos oceanos. Logo, diante da impossibilidade de se abdicar das vias oceânicas, Pequim, tem desenvolvido o projeto do “Colar de Pérolas” (CDP) em paralelo a NRDS. Este busca construir um espaço de autonomia marítima que lhe proporcione segurança para o transporte de mercadorias e recursos estratégicos desde o Oriente Médio e da África, através do Oceano Índico e do MSC, até finalmente a costa chinesa. Dessa forma, aumentando suas capacidades geopolíticas e geoeconômicas. Consequentemente, gerando ganhos de segurança.

Segundo Vázquez (2013, p. 128):

A expressão "colar de pérolas" foi utilizada pela primeira vez num documento interno do Departamento de Defesa da EUA intitulado "Energy futures in Asia" (o futuro energético da Ásia (...) o Colar de Pérolas é um "cordão" de bases aéreas e navais, portos comerciais, "hubs" e corredores energéticos, centros de inteligência etc., mantidas pela China ao longo de suas principais rotas petrolíferas, do mar Vermelho e do Golfo Pérsico até o Mar do Sul da China. Esta série de enclaves tende a rodear e estrangular quatro importantes penínsulas: a Indochina, a Indostânica, a Arábica e o Chifre da África [como pode se ver no mapa 10]. Como se havia adivinhado, esta disposição das fichas chinesas neste tabuleiro está em direta oposição à Índia... e, é claro, com a superpotência anglo-americana.

Logo, para concretizar este projeto, Pequim, tem utilizado de instrumentos geoeconômicos como suas "campeãs nacionais" e *policy banks* para construir e financiar estas obras. Com destaque para o recém-criado Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank - AIIB*). Idealizado pela China em 2013 e aberto para negócios em 2016, este banco nasce com 56 membros oficiais e mais 24 em processo de adesão. Com um capital estimado de 100 bilhões de dólares, o objetivo desta nova instituição é investir em projetos de transporte, telecomunicação e energia ao longo da região da Ásia-Pacífico. Portanto, entre as iniciativas já aprovadas pode-se citar a rodovia M-4 que deverá conectar de forma eficiente e segura as cidades de Islamabad, Faisalabad e Multan, garantindo a integração do espaço paquistanês e facilitando o tráfego comercial vindo da Ásia Central para os portos de Gwadar e Karachi. Além disso, já foram emprestados US\$ 165 milhões para realizar o *upgrade* e a expansão do sistema de distribuição elétrica de Bangladesh. Ainda sobre este país, também foi aprovada a construção de um gasoduto conectando o centro produtor de Bakhrabad com a cidade portuária de Chittagong, logo elevando a capacidade de exportação do país. Ademais, foi aceito o projeto para modernizar a rede de águas e esgoto da região metropolitana de Manila, de forma a evitar a ocorrência de enchentes durante a temporada de chuvas. Esses são apenas alguns dos projetos já aprovados e que interessam diretamente à China, pois localizam-se em áreas onde o país pretende aumentar sua influência política e econômica. Dessa maneira, o AIIB representa para os Estados asiáticos uma alternativa de financiamento que não os tradicionais e intrusivos Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Rivaling the reach and responsibilities of the World Bank. U.S. officials have been uncharacteristically blunt in their assessment, warning that the bank [AIIB] is a deliberate attempt to undercut the international financial institutions established after World War II (and dominated since by the United States, Europe, and Japan). Beyond attempting to weaken the U.S. alliance fabric of the region, the AIIB could allow China to pull its neighbors closer into its orbit, into relationships that promise increased geoeconomic benefits including decreased tension over territorial claims (BLACKWILL & HARRIS, p. 115, 2016).

Outro instrumento de financiamento e investimento chinês que tem influência direta sobre a montagem do “Colar de Pérolas”, como será visto mais à frente, é o Banco de Exportações e Importações da China (*Export-Import Bank of China* – Exim Bank). Tendo escopo similar ao AIIB, o Exim Bank é, contudo, menos sutil em seu papel de agente da política geoeconômica chinesa. Isso fica claro a partir da descrição deste órgão em seu sítio eletrônico:

The Export-Import Bank of China is a state-funded and state-owned policy bank with the status of an independent legal entity. It is a bank directly under the leadership of the State Council and dedicated to supporting China’s foreign trade, investment and international economic cooperation. With the Chinese government’s credit support, the Bank plays a crucial role in promoting steady economic growth and structural adjustment, supporting foreign trade, and implementing the “going global” strategy. It is committed to reinforcing financial support to key sectors and weak links in the Chinese economy to ensure sustainable and healthy economic and social development (...) The Bank’s main mandate is to facilitate national development strategies (...) Its financial support goes to foreign trade, cross-border investment, the Belt and Road Initiative, international industrial capacity and equipment manufacturing cooperation, science and technology, cultural industry, “going global” endeavors of small and medium enterprises, and the building of an open economy (China, 2017).

Ao todo é esperado que a China invista US\$ 62 bilhões em bancos estatais para apoiar as iniciativas de construção de infraestrutura ao longo do Sudeste Asiático e assim aumentar sua influência sobre a região (BLACKWILL & HARRIS, 2016).

Agora, acerca dos projetos que constituem realmente as pérolas do colar chinês. Primeiramente, fora do âmbito do MSC, alguns projetos que merecem destaques são: o oleoduto Myanmar-China; o porto de Gwadar no Paquistão; o porto de Chittagong em Bangladesh; a base militar chinesa em Djibuti; e o porto de Hambantota no Sri Lanka.

Mapa 10 – Principais projetos de infraestrutura do “Colar de Pérolas:



LA COMPETICIÓN POR EL ÍNDICO - China, India, Estados Unidos, Reino Unido y Francia

- | | |
|--|--|
| Bases navales y/o "puestos de escucha" hindúes | Importante presencia francesa en el Índico |
| Importante presencia angloamericana en el Índico | Cerrojo/paso estratégico |
| Alto riesgo de piratería | Potencia nuclear |

“Collar de perlas”: enclaves estratégicos chinos

1. **Hong Kong** (China): antiguo enclave británico. Centro financiero más importante de Asia y el tercero más importante del mundo. Puerto, terminal petrolera.
2. **Sanya** (Isla Hainan, China): base aérea y base de submarinos nucleares.
3. **Isla Woody** (Islas Paracel, reclamadas por China, Vietnam y Taiwán): puerto, base aérea, proyectos turísticos.
4. **Islas Spratly** (reclamadas por China, Vietnam, Filipinas, Brunei, Malasia y Taiwán): prospecciones gasíferas y petrolíferas, exploraciones submarinas.
5. **Sihanouville (Campong Som) y Ream** (Camboya): ampliación de los puertos, acceso naval, recursos de biodiversidad.
6. **Istmo de Kra** (Tailandia): proyecto de corredor estratégico (autopista, ferrocarril, oleoducto, canal marítimo).
7. **Islas Coco** (Myanmar, posesión china de facto): base naval, Inteligencia electrónica.
8. **Kyaoukpyu y Sittwe** (Myanmar): puerto, terminal petrolera, proyecto de corredor estratégico hacia China (oleoducto, ferrocarril y carretera).
9. **Chittagong** (Bangladesh): ampliación de las instalaciones militares y civiles del puerto, intereses navales.
10. **Hambantota** (Sri Lanka): puerto, posible proyecto de base militar.
11. **Marao** (Maldivas): exploraciones marinas, posible proyecto de base militar.
12. **Gwadar y Pasni** (Pakistán): puerto, base naval, instalaciones de Inteligencia, terminal petrolera, proyecto de corredor estratégico hacia China (oleoducto, ferrocarril y carretera).
13. **Al-Ahdab** (Irak): pozo petrolífero, despliegue de tropas.
14. **Lamu** (Kenia): puerto estratégico
15. **Puerto Sudán** (Sudán del Norte): puerto, terminal petrolera, corredor estratégico (oleoducto), Inteligencia, apoyo al Gobierno nordsudanes.

Fonte: Vázquez, 2013.

Portanto, orçado em 1,5 bilhões de dólares e construído e controlado pela petrolífera chinesa CNPC, o óleo-gasoduto Myanmar-China foi inaugurado em 2014. Este liga a cidade chinesa de Kunming ao Oceano Índico através do porto de Kyaukphyu em Myanmar. Tal infraestrutura permite que os cargueiros vindos do Oriente Médio descarreguem no litoral do

Índico e por meio do sistema de dutos transmitam até 22 milhões de toneladas de petróleo por ano (6% aproximadamente das necessidades petrolíferas do país em 2016)⁴² até seu destino na China. Assim, economizando tempo e dinheiro e evitando a passagem destes recursos pelo estreito de Malaca.

Os chineses estão construindo diversas instalações e dutos para receber petróleo e gás natural da África, do Golfo Pérsico e do Golfo de Bengala, e transportar estas mercadorias através do coração da Birmânia até a cidade chinesa de Kunming. Também se planeja para 2015 uma estrada e via férrea de alta velocidade (...) enquanto que, mais ao norte, na também [cidade] costeira de Sittwe os chineses mantêm um centro de inteligência e espionagem eletrônica (orientado especialmente, se supõe, ao tráfico marítimo) desde 1994, e também desenvolvem um porto e base naval (VÁZQUEZ, 2014, p. 148).

Mapa 11 – Rede de óleo-gasodutos Myanmar-China.



Fonte: Vázquez, 2013.

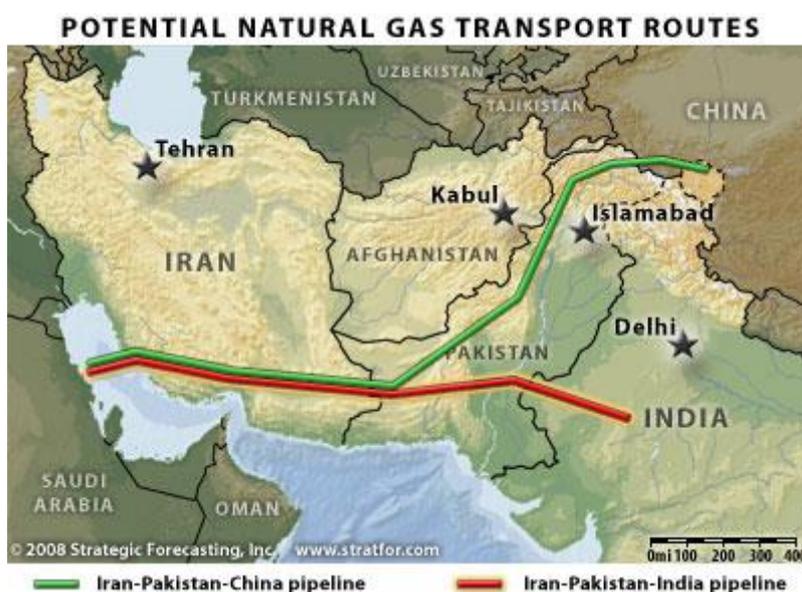
Da mesma maneira, o porto de águas profundas de Gwadar, no Paquistão, reformado pela China ao preço de US\$ 123 milhões e operado pela estatal *China Overseas Ports Holding Company*, possibilita ao país maior capacidade de ação no estreito de Ormuz e no golfo Pérsico. Ainda, este projeto concede aos chineses uma saída ao Oceano Índico, uma vez que Gwadar se liga à cidade chinesa de Kashgar através da rodovia de Carácorum. Assim, criando um corredor econômico que articula o interior do território chinês com a costa paquistanesa. “The Chinese government estimates that, upon completion, more than one-quarter of China’s foreign trade will travel through the corridor” (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 124). Além disso, esse

⁴² KODAKA, Wataru & NITTA, Yuichi. A new Myanmar oil pipeline helps China dodge US influence. *Nikkei Asian Review*, Disponível em <<https://asia.nikkei.com/magazine/20170420/Politics-Economy/A-new-Myanmar-oil-pipeline-helps-China-dodge-US-influence>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

projeto também aumenta a pressão para o alongamento da rede de óleo-gasodutos Irã-Paquistão (IP) até a China (mapa 12).

Empresas chinesas de construção já começaram a trabalhar na perna do gasoduto entre Nawabshah [cidade paquistanesa vizinha à Karachi] e o estratégico porto de Gwadar, próximo da fronteira do Irã. A China está financiando o trecho paquistanês do IP. E por razão muito séria: o IP, do qual o porto de Gwadar é entroncamento chave, é essencial num jogo de muito mais longo prazo: o corredor econômico China-Paquistão, de \$46 bilhões, que, completado, conectará Xinjiang ao Golfo Persa, pelo Paquistão (ESCOBAR, 2015).

Mapa 12 – Óleo-gasoduto Irã-Paquistão e possíveis rotas para China e Índia.



Fonte: <<https://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/2010/06/13/ira-finaliza-acordo-bilionario-de-gasoduto-para-o-paquistao/iran-pakistan-china-india-oil-and-gas-pipelines-2/>>.

Similarmente à Gwadar, o porto de Chittagong em Bangladesh, oferece uma parada segura à marinha mercante e de guerra chinesa no Oceano Índico. E se construído um corredor econômico, aos moldes do que a China tem feito com o Paquistão, mais uma alternativa à passagem através do estreito de Malaca terá sido criada.

Chittagong é uma das cidades de crescimento mais rápido do mundo, além de porto de trânsito para 90% das importações-exportações bangladeshianas e a saída natural para todo o sul da Ásia privada do acesso ao mar: Tibete, Butão, o Turquestão chinês, as Sete Províncias hindus, Nepal e algumas regiões da Birmânia ocidental. A China Harbour Company, em colaboração com as autoridades bangladeshianas, haviam investido em torno de 9 bilhões de dólares para transformar toda a costa sudeste do país e para desenvolver em Chittagong um porto de águas profundas, vários terminais comerciais para containers, uma ponte de 950 metros, um túnel subfluvial, um parque industrial e até uma estrada que conecta Chittagong a Kunming através da Birmânia. A natureza estratégica destes projetos permaneceu abundantemente clara quando o tenente coronel

Moazzem Hossain, chefe de segurança da autoridade portuária de Chittagong, que havia estudado os portos de Le Havre (França) e Hamburgo (Alemanha), declarou sem mais nem menos que “Nossa intenção é substituir o porto de Cingapura” (VÁZQUEZ, 2014, p. 164).

Ademais, em 2017, a China também inaugurou sua primeira base militar e naval em território estrangeiro. A mesma, fica em Djibuti, Estado localizado no chifre da África e posicionado de frente para o estreito de Bab el-Maheb e para golfo de Áden. Segundo as autoridades chinesas a base deve servir como um centro de logística para as tropas do EPL mobilizadas no continente africano e para combater a pirataria presente no chifre da África.

Essa instalação permitirá que a China ganhe presença em um enclave estratégico, pois o Djibuti faz fronteira com a Somália, a Etiópia e a Eritreia e fica entre o mar Vermelho e o golfo de Áden, uma das rotas marítimas e de abastecimento de energia mais importantes do planeta e essencial para o comércio chinês. O gigante asiático, além disso, já é o maior parceiro comercial do continente africano e investiu bilhões de dólares em infraestruturas, sendo que uma delas é a linha ferroviária que liga exatamente o Djibuti a Adis Abeba, capital da vizinha Etiópia (FONTDEGLORIA, 2017).

Por fim, o porto de águas profundas de Hambantota localizado ao Sul do Sri Lanka é mais uma das pérolas do colar de segurança energética da China. A posição central do Sri Lanka, em relação ao Oceano Índico, faz desta infraestrutura um ponto estratégico para o tráfego do petróleo chinês que vem do golfo Pérsico. Logo, este projeto teve financiamento do Exim Bank e foi construído pelas companhias *China Communications Construction Company* e *China Harbour Engineering Construction Company* ao custo de US\$ 1,3 bilhão. Atualmente, a estatal *China Merchants Ports Holdings* é a maior acionista dentro da *joint venture* que controla esta infraestrutura, possuindo 80% de suas ações. Além dos direitos de uso desta instalação por 99 anos⁴³.

Já, em relação ao MSC, os principais projetos do CDP estão relacionados à construção de infraestrutura nas ilhas que pontilham este espaço como: Hainan, Paracel, Spratlys e Scarborough. Ademais, existe o plano de integração do Sudeste Asiático com o território chinês através da ferrovia Pan-asiática, além dos projetos relacionados ao istmo de Kra.

Em consonância com sua estratégia de guerra submarina e objetivo de domínio do MSC a construção da base de submarinos de Yulin, localizada na ilha de Hainan, dá a Pequim capacidade de responder rapidamente a qualquer desenvolvimento no Mar do Sul. Além disso,

⁴³ MUSHTAQ, Munza. India and China flex muscles over Sri Lankan hub. **Asian Nikkei Review**, 06/11/2017. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics-Economy/International-Relations/India-and-China-flex-muscles-over-Sri-Lankan-hub>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

é fundamental para que o país consiga empregar sua estratégia de negação de acesso nesta região de forma eficiente. No que tange a infraestrutura desta base, estimasse que ela seja capaz de abrigar 20 submarinos de diversos tamanhos simultaneamente, além de navios de superfície em seus portos. Ainda, suas cavernas, tuneis de acesso e linhas de suprimento localizam-se debaixo de uma montanha feita de granito, o que contribui para a proteção das armas ali ancoradas. Sem contar, que Yulin está dentro do raio de ação da força aérea chinesa. Dessa forma, também tendo assegurada sua defesa aérea. Contudo, para além de ser uma base naval, Yulin, graças às três torres de rádio e à grande quantidade de prédios de escritórios presentes neste complexo militar, é forte candidata a se tornar o centro de comando e controle da frota chinesa do Mar do Sul. Portanto, a construção desta base representa, segundo Damen Cook⁴⁴ (2017): “*classic, conventional power projection for the region and strategic nuclear deterrence for the globe*”. Ainda, esta infraestrutura: “*will strengthen China’s position over important regional trade routes and attempt to coerce China’s neighbors into accepting the nine-dash line*”.

Sendo assim, os planos de construção de ilhas artificiais e expansão de outras formações presentes no MSC complementarão a estratégia chinesa de negação de acesso ao mar encabeçada pelos projetos da base de Yulin. Devido a relevância estratégica dos arquipélagos Paracel, Spratly e do recife de Scarborough (explicitada na seção 3.3 deste trabalho) para o controle do trânsito através do MSC, os principais investimentos chineses se darão no âmbito destas três áreas.

Logo, no que concerne o arquipélago das Paracel, os esforços chineses têm sido traduzidos na construção de infraestrutura militar diversa ao longo da maior parte das ilhas que formam este conjunto, como pode ser observado no mapa 13.

Ainda, como destaque deve-se citar a ilha Woody. Esta é a maior e mais bem equipada formação das Paracel. Além da infraestrutura militar que inclui pista de pouso e decolagem de 2,7 km, porto e abrigos para mísseis terra-ar (*Surface-to-Air Missile – SAM*), ela é a única formação que possui população civil permanente, que tem a seu serviço uma escola, hospital, sede do banco da China, lojas comerciais e pousadas, agência de correios, ademais de dois

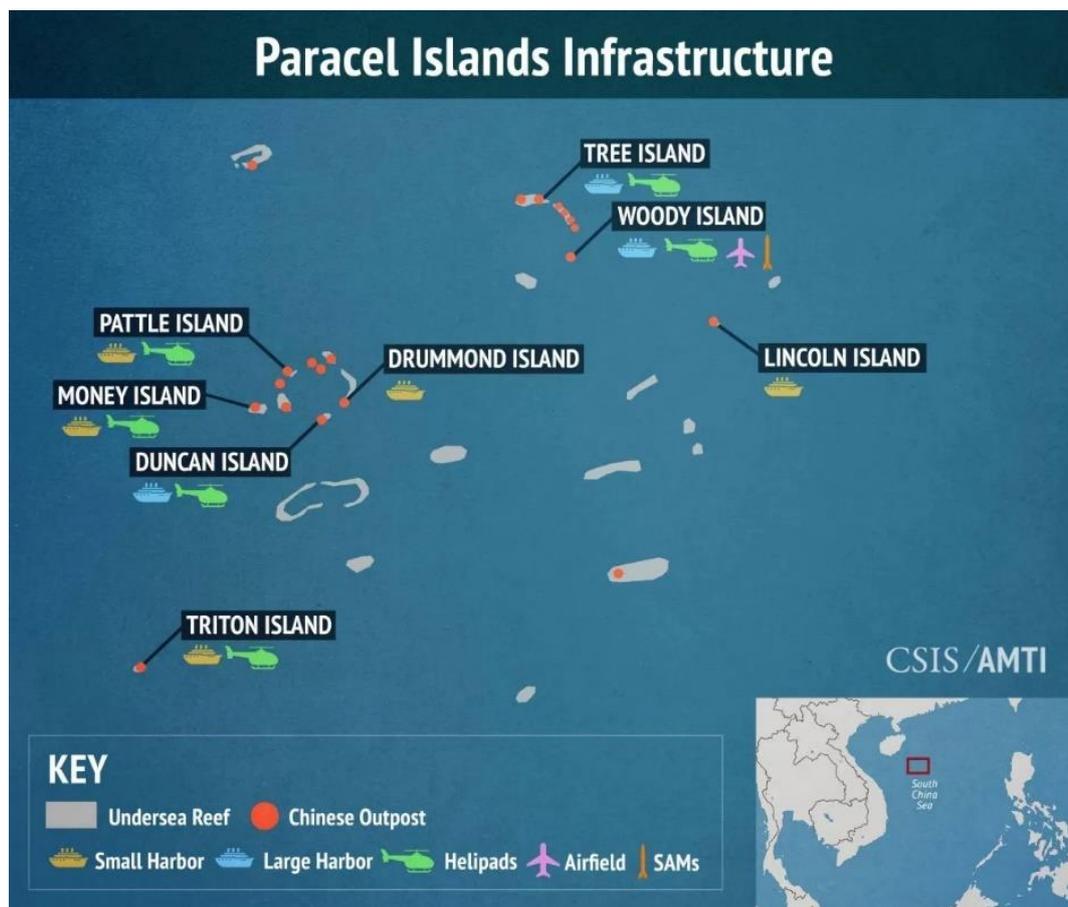
⁴⁴ COOK, Damen. China's Most Important South China Sea Military Base. **The Diplomat**, 09/03/2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/2017/03/chinas-most-important-south-china-sea-military-base/>>. Acesso em: 08 Nov. 2017.

COOK, Damen. A Closer Look at China's Critical South China Sea Submarine Base. **The Diplomat**, 18/03/2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/2017/03/a-closer-look-at-chinas-critical-south-china-sea-submarine-base/>>. Acesso em: 08 Nov 2017.

museus. Um relatório da base de dados, *Asia Maritime Transparency Initiative* (2017), explicita com mais detalhes a relevância desta ilha:

Woody Island, which has expanded to incorporate its small neighbor Rocky Island, is China's main military base in the Paracels as well as the official administrative capital of the three island chains it claims in the South China Sea (the Xisha or Paracel Islands, Nansha or Spratly Islands, and Zhongsha, encompassing Macclesfield Bank and Scarborough Shoal). In the last few years, China has undertaken substantial land reclamation to expand Woody Island and construct new facilities. It has substantially upgraded the two sheltered harbors on the island, and upgraded its air base to include 16 small hangars for combat aircraft as well as four larger hangars. Most worrying, China in early 2016 deployed HQ-9 surface to air missiles to the island. Despite reports in July that the missile platforms had departed, they still appear to be deployed along the north shore of Woody. China also test-fired anti-ship cruise missile from the island in mid-2016, but it is unclear whether or not those platforms remain. Since 2013, Woody Island has been used as a blueprint for upgrades at China's three largest bases in the Spratlys, on Fiery Cross, Subi, and Mischief Reefs. As such, it is reasonable to assume that those bases could soon host capabilities similar to those on Woody Island, including surface-to-air missiles and cruise missiles.

Mapa 13 – Infraestrutura chinesa no arquipélago Parcel.



Fonte: *Asia Maritime Transparency Initiative* (2017). Disponível em <<https://amti.csis.org/paracels-beijings-other-buildup/>>.

Quanto ao arquipélago Spratly, os investimentos chineses têm se concentrado em construir bases militares em três recifes específicos: Fiery Cross, Mischief e Subi (podem ser vistos no mapa 7). Todas essas bases possuem pista de pouso e decolagem, hangares capazes de abrigar até 24 aeronaves de combate, portos, torres de rádio e radares, além de abrigos com teto retrateis para guardar mísseis SAM e também galpões para o armazenamento de munição⁴⁵.

Por último, os projetos da China para o recife de Scarborough ainda se mantem apenas no papel. O mapa 14 demonstra os planos do país para esta formação. Os chineses detêm o controle de fato desta ilha desde 2012 quando instalaram um navio na entrada de sua lagoa interna. Dessa maneira, impedindo que os pescadores filipinos acessassem a área⁴⁶. Contudo, dada a proximidade do recife com a ilha filipina de Luzon e com o veredito da Corte Internacional de Justiça (CIJ), acerca da soberania do recife, favorável à Manila, a China tem demonstrado cautela em iniciar qualquer tipo de construção nesta área. Mesmo assim, recentemente Pequim anunciou que deve instalar uma estação de monitoramento ambiental no recife.

A militarização das ilhas Paracel e Spratlys e do recife de Scarborough possibilita à força aérea e naval chinesa capacidade de operação sobre a quase totalidade do MSC. Os portos e pistas de pouso permitem o reabastecimento das armas sem a necessidade de retorno ao continente. Ainda, a presença de torres de rádio e radar aumentam o espectro da presença chinesa e sua capacidade de detecção sobre o MSC (mapa 15). Tudo isso resulta em ganhos de eficiência em missões de reconhecimento, vigilância, resgate e também de combate e defesa. Com isso, o custo de oposição regional e internacional à China eleva-se, consequentemente o domínio sobre a região fica mais próximo.

⁴⁵ CHINA'S big three near completion. **Asia Maritime Transparency Initiative**, 29/06/ 2017 Disponível em <<https://amti.csis.org/chinas-big-three-near-completion/>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

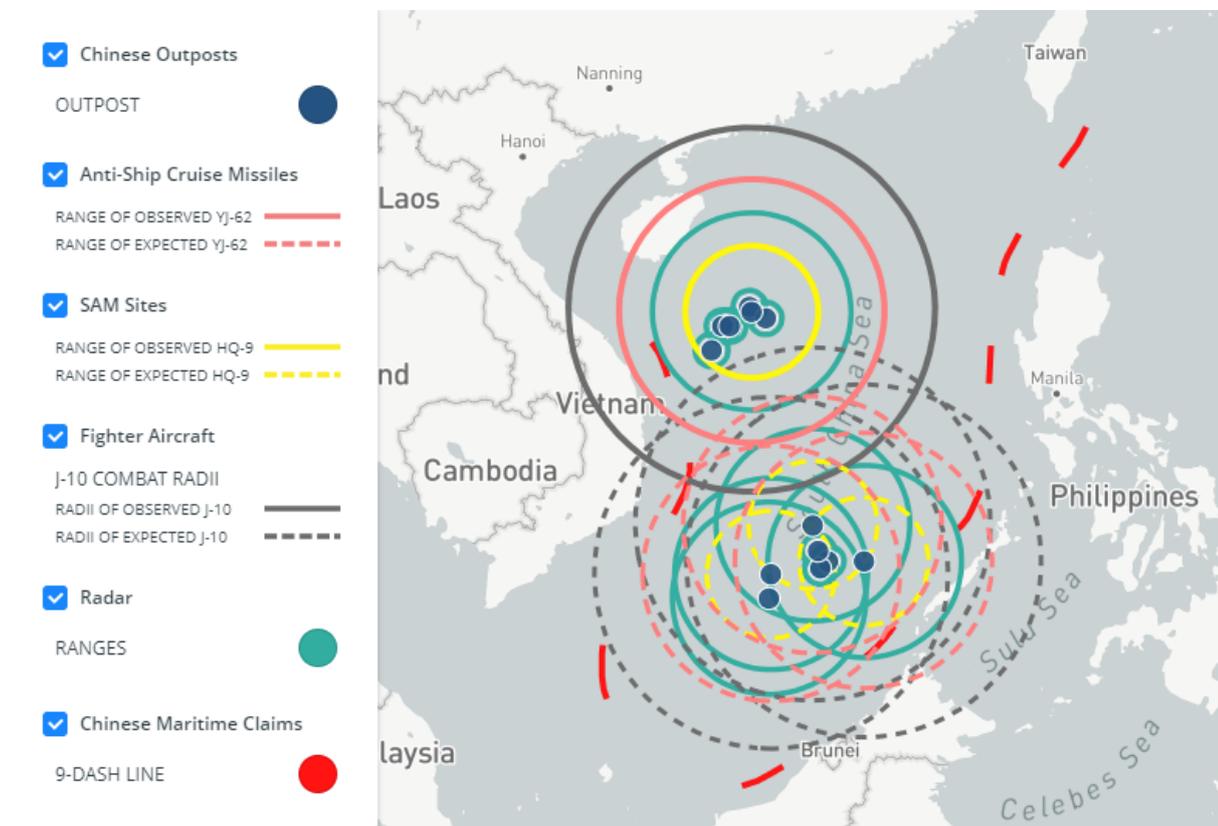
⁴⁶ IMAGERY suggests Philippine fishermen still not entering Scarborough Shoal. **Asia Maritime Transparency Initiative**, 27/10/2016. Disponível em <<https://amti.csis.org/china-scarborough-fishing/>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

Mapa 14 – Projetos chineses para o recife de Scarborough.



Fonte: Yoji Koda, 2016.

Mapa 15 – Atual capacidade de defesa e detecção chinesa sobre o MSC (sem instalações militares no recife de Scarborough).



Fonte: Asia Maritime Transparency Initiative. Disponível em <<https://amti.csis.org/chinese-power-projection/>>.

Além das bases militares em ilhas, a concretização dos diversos projetos ferroviários que integrados formam a ferrovia pan-asiática podem ser percebidos como parte dos planos do CDP chinês. Uma vez que esta infraestrutura, a qual se caracteriza pela construção de uma compreensiva malha ferroviária conectando todos os países continentais do SE asiático com a China, permitiria a este ator evitar a passagem pelo estreito de Malaca e além de aumentar seu poder de atração econômica sobre os vizinhos.

Portanto, a ferrovia pan-asiática divide-se em três rotas principais: oriental, central e ocidental (mapa 16). A primeira, quando estiver pronta, deve conectar a China com Bangkok através do Vietnã e do Camboja. Atualmente, existe ligação desde o centro chinês de Kunming até a Cidade de Ho Chi Minh no Vietnã. O trecho que continuaria o caminho até a capital do Camboja está sendo considerado pelo governo cambojano e Pequim já demonstrou disposição em arcar com parte do custo da obra (US\$ 600 milhões). Quanto a conexão entre o Camboja e

a Tailândia, a ferrovia Sisophon–Poipet⁴⁷ que atravessa a fronteira dos dois países está sendo reconstruída desde 2008 com empréstimos do Banco de Desenvolvimento Asiático (*Asian Development Bank* – AIB). Porém, não existe data para conclusão da obra. Ademais, ainda faltaria estender este *link* até as capitais destes respectivos Estados. Acerca desta iniciativa, os governos de Bangkok e Phnom Penh assinaram em 2016 um memorando de entendimento conjunto sobre a construção de tal trecho, porém as obras ainda não foram iniciadas⁴⁸.

A rota central em sua extensão máxima conectará Kunming com Singapura, totalizando aproximadamente 4000 km que poderão ser percorridos em torno de 10 horas. Essa rota divide-se no trecho China-Laos, Laos-Tailândia, Tailândia-Malásia e Malásia-Singapura. A parte chinesa deve ser concluída ao final de 2017. Quanto ao segmento do Laos, este teve suas obras iniciadas em 2015 pelo grupo chinês *China Railway Group* e segundo a base de dados *Reconnecting Asia* (2017) tem previsão de término para 2021, tendo sido orçado em US\$ 5,8 bilhões que foram financiados pelos governos da China, Laos e pelo Exim Bank chinês. Ainda:

China-Laos railway starts from the Mohan-Moten border area between the two countries, running over 400 kilometers to Lao capital Vientiane with designed operating speed of 160 km per hour. Over 60 percent of the route are bridges and tunnels. Construction of the railway is scheduled to be completed in five years with investment of some 37.4 billion yuan. This is the biggest investment project of China in Laos so far. Being the first overseas route connecting with the railway system in China using Chinese technology and equipment, China-Laos railway is a major strategic project which was reached and promoted by top leaders of the two countries, a major project in infrastructure interconnectivity between China and neighboring countries, and a major project in implementing the Belt and Road Initiative (China Daily, 2017).

O *link* entre Laos e Tailândia (ferrovia Thanaleng-Nong Khai) já se encontra pronto desde 2009⁴⁹. Porém, os planos para a implantação de um serviço de trens de alta velocidade que percorra toda a extensão da Tailândia até a fronteira com a Malásia ainda se encontra na fase de negociações entre os governos de Bangkok e Pequim. Um memorando entre os dois países foi assinado em 2014 onde ficou estipulado que a China se encarregaria da construção da estrada de ferro. Porém, ainda não há acordo quanto ao financiamento da obra e nem sobre

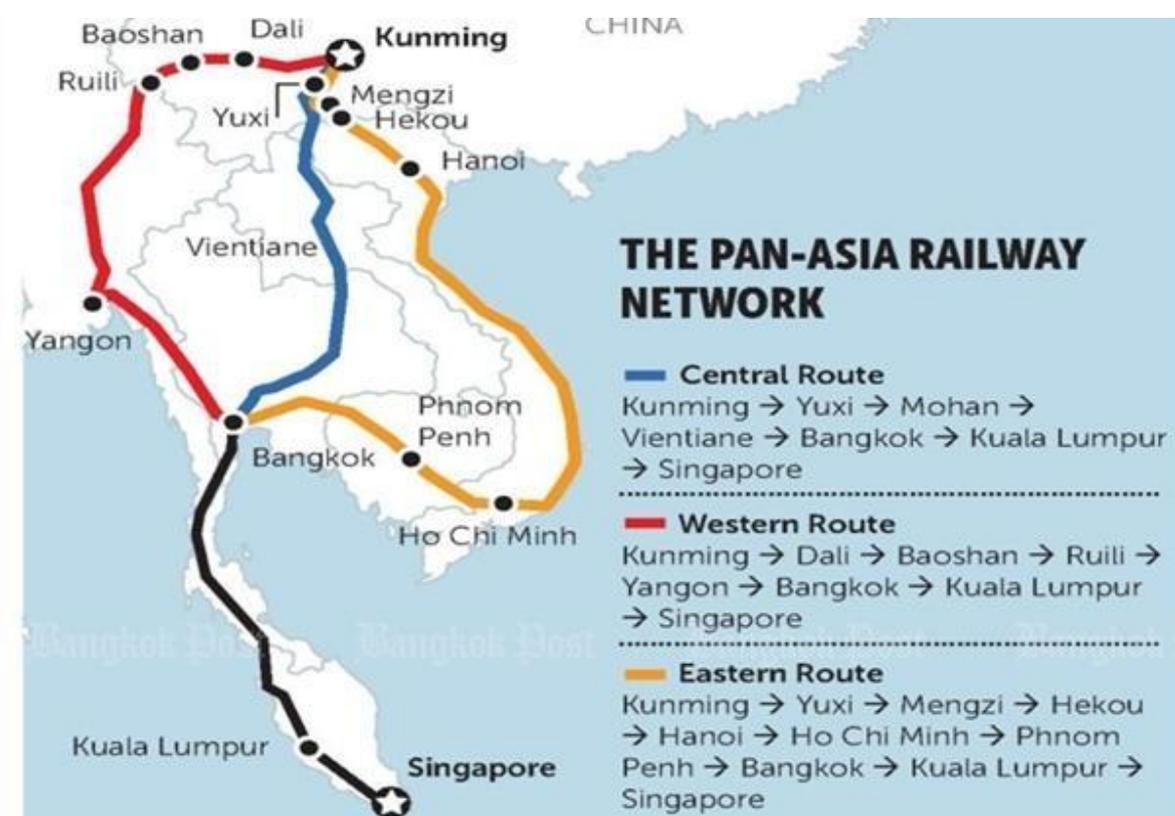
⁴⁷ RECONNECTING ASIA. Projects. **Sisophon – Poipet Railway**. Washington D.C.: CSIS. Disponível em <<https://reconasia.csis.org/database/projects/sisophon-poipet-railway/8eb23739-3dc9-4c6c-973e-0ae8c60709e9/>>. Acesso em 11 Nov. 2017.

⁴⁸ CAMBODIA, Thailand Reach Agreement on Pan-Asia Railway Network. The Saigoneer, 03/01/2016. Disponível em <<https://saigoneer.com/asia-news/6045-cambodia-thailand-reach-agreement-on-pan-asia-railway-network>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

⁴⁹ RECONNECTING ASIA. Projects. **Thai-Laos Rail Link Nong Khai-Thanaleng Section**. Disponível em <<https://reconasia.csis.org/database/projects/thai-laos-rail-link-nong-khai-thanaleng-section-construction/40aeb2e8-a6bc-4c63-a597-0da878e5e2a3/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

quem deteria os direitos de operação da linha. Portanto, o projeto permanece parado. Ademais, pelo lado malaio, existe o projeto *East Coast Rail Line* (ECRL) que foi financiado pelo Exim Bank, ao custo de 55 bilhões de ringuites malaios e teve suas obras iniciadas em 2017, pela companhia *China Communications Construction Company*. A qual promete entregar o projeto até 2022. Assim, conectando a capital Kuala Lumpur com a cidade de Kota Bharu, na fronteira com a Tailândia e no litoral do MSC. Por fim, a ligação entre Malásia e Singapura deve ser concretizada até 2022 através da *Kuala Lumpur-Singapore High-Speed Rail*. Este projeto foi anunciado em 2016, porém as obras ainda não foram iniciadas e até o momento não possui envolvimento da China⁵⁰

Mapa 16 – Ferrovia Pan-asiática.



Fonte: Pan-Asia Railway Network takes another step forward, 2016. Disponível em <<http://www.railwaypro.com/wp/pan-asia-railway-network-takes-another-step-forward/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

Finalmente, a rota ocidental percorre o trecho de Kunming até Bangkok, passando por Myanmar. A seção chinesa é dividida em três seções compreendidas pelas ferrovias: *Chengdu–Kunming Railway*, *Guangdong–Dali Railway*, *Dali–Ruili Railway*. As duas primeiras já se

⁵⁰ RECONNECTING ASIA. Projects. **Kuala Lumpur-Singapore High-Speed Rail**. Disponível em <<https://reconasia.csis.org/database/projects/kuala-lumpur-singapore-high-speed-rail/664dcdd8-6d6f-4307-bc4a-6e24de3ec235/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

encontram prontas e o último trecho teve suas obras iniciadas em 2011 com previsão de inauguração para 2022. Por sua vez, o trecho de Myanmar também pode ser dividido em três partes: *Kunming–Yangon High-Speed Railway*, *Yangon-Myitkyina Railway* e *Yangon-Bangkok Railway*. Neste grupo, o primeiro trecho foi anunciado em 2010 pelas autoridades chinesas e no ano seguinte os dois países assinaram um memorando de entendimento conjunto acerca da construção da linha férrea. Dentro do acordo os chineses se comprometeram a investir US\$ 20 bilhões no projeto. E, em compensação deteriam por 50 anos o controle da estrada de ferro. Porém, as obras nunca começaram e o projeto acabou sendo cancelado em 2014 pelo governo de Myanmar que citou “oposição pública⁵¹” como justificativa para tanto. Portanto:

The planned line would have passed through Myanmar’s troubled coastal Rakhine state and northeastern Shan state before crossing the border into Yunnan province in southwestern China. The line, which was planned to run parallel to two oil and gas pipelines, would have had significant strategic importance to China as an alternative to the Strait of Malacca as a trade route to the Middle East and beyond (...) Behind the scenes, Chinese officials are now obviously trying to revive the project, emphasising the fact that China is Myanmar’s biggest source of investment and the nation’s most important trading partner, seemingly pushing the Myanmar government to enter a new agreement for the 1,215km railway project. China’s ambassador to Myanmar, Yang Houlan, was quoted by China’s official news agency Xinhua as saying that while the project “has run into difficulties”, it was not abandoned from the Chinese side. “China-Myanmar relations are experiencing more opportunities, but there also emerge some challenges,” the ambassador said, diplomatically (MAIERBRUGGER, 2014).

O segundo trecho é uma herança dos tempos em que o país era colônia dos britânicos. Logo, é o único que se encontra pronto, mesmo que precisando de reformas⁵². Finalmente, a conexão entre Yagon e Bangkok foi construída pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, quando do período em que Tóquio ocupou Burma. Contudo, diferente do segmento anterior esta linha precisa ser reconstruída, pois foi bombardeada pelos Aliados em 1945. Para tanto, um estudo sobre tal possibilidade foi encomendado pelo governo de Naypyidaw em 2012⁵³, porém não há informações mais recentes sobre o andamento deste projeto.

⁵¹ MAIERBRUGGER, Arno. Stalled \$20bn Myanmar railway project a setback for Asia-Mideast trade. **Gulf Times**, 28/07/2014. Disponível em <<http://www.gulf-times.com/story/402209/Stalled-20bn-Myanmar-railway-project-a-setback-for>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

⁵² JANSEEN, Peter. Myanmar's rickety railways poised for a revamp. **Nikkei Asian Review**, 05/12/2016. Disponível em <<https://asia.nikkei.com/Politics-Economy/Economy/Myanmar-s-rickety-railways-poised-for-a-revamp>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

⁵³ “A feasibility study on the 105-kilometre stretch running from Burma's Three Pagodas Pass area to Thailand is scheduled to begin in October, railway minister Aung Min said. ‘We will reopen this (rail)road. The other countries said they would also help us and we will continue working for it. We will do a survey and try to start working after the rainy season with the help of the international community’”.

Em caso de as investidas desestabilizadoras do atlântismo vingarem no SE asiático, de forma a impossibilitar a construção da ferrovia pan-asiática, a China poderá recorrer a construção de um canal bioceânico no istmo de Kra. Portanto, ligando o Mar de Adamão, no Oceano Índico, com o golfo da Tailândia no MSC. Vázquez (2014, p. 143-144) resume a relevância deste empreendimento.

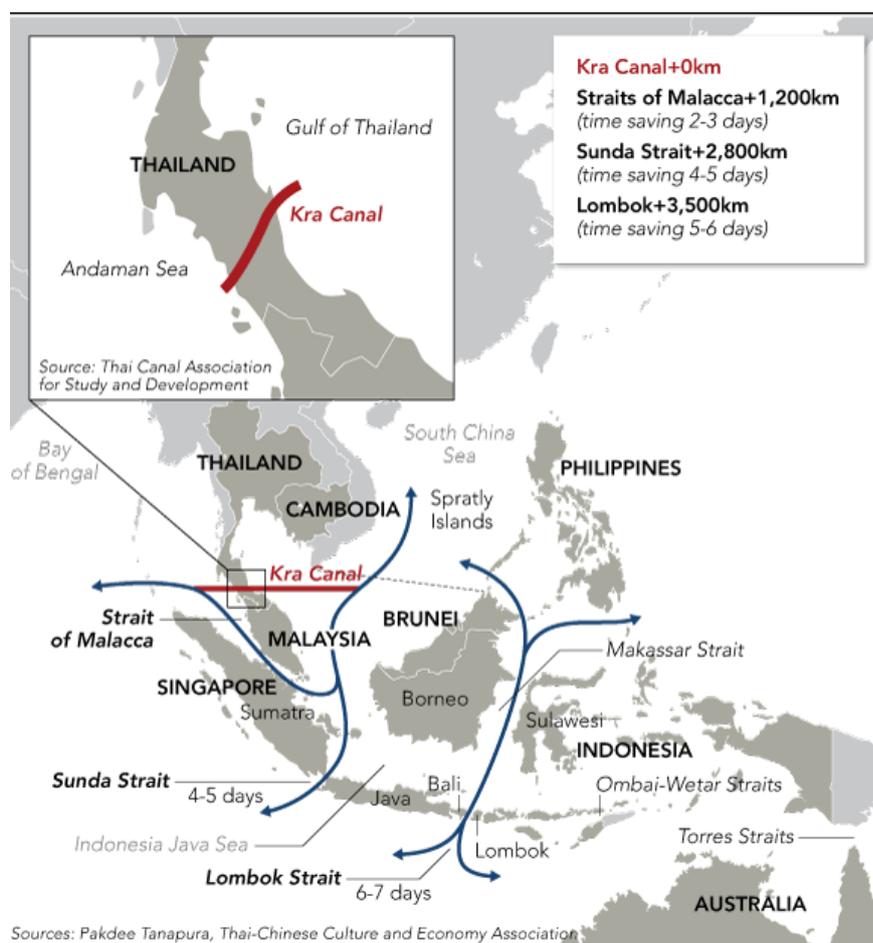
Isso deixa à China a opção de criar um novo estreito de Málaca, sob seu controle: escavando um canal no Istmo de Kra. A outra opção seria estabelecer portos, refinarias, terminais de gás natural, etc., de ambos os lados do istmo, e conectando estas instalações mediante um corredor comercial que incluiria um gasoduto, um oleoduto, uma via férrea e uma rodovia. O projeto do corredor teria 44 km, uma largura de 500 m e dotado de rodovias, uma para cada sentido (...). Este projeto diminuiria a importância a Cingapura de modo similar ao ocorrido com a Cidade do Cabo quando da construção de Suez, ou com o estreito de Magalhães quando da abertura do canal do Panamá. Em suas diversas versões, o canal/corredor tailandês diminuiria, em relação a Málaca, entre 960-1300 km (de um a três dias) da rota entre o Índico e o Pacífico. E dependendo da profundidade, diminuiria entre 2.500-3.000 km (quatro a cinco dias) em relação ao estreito de Sunda, e de 3.000-3.500 km (cinco a sete dias) em relação ao estreito de Lombok [como pode ser observado no mapa 16]. Os proponentes afirmam que um oleoduto cortaria os custos de transporte petrolífero na Ásia em 0.50 dólares por barril, e o gasoduto em 3 dólares por metro cúbico de gás. Assim, se converteria sem dúvida na pérola mais importante do colar chinês e numa "zona econômica especial" de importância global. A construção do canal levaria de cinco a sete anos, teria um custo de 20 a 25 bilhões de dólares.

Finalmente, por mais que o jogo de coerção e promoção econômica que Pequim pratica tenha se mostrado eficiente para manejar seus vizinhos rumo aos seus interesses, é a ação de patrocínio e construção de projetos de infraestrutura ao longo do Sul e Sudeste da Ásia que estão no centro da estratégia geoeconômica/geopolítica do país. Estas medidas, como é o caso do CDP, têm potencial de modificar, não só a inserção regional, como também mundial da China através do domínio de espaços marítimos estratégicos como o MSC e o Índico. Uma vez que estes projetos estão relacionados diretamente a construção de poder regional do Estado chinês (*statecraft*). Logo, ao mesmo tempo, que proporcionam o acesso dos chineses à recursos naturais e estratégicos, também asseguram grande quantidade de capital político em favor deste país, na medida em que solucionam sérios gargalos nas redes de infraestrutura dos Estados próximos. Sem contar, que promovem a integração entre os países beneficiados com a China. Dessa maneira, transformando o SE asiático num grande ecúmeno, onde o centro cada vez mais provável será a cidade chinesa de Kunming (KAPLAN, 2013). Logo, os relacionamentos chineses passam a ser caracterizados por situações de ganho mútuo, fazendo com que o país

Disponível em <<http://www.abc.net.au/news/2012-05-20/burma-to-restore-infamous-death-railway/4022542>>
Acesso em: 11 Nov. 2017.

consiga se caracterizar como uma potência regional benévola. Contudo, a construção desta infraestrutura também tem resultados geopolíticos, já que ela altera, em termos relativos, a posição geográfica e política da China em sua região. Sendo assim, abrindo espaço para mais empreendimentos e iniciativas geoeconômicas que eventualmente se traduzirão em novas capacidades de poder estatal. Portanto, o que se percebe é que diante destas iniciativas a influência econômica e política de Washington na região se mantém estagnada, enquanto que a de Pequim eleva-se. Especialmente, quando visto que desde o final do Século passado a opção da diplomacia dos EUA está muito mais baseada no estabelecimento de presença militar opressiva e patrocínio de desestabilizações do que na construção de laços econômicos e/ou de infraestrutura (Blackwill & Harris, 2016). Portanto, regionalmente, a rede de amizades da China aumenta, assim como os custos de entrar em disputas territoriais com este Estado. Visto isso, Pequim parece se encaminhar para regionalizar sobre sua influência o SE asiático e o MSC.

Mapa 16 – Projeto do canal de Kra.



Fonte: MELLOR, William. Ambitious Thai canal would link Pacific and Indian oceans. *Nikkei Asian Review*, 10/08/2017. Disponível em <https://asia.nikkei.com/magazine/20170810/Politics-Economy/Ambitious-Thai-canal-would-link-Pacific-and-Indian-oceans>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

CONCLUSÕES E APONTAMENTOS FUTUROS

Em conclusão, deve-se retomar o objetivo principal desta pesquisa como explicitado na introdução do trabalho. Logo: averiguar qual é a importância econômica, política e militar do MSC para a China e como este se encaixa dentro do projeto de desenvolvimento desta potência. Sendo assim, acredita-se que este foi alcançado de maneira satisfatória.

Para tanto, primeiramente, buscou-se construir um prisma teórico-metodológico que encarasse os campos da economia e política como indissociáveis. Julgou-se que a utilização de uma ótica de EPI seria conveniente e convincente para se enxergar as problemáticas e relações que ocorrem no interior do MSC, uma vez que dada a geografia e política deste espaço ele seria alvo de um “dilema liberal” (KAPLAN, 2014). O que, por sua vez, desfavoreceria o emprego de abordagens com preceitos que não Realistas. Assim, fez-se recurso de autores como Polanyi (1997), Petty (1996), Maquiavel (1983) e Elias (1993), além de Hilferding (1985) e Fiori (2014) para demonstrar a estranheza da separação dos âmbitos da riqueza e do poder para fins de análise. Portanto, em vista dessas conclusões e, das características geográficas e políticas do MSC, justificou-se o uso deste prisma teórico-metodológico para se ver tal espaço.

Em seguida, a partir da construção deste prisma de EPI, foi possível avançar para a análise histórica presente no segundo capítulo do texto. Neste, foi observado como os novos interesses norte-americanos (derivados de sua posição de hiperpotência global) levaram à uma inflexão em seu relacionamento com a China. Dessa maneira, começou-se destrinchando as revoluções militares e econômicas pelas quais os EUA passaram ao final da década 70. E que foram responsáveis por recolocar Washington em posição de proeminência em relação aos seus aliados e adversários. Logo, terminada a Guerra Fria, os EUA assumiram o lugar de hiperpotência, e, assim inaugurou-se o momento da “Pax Americana”.

As novas capacidades militares estadunidenses ficaram primeiro demonstradas na Guerra do Golfo e nas diversas intervenções militares praticadas por este país ao longo dos anos 90. O impacto que os novos aparatados militares adotados provocaram foram largamente noticiados, agora em tempo real, para todo o mundo. Não falhando em transmitir a mensagem de que se vivia em uma ordem política e militar diferente da anterior. Por sua vez, a liberalização dos mercados e a nova configuração que a moeda norte-americana assumiu, o “dólar-flexível”, permitiram a Washington grande capacidade de intervir na econômica global. Através do desvencilhamento da moeda de referência de qualquer lastro formal, os EUA, ganharam o

privilégio de, por meio da alteração de sua taxa de juros, modificar a paridade de sua moeda em relação as demais.

Incorporado dessas novas capacidades, ou deste “poder imperial” como colocou Fiori (2007), a seguir viu-se como os EUA guiaram sua política externa nos anos 90 e 00. Portanto, a década de 1990 foi marcada pela expansão mundial do capitalismo e da democracia liberal. Os governos que ocuparam a Casa Branca durante esse período pautaram suas políticas externas em volta da propagação de preceitos do livre mercado e dos direitos humanos. Para tanto, utilizando sem restrição de ferramentas militares e econômicas para alcançar tais objetivos. Dessa maneira, o que pôde ser observado é que por mais que o discurso norte-americano possuísse um conteúdo liberal, suas ações na prática responderam à imperativos geopolíticos tradicionais que visavam sustentar a condição de unipolaridade. Como por exemplo: a manutenção do poder dividido na Eurásia e impedimento que qualquer outra nação alcançasse capacidade para rivalizar com os EUA, a supremacia marítima, e controle ao acesso de recursos estratégicos.

Contudo, nos anos 2000, pode-se dizer que o Sistema voltou a se equilibrar, deixando a unipolaridade para trás, na medida em que se observou o aumento da oposição internacional ao poder norte-americano. Através do ressurgimento do Estado russo como potência militar e da ascensão econômica chinesa. Além, dos fracassos das campanhas militares dos EUA no Afeganistão e no Iraque. Portanto, estes fatores foram determinantes para que a balança de poder internacional recobrasse alguma estabilidade. Ainda, Fiori (2007) destacou que a maior novidade deste novo período é o entrelaçamento militar e econômico entre Washington e Pequim. Ele classificou estas relações como sendo, ao mesmo tempo, complementares e competitivas. O que se apreendeu, portanto, é que os dois países se beneficiam grandemente destas interações. Porém, visto que eles têm objetivos e interesses nacionais contrários, seu relacionamento se caracteriza também pela rivalidade e competição. Sendo assim, quando estas relações de rivalidade são “especializadas”, ou seja, quando postas sobre espaço geográfico, elas podem se traduzir em embates dentro dos tabuleiros geopolíticos. Nesse contexto, é fácil ver como o MSC se configura em um possível palco para as disputas entre estas duas potências.

Desse modo, foi possível auferir que o fim da Guerra Fria significou um momento de inflexão nas relações dos EUA com o globo, especialmente com a China. Neste novo período, Pequim, se caracterizava como o país de maior potencial econômico inexplorado do mundo, graças a seu regime político ter se mantido fechado. Assim, Washington, fez da abertura chinesa

uma de suas prioridades durante a última década do Século XX. A pressão para liberalização, como era de se esperar, não foi bem recebida na China. Logo, findou-se o tempo da cooperação pragmática entres os dois países, iniciada ao final dos anos 70 por meio da política de aproximação estratégica do governo Nixon, e teve começo um momento de construção gradativa de rivalidade.

Tendo em vista as recém demonstradas capacidades bélicas e financeiras dos EUA, o governo chinês auferiu que para manter sua autonomia política e econômica era preciso avançar em seu programa de desenvolvimento. Para tanto, estimulou-se um processo de privatização “para dentro” em larga escala, de forma a gerar uma classe capitalista nacional e aumentar a eficiência do Estado. Também, regulamentou-se a entrada de IDE no país, de maneira a guiar o desenvolvimento industrial e tecnológico. Finalmente, estabeleceu-se a “Tripla Representatividade”, para, por meio do reconhecimento dos interesses empresariais, evitar retrocessos nesse processo de acumulação produtiva. Portanto, a partir dessas medidas, o objetivo chinês parecia ser o de construção de uma indústria e classe capitalista nacionais capazes de competir, eficientemente, com seus pares estrangeiros pelo mercado interno do país em um primeiro momento e pelo mercado global eventualmente. Logo, produzindo um espaço chinês na economia e na política mundial.

Em resumo, ao longo da década de 90, Pequim, estava construindo suas capacidades para competir no cenário internacional. E iniciado os anos 2000, a China já figurava no cenário internacional como uma potência econômica impossível de ser ignorada. Sendo assim, o presidente Hu Jintao definiu que os próximos 20 anos seriam estratégicos para a construção de uma “sociedade harmoniosa e moderadamente próspera” e, a realização destes objetivos residia no cumprimento de metas editadas no 10º Plano Quinquenal da China (2000-2005). Neste plano de crescimento, pela primeira vez, ficou explícito a necessidade de internacionalização, política e econômica, como meio de continuar com o desenvolvimento do país. Portanto, foram estabelecidos dois preceitos inter-relacionados. Primeiro, o de *Going Global* para as “Campeãs Nacionais” chinesas; segundo, a da necessidade de construção de um sistema de inovação nacional autônomo. Logo, as grandes estatais deveriam realizar um esforço de internacionalização das marcas chinesas. Assim, através da competição no mercado global, deveriam adquirir recursos, mercados, experiência e novas tecnologias que ao serem trazidas de volta ao país fomentariam a inovação endógena. Similarmente, a inovação ajudaria a fortalecer a posição da China no exterior. Para tanto, Pequim procurou expandir sua rede de relacionamentos. Dando ênfase nas interações com outras nações do Sul global quando

negociava acesso à recursos naturais e estratégicos. Também, se relacionou com o Norte quando buscou obter técnicas e tecnologia de ponta. Dessa forma, o governo almejou, ao longo da primeira década dos anos 2000, tornar a inovação endógena o motor do desenvolvimento econômico no país.

Dentro deste contexto de estímulo a inovação se destacou o papel do investimento militar para o desenvolvimento econômico do país. A chegada de Deng Xiaoping ao poder representou um momento de virada na industrialização da China. Se anteriormente o foco era no desenvolvimento das capacidades bélicas, agora, o objetivo seria conectar os setores militares e civis de forma a gerar ganhos mútuos e tecnologia de uso dual. E, eventualmente, criar um complexo industrial-militar chinês. Assim, fazendo com que à medida que o país enriquecesse, também aumentasse sua segurança. Para tanto, o principal plano de estímulo a inovação foi o “Programa 863 de Alta Tecnologia”, que após 1991 se tornou o principal fomentador do desenvolvimento tecnológico do país (MEDEIROS & TREBAT, 2015). Ainda, a expansão deste programa foi incluída dentro do 10º Plano Quinquenal, o que demonstra, não só, a relevância da inovação para levar à frente a internacionalização chinesa, mas também, o relacionamento íntimo entre os objetivos de desenvolvimento militares e civis. Isso pôde ser observado, da mesma maneira, quando se notou que a China ao aumentar seus índices de investimento militar não gerou desequilíbrios em seu quadro econômico geral. A seguir se concluiu também que a obtenção de novas capacidades militares, fruto da inovação militar e civil tem como seu lugar de ação, principalmente, espaços estratégicos como MSC.

Isso foi observado no terceiro capítulo do texto, onde elaborou-se acerca dos tabuleiros geopolíticos do Leste asiático de interesse da China. Portanto, esta região foi dividida em duas sub-regiões: Nordeste (NE) asiático e Sudeste (SE) asiático. Quanto ao NE da Ásia, em primeiro lugar, explanou-se a situação política da península coreana. Essa caracteriza-se por ser uma cabeça de ponte em direção ao interior da Eurásia. Porém, desde a década de 50, encontra-se dividida entre dois Estados. O que, por sua vez, visto os objetivos geopolíticos das potências interessadas na região, constitui dois eixos com preferências antagônicas (EUA-Coreia do Sul-Japão e China-Coreia do Norte-Rússia) quanto à modificação do *status-quo* regional. Ainda, abordou-se a disputa entre Pequim e Tóquio pela posse de um conjunto de ilhas localizado no Mar do Leste da China. As ilhas Senkaku possuem 7 km² e atualmente encontram-se sob o controle japonês, porém são demandadas pela China. Por mais que não se tenham registros quanto à presença de recursos estratégicos no subsolo marinho a obtenção destas ilhas acrescentaria às águas jurisdicionais chinesas cerca de 73 mil km², uma área nem um pouco

trivial. Visto isso, deu-se sequência à análise do SE asiático e mais especificamente, do MSC. Assim como, de suas características geográficas e potencialidades políticas e econômicas. E, também, dos objetivos, vulnerabilidades e estratégias chinesas relacionadas a este espaço.

Logo, observada a geopolítica dos oceanos e a nova configuração estratégica que estes espaços adquiriram como fontes de recursos como petróleo, gás natural e minérios, áreas como o MSC (onde já haviam sido confirmadas a presença de tais riquezas) se transformaram no principal foco de uma recente investida estatal em direção aos mares. Portanto, buscou-se destrinchar a geografia e o potencial econômico e político do MSC para os Estados, de forma a explicitar sua relevância regional e mundial.

Sendo assim, o MSC pôde ser definido como uma área marítima de aproximadamente 3,8 milhões de km², localizado no SE asiático. Logo, sendo margeado por China, Taiwan, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Vietnã, Filipinas, Camboja e Tailândia. Totalizando, aproximadamente, 2 bilhões de pessoas vivendo em uma das regiões que apresenta as maiores taxas contemporâneas de desenvolvimento do mundo. Portanto, constituindo-se em uma das zonas de tráfego marítimo mais movimentadas do planeta e, assim, de importância econômica vital, não só para os países da região, como também para a maior parte do globo.

Para acessar e sair desta área deve-se passar, inescapavelmente, por alguns dos vários *chokepoints* da região. Destes, destacaram-se os estreitos de Luzon e Taiwan ao Norte; e Malaca, Sunda e Lombok ao Sul. Estas passagens desempenham papel essencial para o transporte de mercadorias e recursos estratégicos para Estados como China, Taiwan, Japão e Coreia do Sul. Ainda, salientou-se que a presença de piratas e células terroristas nas proximidades de alguns destes estreitos tornam estas rotas inseguras. E, vista a sensibilidade dos produtos transportados (petróleo e gás), portanto significam uma vulnerabilidade geopolítica aos países que dependem destes caminhos, especialmente, uma vez que é sabida a estratégia do hegemom de promover intervenções militares com o objetivo de restringir o acesso de potências rivais à recursos estratégicos. Logo, limitando sua capacidade de mobilização militar.

Ademais, o MSC também é pontilhado por conjuntos de arquipélagos que são alvos de disputas entre os Estados da região. Com destaque para as ilhas das Pratas, Paracel, Spratly e Scarborough. Estimasse que a maior parte do petróleo e gás natural presentes no MSC estejam localizados no espaço compreendido pelas ilhas Spratlys. Não à toa, a maior parte das demandas estatais por soberania compreendem de alguma forma o espaço destas formações rochosas. É o

caso da *Nine Dash Line* da China, mas também das reclamações de Vietnã, Taiwan, Malásia e Filipinas. Sendo assim, por este arquipélago possuir o maior número de formações (190 aproximadamente) e concentrar boa parte do potencial energético da região seu domínio tem sido o ponto de disputa interestatal de maior intensidade no MSC. Porém, a importância destas ilhas não termina no apoio à exploração de recursos estratégicos que elas podem prover através da implantação de ZEEs. O domínio, principalmente, do conjunto das Parcel, Spratly e Scarborough cria um triângulo estratégico bem no meio do MSC que possibilita o controle do tráfego através deste espaço. Logo, a obtenção de tal capacidade política, econômica e militar por parte de uma potência regional como é o caso da China, portanto, se traduziria em ganhos para sua segurança geopolítica e aumento de sua projeção de poder por meio da possibilidade de intervenção na economia regional e global. Dotações bastante desejáveis uma vez compreendidos os objetivos chineses de busca por autonomia em seu perímetro de defesa.

Além disso, o MSC também é casa de grande diversidade de vida marinha e regiões pesqueiras que tem grande relevância para garantir a segurança alimentar das populações locais e as rendas dos Estados costeiros. Portanto, o Mar do Sul é uma das cinco maiores zonas produtoras de pescado do planeta. Também, foi estimado que o volume de pesca no MSC fique ao redor de 10 milhões de toneladas, o que corresponderia a 12% do volume mundial de pescados em um ano. Por sua vez, esse volume se traduziria em valores de 21,8 bilhões de dólares, dos quais a China deteria 45% do montante. Ainda, a pesca no MSC tem importante significado socioeconômico, uma vez que dos 3,2 milhões de barcos pesqueiros trabalhando de forma oficial e regulamentada no mundo cerca de 1,77 milhões (55%), estão localizados nesta região, isso corresponderia a 3,7 milhões de pessoas empregadas neste setor da economia.

Então, o MSC por fazer fronteira com alguns dos países de mais recente e rápida industrialização e desenvolvimento do mundo, além possuir grandes áreas de pesca e potencial pouco explorado de depósitos de petróleo e gás natural, assim como sua localização estratégica em meio a rotas de comércio de importância global se constituiu em uma das áreas de tensão geopolítica mais acentuada da atualidade. Ademais, como complicador existe o contexto de indefinição e disputas marítimas que permeia a região, onde a existência de um ator com capacidade assimétrica (China) em relação à seus vizinhos torna a situação ainda mais volátil. Dessa maneira, de acordo com o objetivo deste trabalho acredita-se que a importância econômica, política e militar do MSC tenha sido revelada. Portanto, em seguida procurou-se abordar exatamente o papel desempenhado pela China neste tabuleiro.

Para tanto, averiguou-se os interesses, vulnerabilidades e estratégias de Pequim relacionados ao MSC. Logo, como dito anteriormente, os primeiros 20 anos do Século XXI são encarados pelas autoridades chinesas como um período decisivo para o desenvolvimento do país rumo ao que foi colocado como uma “sociedade harmoniosa e moderadamente próspera”. Assim, observou-se que este objetivo possui dois preceitos inter-relacionados. Primeiro, que a China, dado o tamanho e diversidade de sua população, almeja a construção de uma sociedade homogênea e livre de revoltas capazes de pôr em risco sua unidade territorial e tranquilidade política. Segundo; que este Estado procura elevar o padrão de vida de sua população. Consequentemente, um interesse não pode se realizar sem o outro. Logo, vistas as características e potencialidades do MSC, percebeu-se que para a consecução de tais objetivos, o domínio deste espaço constitui-se em um elemento fundamental, uma vez que este oferece recursos inestimáveis para a superação das vulnerabilidades chinesas. Dessa forma, em seguida foram vistos os pontos fracos da China, e como o controle do espaço em questão poderia amenizar tais deficiências.

Portanto, em relação as vulnerabilidades do país citaram-se as relacionadas à sua segurança energética e alimentar. Assim como, as que dizem respeito à sua reduzida jurisdição marítima e ao constrangimento imposto pela “Primeira Cadeia de Ilhas”. Dessa maneira, percebeu-se que o MSC por ser uma fonte de recursos estratégicos ainda não explorados representaria uma grande reserva de hidrocarbonetos e por sua proximidade com o litoral chinês evitaria a passagem por qualquer um dos estreitos da região. Logo, gerando ganhos em segurança energética e em transporte marítimo. Similarmente, a abundância de vida marinha e zonas pesqueiras presentes neste espaço diminuiria a pressão da segurança alimentar sobre a população chinesa. Ademais, assegurando o controle sobre as ilhas que pululam o MSC, Pequim, conseguiria aumentar sua jurisdição marítima, uma vez que para cada ilha habitada seria concedida uma ZEE. Portanto, obtendo ganhos de segurança geopolítica e econômica. No que tange a coação geopolítica perpetrada pela “Primeira Cadeia de Ilhas” observou-se que a reincorporação de Taiwan ao seio da China continental é da mais absoluta importância para romper com esta restrição à expansão naval do país.

Apurados os interesses e vulnerabilidades da China e seu relação com o MSC em sequência foram vistas as estratégias que este país vem tomando para garantir seu domínio sobre tal área. Portanto, viu-se que as ações que Pequim realiza para levar à frente sua integração com este espaço marítimo se baseariam na perseguição de três princípios inter-relacionados, sendo eles: impor custos elevados aos países que entrarem em disputas territoriais

com Pequim, minar as alianças regionais dos EUA, e aumentar o círculo de amizades da China na região (BLACKWILL & HARRIS, 2016). Para tanto, o país, em suas interações com os vizinhos do SE asiático, tem agido através do emprego de instrumentos geopolíticos e geoeconômicos em uma relação quase simbiótica. De forma que é até mesmo difícil classificar que medidas são de natureza geopolítica e quais são geoeconômicas. Contudo, para facilitar o entendimento do trabalho se optou por incluir dentro da categoria das ferramentas geopolíticas que o Estado chinês vem utilizando para assegurar seu domínio sobre o MSC, prioritariamente, as iniciativas de modernização e expansão de suas forças armadas.

Logo, observou-se que a recente onda de expansão militar do país tomou folego a partir dos anos 90 quando os chineses assistiram os desenvolvimentos da Guerra do Golfo e da Terceira Crise do Estreito de Taiwan. Incapazes de responder aos norte-americanos à altura, os chineses deram início a um rigoroso processo de modernização de suas capacidades militares. Tanto que já em 2006 o país passou a ocupar a segunda posição no ranking mundial de maiores orçamentos militares. Ainda, em 2016 seu gasto militar correspondia à 13% do mundial. Também, se auferiu a queda na razão entre importações de armas e orçamento militar. Logo, evidenciando o ganho de autonomia do complexo industrial-militar chinês (MEDEIROS & TREBAT, 2015). Conseqüentemente, esses valores se traduziram no desenvolvimento, principalmente, de novas capacidades aéreas, espaciais e navais em comunhão com os interesses de internacionalização política e econômica da China.

Sendo assim, entre os engenhos que foram desenvolvidos para elevar o poder de dissuasão militar chinês estão: o caça *stealth* não tripulado de quinta geração *Chengdu J-20*; o sistema de posicionamento global do país (*BeiDou*); o sistema de armas antissatélite (ASAT); o submarino classe *Yuan* equipado com o moderno sistema AIP; e o sistema de mísseis antinavio (ASBM). Essas novas capacidades bélicas aumentam consideravelmente os poderes de vigilância, reconhecimento, ataque e defesa da China em tabuleiros geopolíticos estratégicos. E no caso específico do MSC que tem como marca característica a assimetria entre Pequim e seus vizinhos, o desenvolvimento destas capacidades vai agir para aprofundar o *gap* de poder entre essas nações. Dessa forma, a modernização e expansão das forças militares chinesas tem como principal objetivo alterar a balança de poder regional no MSC em favor da China. Isso significa que o país pretende tornar sua relação de poder com os demais Estados do SE asiático tão assimétrica que diante da impossibilidade destes se oporem aos ditames vindos de Pequim, eles buscarão se associar à economia chinesa como melhor alternativa para alcançarem seu próprio desenvolvimento.

Contudo, países como Vietnã, Filipinas e Malásia por seu lado também tem realizado investimentos em seus setores militares de maneira a contrabalancear a presença chinesa na região. Logo, dada a possibilidade de irromper uma corrida armamentista na região, a China também tem exercido seu poder de coerção através de políticas geralmente consideradas menos agressivas, como é o caso de medidas geoeconômicas.

Sendo assim, o último capítulo do trabalho dedicou-se a análise do uso pela China de políticas geoeconômicas no âmbito do MSC e do SE asiático. Logo, a partir dos estudos de Ratzel (1990), Myrdal (1960) e Blackwill & Harris (2016) foi feito um breve panorama histórico acerca deste campo de estudos. A seguir fez-se recurso das observações dos últimos, onde sua interpretação da geoeconomia a partir de um ponto de vista sistêmico foi fundamental para esta pesquisa. Portanto, estes autores definiram geoeconomia como: “O uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais, e para produzir resultados geopolíticos favoráveis; ademais, o efeito das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país” (BLACKWILL & HARRIS, 2016, p. 20) (tradução do autor). Aqui, esta definição foi pega emprestada e destrinchada em três partes. A primeira (“o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais”), pode ser compreendida nos casos em que se observa como a força de uma economia doméstica acaba influenciando na projeção de poder ou na defesa de um Estado. A segunda parte (“o efeito de ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país”), pode ser exemplificada como que consequências o emprego de embargos e sanções exerce sobre os objetivos geopolíticos dos Estados. Por último, “o uso de instrumentos geoeconômicos...para produzir resultados geopolíticos favoráveis”, diz respeito a utilização de políticas geoeconômicas como ferramentas de construção de poder estatal (*statecraft*). Ainda, procurou-se caracterizar geoeconomia diferenciando-a de geopolítica e de política econômica. Por fim, evidenciaram-se as principais medidas geoeconômicas praticadas pelos Estados, assim como, as dotações geoeconômicas que determinariam a probabilidade e efetividade do uso dessas mesmas medidas. Dessa forma, apurou-se que a China possui a maior parte de tais atribuições geoeconômicas e sua ação no MSC e SE asiático vão refletir isso.

Na sequência voltou-se a discussão para estes espaços. Logo, no contexto dos instrumentos geoeconômicos utilizados pela China no âmbito do MSC, primeiramente, tratou-se de explicitar como Pequim utiliza seu peso econômico para influenciar Taipei politicamente. Assim, observou-se que a RPC age em dois níveis para promover o isolamento internacional

da RC e a reunificação da ilha com o continente: multilateral e bilateral. Consequentemente, no palco internacional o PCC vai se utilizar, principalmente, das consequências do reconhecimento da *one-China policy* e do uso de sanções econômicas para diminuir a presença mundial de Taiwan e aumentar a sua. Enquanto, que no nível bilateral, a China comunista usará do acordo ECFA, do fomento do comércio e investimentos através do estreito, da assinatura de um acordo de conversibilidade monetária, além do uso de sanções para aprofundar a integração econômica entre os dois entes, numa estratégia conhecida como *sticks and carrots*. Dessa forma, Pequim tem obtido sucesso em, não só, isolar Taipei da economia e política mundial, como também, aprofundar a interdependência entre as economias do continente e de Formosa. Por conseguinte, fazendo com que os custos econômicos de uma declaração de independência por parte do governo taiwanês se tornem cada vez mais elevados e, portanto, politicamente restritivos.

No que concerne os demais Estados do SE asiático a interação destes com a China se dará em um cenário marcado por fortes relações comerciais bilaterais. Estas, permitirão que Pequim tenha êxito em reproduzir a mesma estratégia de recompensas e punições que emprega com Taipei. E isso ficou demonstrado pelos exemplos da “guerra de bananas” entre a RPC e Filipinas e pelo fracasso da ASEAN em alcançar a unanimidade quanto à condenação das ações chinesas de exploração de territórios disputados no MSC. Entretanto, para além do jogo de coerção e promoção econômica as ações geoeconômicas chinesas no SE asiático e ao redor do MSC podem ser identificadas, principalmente, na sustentação do projeto do “Colar de Pérolas”.

Portanto, as iniciativas geopolíticas/geoeconômicas mais recentes estão o projeto da Nova Rota da Seda e do Colar de Pérolas. A primeira se refere aos inúmeros projetos de infraestrutura ao longo da Eurásia que prometem conectar a China com a Europa, e assim promover a integração deste continente basilar. Contudo, como se viu, a geoestratégia dos EUA se baseia exatamente em impedir que um Estado consiga vertebrar os recursos euroasiáticos em seu favor. De forma que Washington está intrinsecamente interessado na desestabilização deste espaço, ao mesmo tempo em que mantém sua soberania sobre oceanos, por onde os fluxos da Eurásia, então, deverão transitar. Sendo assim, surge, em paralelo à Rota da Seda, os planos do Colar de Pérolas. Estes dizem respeito a utilização das capacidades econômicas chinesas, especialmente de suas empresas e bancos estatais, para construir redes de infraestrutura ao longo do Sul e Sudeste da Ásia que expandam seu poder regional (*statecraft*). Portanto, estando em acordo com a definição de geoeconomia como postas por Blackwill & Harris (2016) e aqui também empregada.

Logo, entre os principais projetos desta iniciativa citaram-se: o oleoduto Myanmar-China; o porto de Gwadar no Paquistão; o porto de Chittagong em Bangladesh; a base militar chinesa em Djibuti; e o porto de Hambantota no Sri Lanka. Além dos projetos de bases militares nas ilhas do MSC; da ferrovia pan-asiática; e do canal bioceânico no Istmo de Kra. Todos esses empreendimentos juntos tem o objetivo de expandir as capacidades de ação marítima chinesa, de forma a possibilitar que este país exerça controle efetivo sobre suas linhas de abastecimento e sobre seu perímetro de segurança. Assim lhe garantindo um espaço de autonomia marítima em sua região. Além de expandir o consenso acerca dos benefícios da integração econômica com China. Portanto, aumentando, ao mesmo tempo, suas possibilidades geoeconômicas e geopolíticas.

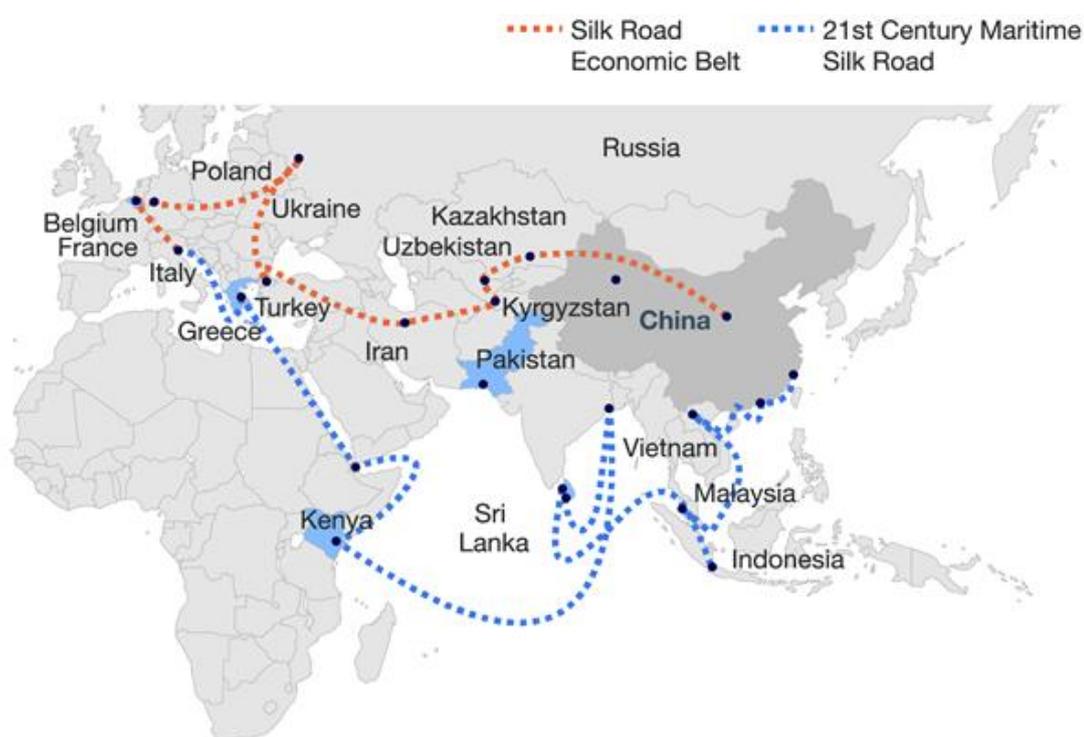
Visto tudo isso, em conclusão, acredita-se que tenha ficado claro como o MSC se insere dentro do projeto de desenvolvimento da potência chinesa. Logo, alcançando o objetivo principal da pesquisa. E, desse modo, se obtendo uma resposta para a pergunta problema que motivou esta pesquisa (a qual era: a China tem usado de meios geopolíticos e geoeconômicos para deslocar do MSC o poder dos Estados do SE asiático e de potências externas durante o período 2000-2016?) na forma da comprovação da hipótese central do trabalho. Ou seja, de que, sim, a China, realmente, tem utilizado, ao mesmo tempo, seu poder militar e sua capacidade econômica para tornar seus vizinhos do SE asiático, tanto economicamente dependentes de si, como militarmente impotentes diante de sua presença. Logo, diminuindo as possibilidades políticas destes países de reclamarem direitos e territórios no MSC. Finalmente, deslocando o poder dessas nações de tal espaço e assegurando seu domínio sobre o mesmo.

Por fim, resta apenas definir que apontamentos para pesquisas futuras este trabalho explicita. Portanto, como deve-se ter sido observado ao longo do texto, o tema do MSC muitas vezes foi extrapolado. Logo, a análise muitas vezes “vazou” do MSC para outras áreas. Assim, fez-se referências a outros espaços estratégicos como o Oceano Índico por exemplo. Isso se justifica, uma vez que se percebe que o MSC está inserido dentro de um contexto de construção do poder chinês que vai além da área do SE asiático e, compreende, portanto, a Eurásia. Por conseguinte, este projeto de hegemonia regional está representado pela iniciativa *one-belt, one-road* (ver mapa 17), que busca reconstruir as antigas Rota da Seda e Rota das Especiarias chinesas. E assim, superar pela terra e pelo mar a falha inter-hemisférica⁵⁴ (ver mapa 18) que

⁵⁴ A Falha ou lacuna inter-hemisférica refere-se ao espaço compreendido pelo Oriente Médio, Ásia Central e costa Leste da África que devido a seu caráter conflituoso e fragmentário, alimentado pelas potências marítimas, impede a conexão entre o “Grande Oriente” e o “Grande Ocidente”. E, assim, a integração da Eurásia (VÁZQUEZ, 2014).

divide a Ásia da Europa. Desse modo, aqui se falou muito brevemente sobre os projetos de infraestrutura ao longo da Ásia continental que correspondem aos esforços da Nova Rota da Seda (*belt* - cinturão) de integrar o espaço euroasiático com o chinês. Porém, à parte das referências feitas ao Colar de Pérolas, que está inserido dentro dos empreendimentos da *road* (estrada) chinesa, não se disse mais a respeito desta iniciativa. Conseqüentemente, no que tange espaços marítimos e a geopolítica dos oceanos esta pesquisa parece apontar para a expansão dos estudos acerca do Oceano Índico e dos caminhos marítimos da China em direção à Europa.

Mapa 17 – *Belt and Road Initiative*



Fonte: JINCHEN, Tian. **‘One Belt and One Road’: Connecting China and the world**. McKinsey & Company. Jul. 2016. Disponível em <<https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

Mapa 18 – Falha inter-hemisférica (eclipse vermelho) e centros de desenvolvimento (círculos azuis).



Fonte: Vázquez, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos acadêmicos, relatórios e palestras.

ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo P. F. **China**. In.: Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas / organizadores: Luciana Acioly, Luís Afonso, Fernandes Lima, Elton Ribeiro. Brasília: Ipea, 2011. p. 53-76.

ALVES, André G. M. **As relações de investimento direto entre a China e os países de seu entorno**. In.: Os BRICS e seus vizinhos investimento direto estrangeiro/ André Gustavo de Miranda Pineli Alves (organizador). Brasília: Ipea, 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo. 2008.

_____. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2013.

BLACKWILL, Robert, D. & HARRIS, Jennifer, M. **War by Other Means: geopolitics and statecraft**. Massachusetts & London. The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

BROZOSKI, Fernanda Pacheco de Campos. **A Revalorização Geopolítica e Geoeconômica do Atlântico Sul no Sistema Internacional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

CASSIOLATO, José E & PODCAMENI Maria G. V. B. **As Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação na China**. In.: China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento / Marcos Antonio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho, Eduardo Costa Pinto (Organizadores) – Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

CASSIOLATO, José E. **Sistema de Inovação na China**. In.: CONGRESSO INTERNACIONAL ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO DA CHINA. 1. 2017. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VSGqV6v8tnA>>. Acesso em: 23 Jul. 2017.

CINTRA, Marcos A. M. PINTO, Eduardo C. **China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 37, nº 2 (147), pp. 381-400, abril-junho/2017.

CHANG, Amy & DOTSON, John. **Indigenous Weapons Development in China's Military Modernization**. U.S.-China Economic and Security Review Commission Staff Research Report April 5, 2012.

COSTA. Wanderley M. **Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre o Poder e Território**. São Paulo: Hucitec/edusp, 1991.

_____. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia**. São Paulo. Revista USP 2012. Nº95, p. 9-22. Setembro/Outubro/Novembro.

DUARTE, Paulo. **A China na Encruzilhada da Geopolítica Energética: questões estratégicas**. Revista de Geopolítica, Natal, v. 6, nº 2, p. 70 - 96, jul./dez. 2015.

EBEL, Robert E. **Energy and Geopolitics in China: Mixing Oil and Politics**. Washington DC. Ed: Center for Strategic International Studies. 2009.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, vol. 02: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELLIS, Evan. **The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America**. Center for Hemispheric Defense Studies, 2013.

FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. **A Importância Geopolítica do Mar do Sul da China e sua Relação com os Interesses Chineses**. Rio de Janeiro, 2016. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FIORI, José Luís. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **Globalização, Hegemonia e Império**. In.: Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (Organizadores). Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **Estados, Moedas e Desenvolvimento**. In.: Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. José Luís Fiori (Organizador). Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **Formação, Expansão e Limites do Poder Global**. In.: O Poder Americano. José Luís Fiori (Organizador). Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. **O Poder Global**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, José Luís. PADULA, Raphael. VATER, Maria Claudia. **Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração**. Dimensões Estratégicas do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília, V.3. 2013.

FRIEDMAN, Thomas. **O Mundo é Plano: o mundo globalizado no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último homem** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOTTMAN, Jean. **The Evolution of the Concept of Territory**, Social Science Information, V. 14, n.3, ago. 1975, p. 29-47.

GOUVEA, Ester, M. **Relações Econômicas entre China e Malásia: comércio, cadeias globais de produção e a indústria de semicondutores**. In.: China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento / Marcos Antonio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho, Eduardo Costa Pinto (Organizadores) – Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

HILFERDING, Rudolph. **O Capital Financeiro**. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HOBBSBAWN, Eric **A Era dos Extremos: o breve Século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWELL, Sabrina. **Jia You! (Add Oil!): chinese energy security strategy**. In: Gal Luft and Anne Korin (Editors). *Energy Security Challenges for 21st Century: A Reference Handbook*. Santa Barbara. ABC-CLIO LLC. 2009. P. 191-219.

KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier. 2013.

_____. **Asia's Cauldron: the south china sea and the end of stable pacific**. New York: Random House, 2014.

KLARE, Michael T. **There Will be Blood: political violence, regional warfare, and the risk of great-power conflict over contested energy sources**. In: Gal Luft and Anne Korin (Editors). *Energy Security Challenges for 21st Century: A Reference Handbook*. Santa Barbara. ABC-CLIO LLC. 2009. p. 44-66.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

_____. **Diplomacia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

_____. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

KODA, Yoji. **South China Sea**. In: Second Annual Security Forum, Assertive Engagement: Defining a US-Japan Security Strategy on China. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gMYV2LLPAXs>>. Acesso em: 24 Fev. 2016.

KROEBER, Arthur et al. **Xi Jinping's China: Leninism for the 21st century**. Hong Kong. Gavekal Dragonomics: China Economic Quarterly, Vol. 20 No. 4, 2016.

LIND, William S. **The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**. US Marine Corps Gazette. Oct 1989; 73, 10; ProQuest Direct Complete pg. 22. Disponível em <<https://www.mca-marines.org/files/The%20Changing%20Face%20of%20War%20-%20Into%20the%20Fourth%20Generation.pdf>>. Acesso em: 15 Abr. 2017.

_____. **Understanding Fourth Generation War**. Military Review. September-October, 2004. Disponível em <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/lind.pdf>>. Acesso em: 15 Abr. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Civita, 1973.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. W.W. Norton & Company, Inc., Fifth Avenue, New York, NY. 2001.

MEDEIROS, Carlos A. **China entre os Séculos XX e XXI**. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

_____. **A Economia Política da China: padrões de acumulação, novas tensões**. In.: CONGRESSO INTERNACIONAL ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO DA CHINA. 1. 2017. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xd7pWVe4bfA&t=2160s>>. Acessado em: 23 julho de 2017.

MEDEIROS, Carlos A. & Trebat, Nicholas M. **Modernização Militar no Progresso Técnico e na Inovação Industrial Chinesa**. In.: China em transformação: dimensões

econômicas e geopolíticas do desenvolvimento / Marcos Antonio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho, Eduardo Costa Pinto (Organizadores) – Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec/edusp. 1999.

METRI, Maurício. **A Ascensão do Dólar e a Resistência da Libra: Uma Disputa Político-Diplomática.** Tempo do Mundo. Brasília. V.1, N° 1. P. 33-63. Janeiro de 2015.

MORAES, Rodrigo Fracassoli de. **A Ascensão Naval Chinesa e as disputas Territoriais Marítimas no Leste Asiático.** China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento / Marcos Antonio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho, Eduardo Costa Pinto (Organizadores) – Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

NINCIC, Donna J. **Troubled Waters: Energy Security as Maritime Security.** In: Gal Luft and Anne Korin (Editors). Energy Security Challenges for 21st Century: A Reference Handbook. Santa Barbara. ABC-CLIO LLC. 2009. p. 31-44.

NOGUEIRA, Isabela. **Políticas de Fomento à Ascensão da China nas Cadeias de Valor Globais.** In.: China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento / Marcos Antonio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho, Eduardo Costa Pinto (Organizadores) – Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

_____. **Estado e capital em uma China com Classes.** In.: CONGRESSO INTERNACIONAL ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO DA CHINA. 1. 2017. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=OG8cyfeA1UA&t=1714s>>. Acesso em: 23 Jul. 2017.

PADULA, Raphael. **A Aliança do Pacífico, o Brasil e o poder global na integração regional da América do Sul.** Belo Horizonte. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI. 2013.

PAUTASSO, Diogo & OLIVEIRA, Lucas K. **A segurança energética da China e suas relações com os EUA.** Rio de Janeiro. Contexto Internacional: vol. 30, no 2, maio/agosto 2008, p. 361-398.

PINTO, Eduardo C. **A Integração Econômica entre a China e o Vietnã: Estratégia China Plus One, Investimentos e Cadeias Globais.** In.: China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento / Marcos Antonio Macedo Cintra, Edison Benedito da Silva Filho, Eduardo Costa Pinto (Organizadores) – Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

PEREIRA, Rui Pedro Reis. **A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN.** Nação e Defesa. Lisboa. N° 109 - 2ª Série. p. 97-122. Outono-Inverno de 2004.

PETTY, William. **Aritmética Política.** Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1980.

RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do Caos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

RATZEL, Friedrich. **As Leis do Crescimento Espacial dos Estados**. In.: Coleção grandes cientistas sociais. Antônio Carlos Robert de Moraes (organizador); Florestan Fernandes (coordenador); Fátima Murad e Denise Bottman (tradução). São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **Geografia do Homem (Antropogeografia)**. In.: Coleção grandes cientistas sociais. Antônio Carlos Robert de Moraes (organizador); Florestan Fernandes (coordenador); Fátima Murad e Denise Bottman (tradução). São Paulo: Editora Ática, 1990.

ROSEMBERG, David. **Governing the South China Sea: from freedom of the seas to ocean enclosure movements**. Harvard Asia Quarterly, Vol. XII, No. 3 & 4 (Winter 2010).

RUSSEL, Milton. **Energy Prospects in China**. In.: Energy and National Security in the 21st Century. Edited by Patrick L. Clawson. Washington D.C. National Defense University Press, 1995.

SCHOFIELD, Clive & STOREY, Ian. **The South China Sea Dispute: increasing stakes and rising tensions**. Washington D.C. The Jamestown Foundation, 2009.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**, Vol. 02. São Paulo: Editora Martins Fontes 2003.

SUMAILA, Rashid & CHEUNG, William. **Boom or Bust: the future of fish in the south china sea**. Hong Kong, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **A Retomada da Hegemonia Norte-Americana**. In.: Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (organizadores). Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição & MELIN, Luiz Eduardo. **Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana**. In.: Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (organizadores). Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

VÁZQUEZ, Daniel. **A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 1/3)**. Tradução: Marcos Vinicius da Silva Dantas Fernandes. Natal. Revista de Geopolítica, v. 4, nº 2, p. 127 - 154, jul./dez. 2013.

_____. **A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 2/3)**. Tradução: Marcos Vinicius da Silva Dantas Fernandes. Natal. Revista de Geopolítica, v. 4, nº 2, p. 155 - 195, jul./dez. 2013.

_____. **A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 3/3)**. Tradução: Marcos Vinicius da Silva Dantas Fernandes. Natal. Revista de Geopolítica, v. 5, nº 2, p. 129-180, jul./dez. 2014.

VILLAR, Lejla & HAMILTON, Mason. **The Strait of Malacca, a key oil trade chokepoint, links the Indian and Pacific Oceans**. Energy Information Administration, 2017. Disponível em <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>>. Acessado em: 02 Ago. 2017.

Artigos, matérias e notícias de jornal; sítios eletrônicos; e blogs:

ADAMS, Mike. **Chinese government admits one-fifth of farm lands heavily contaminated with toxic heavy metals like cadmium, arsenic and lead.** Disponível em <https://www.naturalnews.com/044950_China_heavy_metals_soils_contamination.html#ixzz30fRgkl1L>. Acesso em: 13 Out. 2017.

BARRIE, Douglas & BOYD, Henry. **Chinese Air Power: revolution or evolution.** IISS, 31/05/2014. Disponível em <https://www.iiss.org/en/shangri-la%20voices/blogsections/2014-363a/chinese-air-power-f915>>. Acesso em: 23 Out. 2017.

BURMA to restore infamous Death Railway. **ABC/AFP**, 20/052015. Disponível em <<http://www.abc.net.au/news/2012-05-20/burma-to-restore-infamous-death-railway/4022542>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

CAMBODIA, Thailand Reach Agreement on Pan-Asia Railway Network. **The Saigoneer**, 03/01/2016. Disponível em <<https://saigoneer.com/asia-news/6045-cambodia,-thailand-reach-agreement-on-pan-asia-railway-network>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

CATAMA, Maki. Asean Military Defense Review, 18/04/2015. Disponível em <<http://www.aseanmildef.com/2015/04/strategic-triangle-in-south-china-sea.html>>. Acesso em: 3 Out. 2017.

CHINA compra terras no Brasil. **Estadão**. São Paulo, 03/08/ 2010. Disponível em <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,china-compra-terras-no-brasil-imp-,589697>> Acesso em: 13 Out. 2017.

CHINA ocupa mar disputado 'plantando' ilhas em corais". **BBC**: 13/07/2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_china_planta_ilhas_rm>. Acesso em: 15 de Out. 2017.

CHINA. The Export-Import Bank of China. <http://english.eximbank.gov.cn/tm/en-TCN/index_617.html>. Acesso em: 04 Nov. 2017.

CHINA'S big three near completion. **Asia Maritime Transparency Initiative**, 29/06/ 2017 Disponível em <<https://amti.csis.org/chinas-big-three-near-completion/>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

CHINA'S Continuing Reclamation in the Paracels. **Asia Maritime Transparency Initiative**, 09/08/2017. Disponível em <<https://amti.csis.org/paracels-beijings-other-buildup/>>. Acesso em: 10 Nov 2017.

COOK, Daniel. China's Most Important South China Sea Military Base". **The Diplomat**, 09/03/2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/2017/03/chinas-most-important-south-china-sea-military-base>>. Acesso em: 08 Nov. 2017.

COOK, Damen. A Closer Look at China's Critical South China Sea Submarine Base. **The Diplomat**, 18/03/2017. Disponível em <<https://thediplomat.com/2017/03/a-closer-look-at-chinas-critical-south-china-sea-submarine-base/>>. Acesso em: 08 Nov 2017

COSTA, Marcos. **A urbanização da China**. 2012. Disponível em <<https://marcosocosta.wordpress.com/2012/06/10/a-urbanizacao-da-china/>>. Acesso em: 23 Jul. 2017.

ELLIS, Evan. China's new Backyard: Does Washington realize how deeply Beijing has planted a flag in Latin America? **Foreign Policy**, 06/06/2013.

ESCOBAR, Pepe. **Reshuffling Eurasia's energy deck — Iran, China and Pipelineistan**. Disponível em <<http://atimes.com/2015/07/reshuffling-uriasias-energy-deck-iran-china-and-pipelineistan-escobar/>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

FONTDEGLORIA, Xavier. China inaugura primeira base militar no exterior. **El País**, 02/08/2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/01/internacional/1501589492_007630.html>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

IMAGERY suggests Philippine fishermen still not entering Scarborough Shoal. **Asia Maritime Transparency Initiative**, 27/10/2016. Disponível em <<https://amti.csis.org/china-scarborough-fishing/>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

JANSEEN, Peter. Myanmar's rickety railways poised for a revamp. **Nikkei Asian Review**, 05/12/2016. Disponível em <<https://asia.nikkei.com/Politics-Economy/Economy/Myanmar-s-rickety-railways-poised-for-a-revamp>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

JINCHEN, Tian. **One Belt and One Road': Connecting China and the world**. McKinsey & Company. Jul. 2016. Disponível em <<https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/one-belt-and-one-road-connecting-china-and-the-world>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

JINZHANG, Li. Progresso comum nas Novas Rotas da Seda. **O Globo**. Rio de Janeiro, 17/05/2017, p. 17.

KODAKA, Wataru & NITTA, Yuichi. A new Myanmar oil pipeline helps China dodge US influence. **Nikkei Asian Review** Disponível em <<https://asia.nikkei.com/magazine/20170420/Politics-Economy/A-new-Myanmar-oil-pipeline-helps-China-dodge-US-influence>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

LAOS-CHINA railway brings changes to Laos. **China Daily**, 07/08/2017. Disponível em <http://europe.chinadaily.com.cn/business/2017-08/07/content_30360023.htm>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

LI, Zoe. **China finds sign of oil near disputed Paracel Islands**. CNN. Publicado em: 16 Jul. 2014. Disponível em <<http://edition.cnn.com/2014/07/16/world/asia/china-paracel-islands-drilling-completed/>> Acesso em 24 Fev. 2016.

MAGNOLI, Demetrio. Eurásia, segundo a China. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18/05/2017, p. 21.

MAIERBRUGGER, Arno. Stalled \$20bn Myanmar railway project a setback for Asia-Mideast trade. **Gulf Times**, 28/07/2014. Disponível em <<http://www.gulf-times.com/story/402209/Stalled-20bn-Myanmar-railway-project-a-setback-for>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

MARINHA dos EUA pode estar enviando seus mais poderosos porta-aviões à península coreana. **Sputnik**. Publicado em: 01/09/2017. Disponível em

<<https://br.sputniknews.com/americas/201708039020753-marinha-eua-porta-aviao-coreia-norte/>>. Acesso em: 02 Set. 2017.

MELLOR, William. Ambitious Thai canal would link Pacific and Indian oceans. **Nikkei Asian Review**, 10/08/2017. Disponível em <<https://asia.nikkei.com/magazine/20170810/Politics-Economy/Ambitious-Thai-canal-would-link-Pacific-and-Indian-oceans>>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

MUSHTAQ, Munza. India and China flex muscles over Sri Lankan hub. **Asian Nikkei Review**, 06/11/2017. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics-Economy/International-Relations/India-and-China-flex-muscles-over-Sri-Lankan-hub>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

OSWALD, Vivian. Oriente Armado. **O Globo**. Rio de Janeiro, 10/01/2016, p. 29.

THE China-Philippines banana war. **Asia Sentinel**. Publicado em: 06/06/2012. Disponível em <<https://www.asiasentinel.com/society/the-china-philippine-banana-war/>>. Acesso em: 03 Nov. 2017.

TREVISAN, Claudia. China supera EUA e vira líder do comércio mundial. **Estadão**. São Paulo. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-supera-eua-e-vira-lider-do-comercio-mundial,175014e>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

VILARDAGA, Vicente. **O dragão faminto quer mais**. São Paulo, 21/10/2016. Disponível em <<https://pt.linkedin.com/pulse/china-acelera-importa%C3%A7%C3%A3o-e-quer-terra-brasil-vicente-vilardaga>>. Acesso em: 13 de Out. 2017.

Bases de dados:

ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE (AMTI). Center for Strategic and International Studies (CSIS). Base de dados de mapas, imagens e notícias. Disponível em <https://amti.csis.org/>. Acesso em: novembro. 2017.

RECONNECTING ASIA. Projects. **Kuala Lumpur-Singapore High-Speed Rail**. Disponível em <<https://reconasia.csis.org/database/projects/kuala-lumpur-singapore-high-speed-rail/664dcdd8-6d6f-4307-bc4a-6e24de3ec235/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

RECONNECTING ASIA. Projects. **Sisophon – Poipet Railway**. Washington D.C.: CSIS. Disponível em <<https://reconasia.csis.org/database/projects/sisophon-poipet-railway/8eb23739-3dc9-4c6c-973e-0ae8c60709e9/>>. Acesso em 11 Nov. 2017.

RECONNECTING ASIA. Projects. **Thai-Laos Rail Link Nong Khai-Thanaleng Section**. Disponível em <<https://reconasia.csis.org/database/projects/thai-laos-rail-link-nong-khai-thanaleng-section-construction/40aeb2e8-a6bc-4c63-a597-0da878e5e2a3/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. SIPRI Military Expenditure Database. **SIPRI**. Banco de dados de gastos militares. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 03/05/2017.

THE WORLD FACT BOOK. Central Intelligence Agency (CIA). Banco de dados de informações geográficas, econômicas e políticas. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acesso em: setembro de 2017.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. EIA. Banco de dados de recursos energéticos. Disponível em: <https://www.eia.gov/>. Acesso em: agosto e setembro de 2017.